

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

**Nas matas de Peçanha: campesinato e fomento florestal no processo de
mudança agroambiental**

Frederico Magalhães Siman

2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**NAS MATAS DE PEÇANHA: CAMPESINATO E FOMENTO
FLORESTAL NO PROCESSO DE MUDANÇA AGROAMBIENTAL**

FREDERICO MAGALHÃES SIMAN

Sob a orientação do Professor Dr. **Andrey Cordeiro Ferreira**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro
Agosto de 2015

634.97098151
S588n
T

Siman, Frederico Magalhães.

Nas Matas de Peçanha: campesinato e fomento florestal no processo de mudança agroambiental/ Frederico Magalhães Siman, 2015.

170 f.

Orientador: Andrey Cordeiro Ferreira

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 135-140.

1. Mudança agroambiental - Teses. 2. Campesinato – Teses. 3. Fomento florestal – Teses. 4. Peçanha, MG – Teses. 5. Monoculturas de eucalipto I. Ferreira, Andrey Cordeiro. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE

FREDERICO MAGALHÃES SIMAN

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **mestre em Ciências**, no curso de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de concentração Natureza, ciência e saberes.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: ----/----/----

Andrey Cordeiro Ferreira, Dr UFRRJ/CPDA

Hector Alberto Alimonda, Dr UFRRJ/CPDA

Paris Yeros, Dr UFABC/CECS

DEDICATÓRIA

À Niara, que veio sem mandar recado. Trazendo a alegria da chegada, nos deu força e inspiração para lutar por um mundo onde caibam todas e todos.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um esforço coletivo, o que de forma me ausenta das responsabilidades quanto aos seus equívocos. É resultado de um processo de pesquisa que se iniciou ainda na graduação e tem a contribuição determinante de pessoas que direta ou indiretamente tornaram o trabalho mais entusiasmante e menos penoso. Registro assim, primeiramente, um agradecimento ao professor Andrey Cordeiro Ferreira, que me forneceu a liberdade e ferramentas necessárias para conciliar uma preocupação política subjacente com uma análise sociológica pretensamente rigorosa. Estendo aqui o agradecimento ao Núcleo de Estudos do Poder – NEP/CPDA que, sob a coordenação deste professor, possibilitou um ambiente de debates e reflexões sobre os conflitos interpretados a partir relação sociedade-natureza, exercendo influência determinante nesta dissertação.

Cabe registrar o agradecimento a três professores que foram fundamentais na minha formação e tiveram (através de sua influência) papel fundamental não somente da escolha do objeto, mas em seu tratamento e problematização. Assim, ao professor Ricardo Ferreira Ribeiro, agradeço não só a contribuição decisiva na escolha do objeto, mas aos ensinamentos em torno de uma ciência comprometida com a transformação social e do profundo respeito e interesse pelos agentes subalternos e as suas histórias. Ao professor Múcio Tosta Gonçalves, pela sempre integral disponibilidade em que se assentaram todas as valiosas contribuições acerca das transformações que sucederam à chegada da Cenibra e das monoculturas de eucalipto no vale do rio Doce, seus efeitos perversos no ambiente e nas populações camponesas que ali estavam, e o fervoroso e instigante debate em torno desta temática. E, por fim, ao professor Paris Yeros, que foi determinante na ativação de meu interesse pela economia política e questão racial enquanto chaves de entendimento da questão agrária. À este professor também agradeço as valiosas contribuições na qualificação do projeto e enquanto componente da banca de defesa desta dissertação.

Ainda no campo da academia, agradeço aos professores do CPDA, em especial à Cláudia Job Schmitt e à Débora Lerrer, pelas preciosas contribuições durante a produção do projeto de pesquisa. Ao Kleiton Gerhardt e Héctor Alberto Alimonda pelas importantes avaliações e considerações no contexto da qualificação e, a este último, também pelas preciosas avaliações enquanto componente da banca de defesa. Às professoras Eli de Fátima Napoleão de Lima, Regina Ângela Landim Bruno e Susana Cesco e aos professores Raimundo Santos e Sergio Pereira Leite pelos ensinamentos e discussões no âmbito das disciplinas cursadas. Ainda aqui, registro o agradecimento ao corpo administrativo e aos demais funcionários do CPDA, nos nomes de Luiz, Marcos, Ana Ligia, Diana Rosa, Tereza, Reginaldo, Janete, Silvia, Silvia Alves, Marta e Henrique, que tornam nossa vida menos penosa do que poderia ser e, com todas as dificuldades que enfrentam os programas de pós-graduação, especialmente em tempos de austeridade, não excitam esforços para contribuir ao nosso processo de formação e à produção científica.

Ainda neste campo agradeço ao Eduardo Barcelos e à Silvia Aquino que, quando recorridos por mim, gentilmente forneceram materiais à pesquisa. Aqui registro uma frustração em não ter conseguido incorporar, dada à restrição de tempo, as valiosas contribuições em sua plenitude. Este desgosto coloca uma dívida de incorporar tais contribuições em futuros trabalhos e, a partir delas, corrigir possíveis equívocos de análise de meu trabalho de interpretação da relação econômica forjada em torno do fomento florestal.

Saindo do campo acadêmico, agradeço imensamente a todos que me acolheram direta ou indiretamente durante as pesquisas de campo. Essas pessoas, que infelizmente não posso citá-las nominalmente a fim de resguardá-las de qualquer constrangimento que este trabalho possa causar, foram tão quanto os suportes intelectuais proporcionados pelos membros da academia, fundamentais na elaboração desta dissertação, não apenas pela disponibilidade, muitas vezes carinhosa, em dar os suportes material e psicológico que permitiram um trabalho de campo prazeroso e frutífero, mas, principalmente, pelos ensinamentos sobre como a sociedade e natureza se encontram e se imbricam. Às camponesas e aos camponeses da região de clima frio de Peçanha, o meu eterno agradecimento!

Nesse mesmo sentido agradeço à parentela de Virginópolis, que desde o princípio das minhas pesquisas na região me acolheu com abrigo e carinho e, de preza, informações e ensinamentos caros a este estudo.

No município de Peçanha, agradeço ao Caio, que apresentado pela querida companheira de CPDA Helena Lopes, me forneceu informações e contatos importantes durante o trabalho de campo. Neste contexto tiveram relevância impar o Sindicato dos Trabalhados Rurais de Peçanha, a EMATER, o IEF e a Secretaria de Cultura, aos quais deixo meus agradecimentos pelo provimento de informações e materiais preciosos.

Agradeço a todas e a todos camaradas das Brigadas Populares, pela inspiração política e moral. Aqui cabe um agradecimento especial ao Círculo de Estudos sobre a Questão Agrária, que foi palco de aprendizados e debates que ora se expressam de forma evidente nesta pesquisa.

Aos amigos e amigas que durante todo este tempo, com o copo de cerveja na mão, escutaram os reclames de um jovem pesquisador, apoiando-o e contrapondo-o com toda a sinceridade necessária. Aos companheiros de CPDA e do Rio de Janeiro, em especial Daniel Delatin, Marlon Tomazzela, Gabriel Bastos e Leandro Almeida, por todo o aprendizado e comunhão.

Finalmente, faço um agradecimento especial aqueles e aquelas sem os quais eu não chegaria aqui. Assim, a minha família (nuclear): Val, Joejoe e Niara, que com toda a paciência necessária suportaram minhas ausências, desânimos, aflições e alterações nervosas. À Val, que ainda mais, foi fundamental na escuta, avaliação e preparação em momentos de afirmação da minha proposta de pesquisa e análise. Ao meu pai Gasiry e à minha mãe Conceição, pelo suporte material, psicológico e moral que foram imprescindíveis ao nascimento, desenvolvimento e finalização deste trabalho. E, por fim, aos meus irmãos e irmã, Jana, Vitor e Sammer, pelo companheirismo, os debates e as reprovações e, mais importante de tudo, o apoio e o incentivo carinhoso.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo central a apresentação do estudo da mudança agroambiental no município de Peçanha, no vale do Rio Doce, Minas Gerais, a partir da relação econômica contratual estabelecida entre campesinato e agroindústria de celulose, o chamado Fomento Florestal. Nesta pesquisa buscou-se, a partir de uma perspectiva sistêmica que impõe um diálogo entre a totalidade e a especificidade, conhecer como se deu a formação do campesinato na parte Sul do município - conhecida como região de clima frio - desde a conformação de relações de produção que se expressam como relação sociedade-natureza, evidenciando a importância do trabalho na adaptação humana ao ambiente. O território conhecido localmente como região de clima frio passou por um movimento de aguda especialização produtiva a partir da década de 1970, protagonizado pela implantação de plantações arbóreas para fins industriais e energéticos. A chegada das monoculturas de eucalipto, que se deu através de ações econômicas e políticas estatais em seu período militar-autoritário, conjugadas com as transformações demográficas e uma forte concentração fundiária implicou em uma conflitualidade agroambiental que se apresenta compreensível a partir das populações camponesas que, mesmo de forma subordinada, participaram ativamente do processo de mudança, construindo, através do saber adaptativo logrado durante o transcurso de sua formação enquanto comunidades, estratégias de reprodução social, ora negando, ora colaborando com as investidas capitalistas. É sobre esta dialética, que exprime como o campesinato é destruído e reconstruído pelo movimento do capital, enquanto o destrói e se reconstrói através de sua afirmação via formas cotidianas da resistência contra a apropriação de sua base material, de que se trata este trabalho.

Palavras-chave: mudança agroambiental; campesinato; fomento florestal; Peçanha – MG; monoculturas de eucalipto.

ABSTRACT

The current dissertation has as its central aim the agro-environmental shift in the city of Peçanha, located in the vale do Rio Doce region - Minas Gerais, Brazil. Its starting point is the economic and contractual relations between the peasantry and the agroindustry, the so-called Fomento Florestal (The Forest Initiative). The research - building a systemic method that puts in dialogue the totality and the specificity – tried to apprehend the formation of the peasantry in the south of the city, as well as its productive relations on an historical perspective. The relations between nature and society were a tool to investigate the role of work activity in the process of adaptation of humans beings to a region that is traditionally known by its cold weather. In the 70's, this territory passed by a process of productive specialization: its induced forestry was being used for industrial and energetic objectives. The advent of the eucalyptus monoculture – a state policy initiated with the economic and political incentives of the Brazilian autocratic military government - linked to demographic changes and a strong land concentration elevated agro-environmental antagonisms to a higher level. These conflicts were studied in a manner that the actions of the local peasantry were highlighted: even if subordinated, they were actors on this process of social changes, creating an adaptive knowledge through their formation as communities; sometimes they negated and sometimes collaborated with the capitalist class. This dialectics – one that shows how the peasantry is destroyed and rebuilt by its affirmation through a everyday forms of resistance (one that is made against capitalist attacks on peasantry material forces and basis) – is the main subject of this work.

Keywords: agro-environmental shift; peasantry ; fomento florestal; Peçanha – MG; eucalyptus monoculture

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População das freguesias de N^a S^a da Conceição do Serro e de Santo Antônio do Peçanha discriminada por condição.

Tabela 2 - População das freguesias de N^a S^a da Conceição do Serro e de Santo Antônio do Peçanha discriminada por condição e composição étnico-racial.

Tabela 3 - População das freguesias de N^a S^a da Conceição do Serro e de Santo Antônio do Peçanha discriminada por condição e continente de origem.

Tabela 4 - População das freguesias de N^a S^a da Conceição do Serro e de Santo Antônio do Peçanha discriminada por condição e situação escolar.

Tabela 5 - População com ocupação definida das freguesias de N^a S^a da Conceição do Serro e de Santo Antônio do Peçanha discriminada por profissões.

Tabela 6 - População com ocupação definida das freguesias de N^a S^a da Conceição do Serro e de Santo Antônio do Peçanha discriminada por condição e profissões.

Tabela 7 - Quantitativo de área dos municípios de Serro e de Peçanha discriminado por caracterização territorial.

Tabela 8 - Estrutura fundiária dos municípios de Serro e Peçanha discriminada por grupo de área total.

Tabela 9 - Grupos familiares discriminado por década(s) de chegada à Peçanha.

Tabela 10 - Número de estabelecimentos segundo grupo de área total em série histórica..

Tabela 11 - Área dos estabelecimentos segundo grupo de área total em série histórica.

Tabela 12 - Participação dos estabelecimentos e áreas do grupo de área “0 a menos de 10 hectares” em relação aos demais grupos de área e área média dos estabelecimentos segundo grupo de área total em série histórica.

Tabela 13 - Participação dos estabelecimentos e áreas do grupo de área “200 a menos de 500 hectares” em relação aos demais grupos de área e área média dos estabelecimentos segundo grupo de área total em série histórica.

Tabela 14 - Participação dos estabelecimentos e áreas do grupo de área “1000 ou mais hectares” em relação aos demais grupos de área e área média dos estabelecimentos segundo grupo de área total em série histórica.

Tabela 15 - Produção de arroz em série histórica segundo informantes/estabelecimentos, quantidade, e área cultivada.

Tabela 16 - Produção de cana de açúcar em série histórica segundo informantes/estabelecimentos, quantidade, e área cultivada.

Tabela 17 - Produção de feijão em série histórica segundo informantes/estabelecimentos, quantidade, e área cultivada.

Tabela 18 - Produção de mandioca em série histórica segundo informantes/estabelecimentos, quantidade, e área cultivada.

Tabela 19 - Produção de milho em série histórica segundo informantes/estabelecimentos, quantidade, e área cultivada

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Capitania de Minas Gerais nos Fins da Era Colonial. Destaque para a comarca do Serro Frio e sua abrangência do Leste e Sudeste da Capitania, assim como porções do Norte e Centro.

Figura 2 - Mapa da Bacia do rio Doce, onde se destaca a bacia do rio Suaçuí ao Norte, e a localização da bacia do rio Doce em relação ao Brasil e, a nível regional no canto direito superior.

Figura 3 - Mapa de delimitação da unidade de análise Suaçuí Grande X delimitação das bacias hidrográficas, onde se destaca a bacia do rio Suaçuí Pequeno ao centro.

Figura 4 - Mapa enquadramento no âmbito do plano para o Rio Suaçuí Pequeno, onde se destaca a localização das comunidades estudadas ao Oeste.

Figura 5 - Imagem que localiza os cursos d'água da zona fria de Peçanha, onde se destaca a área onde estão localizadas as comunidades.

Figura 6 - Mapa do Município do Serro em 1922, onde observa-se o povoado de Gororós ao Sul.

Figura 7 - Paisagem das áreas altas, onde se destacam as reservas legais e as plantações de eucalipto.

Figura 8 - Paisagem das áreas intermediárias e baixas, onde se destacam a lavoura de milho.

Figura 9 - Paisagem das várzeas e brejos, onde se destaca a lavoura de arroz.

Figura 10 - Paisagem das várzeas e brejos, onde se destacam os canteiros de hortaliças e tubérculos.

Figura 11 - Croqui da organização espacial da comunidade C-A elaborado a partir de um esboço construído durante o trabalho de campo conjuntamente com uma liderança desta comunidade.

Figura 12 - Cesta de gêneros que representa a variedade da produção agrícola de uma família camponesa.

Figura 13 - Semente de milho da palha roxa.

Figura 14 - Sementes de arroz armazenadas.

Figura 15 - Pilagem de grãos de café.

Figura 16 - Engenhoca utilizada para a extração da garapa da cana para a produção de melado.

LISTA DE ABREVIACOES E SÍMBOLOS

ABRAF - Associação Brasileira de Produtores de Floresta Plantadas

APM – Arquivo Público Mineiro

ANFPC - Associação Nacional de Fabricantes de Papel e Celulose

ANPOCS – Associação Nacional de Ps-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel

CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

CENIBRA – Celulose Nipo-brasileira S.A

CEPEDES – Centro de Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMB – Enciclopédia dos Municípios Brasileiros

ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz

FASE – Orgos para Assistência Social e Educacional

FISET - Fundo de Investimentos Setoriais

FRDSA – Florestas Rio Doce S.A

FUPEF - Fundação de Pesquisas Florestais

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IEF – Instituto Estadual de Florestas

IPEF – Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais

PAA – Plano de Aquisição de Alimentos

PNPC – Plano Nacional de Papel e Celulose

PROBIC - Programa de Bolsas de Iniciação Científica

PRONAF – Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SIF – Sociedade de Investigação Florestal

SINDIFER – Sindicato da Indústria de Ferro do Estado de Minas Gerais

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFV – Universidade Federal de Viçosa

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I- ABORDAGEM HISTÓRICA DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A QUESTÃO AGRÁRIA: trabalho, conflitos e natureza	15
1.1 Campesinato, Acumulação primitiva e superexploração do trabalho	19
1.2 Conflitos Agroambientais: pela historicidade e a informalidade	25
1.3 Sociedade-Natureza e adaptabilidade humana	29
CAPÍTULO II - A MATA DO PEÇANHA: terra e liberdade	31
2.1 O Serro Frio e a Mata do Peçanha no processo de formação de Minas Gerais.....	31
2.2 A Explosão da mineração e os sertões do Rio Doce.	34
2.3 Os que ali estavam.....	37
2.4 A Conquista do sertão	39
2.5 As Regiões de Serro Frio e Mata do Peçanha numa perspectiva comparativa.....	41
CAPÍTULO III – NAS MATAS EM PEÇANHA: a formação do campesinato na zona fria do município de Peçanha	49
3.1 Ancestralidade.....	55
3.2 A chegada à floresta: a adaptação do e ao ambiente	61
3.3 Sobre as Relações de produção e força de trabalho	65
3.3.1 A força de trabalho.....	66
3.3.2 Processos de produção e relações de troca.....	71
3.4 A Entrada da Cenibra e as transformações agroambientais recentes	77
CAPÍTULO IV - A FORMAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DE PAPEL E CELULOSE NO BRASIL: papel do estado, concentração de capital e fomento florestal	82
4.1 A Indústria de papel como o “germe” da produção de celulose no Brasil	82
4.2 O Processo de formação do complexo agroindustrial de papel e celulose e o papel do Estado.....	84
4.2.1 A indústria de papel e celulose no projeto modernizador do regime autoritário-militar.....	85
4.3 Pelas Mãos do Estado: concentração da produção e de capitais	88
4.3.1 Aspectos atuais do complexo agroindustrial de papel e celulose.....	89
4.4 Reconfiguração Produtiva do complexo agroindustrial de papel e celulose: novas arranjos e novas estratégias.....	90
4.4.1 Agroindústria de celulose e fomento florestal.....	91
CAPÍTULO V - CONFLITUALIDADE AGROAMBIENTAL: natureza e força de trabalho enquanto objetos da superexploração capitalista.	96
5.1 Os Fatores locais na fase recente do processo de mudança agroambiental.....	96

5.1.1 Primeiro momento - as transformações demográficas e os primeiros sinais expressivos de concentração fundiária: décadas de 1970 e 1980	96
5.1.2 Segundo momento: especialização produtiva e efeitos perversos da transformação aguda do ambiente	106
5.2 A Adesão ao Programa Fomento Florestal.....	120
5.2.1 O porquê da adesão	122
5.3 Relações de Produção e força de trabalho.....	126
5.3.1 Força de trabalho.....	126
5.4 Processos de Produção	132
5.4.1 Processo de produção agrícola	132
5.4.2 Processo de produção arbórea	140
5.4.3 Armazenamento, beneficiamento e comercialização	141
5.5 O Fomento florestal como instrumento empresarial de subordinação e como estratégia contraditória de reprodução econômica e social	145
5.5.1 Aspectos contratuais.....	146
5.5.2 Para além das formalidades contratuais: dominação e resistência na dinâmica de integração via fomento florestal	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164

INTRODUÇÃO

A dissertação que ora se apresenta consiste num estudo, análise e interpretação da relação econômica contratual estabelecida entre a agroindústria de celulose e o campesinato, a partir de um estudo de caso, no qual a delimitação geográfica administrativa é o município de Peçanha, localizado na zona média do vale do rio Doce, região Leste do estado de Minas Gerais, no Brasil.

Apesar da referência municipal, o recorte geográfico aqui adotado corresponde ao que se conhece localmente como zona fria, ou região de clima frio de Peçanha. Esta, que compreende a parte Sul da delimitação municipal, existe em contraste com a zona ou região de clima quente, que conforma a parte Norte. As duas regiões não se diferem apenas pelo clima, mas pela dinâmica socioeconômica, produtiva e ambiental e, nesse sentido, sociohistórica. Na região de clima quente encontram-se fazendas extensas, nas quais predominam a criação de gado bovino para ordenha e para corte. A produção de leite e queijos é bem expressiva nessa região, que tem uma organização espacial calcada nas fazendas. Na região de clima frio, por outro lado, tem-se a maior parte das plantações de eucalipto e as áreas da Celulose Nipo Brasileira – Cenibra. A presença de comunidades rurais é marcante neste território. Essas comunidades organizam sua produção via combinação da agricultura (policultura) e pecuária incipiente com plantações de eucalipto para a produção de carvão vegetal para a indústria siderúrgica e de madeira em tora para indústria de celulose.

A Cenibra é uma agroindústria japonesa produtora de celulose de fibra curta de mercado que opera na região desde a década de 1970. Seu parque produtivo está localizado no município de Belo Oriente, a 240 km de Belo Horizonte, capital do estado, e suas propriedades territoriais e plantações de eucalipto se encontram distribuídas por 54 unidades municipais, em sua maior parte na região Leste do estado de Minas Gerais. A empresa foi o resultado de uma joint-venture entre a mineradora estatal Companhia Vale do Rio Doce - CVRD e empresas japonesas ligadas ao setor de produção de papel. A construção da Fábrica foi iniciada em 1973 a partir da assinatura de um contrato “Joint-Venture” entre a Companhia Vale do Rio Doce e a Japan-Brazil Pulp and Paper Company – JBP. Em 1977 entrou em funcionamento a fábrica com a capacidade inicial de produção de 255 mil toneladas/ano de celulose branqueada de fibra curta. Em 2001 a Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co., Ltd. – JBP passou a exercer o controle integral das ações da empresa, tendo como principais acionistas as empresas Oji Paper Co Ltd, Itochu Corporation e o Japan Bank for International Cooperation – JBIC.

A relação econômica contratual, parte central do objeto deste estudo, no contexto aqui abordado, se processa via Programa de Fomento Florestal operado pela Cenibra em parceria com o Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais – IEF-MG. De um ponto de vista formal, de uma forma geral (desconsiderando as especificidades), o Fomento Florestal consiste numa relação econômica sustentada por um contrato de compra e venda, no qual ficam estabelecidas cláusulas que determinam o fornecimento de insumos (fertilizantes, agrotóxicos, mudas), assistência técnica e eventuais financiamentos por parte da empresa contratante (no caso aqui investigado, a Cenibra) e, por parte do produtor, a disponibilidade de terra e trabalho (que pode ser interna ou externa à unidade produtiva) aplicado ao cultivo do eucalipto e a venda quase integral da produção estimada à empresa pelo preço por ela

determinado. Os produtores “fomentados”¹ encontram-se em torno da unidade fabril, particularmente, num raio máximo de 150 km desta (CENIBRA, 2011). O Programa Fomento Florestal da Cenibra surgiu em meados da década de 1980 e até então já introduziu plantações de eucalipto em cerca de 30.000 ha distribuídos em 93 municípios mineiros (CENIBRA, 2013). Atualmente o programa tem adesão de aproximadamente mil proprietários que conjuntamente mantêm 26.000 hectares de plantações de eucalipto em 89 municípios (CENIBRA, 2015).

A pesquisa foi realizada a partir de duas frentes, a saber, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica que a princípio se concentrou na literatura sobre a chamada modernização da agricultura, a formação dos chamados complexos agroindustriais - especialmente sua configuração em torno da cadeia mercantil de papel e celulose -, a integração produtiva entre campesinato e agroindústria e sua expressão através do Programa Fomento Florestal, bem como a respeito da história ambiental da região conhecida como vale do Rio Doce, foi paulatinamente voltando-se para reflexões e pesquisas produzidas em torno do processo de acumulação mundial, a partir de uma perspectiva sistêmica, em especial no que tange ao papel da América Latina e do Brasil neste movimento. Já num momento de maior maturidade na abordagem da delimitação do objeto e das complexas relações econômicas, culturais, políticas e ambientais que se estabeleceram historicamente no território estudado, a pesquisa bibliográfica centrou-se em torno dos processos econômicos historicamente instituídos e da adaptabilidade humana.

De forma concomitante e dialética em relação à pesquisa bibliográfica, realizou-se a pesquisa documental, aqui dividida em ‘pesquisa documental indireta’ e ‘pesquisa documental direta’. A ‘pesquisa documental indireta’ consistiu em identificação e estudos de dados quantitativos e estatísticos, em perspectiva histórica, em torno de temas como a produção de papel e celulose e plantações arbóreas, acessadas via banco de dados do setor produtivo (ABRAF e corporações do setor) e da principal agência pública financiadora do mesmo (BNDES). A respeito dos municípios aqui estudados (Peçanha e Serro), levantaram-se dados históricos e atuais acerca de temas como: estrutura fundiária, aspectos demográficos, produção agrícola e pecuária e silvicultura em bancos de dados como o IBGE (Biblioteca) e o Arquivo Público Mineiro (APM).

A pesquisa documental direta, que consistiu, de modo geral, no trabalho de campo e suas respectivas coletas de dados, foi efetuada em dois momentos durante o processo de pesquisa: de 21 a 24 de outubro de 2013 e de 9 a 27 de fevereiro de 2014.

A primeira incursão foi de caráter exploratório e tinha como objetivo central identificar evidências materiais ou discursivas sobre a localização dos possíveis territórios em que se constatasse a existência da dinâmica de exploração de plantações arbóreas via Fomento Florestal. Como o projeto de pesquisa (produzido antes desta incursão) tinha uma proposta de abordagem a nível regional, isto é, um recorte de um conjunto de municípios que compõem uma determinada regional de planejamento territorial da Cenibra, a regional Guanhanês, visitou-se nos municípios de Guanhanês, Sabinópolis, São João Evangelista e Peçanha os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STRs, as EMATERs e alguns postos-sedes do Instituto

¹ A expressão ‘fomentado’ é utilizada entre a população local para designar as pessoas, especialmente que compõem o campesinato local, que possuem a relação contratual com a Cenibra via Fomento Florestal. Os próprios agricultores entrevistados se classificam como ‘fomentados’ ao se colocaram frente à Cenibra, expressando, em certo sentido, uma identidade profissional. Por várias vezes a expressão ‘fomentados’ será aqui utilizada.

Estadual de Floresta – IEF no intuito de obter informações e dados sobre a presença do Fomento Florestal nestes municípios.

Os municípios foram selecionados a partir de um estudo estatístico² prévio sobre a presença das áreas com plantações de eucalipto e dos estabelecimentos que as comportam, formando um indicador que apontou a potencialidade da existência da dinâmica do Fomento Florestal que teve influência decisiva na escolha do território a ser estudado. Durante o trabalho de campo percebeu-se a dificuldades que se teria de fazer uma abordagem regional, dada a dispersão dos possíveis territórios de estudo e as limitações de tempo e recursos intrínsecas a uma pesquisa de mestrado, e decidiu-se pela abordagem de somente um município, que veio a ser Peçanha. O município de Peçanha foi escolhido por três motivos. O primeiro está ligado ao resultado da citada pesquisa estatística, que apontou forte presença das áreas da Cenibra nesta cidade, assim como a mostrou como a principal no que concerne à quantidade de estabelecimentos que abrigavam plantações de eucalipto. O segundo motivo assentou-se nas evidências discursivas que se teve acesso durante contatos no município, onde foi determinante a assertiva de um até então desconhecido camponês “fomentado” de que *“Aqui em Peçanha quase todos os pequenos produtores plantam eucalipto com a Cenibra”*. E por fim, o acesso à memória do campo realizado em uma pesquisa anterior no município limítrofe de Virginópolis entre 2010 e 2011 - brevemente caracterizada no curso desta introdução -, em que informantes destacavam a importância do Fomento Florestal em Peçanha.

A partir da escolha do município a ser estudado, programou-se, então, outra incursão ao campo, agora com foco e planejamento fechado para a identificação de possíveis territórios em Peçanha e a realização da coleta de dados de forma ampla e consistentemente suficiente para estudar a dinâmica do Fomento Florestal naquele município. Os primeiros dias de campo foram dedicados a contatar informantes conhecidos na incursão anterior, a fim de conhecer as áreas rurais e os territórios que se encontravam inseridos na cadeia produtiva de papel e celulose, para que aos poucos fosse se fazendo a apresentação da proposta do trabalho e conhecendo as pessoas abertas e dispostas a dar apoio ao trabalho de pesquisa e o acolhimento necessário à observação direta e coleta de dados. Nestes dias também se dedicou expressivo tempo no contato e diálogo com instituições públicas e entidade de classe que tinham um potencial diferenciado em relação à contribuição com a investigação e hipoteticamente interesse em seus resultados, como o STR, IEF, EMATER e Secretaria de Cultura. Após o tempo que percorreu a chegada ao campo e o conhecimento e interação com parte do camponato local e suas comunidades, foi solicitado um abrigo em uma delas e, tendo uma

² Neste levantamento selecionou-se os municípios a partir de dois critérios que consideravam a quantidade de terras de propriedade da empresa no município e a quantidade de estabelecimentos que mantinham plantações de eucalipto. A quantidade de terras de propriedade da empresa nos municípios foi obtida do “Plano de Manejo Florestal da Cenibra” (2011) e a quantidade de estabelecimentos que mantinham plantações arbóreas foi acionada no Censo Agropecuário IBGE (2006). Desse modo, os municípios da região de estudo que se destacaram no quesito “áreas da empresa” como seus respectivos percentuais da área da empresa em relação à área total, foram Sabinópolis (17,5%); Peçanha (14,7%); Paulista (10,3%); Guanhães (9,5%); Sardoá (9,0%), Divinolândia de Minas (8,9%), São João Evangelista (8,6%). No critério “números de estabelecimentos”, foram: Peçanha - 9.489 ha / 72 estabelecimentos; Sabinópolis - 9.840 ha / 29 estabelecimentos; São João Evangelista - 3.015 ha / 19 estabelecimentos; Guanhães - 8.789 ha / 14 estabelecimentos; Paulista - 1.220 ha / 7 estabelecimentos. Ao juntarem-se esses dois critérios e suas respectivas sistematizações resultantes considerou-se a pertinência de estudo das unidades municipais de Peçanha, Guanhães, Sabinópolis e São João Evangelista. Entre esses municípios, destacou-se o de Peçanha, que continha a segunda maior área de propriedade da empresa dentre as cidades pontuadas, assim como mantinha uma quantidade de estabelecimentos que possuíam plantações arbóreas significativamente superiores aos demais municípios.

reposta prontamente positiva, teve-se o acolhimento que permitiu em termos materiais e relacionais a realização da coleta de dados nesta e em outras comunidades e o pretense início de uma “pauta” de estudos na região.

Tendo-se empreendido vários contatos nas citadas entidade e repartições públicas municipais e estaduais, deu-se início à inserção parcial ao universo de quem, no território, experiencia e constrói, de uma posição subordinada, o Fomento Florestal, isto é, o campesinato local que se encontrava imerso naquela dinâmica, seja diretamente através da adesão ao programa, seja indiretamente a partir da convivência territorial, comunitária e familiar. Além da observação direta e registro em caderno de campo, foram efetuadas, durante os dias 17 e 29 de fevereiro onze entrevistas semi-estruturadas com o campesinato de quatro localidades distintas, que aqui são tratadas como comunidades/córregos³, onde foram realizados registros fotográficos sistemáticos e pesquisa espacial participativa, que acabaram por gerar um croqui do território comunitário.

A temática desta pesquisa surgiu a partir de um estudo produzido⁴ entre os anos 2010 e 2011 na mesma região, que compreendeu o município vizinho de Virginópolis e teve como objeto central a percepção dos agricultores familiares sobre a integração à agroindústria Celulose Nipo Brasileira S.A – Cenibra via Programa de Fomento Florestal. Como explicitado na caracterização do objeto, a abordagem desta pesquisa assentara-se na noção de *integração*, entendida como uma relação econômica entre campesinato e agroindústria, caracterizada pela existência de um contrato de compra e venda que formaliza a subordinação do primeiro pela segunda, de modo que a relação de integração corresponde a uma relação assimétrica, onde as formas não capitalistas de produção são incorporadas à lógica de reprodução agroindustrial e subsumidas a partir da apropriação do trabalho excedente e da renda da terra. Esta integração produtiva, nestes termos, é localizável temporalmente, sendo compreendida a partir dos chamados complexos agroindustriais formados no contexto da industrialização da agricultura processada no período pós II guerra.

Este tipo de abordagem, não obstante sua importante contribuição para a compreensão das transformações sociotécnicas que se desenvolveram no campo na segunda metade do século XX, das articulações intersetoriais e intercapitalistas, das quais se conforma a subordinação da agricultura pela indústria e, dessa forma, do campesinato à reprodução industrial, é fundada no paradigma da modernização, o que resulta numa abordagem da mudança social no campo por uma perspectiva unilinear, que opõe o tradicional ao moderno, onde, ao campesinato, a redenção está na tecnificação e integração (moderno), em contraposição à sua extinção e/ou condenação à pobreza perene (tradicional). À este constructo encontra-se subjacente a pressuposição do isolamento de determinadas regiões e segmentos do campesinato que, ao se integrarem, passam a constituir não só a civilização (entenda-se ocidental), mas o mercado, sua forma de integração dominante. Hipoteticamente apartados (o campesinato) do processo de acumulação, a integração integra o que presumivelmente estava separado. Eis um rito de passagem.

Pode-se dizer que, grosso modo, todos esses questionamentos foram sendo construídos ao longo do período que percorre a iniciação e o fim do curso de mestrado. Como aludido, há

³ Essas duas denominações são utilizadas localmente para se referir à organização socioterritorial de parte da população local da zona fria, expressando características sócio comportamentais, através da noção de comunidade, e características geográficas-naturais, expressa pelo o termo córrego.

⁴ Este estudo foi produzido durante a graduação em ciências sociais no âmbito do Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PROBIC da PUC-Minas sob o título de “Mares Verdes: um estudo sobre a agricultura familiar na zona rural de Virginópolis-MG após a implantação da monocultura de eucalipto”.

um continuum em relação ao trabalho anterior no que se refere à temática, contudo, no que tange à abordagem, foi havendo um deslocamento paulatino da centralidade da noção de *integração* e uma ênfase cada vez maior no movimento histórico de formação econômica e social do território estudado e seus respectivos processos econômicos, dentre eles o que é reproduzido e dinamizado a partir da relação econômica anteriormente tratada como integração. Neste deslocamento no tratamento do tema, além do constante diálogo construtivo em termos de orientação, podem ser destacados dois fatores que foram determinantes. Primeiramente, a orientação subordinada que a consolidação do complexo agroindustrial de papel e celulose no Brasil, como parte de uma cadeia mercantil mundial, representou ao dar à exportação de celulose um papel central, a partir de uma estrutura oligopsônica construída pelo Estado nacional. E, também, por ser a Cenibra uma corporação multinacional japonesa construída pelo Estado brasileiro que mantém um amplo controle territorial neste país, especificamente no estado de Minas Gerais.

Um segundo fator está diretamente relacionado às elucidações e questões postas pela interação com o território durante o trabalho de campo, onde ficou evidenciada uma realidade que trazia o interesse da Cenibra, via Programa Fomento Florestal, em um campesinato, em parte remanescente de africanos escravizados, que produz, em sua maioria, sob baixa tecnificação industrial, em pequenas porções de terra, por meio de uma organização comunitária ordenada por parentesco, isto é, uma configuração socioeconômica e sociocultural específica que se analisada a partir da noção de integração se mostra antagônica à lógica reprodutiva das agroindústrias⁵. O campo, além de evidenciar uma conexão desconhecida até então, mostrou que a relação econômica entre aquele campesinato e a indústria era anterior ao início do Fomento Florestal, dada a produção de carvão vegetal voltada para a indústria siderúrgica que ali já se praticara pelo menos desde a década de 1980.

As questões trazidas por essa configuração específica, quando pensadas a partir das diferentes escalas (local, regional e nacional), exigiram respostas que passaram a ser buscadas não só na literatura pertinente, mas em dados históricos e estatísticos, bem como no próprio território. No condizente ao primeiro fator, as questões levantadas implicaram em buscas de explicações sobre o caráter da histórica inserção do Brasil na economia mundial, do atual papel do Brasil na divisão internacional do trabalho, em síntese, da participação do país no processo de acumulação mundial a partir da abordagem dialética do sistema mundial. Já as indagações levantadas em torno do conhecimento empírico propiciado pelo trabalho de campo provocaram a perseguição de respostas acerca do papel do campesinato no processo de acumulação mundial através da acumulação primitiva e da superexploração da força de trabalho, bem como nos múltiplos fatores que explicam a inserção do Programa Fomento Florestal em territórios onde perpetuam relações não capitalistas de produção⁶. Conforme

⁵ Não se nega aqui as particularidades que as relações econômicas contratuais entre campesinato e indústria assumem nos diversos ramos da agroindústria, o que, sem dúvida, se expressa no “público alvo” dos programas que envolvem contratos de compra e venda. No caso da indústria de celulose é possível que a baixa exigência de capital e a simplicidade do processo produtivo (em comparação a outros ramos, como os que envolvem suinocultura e avicultura), no que diz respeito, sobretudo à tecnificação industrial, influam na contração de um campesinato com as características aqui explicitadas. No entanto, não se pactua aqui com a ideia de que esse fator seja unicamente, ou de forma isolada, suficiente para explicar o investimento da indústria de celulose nestes territórios camponeses tradicionais. Como será explorado adiante, acredita-se que os fatores explicativos deste aspecto da estratégia empresarial esteja, sobretudo, relacionado à apropriação do sobretrabalho e da renda da terra do campesinato, assim como à práticas políticas de afirmação institucional.

⁶ Essas questões e tentativas de respostas não se encontravam ausentes na abordagem anterior, mas pode-se dizer que seus tratamentos eram secundários, já que a centralidade voltava-se percepção dos agricultores familiares (categoria então utilizada) “fomentados” sobre o Fomento Florestal e a análise dos aspectos formais assentavam-

tratado, o trabalho de campo foi decisivo, nesse sentido. Se a primeira incursão foi fundamental para emergência de uma ruptura com a pré-noção de que a relação econômica contratual entre a Cenibra e relações de produção não-capitalistas era voltada à agricultores com níveis medianos e altos de tecnificação industrial, produtivamente especializados, com domínio relativo em quantidade de terra, de alta escolaridade para o universo rural e vínculos comunitários pouco coesos, especialmente no que concerne às relações de trabalho, como supunha-se no início deste estudo - em decorrência dos resultados alcançados pela pesquisa anterior -, a segunda incursão confirmou a existência deste tipo de relação econômica em contextos econômicos e sociais que podem ser descritos como quilombolas e tradicionais.

O trabalho de campo revelou a dimensão histórica das comunidades, despertando o interesse, entendido como necessidade, de se compreender as relações atuais a partir do processo de formação econômico e social destas populações. Isto evidenciou: o caráter étnico/cultural, especialmente a afrodescendência, assim como sua relação com a derrocada das relações escravistas e com a construção da liberdade na primeira metade do século XX por parte de ex-escravos e seus descendentes em uma região ainda parcialmente incorporada ao processo de acumulação que participava o Brasil; o processo de incorporação desta região, seus recursos naturais abundantes, onde a floresta, num primeiro momento, e a terra num segundo, foram objetos de apropriação pelo movimento de expansão das relações capitalistas de produção em Minas Gerais; a superexploração da força de trabalho, a princípio no âmbito da produção de mercadoria intensiva em trabalho e de baixo valor e, posteriormente, aplicada ao processo de urbanização que se desencadeou em níveis regional, estadual e nacional, assim como no quadro da produção de carvão vegetal e madeira em tora para a produção de celulose, também mercadorias de baixo valor e alta exigência de trabalho.

Nesse sentido, considerando toda essa trama, essencialmente histórica, a relação econômica contratual estabelecida entre a Cenibra e o campesinato local passou a ser compreendida ao longo do percurso da produção desta dissertação como parte constituinte do processo de formação econômico e social das comunidades.

A pesquisa voltou-se, então, para o estudo da subsistência humana, na perspectiva construída por Karl Polanyi (2012), em que se aborda a economia em seu sentido substantivo, em oposição à sua definição formal. Nesta lente de análise, o econômico é concebido como o processo de satisfazer as necessidades materiais. Assim, a economia é um processo instituído de interações voltadas à satisfação das necessidades materiais. A economia real, que reponde pela manutenção e reprodução das populações humanas.

Num nível interativo, portanto, a economia abrange o homem como coletor, cultivador, transportador e criador de coisas úteis, e abrange a natureza, às vezes como silencioso obstáculo, outras como facilitadora, assim como abrange a inter-relação dos dois numa sequência de eventos físicos, químicos, fisiológicos, psicológicos e sociais que ocorrem em escala menor ou maior. O processo é empírico. Suas partes são passíveis de definição operacional e observação direta (POLANYI, K. 2012, p. 80).

A economia em seu sentido substantivo é, segundo Polanyi, integrado por duas dimensões que se acham imbricadas na realidade. Numa encontra-se a interação entre o ser humano e o meio, noutra a institucionalização deste processo econômico. A primeira

se na noção de *integração*, e, evidente, também pela natureza menos complexa de uma pesquisa de iniciação científica.

“responde pelo resultado material em termos de sobrevivência”⁷ (POLANYI, 2012, p. 78). A segunda denota-se a institucionalidade desta interação, expressa por sua unidade, estabilidade, estrutura, função e relevância política e histórica.

Para atingir a coerência múltipla da economia real, o processo simples de interação tem de adquirir um conjunto adicional de propriedades, sem o qual dificilmente se poderia afirmar a existência da economia. Se a subsistência material do homem resultasse de uma mera e fugaz cadeia causal - sem possuir localização definida no tempo e no espaço (isto é, sem unidade e estabilidade), sem pontos de referência permanentes (isto é, sem estrutura) sem modos de ação definidos em relação ao todo (isto é, sem função) e sem maneiras de ser influenciada pelas metas da sociedade (isto é, sem relevância política) -, nunca poderia ter atingido a dignidade e a importância da economia humana. As propriedades de unidade e estabilidade, estrutura e função, história e política combinam-se na economia por meio de sua roupagem institucional (POLANYI, 2012, p. 81).

Como tratado por Polanyi (2012), a institucionalização das interações constituintes da economia humana correspondem a formas de integração. As principais formas de integração são a reciprocidade, a redistribuição e a troca. “O funcionamento efetivo das formas de integração depende de estruturas institucionais bem definidas” (POLANYI, 2012, p. 85).

Essas formas de integração, como afirma o autor, não correspondem à estágios de desenvolvimento, sendo possível sua coexistência, não obstante sempre haver a predominância de uma delas, às quais as outras estão subordinadas. A forma dominante constitui na economia real, o que habitualmente se designa como “sistemas econômicos”. A compreensão de qual forma é a dominante e de como seu predomínio se dá sobre as demais se encontra no papel que a terra e o trabalho exercem no processo econômico.

Nesse sentido, nesta dissertação concebe-se a relação econômica contratual entre a Cénibra e o campesinato, expressa pelo Programa Fomento Florestal, como um processo econômico instituído no território estudado que, ora combinando, ora confrontando com outros processos econômicos, é compreensível a partir do estudo histórico do movimento de formação econômico e social das comunidades camponesas aqui abordadas.

Se o movimento que deu início ao questionamento da noção de integração para designar a relação econômica entre agroindústria e campesinato culminou no tratamento desta como um processo econômico, nos termos já tratados, os questionamentos sobre os segmentos do campesinato que são o “público alvo” dos chamados programas de fomento, que surgiram após o trabalho de campo, resultaram na relativização da relação entre tecnificação industrial e lógica mercantil, representada pelo conceito de agricultura familiar, com a concretização da relação econômica contratual, dada a participação, nestes programas, de segmentos atualmente caracterizados (internamente e externamente) como quilombolas e tradicionais⁸, fato que implicou na necessidade de se explicitar alguns aspectos relevantes acerca do debate sobre as categorias agricultura familiar e campesinato. As discussões desenvolvidas por Bernardo Mançano Fernandes (2002; 2005) oferecem elementos consistentes nesse sentido.

⁷ Segundo Polanyi (2012) esta dimensão é constituída por dois níveis de troca, a saber, a de localização e a de apropriação que, de forma conjunta, concluem o processo da economia.

⁸ Trata-se aqui de uma generalização segmentar tendo em vista que nas comunidades estudadas não foi percebida nenhuma movimentação comunitária em torno do debate sobre a identidade quilombola ou relativas a povos tradicionais. Nesse sentido, essa categorização, nesta pesquisa, é mais uma atribuição do pesquisador do que um auto reconhecimento. Não teve-se o objetivo de entrar no debate sobre tais categorias ou identidades, e, dessa forma, sobre o processo de diferenciação do campesinato brasileiro e suas múltiplas faces. A caracterização, nesse sentido, é realizada a partir dos dados empíricos em detrimento dos aspectos teóricos.

O autor aborda o debate nos planos teóricos e metodológicos localizando-o a partir de uma discussão ampla entre paradigmas que fundamentam o debate sobre desenvolvimento do capitalismo na agricultura e a consequente permanência ou extinção do campesinato, a saber, o Paradigma da Questão Agrária - PQA e o Paradigma do Capitalismo Agrário - PCA.

O PQA, dominante até o fim da década de 1980, segundo o autor, amparou debates, por um lado, sobre a extinção e proletarização do campesinato no movimento de expansão das relações capitalistas no campo, e, por outro, a respeito da forma como este movimento destrói, recria e cria relações não-capitalistas de produção. A preocupação central dos autores deste paradigma encontrava-se em torno da renda da terra, da diferenciação econômica do campesinato e das desigualdades produzidas pelo desenvolvimento do capitalismo. O camponês aqui é um sujeito subalterno que resiste ao capitalismo. No PQA o problema é estrutural e encontra-se no capitalismo. O camponês representa a resistência, isto é, a negação do sistema (FERNANDES, 2002; 2005).

O PCA, que emerge nos anos 1990, trava uma crítica ao PQA. Deslocando-o PQA da sua posição dominante, o PCA traz para a centralidade nas discussões sobre a expansão do capitalismo no campo a negação dos prognósticos sobre o fim do campesinato, com base no argumento da evidência da expressiva participação da produção agrícola de base familiar em determinado estágio do desenvolvimento da agricultura nos países centrais, garantida pelo controle do Estado das estruturas nacionais de mercado. Neste paradigma, o camponês aqui se profissionaliza e se transforma em agricultor familiar. O problema é conjuntural e reside no campesinato. O agricultor familiar é para este PCA o símbolo da adequação à sociedade capitalista. É uma unidade do sistema (FERNANDES, 2002; 2005).

Diante destas caracterizações, Fernandes (2005) conclui que a utilização dos conceitos assenta-se na escolha de um dos paradigmas, pois, “*separar o camponês de agricultor familiar ou considera-los como um único sujeito em processo de mudança é uma questão de método*” (Fernandes, 2005, p. 19). Ao reconhecer a pertinência teórica de ambas as interpretações no tratamento da mudança social que se processa no movimento do desenvolvimento do capitalismo, o autor denota ao conceito de camponês, no universo do PQA, uma tradição intelectual construída em torno da resistência, marcada pela insistente reinvenção. Não obstante o reconhecimento da pertinência da leitura trazida pelo PCA, Fernandes (2002; 2005) aponta duas contradições a ela relacionada. Primeiramente, o fato de que esta perspectiva metodológica explicita a diferenciação do campesinato, o que confirma algumas premissas centrais do PQA. O outro contrassenso está relacionado a esta diferenciação, pois, como afirma o autor, no Brasil das últimas décadas, ao contrário do que se compreende no PCA, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas a luta pela terra.

A luta pela terra no sentido tratado por Fernandes (2005) explicita a existência da questão agrária e conforma-se como uma luta territorial, compreendida a partir das suas múltiplas faces, haja visto que “*a questão agrária compreende as dimensões econômicas, social, ambiental, cultural e política. A questão agrária é antes de tudo uma questão territorial*” (FERNANDES, 2005, p. 27).

Apoiado nessas colocações localiza-se essa dissertação no marco do Paradigma da Questão Agrária, afirmando a pertinência do uso dos conceitos de campesinato e camponeses, não somente por levar-se em conta a dimensão familiar da organização produtiva, mas a historicidade da mesma, o caráter dual de suas estratégias, que ora exprime antagonismo, ora

exprime colaboração com o desenvolvimento do capitalismo, o que explicita o caráter contraditório deste sistema e, nesse sentido, de uma questão agrária inerente.

[...] As mudanças engenhadas, no movimento do desenvolvimento do capitalismo, atualizam desse modo, um conceito carregado da história, construído no mundo da resistência. Num processo de configurações diversas, de identificação e de estranhamento, formadas pela contradição e pelo paradoxo da questão agrária, ocorrem simultaneidades e descontinuidades, em que o campesinato concebe múltiplas estratégias de recriação da própria existência, subordinando e resistindo, reinventando-se no fazer-se do dia-a-dia (FERNANDES, 2005, p. 20).

A partir da explicitação das ferramentas metodológicas que instrumentaliza esta dissertação, delimita-se o objetivo central da mesma como o trabalho de investigar, conhecer e analisar a relação econômica contratual entre campesinato e agroindústria de celulose, conformada como Fomento Florestal, a partir de sua localização no processo de formação do campesinato da zona fria de Peçanha e desta como um território que compõe o sistema mundial.

Para o alcance deste fim, torna-se necessário a delimitação dos possíveis objetivos de caráter específico a serem alcançados durante e após o processo de pesquisa, dentre os quais se destacam:

- a) Problematizar as construções teóricas que subjaz a noção de *integração*; compreender a natureza da contribuição do Brasil no processo de acumulação mundial; debater a importância da categoria *trabalho* para o estudo do campesinato; evidenciar os aspectos constituintes da subordinação do campesinato pela agroindústria; discutir possíveis interpretações dos conflitos sociais a partir da relação sociedade-natureza; apresentar elementos para se pensar a conexão entre a relação sociedade-natureza, trabalho e conformação de determinadas formações econômicas e sociais.
- b) Identificar e analisar dados e interpretações que contribuam para compreender o movimento de deslocamento de grupos familiares da região do Serro Frio para região da Mata do Peçanha no início do século XX.
- c) Construir, a partir dos dados coletados em campo, uma narrativa a respeito do processo de formação do campesinato na zona fria de Peçanha, pensado desde a articulação que historicamente se estabeleceu entre esta população e o ambiente.
- d) Compreender, a partir da formação do complexo agroindustrial de papel e celulose, o papel do Estado para concentração produtiva e de capitais. Investigar e analisar os fatores que explicam, com base nas perspectivas do chamado setor de base florestal, a emergência dos Programas de Fomento Florestal.
- e) Identificar dados primários e secundários que permitam esboçar uma explicação das mudanças agroambientais recentes da zona fria de Peçanha. Evidenciar, com base em dados primários e secundários, as contradições estruturais que se explicitam via a relação econômica entre campesinato e indústria de celulose constituída em torno do Fomento Florestal.
- f) Identificar possíveis pautas de pesquisas científicas a serem construídas futuramente.

Apesar do relativamente expressivo número de estudos críticos sobre a formação e atuação de atividades produtivas de celulose em variadas regiões e localidades, o estudo da relação econômica estabelecida em torno do fomento florestal é ainda pouco explorado (quando considerado sua expressividade no ambiente de influência das firmas e indústrias plantadoras e consumidoras de árvores), o que implica, a nosso ver, numa deformação no acesso à informação sobre tais programas por parte da população como um todo,

especialmente a que vive no meio rural. Tal deformação se justifica pelo fato da população somente ter, em geral, acesso aos conteúdos informativos vindo das empresas “fomentadoras” e órgãos públicos, os quais, na nossa percepção, não refletem a real complexidade da relação, pois abordam de uma forma “simplista” os supostos benefícios, numa lógica essencialmente empresarial, “como a de quem vende um produto”, na qual se amplia os supostos aspectos positivos e não considera as contradições existentes.

Ao traçar um contraponto, a produção de pesquisas críticas sobre o Programa Fomento Florestal contribui para explicitar, do ponto de vista da economia política, a confirmação do papel elementar que exerce a acumulação primitiva na acumulação mundial e da superexploração da força de trabalho camponesa em contextos de relação contratual com a agroindústria de celulose, que pode provocar um esgotamento precoce da força de trabalho, como resultado da exaustão física e do contato constante com agroquímicos. No mesmo sentido, esse tipo de pesquisa evidencia a superexploração dos recursos da natureza que, a médio e longo prazo, podem comprometer a reprodução biológica e social de determinados ecossistemas.

Do ponto de vista político institucional ou da macro-política, tais pesquisas revelam o papel do Estado e suas instituições na especialização de territórios através de políticas específicas, como as políticas setoriais, florestais e ambientais. No que tange à micropolítica, esses estudos podem possibilitar uma reavaliação das experiências de resistências ocultas, que explicitam os conflitos latentes entre campesinato e agroindústria.

Por fim, do prisma da função social da ciência, justifica-se a relevância desse trabalho pela contribuição ao debate sociopolítico acerca do Programa de Fomento Florestal que, somando-se ao acervo de trabalhos e análises científicas relacionadas ao fenômeno, tende a ser apropriado em arenas de participação política, sejam institucionais, sejam informais.

Para compreender a atuação da Cenibra junto aos agricultores familiares na região em questão, é preciso localizar esta dinâmica num contexto abrangente, que leve em consideração a orientação exógena da produção primária para a exportação, o papel das elites econômicas e do Estado brasileiro, tal como a operacionalização de seus respectivos capitais privados e estatais na constituição e consolidação do complexo agroindustrial de papel e celulose.

Florestan Fernandes (2008) interpretando o caráter do capitalismo agrário brasileiro sublinhou a sua reprodução subordinada na divisão internacional do trabalho ao considerar que a produção agrícola no país, do ângulo estrutural e dinâmico, não obstante sua não uniformidade, foi historicamente a parcela da economia que mais esteve circunscrita à satisfação dos interesses alheios às necessidades da maior parte de sua população. Em todos os regimes políticos e as respectivas épocas econômicas que os sustentam (colonial, neocolonial e dependente), a subordinação aos poderes e interesses dos países centrais marcou as relações de produção no campo (FERNANDES, 2008), reproduzindo a lógica da heteronomia e sua expressão na organização social e produtiva no campo.

Apesar da indústria de papel e celulose não estar em seu período de gestação ligada de forma direta ao capital estrangeiro, o momento de sua constituição e consolidação como parte de um complexo se dá num momento de intensificação e ampliação da internacionalização da economia brasileira sob a domínio do imperialismo norte americano, no período de vigência do regime militar-autoritário, através de políticas específicas para o setor, sobretudo fiscais e de crédito, às quais estão associadas a expansão do chamado setor florestal com base nas plantações arbóreas de eucalipto e pinus. É neste mesmo contexto que são criadas, por meio

da associação do capital estrangeiro e estatal, quatro grandes indústrias de celulose de mercado, por saber, a Aracruz Celulose S.A (atual Fibria), a Cenibra S.A, a Borregard S.A (atual Celulose Riograndense) e a Companhia Florestal Monte Dourado (atual Jari Papel e Celulose S.A) (SOTO, 1993). As duas primeiras, respectivamente, são atualmente a primeira e a segunda empresas no ranking de produção de celulose não integrada no Brasil. A Fibria é atualmente a maior produtora de celulose produzida a partir da madeira de eucalipto a nível mundial.

A criação de tais empresas representou a consolidação da intenção do Estado brasileiro em expandir a produção de celulose para além do abastecimento interno, sinalizada desde o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, assim como o fortalecimento de uma lógica produtivista sustentada pela exploração intensiva de recursos naturais e do trabalho, voltada ao abastecimento externo de produtos primários de baixo valor agregado e alto consumo energético, que se reproduz via mercado de commodities.

Como resultado das políticas específicas estatais de cunho fiscal e creditício, tendo como principal agente institucional o BNDES, de forma simultânea à criação destas grandes agroindústrias produtoras de celulose de mercado e da expansão das indústrias integradas já existentes, expandem-se, neste período, as plantações arbóreas, especialmente de eucalipto, resultante de uma política florestal pautada pela lógica da *plantation*, conforme elaborado por Gonçalves (1999), e das também políticas específicas, sobretudo fiscais, vigentes a partir da segunda metade da década de 1960 e extintas no fim da década de 1980.

A dinâmica de expansão das plantações arbóreas no contexto da vigência das políticas de incentivos, especificamente de eucalipto, tem uma importância singular nesta pesquisa. Primeiramente pela expansão das monoculturas de eucalipto deste período estar relacionada a expressivos conflitos agroambientais, que resultaram em forte reação das populações locais e da sociedade civil organizada, especialmente a partir da década de 1990, manifestações estas, que se acredita ter relação causal com os programas de fomento florestal. Igualmente, pelo fato da extinção dos incentivos fiscais no fim da década de 1980 produzir implicações remetentes à criação e expansão destes programas e outras estratégias de abastecimento de matéria-prima por parte das agroindústrias de celulose. Tais pontos serão mais bem desenvolvidos nos capítulos que se seguem. O que é importante enfatizar nesta parte introdutória é que a proposta deste trabalho está relacionada tanto ao processo de expansão das plantações arbóreas para abastecimento da produção de celulose, quanto das implicações agroambientais decorrentes deste movimento, por entender-se que ambos são fatores interligados que explicam, em grande parte, a dinâmica de implantação e reprodução dos Programas de Fomento Florestal.

Localiza-se, nesse sentido, essa dissertação tanto em meio ao debate acerca da conexão entre relações de produções não capitalistas, representadas pelo campesinato, e as relações de produção capitalista, expressadas pela agroindústria de celulose, assim como no debate sobre as mudanças ambientais relacionadas à expansão das monoculturas arbóreas para fins industriais e energéticos, sob o contexto autoritário do regime militar, e suas implicações nas reações e ações das populações locais, da sociedade civil organizada, das indústrias de base florestal e do poder público em suas diferentes esferas.

Esta última problemática é desenvolvida especialmente a partir da década de 1990 e encorajada pela emergência dos movimentos ambientalistas e de conflitos agroambientais provocados pela expansão das monoculturas de eucalipto processada no bojo do movimento

de industrialização e internacionalização do capitalismo brasileiro. Nesta inquietação social⁹, novos debates que estão relacionados ao objeto desta pesquisa são travados, num primeiro momento na arena política e, num segundo momento, no campo acadêmico. Os temas centrais do debate recaem sobre a superexploração e devastação dos recursos naturais disponíveis nos territórios em que se implantaram plantações homogêneas de eucalipto, a desarticulação social e produtiva das populações atingidas, a expropriação de terras camponesas, a concentração fundiária, entre outros. As movimentações de protagonismo político e resistência de populações envolvidas no processo de expansão das monoculturas de eucalipto implicaram em reações tanto por parte do poder público quanto do setor produtivo consumidor de toras de eucalipto e derivados. Em resposta às resistências e embate por perspectivas e demandas protagonizadas pela sociedade civil organizada e alguns setores da academia, diversos acadêmicos, sobretudo da área das chamadas ciências florestais, produziram, por meio de subsídio das corporações e empresas ligadas ao setor florestal, uma gama de trabalhos que abordavam as plantações arbóreas a partir da ótica empresarial, numa tentativa explícita de mitificar os transtornos agroambientais, locais e regionais, de tal modelo de exploração florestal.

O poder público, não obstante uma ‘tímida’ participação no debate, através do Ministério do Meio Ambiente, produziu em 2005, sob a coordenação de Ana Fanzeres, um “Diagnóstico de conflitos sócio-ambientais em relação à plantação de árvores” que apresenta a complexidade da questão, assim como sua significativa abrangência em território nacional. Porém, como é destacado por Overbeeck, Kroger e Gerber (2012), “o *relatório circulou apenas por um breve período, antes de ser suprimido pelo governo, sem qualquer explicação oficial*” (OVERBEECK, W; KROGER, M; GERBER, J-F, 2012, p. 52).

Tendo como base os debates assinalados, abre-se aqui uma janela interpretativa que concebe a abordagem da integração produtiva entre agricultura familiar e agroindústria de celulose via Programa de Fomento Florestal a partir de três condicionantes que não necessariamente se excluem e podem, em dados contextos, aparecerem combinadas. A primeira encontra-se relacionada à questão da subordinação dos processos não-especificamente capitalistas via estratégia agroindustrial de acesso à matéria-prima, o que implica na extração do trabalho excedente e na renda da terra do produtores de base familiar. A segunda remete-se aos conflitos socioambientais que, ao produzirem reações no setor produtivo em questão, repercutiram no relacionamento deste com a sociedade civil e com o poder público¹⁰. No entanto, abre-se, para além dessas duas interpretações de caráter imperativo, outra chave, que remonta às possibilidades de movimento e postura estratégica do campesinato, concebendo a relação contratual com as agroindústrias como uma operação com fim de reprodução social, imbuída das contradições inerentes.

⁹ Emerge, em tal contexto, uma notória organização não-governamental em prol da resistência frente expansão das monoculturas de eucalipto, o Centro de Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento para o Extremo Sul da Bahia - CEPEDS localizado no estado da Bahia. Em Minas Gerais, a Comissão Pastoral da Terra produziu estudos, documentos e debates quanto à expansão das plantações homogêneas de eucalipto, traduzindo e lançando o livro “Inventário Ecológico sobre o Cultivo de Eucalipto” de Vandana Shiva e J. Bandvopadhvay, que se tornou uma considerável referência de subsídio científico nas ações de resistência frente a estas monoculturas. A Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional (FASE), ONG presente em seis estados brasileiros, produziu diversos relatórios sobre estes conflitos socioambientais. No fim dos anos 1990 surgiu no Espírito Santo, fruto de uma ampla articulação engendrada a partir dos conflitos agroambientais em torno da produção de celulose e suas plantações arbóreas, um importante movimento contrário a este modelo de exploração, denominado “Rede Alerta Contra o Deserto Verde”.

¹⁰ Estas duas condicionantes em inspiram-se no esquema interpretativo construído por Diesel et al (2006), que se desenvolve em torno do argumento que as empresas de celulose praticam o fomento florestal a partir de dois objetivos centrais, o de abastecimento de matéria prima e o de legitimação empresarial.

Adota-se nesta dissertação uma perspectiva sistêmica, o que implica na consideração que a relação econômica contratual e as demais relações à elas associadas são, em última análise, compreensíveis a partir de fatores sistêmicos acessíveis, especialmente, a partir da sua localização no processo de acumulação capitalista e na consolidação do modo de produção capitalista como hegemônico em escala mundial a partir da dialética centro/periferia.

A partir dessa introdução a dissertação está dividida em cinco capítulos e uma última parte de considerações finais.

No primeiro capítulo, trata-se dos aportes teóricos e conceituais que permitem instrumentalizar a análise dos estudos de história econômica e ambiental realizados, tal como da pesquisa empírica. Assim, busca-se através do questionamento da noção de povos isolados, do acionamento dos conceitos de dependência, acumulação primitiva e superexploração, pensar o processo de acumulação mundial e o caráter da participação do Brasil e do campesinato aqui formado, concebido como parte do proletariado. Por outro lado, reivindica-se a perspectiva de análise da conflitualidade para pensar os conflitos ambientais, trazendo para a reflexão dos mesmos as formas cotidianas de resistência e a afirmação da atualidade da questão agrária. Por fim, aborda-se o trabalho como dimensão mediadora da relação sociedade-natureza através da sua importância na adaptabilidade humana.

O segundo capítulo abre o caminho para o conteúdo especificamente empírico que o seguirá. É aqui onde se aborda aspectos econômicos e sociais que contribuem para a compreensão do processo de formação do campesinato no território estudado a partir do estudo do deslocamento de grupos domésticos das denominadas região do Serro Frio para a região da Mata do Peçanha.

Parte essencialmente empírica, no terceiro capítulo aborda-se, a partir da memória social e familiar, o processo de formação econômico e social do território abordado, seu sistema de produção com base na força de trabalho familiar, comunitária e vicinal. Trata-se aqui da relação sociedade e natureza ali estabelecida, sua constante transformação, que se torna aguda a partir da superexploração da floresta para a produção de carvão vegetal e da expansão das extensas e homogêneas plantações de eucalipto para a produção de celulose.

No capítulo seguinte, num esforço de diálogo entre o macro e o micro na análise da territorialização das monoculturas de eucalipto para a produção de papel e celulose, a consolidação do complexo agroindustrial de papel e celulose é evidenciada a desde sua concentração produtiva e de capitais, explicitados por dados do setor. À reconfiguração produtiva que se processa neste complexo a partir da crise do Estado brasileiro na década de 1980, relacionam-se formas alternativas de domínio territorial e obtenção de força de trabalho e matéria prima, dentre estas, a subordinação da agricultura camponesa através do contrato de compra e venda, que permite à extração do trabalho excedente e da renda da terra. Localiza-se, enfim, estes programas, contextualizando-os no tempo e no espaço, e apresentando algumas interpretações-chaves sobre o mesmo.

No quinto e último capítulo, também fundamentalmente empírico, busca-se identificar os fatores locais que explicam as transformações transcorridas nos últimos quarenta anos que caracterizam a “etapa” recente do processo de mudança social no território da zona fria de Peçanha. Fundamentado nesta contextualização, apresentam-se os aspectos constitutivos atuais sobre as relações de produção e de troca no interior das comunidades estudadas, localizando a relação contratual com a Cenibra. Por fim, trata-se dos conflitos ambientais entre campesinato local e a empresa, explícitos e latentes, que se traduzem na dialética

“dominação x resistência”, entendida como a dinamizadora central das relações sociais ali existentes.

Finalmente, na última parte expõem-se as considerações finais sobre o esforço de investigação apresentado, onde abrem-se questões a serem futuramente exploradas enquanto problemas sociológicos.

CAPÍTULO I- ABORDAGEM HISTÓRICA DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A QUESTÃO AGRÁRIA: trabalho, conflitos e natureza

“Ora, se há um resultado decisivo que provém da teoria do sistema-mundial, a unidade deste sistema (unidade que não supõe, de forma alguma, sua homogeneidade: ao contrário) é predominante; isto quer dizer que ela determina, em última análise, a natureza das partes que a compõem. Estamos certos de que se comete um erro fundamental cada vez que se estuda um fenômeno particular de alguma parte do Terceiro Mundo procurando sua “causa” no próprio Terceiro Mundo, em vez de situá-las na dialética do sistema mundial” (AMIN, Samir. 1986, p. 33)

[...] em primeiro lugar, não podemos entender o mundo atual a menos que remontemos à origem do mercado global e da trajetória do desenvolvimento capitalista. Em segundo lugar, é preciso uma teoria desse crescimento e desenvolvimento. Em terceiro lugar, precisamos ter a capacidade de relacionar a história e a teoria desse desenvolvimento que se desdobra com processos que afetam e mudam as vidas das populações locais. Essa teoria também deve ser capaz de delinear os elementos significativos que operam em tais processos e suas combinações sistêmicas no tempo histórico. Ela, ao mesmo tempo, deveria ser suficientemente precisa para explicar as diferenças significativas que distinguem tal combinação das demais - digamos, o capitalismo de outras combinações históricas conhecidas. Finalmente, a história e a teoria teoricamente informadas devem ser juntadas para dar conta de povos especificáveis no tempo e no espaço, como resultantes de processos significativos e como portadores de tais processos. (WOLF, E. R. 2005, p. 46)

Como exposto na epígrafe deste capítulo, particularmente na passagem de Eric Wolf, é fundamental a conjugação teórica, numa análise sistêmica, das escalas macro e micro, onde se considera não somente a formação de um sistema capitalista mundial imperativo e delimitador, mas também a incorporação e constituição de territórios e populações, com suas particularidades existenciais, não apenas como produtos do processo de mudança social, mas

como produtoras. Isto é, não só como partícipes sujeitas no processo de mudança social, mas enquanto forças ativas, dinâmicas e criativas¹¹. Esta operação metodológica requer para sua realização a desconstrução da postulação da existência de sociedades ou povos isolados, seja numa perspectiva histórica, seja numa perspectiva contemporânea.

No que tange aos sistemas econômicos e sociais, Wolf (2005), em “A Europa e os povos sem história” traça uma crítica acerca das bases epistemológicas das ciências sociais que permite a problematização de ideologias e práticas reproduzidas historicamente por este campo científico que resultaram na reificação de conceitos e o conseqüente obscurecimento da complexa dinâmica de interrelações sociais destruídas, transformadas e criadas na vigência do processo de formação do sistema mundial capitalista. A reificação de conceitos como “nação”, “sociedade” e “cultura” tendeu, por exemplo, segundo o autor, à fragmentação da análise e a perda da noção de totalidade, possibilitando a reprodução de noções como a de “sociedades isoladas” e, se perdendo, do ponto de vista histórico, a complexa rede de inter-relações e conflitos sociais processadas entre variados povos e sociedades em torno do globo¹².

A reificação de conceitos essencializa diversificadas realidades, homogeneiza os processos sociais e possibilita a construção de modelos de realidade que não reconhecem as interações e os conflitos sociais processados historicamente. Este problema de compreensão do caráter dinâmico e conflituoso dos processos sociais, de acordo com Wolf (2005), tem explicações epistemológicas associadas ao surgimento das ciências sociais, em meados do século XIX. O ponto crítico e determinante na consolidação destas bases epistemológicas e metodológicas é, segundo o autor, representado pela fragmentação disciplinar e a “negação” da economia política - que até então congregava as reflexões e estudos sobre a natureza e variedades da humanidade - enquanto campo do conhecimento privilegiado nos estudos sociais.

¹¹ Não há pretensão alguma de se propor ou construir nessa dissertação uma teoria que seja capaz de responder ao desafio provocado por Wolf. O que se realiza aqui é um esforço de dar relevo a construções e críticas de caráter epistemológico, metodológico e teórico que vêm trazendo contribuições no sentido apontando. Como esforço inicial, cabe, a fim de localizar aspectos constitutivos do processo de produção de conhecimento sobre a mudança social, discorrer-se brevemente sobre as reflexões do próprio Wolf sobre a crítica das bases epistemológicas das ciências sociais e a necessidade de sua desconstrução e reinvenção.

¹² De acordo com Wolf (2005), esta concepção da existência de sociedades isoladas possibilita a criação e reprodução da noção de ocidente. O ocidente concebido como o ápice do processo histórico particular, torna a história ocidental como sendo a história de todos os povos, pois parte da crença exclusivista que a história é uma só: o percurso natural rumo à civilização ocidental. Esta história torna-se, nas palavras de Wolf, “uma história de sucesso moral [...] Se a história é a realização de um objetivo moral no tempo, então os que reivindicam tal propósito são, devido a esse fato, os agentes prediletos dessa história” (WOLF, 2005, p. 27). De caráter eurocêntrico, onde a organização econômica, social, política e cultural da chamada civilização ocidental é o ponto de chegada do processo histórico - território imaginário que dá lugar ao desenvolvimento das mais elevadas crenças e virtudes humanas -, como produto de um objetivo moral, esta história tem uma natureza unilinear. A partir de tal constructo epistemológico é que se é possível criar um ocidente em oposição à um oriente. Quando há um conjunto de nações em processo de estabelecimento de independência econômica e política em relação à estes dois polos antagônicos, constrói-se um até então isolado terceiro mundo, que em contradição à um ocidente desenvolvido e um oriente em desenvolvimento, caracteriza-se pelo subdesenvolvimento (WOLF, 2005). Tudo muito esquemático e fragmentado. Ao terceiro mundo, império das tradições, a modernização, ou talvez, a ocidentalização, seria o caminho do progresso da felicidade. A integração é, dessa forma, a salvação.

Na separação entre a dimensão econômica e a dimensão política nos estudos sociais, a ciência econômica, em detrimento do estudo de como a coletividade social organiza a produção e reprodução da base material que mantém e sustenta o Estado, passou a se ocupar com estudo sobre as formas de criação de mercados pela demanda. Na outra ponta, apartada de sua base econômica, o estudo da política voltou-se para investigação em torno da explicação do poder no âmbito governamental, centrando-se, então, nos estudos da tomada de decisão e da cultura política (WOLF, 2005).

Com um particular protagonismo neste processo, a sociologia nasce como resposta aos conflitos de classe que se desenvolvem em torno da emergência do capitalismo industrial e da acentuação das contradições características, não as compreendendo como dimensão propulsora da mudança social, mas como sinais patológicos de desagregação de uma sociedade anteriormente ordeira. Em oposição aos conflitos e à revolução, a ordem e o seu alcance torna-se a preocupação central da nascente disciplina. Delimitam-se sociedades e a partir delas postulam-se a ordenação e a coesão social¹³. Durante o processo de desenvolvimento da teoria sociológica, de acordo com Wolf (2005), a lógica dual, que opõe a ordem à desordem, continuará a balizar a forma de conhecer e a delimitação do que conhecer na realidade social. Esta dualidade é acompanhada de uma perspectiva que concebe o processo de mudança social de forma unilateral, imbuído de uma suposta tendência “natural” da passagem de um tipo de sociedade à outra. A sociedade moderna, por sua própria força desintegradora, tenderia a dissolver e desarticular os laços tradicionais¹⁴. Enquanto no período emergencial da disciplina a desordem era a característica da realidade moderna urbano-industrial conflituosa e desagregadora em oposição à uma organização social tradicional coesa, ordenada e harmônica, durante o século XX, com a consolidação da secularização, invertem-se as representações sobre os polos antagônicos. O caráter tradicional da comunidade deixa de representar a ordem e coesão e passa a prefigurar uma ameaça à sociedade moderna, baseada na técnica e na racionalidade instrumental¹⁵.

Na antropologia, ciência que se propõe ao estudo dos chamados povos primitivos e não ocidentais, segundo o autor, após um período de delimitação inicial de abordagem, onde se encontram as universalistas perspectivas evolucionistas e difusionistas, desloca-se para a investigação das “culturas vivas”, a partir da pesquisa de campo. Tal guinada, fragilizada pelo excesso de auto-confiança metodológica, incorreu no isolamento hipotético de microcosmos. Entre tentativas de superação e atualização da centralidade dos exemplos únicos, no qual se reivindica autonomia e autosustentação, a antropologia, em grande parte, reproduziu historicamente a ideia da existência de indivíduos e sociedades isoladas. Assim como nas teorias sociais pensa-se a partir da oposição “comunidade x sociedade”, na antropologia ainda interpreta-se, em grande medida, através da dualidade “povos primitivo x civilização”.

¹³ O Estado-nação é aqui a estática institucional, jurídica e social tangível. [...] *Como as relações sociais foram desligadas de seu contexto econômico, político ou ideológico, torna-se fácil conceber o Estado-nação como uma estrutura de laços sociais constituída mais pelo consenso moral do que por um nexo de relacionamentos econômicos, políticos e ideológicos ligados à outros nexos.* (WOLF, 2005, p. 32).

¹⁴ Essa metáfora é representada pela oposição *Gemeinschaft* (comunidade) / *Gesellschaft* (sociedade), que teve implicações elementares na teoria sociológica.

¹⁵ Como tratado por Wolf (2005), a preocupação central da teoria sociológica vai gradualmente se formando em torno de um processo histórico “quase natural” que parte de configurações sociais simples à complexas, da sociedade tradicional para moderna. A teoria da modernização sintetizará esse suposto percurso inevitável a partir de postulações teóricas que giram em torno das configurações socioculturais vivenciadas pela sociedade norte-americana na vigência de sua hegemonia em termos econômicos e políticos no sistema mundial capitalista. A teoria da modernização estabelecerá uma gama de postulados que pretendem explicar as desigualdades entre centro e periferia a partir do ideal norte-americano de sociedade.

[...] A suposição antropológica tácita de que povos como esse são povos sem história importa na supressão de quinhentos anos de confrontos, morticínios, renovação e acomodação. Se a sociologia opera com sua metodologia do *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, a antropologia, com demasiada frequência, opera com a metodologia do primitivo puro. Ambas perpetuam ficções que negam os fatos dos relacionamentos e envoltimentos que se processam (WOLF, 2005, p. 43).

Em síntese, a fragmentação disciplinar e o apartamento da economia política no surgimento das ciências sociais conduziram à perda da noção de totalidade e da compreensão das inter-relações e antagonismos no processo de mudança social à nível global. A reificação de conceitos permitiu a construção ideológica de falsos modelos de realidade que convergiram na direção de uma justificativa da dominação a partir de uma narrativa histórica orientada por um objetivo moral, de auto-afirmação e auto-justificação.

O desenvolvimento das teorias sociais, como expressão exemplar das implicações epistemológicas referidas, reproduziu a oposição ordem x desordem, perpetuando a exclusão da economia política. No período em que os Estados Unidos alcançavam e consolidavam a hegemonia no plano econômico e político mundial, esta oposição tornou-se a base do paradigma da modernização, na qual a “teoria da modernização” sintetiza a história americana a partir do seu suposto isolamento mundial, elegendo-a como o percurso histórico a ser perseguido, justificando a partir deste constructo as desigualdades entre as nações.

Aqui chega-se ao ponto central da crítica. A “teoria da modernização”, síntese de pressupostos sociohistóricos, presta-se como um instrumento de alinhamento econômico, político e ideológico-cultural entre o centro e periferia durante o imperialismo norte americano. No Brasil, a principal implicação intelectual e ideológica da “teoria da modernização” se materializa sob o regime autoritário militar, instaurado a partir do Golpe de 1964 (PEREIRA, 1982; SANTOS, 1996; MARTINS, 2006).

Na década de 1960, um conjunto de intelectuais majoritariamente latino-americanos, em contraposição aos resultados das políticas desenvolvimentistas vigentes desde a década de 1940 sob a liderança da CEPAL, influenciados pela Revolução Cubana e pela afirmação sociopolítica e sociocultural do chamado terceiro mundo, “propõe-se a interpretar a formação social latino-americana utilizando o marxismo de forma criativa, libertando-o das visões dogmáticas dos partidos comunistas” (MARTINS, 2006). De acordo com Grosfoguel (2013), a escola da dependência se postou politicamente e teoricamente frente à três embates, em oposição: a interpretação desenvolvimentista¹⁶ da CEPAL, ao marxismo ortodoxo dos partidos comunistas latino americanos e a teoria da modernização produzida nos Estados Unidos.

Em torno das elaborações produzidas pelos teóricos da dependência, considera-se aqui que a principal contribuição às ciências sociais latino-americanas é a adoção de uma perspectiva sistêmica que abordar a realidade latino-americana a partir da dialética do sistema mundial¹⁷, o que permite problematizar explicações eurocêntricas, racistas, imperialistas e

¹⁶ O autor usa o termo neodesenvolvimentista. Aqui mantém o termo desenvolvimentismo, por motivos de pertinência à abordagem comumente realizada no Brasil.

¹⁷ A análise sistêmica calcada na dialética do sistema mundial é aqui tratada a partir da teoria marxista da dependência. No entanto, pode-se atribuir o esforço de sistematização do sistema mundial como unidade de análise à Immanuel Wallerstein (1975). Este autor, no marco da busca da compreensão do processo de mudança social, traz a categoria economia-mundo europeia, que permite abordar o processo de acumulação de capital a nível mundial e a formação do que veio a ser chamado de sistema mundial capitalista. Esta economia-mundo emergiu entre o final do século XV e o princípio do século XVI e se caracterizou por ser um sistema econômico distinto de qualquer outro até então existente. Este, diferentemente de outros sistemas econômicos, como os

universalistas da desigualdade a nível mundial. Ao tratar esta desigualdade como estrutural e inerente ao desenvolvimento capitalista, a teoria da dependência, especialmente em sua vertente marxista, trouxe para a ordem do dia a perspectiva de que o que se entende por “*subdesenvolvimento não é senão uma parte necessária do processo de expansão do capitalismo mundial, não podendo, portanto, ser ‘superada’ dentro dos seus marcos*” (CARCANHOLO, 2013,p.194).

Esta perspectiva de análise tem implicações epistemológicas e metodológicas transformadoras, já que questiona a noção de “povos isolados” ao considerar o caráter mundial do processo de acumulação capitalista. Povos, nações, regiões, localizados no centro ou na periferia, desde quando iniciada as investidas do capitalismo mercantil no século XV, encontram-se em um sistema econômico de natureza mundial, onde os elos são progressivamente fundados na divisão internacional do trabalho. Não há indivíduos e povos isolados nesses termos. A sujeição à exploração e superexploração do trabalho promove a conflituosa união da diversidade.

Para a proposta deste trabalho, coube trazer a contribuição de dois expoentes da teoria marxista da dependência, a saber, André Gunder Frank e Rui Mauro Marini.

1.1 Campesinato, Acumulação primitiva e superexploração do trabalho

André Gunder Frank (1977), em “Acumulação mundial: 1492-1789” se posta a analisar o processo de acumulação do capital numa perspectiva holística, enquanto uma totalidade expressa por seu caráter mundial. Concentrando sua abordagem no papel exercido pela periferia do sistema no movimento que produziu as bases materiais para a emergência do capitalismo industrial, o autor traz como fundamental a compreensão deste processo a partir de sua dimensão territorial-espacial, tendo em vista a relação centro-periferia e suas distintas contribuições e papéis no processo de acumulação mundial.

A reflexão teórica e metodológica de Frank (1977) concentra-se na noção de interconectividade assimétrica entre economias centrais e economias periféricas, isto é, que ambas compõem e participam do processo de acumulação do capital, independente da forma ou posição em que estas se inserem, pois ambas são dimensões econômicas, sociais, políticas,

impérios-mundo, é de natureza fundamentalmente econômica. A emergência da economia-mundo europeia permitiu a conformação de um moderno sistema mundial, tratado nestes termos por expressar-se de forma superior, em poder e abrangência, a qualquer unidade política e juridicamente definida. Apresenta-se como uma economia-mundo por ser a dimensão econômica que determina, em última instância, a viabilização e manutenção das inter-relações no interior do sistema. Uma das características centrais da economia-mundo europeia consistem na inovação de mecanismos de extração, que deixa de ser baseada na arrecadação tributária ou de recebimento de rendas feudais para progressivamente pautar-se em relações mercantis, e na forma de interação entre economia e política, a partir do momento em que o Estado é convertido em uma empresa econômica, instrumentalizando o estabelecimento de monopólios, mudando o caráter do comércio de longa distância até então restrito a artigos de luxo. Neste período emergencial, o comércio passa girar em torno de produtos alimentícios e matéria-prima. O processo de acumulação que se inaugura no contexto da economia-mundo europeia vai gradualmente reorganizando as conexões e interações territoriais no interior do globo terrestre, modificando e hierarquizando tais relações, conformando um sistema essencialmente desigual. Wallerstein (1975) parte do princípio que a expansão econômica europeia deve ser analisada por seus fatores internos e externos. Um sistema econômico, organizado e hierárquico, em territórios europeus e territórios conquistados, permitiu lograr um sistema de extração de excedentes de extraordinária eficiência. A configuração polarizada orquestrada pela divisão mundial do trabalho caracteriza o sistema. A racionalidade da organização econômico-produtiva se dá para além do território europeu, sendo expandido para territórios dominados que passam a participar ativamente do processo de acumulação. Para compreender essa dinâmica espacial, Wallerstein propõe uma repartição geográfica em zonas econômicas: a central, a semi-periféria e a periferia.

culturais e ambientais constituintes do sistema mundial. Este processo é caracterizado por ser único, contínuo, estruturalmente desigual e temporalmente irregular.

Ao discorrer sobre a acumulação primitiva, primária e capitalista do capital, Frank (1977) assinala que nos séculos precedentes à contemporaneidade o mundo foi palco de um processo de acumulação de capital, de caráter desigual e irregular e que, ao menos a partir do século XIX, foi capitalista. No período que antecede à acumulação capitalista, certas relações de produção não-capitalistas foram fundamentais na acumulação do capital, como as coloniais, escravistas e feudais. É a partir dessas relações que se desenvolveu a acumulação primitiva do capital. Esta, baseada em relações não-capitalistas e na transformação dessas em capitalistas, consistiu no movimento primeiro de separação entre força de trabalho e meios de produção, que permitiu a produção e reprodução de relações de produção tipicamente capitalistas. Este movimento de acumulação primitiva, magistralmente narrado e analisado por Karl Marx e por Karl Polanyi, e que teve sua expressão mais emblemática na Inglaterra, foi “exportado” através dos movimentos expropriatórios que passaram a ocorrer no além-mar, isto é, nos territórios progressivamente conquistados pelos emergentes Estados-nações europeus, em grande parte do globo terrestre. Este movimento, apesar de ter sua origem relacionada a relações de produção não-capitalistas, permanece, na perspectiva do autor, como aspecto constituinte do processo de acumulação capitalista mesmo na atualidade¹⁸ (FRANK, 1977).

Pode-se se considerar que acima se encontram as principais contribuições de Frank (1977). Primeiramente, o autor destaca a importância da interconexão territorial no processo de acumulação, que se caracteriza pela unicidade, continuidade, desigualdade e irregularidade. Tendo em vista essas características, o autor pontua que o movimento de acumulação de capital é historicamente calcado nas relações não-capitalistas de produção, via mecanismos de acumulação primitiva, que não se restringem ao período pré-industrial, dada sua permanência nas fases históricas que o sucede.

Ruy Mauro Marini (2005), em um trato mais específico, mas não menos sistêmico, realiza uma abordagem a partir das antigas colônias ibéricas em “Dialética da dependência” se debruçando sobre a formação do capitalismo na América Latina desde sua relação com a economia mundial e sua participação no processo de acumulação do capital. Na mesma linha que Frank (1977), o autor afirma a desigualdade estrutural do desenvolvimento das relações capitalistas a nível mundial, onde a assimetria entre os chamados países capitalistas avançados e os atrasados não é simplesmente uma questão temporal e protocolar, mas fator determinante do processo de reprodução ampliada do capital e, logo, da reprodução do capitalismo como um sistema mundial - o que exige uma nova abordagem do caráter do desenvolvimento destas forças na periferia. Nesse sentido, o autor considera que o modo de produção que se encontra na América Latina consiste num capitalismo *sui generis*, compreensível somente a partir da sua relação sistêmica, tanto em nível interno, quanto, sobretudo, a nível externo¹⁹.

¹⁸ Para diferenciar a acumulação primitiva que historicamente antecede a acumulação capitalista da reprodução de lógicas e práticas da acumulação primitiva nos períodos históricos já capitalistas, Frank (1977) traz a noção de acumulação primária para se referir à esta última.

¹⁹ Para Marini (2005), a América Latina é produto da expansão comercial, orquestrada pelo emergente capitalismo, que se processa no século XVI. O seu desenvolvimento, nesse sentido, está estritamente ligado ao processo de expansão do capitalismo internacional. A contribuição da América Latina ao processo de acumulação do capital comercial, com seus recursos minerais e gêneros de alta apreciação na Europa é, segundo o autor, de relevância inquestionável. Subscreeve-se com o fluxo de mercadoria e ampliação do volume da oferta de moeda circulando na economia, implicando no fortalecimento e expansão comercial e bancária europeia e,

Como conceito fundamental de sua análise, Marini define dependência como:

[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2005, p. 141).

Para o autor, as implicações da dependência, pelo seu caráter estrutural e sistêmico, é a perpetuação da dependência. Esta relação é datada, no que se refere à sua consolidação, e remonta ao século XIX, período de desenvolvimento da grande indústria e, assim, da divisão internacional do trabalho. O que fundamenta a condição de dependência na obra de Marini é a superexploração do trabalho.

Como o que caracteriza a dependência são as relações de troca desigual, as nações em situação de desfavorecimento nestas relações ativam, para sua reprodução econômica e social, mecanismos de compensação²⁰. Tais mecanismos de compensação se desenvolvem por meio da superexploração do trabalho. Marini destaca três mecanismos de compensação baseados na superexploração do trabalho²¹:

- a) intensificação do trabalho;
- b) prolongamento da jornada de trabalho;
- c) expropriação de parte do trabalho necessário para reprodução.

A categoria superexploração do trabalho, tal como construída por Marini, não manifesta distinção entre os segmentos sociais de trabalhadores, o que lhe confere um caráter totalizante. Nesse sentido, a categoria pode ser mobilizada para se pensar suas expressões

consequentemente, do setor manufatureiro e sua posterior indústria. Com a Revolução industrial, as emergentes nações se encontram girando em torno das relações comerciais com a Inglaterra. Relações caracterizadas pela troca desigual, na qual a América Latina participava com bens primários e a Inglaterra com bens manufaturados. É nesse período histórico que, determinado pela divisão internacional do trabalho, a América Latina, como conjunto de nações independentes, se insere na economia mundial, de forma subordinada e dependente.

²⁰ Sobre a contribuição da América Latina, a participação já mencionada como fornecedora de alimentos e matéria-prima para Europa permitirá um deslocamento do eixo de acumulação baseada na extração da mais-valia absoluta para a extração da mais-valia relativa. Mas esse deslocamento, segundo o autor, se processa essencialmente nos países capitalistas do centro e, na América Latina, a extração do excedente continua ocorrendo com base na mais-valia absoluta. Ou seja, para garantir a reprodução do modo de produção especificamente capitalista dos países do centro, as nações latino-americanas reproduzem a extração da mais-valia com base na superexploração do trabalho. Para Marini, aqui se encontra o caráter contraditório da dependência da América Latina. *“Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é elevada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana”* (MARINI, 2005, p. 162).

²¹ Considerando a diferença da prática de tais mecanismos nas atividades industriais das atividades agrícolas e extrativas, Marini considera uma maior eficiência nestes últimos setores. [...] *“De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensível, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro”* (MARINI, 2005, p. 156).

formais e informais (no sentido da regulamentação do trabalho), assim como sua abrangência segmentar. Isto permite compreender a convergência das diversas condições sociais dos trabalhadores da periferia do sistema mundial, onde se insere a América Latina, a partir da condição de submissão à superexploração da força de trabalho.

Essa operação encontra-se consonante com a abordagem crítica da categoria *trabalho* no estudo do campesinato pelas ciências sociais. Num exercício de fundamentação dessa crítica, Ferreira (2010) assinala que a divisão do trabalho reivindicado pela sociologia positivista²² no campo das ciências sociais implicou numa compreensão da categoria *trabalho* por uma ótica “industrialista”, como na chamada sociologia do trabalho (em suas vertentes conservadoras e marxistas) e, no campo da antropologia (campo que se especializou no estudo de sistemas de trabalho e economia domésticos²³), em estudos do trabalho com viés evolucionista e positivista de natureza idealista ou marcados pelo romantismo. Estas abordagens que, de modo geral, “*fragmentam e isolam as condições da economia doméstica das condições do conjunto do proletariado, senão teoricamente, pelo menos politicamente*” (FERREIRA, 2010, p.20), acarretaram em um tratamento do trabalho do campesinato por perspectiva conservadora, impossibilitando que se perceba e conceba o trabalho do camponês a partir da noção de proletariado, ou, de forma mais adequada para o estudo aqui apresentado, de semiproletariado²⁴.

O apartamento do campesinato do conjunto do proletariado acaba por separar, do ponto de vista analítico, a questão territorial da questão do trabalho. Ferreira (2015), em relação aos estudos das sociedades indígenas, afirma que a ênfase dada à terra e ao território “*tem relativamente invisibilizado o fato de que não são somente as terras indígenas (e seus recursos) os objetos de apropriação nos movimentos de expansão econômica, mas também o trabalho e os trabalhadores indígenas*” (FERREIRA, 2005, p. 04). Como tratado pelo autor, não há nenhuma incoerência em considerar ambas as dimensões naqueles estudos, pelo ao contrário, faz-se necessário conceber o trabalho como categoria estruturante, como condição para não se perder a historicidade daquelas sociedades. Numa perspectiva semelhante, é possível, mesmo considerando as especificidades socioculturais e históricas das sociedades indígenas, traçar crítica análoga acerca da abordagem do campesinato, reivindicando a natureza estruturante da categoria trabalho, pensada a partir da dialética do sistema mundial e da superexploração do trabalho. Assim, tomando a superexploração do trabalho como categoria que de uma perspectiva totalizante abarca o conjunto dos trabalhadores da periferia do sistema mundial capitalista, ressalta-se a importância das dimensões étnico/racial e de gênero em sua compreensão, tal como trabalhado por Moyo, Yeros e Jha (2012) sobre a acumulação primitiva na contemporaneidade, por Ferreira (2015) sobre o trabalho dos indígenas e por Federici (2013) sobre o trabalho reprodutivo da mulher.

Esse debate é do ponto de vista metodológico de particular relevância para se pensar a participação do campesinato no processo de acumulação capitalista, através de sua criação e recriação, de sua negação e de sua afirmação. Samir Amin (1976), ao analisar o período da

²² Ferreira (2010) destaca como principal personagem desta postulação o sociólogo Emile Durkheim.

²³ Ferreira (2010) ressalta a importância, neste campo, do estudo do trabalho do campesinato que rompe com o viés industrialista.

²⁴ Autores como Sam Moyo, Paris Yeros e Praveen Jha (2012) se referem à formação de um semiproletariado em países na periferia do sistema mundial que passaram por um processo de industrialização. Nesses países, tidos como semiperiféricos, formou-se, segundo os autores, uma massa de semiproletariados, caracterizados pela precariedade das relações de trabalho, assim como pelo substancial despendimento de trabalho dos integrantes no interior das unidades domésticas para a reprodução das mesmas, isto é, do trabalho não remunerado, que explicita a apropriação de parte do trabalho necessário pelo capital. No Brasil, pode-se pensar que a relação de semiproletarização do campesinato como a realização de trabalho acessório, seja contínuo ou sazonal. O fluxo de força de trabalho, também tratada como migração sazonal, pode também ser tratado como uma expressão desta relação de semiproletarização do campesinato.

industrialização da agricultura - que representa a consolidação da subordinação da agricultura pela a indústria-, sublinha que este é marcado por transformações profundas nas relações de produção no campo e no processo produtivo do campesinato. Transformações profundas, nesse sentido, não provocam necessariamente a extinção de modos de produção ou relações de produção não capitalistas, mas suas incorporações ao processo de acumulação mundial²⁵. De um ponto de vista semelhante, Frank (1977) reivindica o caráter estrutural desta desigualdade do desenvolvimento do capitalismo e considera como aspecto de maior importância na compreensão da existência do capitalismo o processo de “*transformação das relações de produção, circulação e realização através de sua incorporação ao processo da acumulação de capital [...]*” (FRANK, 1977, p. 33). Sobre a permanência de modos de produção e relações não capitalistas e a interação entre elas com as relações capitalistas no interior do sistema mundial, Frank considera que:

[...] Há uma grande variedade de modos ou, pelo menos, de relações de produção e de combinações entre elas, bem como delas com o modo capitalista de produção. Muitas de tais relações são preservadas ou mesmo criadas pela incorporação, no processo capitalista da acumulação de capital, da produção organizada através dessa variedade de relações ou modos de produção “não capitalista” (FRANK, 1977, p. 38)

Como um exemplo de como relações de produções não capitalistas são recriadas de forma subordinada durante o processo capitalista de acumulação de capital, tem-se a relação econômica entre campesinato e agroindústria via contrato de compra e venda, tal como se desenvolve a partir do Fomento Florestal.

Esta relação econômica do campesinato com as agroindústrias consumidoras de matéria-prima se processa através de relações oligopsônicas nas quais está praticamente ausente a competição de preços. O contrato de compra e venda é o seu principal instrumento, no qual a produção familiar se encontra em profunda desvantagem perante as agroindústrias (Moreira, 1999).

Para reflexões acerca das relações econômicas contratuais entre campesinato e as agroindústrias a partir de uma experiência brasileira, reporta-se aqui aos trabalhos de José Vicente Tavares dos Santos, emblemáticos em conteúdo e peculiares em análise, apresentados no livro “*Colonos do Vinho*” (1978) e no artigo “*A reprodução subordinada do campesinato*” (1981). Tavares dos Santos (1978; 1981) trata da subordinação do trabalho do camponês ao capital agroindustrial e os mecanismos e estratégias empresariais e governamentais que subsidiam e permitem a reprodução subordinada do campesinato.

“*Colonos do Vinho*” (1978) consiste num estudo de caso realizado no núcleo colonial na região Nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Composta por imigrantes italianos chegados ao Brasil no último quartel do século XIX, a fração São Pedro, como outros núcleos da mesma região, é produto das políticas de colonização adotadas no país durante o citado século e se reproduziu historicamente a partir de uma combinação entre policultura de

²⁵ Nesta perspectiva de análise, Amin (1986) se contrapõe a tese da tendência da acumulação da propriedade fundiária na agricultura e da massiva proletarização dos camponeses no modo de produção capitalista. Para o autor, a subordinação do campesinato é compatível com a racionalidade da reprodução ampliada do capital. “*A concentração da propriedade fundiária e a franca proletarização dos camponeses não constituem o meio principal de desenvolvimento do capitalismo nas suas relações com a agricultura mas, pelo contrário, um meio de exceção, mais custoso porque mantém – e muitas vezes reforça à extração que a renda representa. Esta via só é predominante quando impõe uma aliança de classes que lhe seja favorável*” (AMIN, Samir, 1986, p. 32).

subsistência e produção de uva e vinho. Santos (1978) se empenha em demonstrar, numa abordagem histórica, como foram se dando as transformações nos processos de produção destes grupos, particularmente no que concerne à sua subordinação ao capital, a princípio comercial e, posteriormente, agroindustrial.

O objetivo central do trabalho consiste na reconstrução dos processos sociais que configuram a existência do campesinato na sociedade capitalista. Assumindo como ponto de partida o conceito de processo de trabalho simples de Marx, Tavares dos Santos (1978) propõe uma abordagem da especificidade do trabalho camponês. Pensando esta categoria como uma classe social, no qual o seu excedente econômico é apropriado por outra classe (comercial e industrial), o autor considera a peculiaridade do campesinato enquanto classe. Esta é expressa pela não separação do trabalho e os meios objetivos de produção. Nesse sentido, a apropriação do trabalho camponês, diferentemente do assalariado, ocorre a partir da subordinação do processo de trabalho pelo capital, neste caso, agroindustrial. Por assim serem, tais relações não desestruturam o processo de trabalho camponês, permitindo sua reprodução subordinada no modo de produção capitalista.

O autor considera os mecanismos e instrumentos de subordinação do trabalho do campesinato ao capital, especificamente no âmbito do setor produtivo de vinho, no período histórico abordado pelo autor. Tais mecanismos são os controles parciais do processo produtivo por parte das indústrias a partir de instrumentos de parcelamento do pagamento e a definição de padrões técnicos. O papel do Estado, como exposto por Santos (1978) se faz presente por meio da política de preços mínimos que deterioram o valor do produto camponês e via política sanitária que impede a produção artesanal de vinho e transforma aquele campesinato em puro fornecedor de matéria prima.

Num artigo posterior ao livro, Santos (1981) destaca dois níveis de subordinação do camponês pelo capital. O primeiro deles se dá na forma de subordinação do trabalho ao capital, dentro ou fora da propriedade. Nesse nível, a exploração do trabalho do campesinato se desenvolve através de sua proletarianização sazonal e das frentes de expansão de fronteira agrícola, e nos termos da unidade doméstica, a partir da apropriação do sobretrabalho por meio da compra de mercadorias sob relações oligopsônicas e do condicionamento do processo produtivo no que diz respeito às atividades de plantio, beneficiamento e comercialização dos produtos (alimento ou matéria-prima). No segundo nível ocorre a subordinação do camponês à propriedade da terra. Considerando, como indica o autor, que no modo de produção capitalista a terra é equivalente a mercadoria, o que lhe atribui um valor monetário formado pela renda da terra capitalizada, a apropriação desta renda pelas agroindústrias e outros agentes capitalistas caracteriza o segundo nível de reprodução subordinada do campesinato (SANTOS, 1981).

Em síntese, a abordagem realizada por Tavares Santos (1978) em “Colonos do Vinho”, tais como as de Amin (1976) e de Frank (1980), localiza-se na linha de interpretação de que processos produtivos não capitalistas não são antagônicos à reprodução ampliada do capital, mas, pelo contrário, são necessários à reprodução do modo de produção capitalista, como exposto na seguinte passagem de José de Souza Martins no prefácio do livro:

O tradicionalismo de algumas categorias da sociedade brasileira não seria, por isso, remanescente e anacronismo de uma outra época, incompatível com a racionalidade do capital. Muito ao contrário. Sem ele, provavelmente, a reprodução capitalista entraria em crise. É mediação e expressão de contradições específicas do processo do capital (MARTINS, J.S, 1978, p. XVII).

A expansão do capitalismo no campo brasileiro, agudizado após a industrialização da agricultura que se processa no período pós-segunda guerra é caracterizada, como visto, pela subordinação do campesinato pela reprodução industrial, relação conflitiva que se expressa na apropriação, por parte do capital, do trabalho excedente e da renda da terra do campesinato. Tal período, caracterizado pela intensa e ampla desarticulação de formas não capitalistas de produção via violência sistemática e institucionalizada, pelas bases econômicas, política-ideológicas e técnicas em que estava assentadas produziu transformações agudas nos diversos biomas e ecossistemas brasileiros, em ambientes rurais e urbanos, onde as contradições sociais deram os contornos de conflitos explícitos e latentes que marcaram o desenvolvimento do capitalismo nas últimas décadas.

1.2 Conflitos Agroambientais: pela historicidade e a informalidade

O processo de desenvolvimento das relações capitalistas no campo brasileiro historicamente analisado em torno do debate sobre a questão agrária não é recente, apesar de ter-se em seu desenrolar mudanças qualitativas e períodos de agudização, como ocorrido no período do desenvolvimentismo autoritário e excludente da industrialização brasileira posta em prática no regime militar estabelecido em estreito vínculo com o imperialismo norte americano.

As relações de produção capitalistas que historicamente foram avançando de forma imperativa sobre modos ou relações de produções não capitalistas, implicaram numa série de confrontos nos ambientes rurais de todo território brasileiro, cada qual com sua temporalidade e especificidade sócio-histórica e geográfica. Muitos desses conflitos, ao tomarem proporções extraordinárias, marcaram a história do país. Da passagem do Império à República, conflitos como a guerras dos Muckers no Rio Grande do Sul, do Contestado no Paraná e Santa Catarina e de Canudos na Bahia; No século XX, anterior à ao Golpe de 1964, a Revolta de Trombas e Formoso em Goiás, a Guerrilha de Porecatu no Paraná, as lutas da ULTAB e das Ligas camponesas pelo Brasil. Durante o regime militar, sobre forte aparato repressivo, ocorreram centenas de assassinatos de camponeses e camponesas em virtude de confrontos com o Estado, agentes capitalistas e seus correligionários. De 1964 a 1985 foram registrados 1.106 mortos em conflitos no campo no Brasil (OLIVEIRA, 2005). A redemocratização não representou um arrefecimento desses conflitos, pelo ao contrário, os dados apontam para uma intensificação da violência no campo, pelo menos até meados da década de 1990, tendo em vista que se tem o registro de 899 mortes somente entre 1986 a 1994 (OLIVEIRA, 2005).

Do ponto de vista histórico, visto quase exclusivamente por um ângulo economicista da luta pela terra ou por sua manutenção, as análises desses conflitos acabaram por obscurecer dimensões fundamentais da questão agrária, como as relações de gênero, relações étnicas/raciais, ambiental e territorial. Com o fim da Guerra Fria em termos globais e, em âmbito nacional, o fim do regime militar e a emergência da chamada redemocratização, pesquisadores, movimentos sociais, ativistas e organizações políticas influenciadas pelo debate ambiental que crescia em termos globais e nacionais passaram a construir e ressignificar categorias e conceitos em busca da compreensão das transformações econômicas e sociais a partir da incorporação de noções ambientais e ecológicas. Este esforço teve grande importância na abertura do leque de chaves interpretativas sobre a relação sociedade-natureza e a dimensão política que a engloba, como é o caso da ecologia política. Porém, em determinadas abordagens acabaram por caminhar para uma análise formalista e conjuntural dos conflitos pensados a partir da relação sociedade-natureza.

Este é o caso das abordagens predominantes fundamentadas na noção de *conflitos ambientais* (ou socioambientais). Estas, não obstante representarem um evidente avanço no que tange à análise dos conflitos sociais que se desenvolvem nos ambientes urbano e rural, na inter-relação entre os mesmos, nas dimensões de gênero e étnico/raciais, na relação entre capital e campesinato, Estado e campesinato, Estado e capital, no caráter contraditório do Estado nacional no capitalismo e no estudo da assimetria das relações de poder em torno da construção simbólica e material do ambiente, abordam o conflito como um evento - ou conjunto deles - anunciado à arena pública por grupos organizados em torno de uma causa ou demanda objetiva, onde cabe ao Estado, através de suas instituições, acolher e mediar os antagonismos. Nesta perspectiva de análise, predomina uma leitura na qual se encontra subjacente uma “suposta” novidade dos conflitos, em detrimento de uma reflexão sobre a mudança na percepção dos conflitos, como fica evidente em algumas construções presentes no texto “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais” de Henri Acselrad (2004)²⁶ que, de certa forma, inaugura a mobilização da noção de conflito ambiental no Brasil. Fazendo alusão sobre a delimitação temporal destes conflitos no tempo, o autor considera:

[...] Ao contrário dos conflitos ambientais engendrados pelo desenvolvimentismo autoritário, abriu-se, nesta nova conjuntura, espaço crescente para a emergência de contenciosos originados na desregulação do ambiente, por meio da flexibilização das normas ambientais ou da fragilização das agências públicas (ACSELRAD, 2004, p. 28).

Nesta passagem (em que o autor se remete à década de 1990), fica claro que para o autor existe uma relação entre conflitos ambientais e as políticas econômicas postas em práticas durante o regime autoritário-militar. Porém, também se explicita que é a partir da década de 1990 que esses conflitos tomam de certa maneira sua forma “mais pura”, caracterizado pela organização social coletiva “formal” e capacidade e condições de publicizar as demandas e lutas, como fica mais claro na seguinte passagem.

[...] Conflitos ambientais eclodiram, conseqüentemente, quando os despossuídos passaram a reclamar, desde que foram estabelecidas garantias de visibilidade no espaço público que se constitui após a ditadura, maior acesso aos recursos como água, terra fértil, estoques pesqueiros etc, denunciando o comprometimento de suas atividades pela queda da produtividade dos sistemas biofísicos de que dependiam e pelo aumento do risco de perda de durabilidade. (ACSELRAD, H. 2004, p. 27-28).

Esta caracterização localiza temporalmente os conflitos ambientais. Desse modo, no que concerne a sua conceitualidade, tal temporalidade coloca-se como inerente, apesar de não se encontrar na definição objetiva, como pode ser observado na seguinte passagem:

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significados do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de

²⁶ Certamente, trata-se aqui de uma generalização que se explicita em dois sentidos. Primeiramente em relação ao campo de pesquisa dos conflitos ambientais, mas também, em relação à extensa obra do autor. Tem-se plena consciência que generalizações podem implicar em simplificações da realidade, mas acredita-se na validade do esforço enquanto exemplificação de determinadas posições metodológicas. Considera-se que os elementos destacados possam ser identificados no texto “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais” de Henri Acselrad (2004). Sua importância nos trabalhos que tratam dos conflitos ambientais é notável. De acordo com Carneiro (2009), na realização de sistematização e análise dos trabalhos apresentados no GT de Conflitos Ambientais da ANPOCS entre 2004 e 2008, Acselrad é o segundo autor mais referenciado (em 24 trabalhos), tendo destaque principal o citado texto. Pierre Bourdieu aparece como autor por mais vezes referenciado (26 trabalhos).

apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitido pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos [...] (ACSELRAD, H. 2004, p. 26).

Como se pode observar, apesar dos aspectos “conjuntural” e “formal” que contextualiza os conflitos, a definição objetiva dos *conflitos ambientais* é muito mais abrangente, podendo ser sem muita dificuldade apropriada para exercícios de compreensão de confrontações sociais como a Guerra do Contestado no Paraná e Santa Catarina e das instauradas em torno da Reforma Passos no Rio de Janeiro nos princípios do século XX, ainda na Primeira República. Nesta perspectiva, poderia assim dizer que esta definição seria capaz de subsidiar análises de grande parte dos conflitos que ocorreram no campo brasileiro no século XX e quiçá durante os períodos coloniais e imperiais, como envolvendo os povos indígenas e os quilombolas.

O que permite diferenciar os conflitos pretéritos dos contemporâneos, a partir da perspectiva trabalhada no texto de Acserald (2004) é o caráter “conjuntural” e “formal” dos conflitos. Nesse sentido, o contexto que apresenta as configurações políticas e jurídicas adequadas ao desenvolvimento do conflito ambiental seria o regime democrático vigente. Os conflitos que ocorreram fora deste contexto seriam outros tipos ou modalidades de conflitos.

Esses aspectos conceituais, na perspectiva de análise aqui perseguida, acabam por diluir, dum ponto de vista metodológico, a natureza sistêmica dos conflitos de classes na sociedade capitalista e por obscurecer as formas de resistência cotidianas que, por sua própria natureza, não são explícitas, nem denunciadas e nem diretas.

Numa abordagem crítica das investigações dos conflitos que se processam no campo, James Scott (2002) aponta certo paradoxo no estudo do campesinato ao observar que há uma primazia histórica dos estudos das formas de resistência diretas e explícitas, como rebeliões, revoluções, movimentos sociais, não obstante serem as formas de resistências anônimas, indiretas, implícitas e silenciosas as que predominam nas experiências sociohistóricas dos camponeses. Estas formas cotidianas de resistências camponesas das quais trata Scott (2002; 2004) é, na concepção deste, a base tática política e social que sustenta e permite em momentos críticos a insurreição do campesinato.

A grande importância de trazer a crítica de Scott (2002) não está em renegar a extrema relevância política e simbólica dos movimentos, rebeliões e revoluções camponesas, mas a de buscar compreender os conflitos de classe no campo a partir da noção de totalidade. A concentração dos estudos nas formas diretas de resistência não só falseia a realidade camponesa em sua diversidade, mas também impede que sejam percebidas e compreendidas formas de resistências e de exercício de poder locais que, por sua vez, permitem apreender as rupturas, continuidades e emergências em confrontação no processo de mudança social.

Partindo da caracterização que se encontra em torno da definição de *conflitos ambientais*, isto é, os aqui denominados aspectos “conjuntural” e “formal”, dinâmicas como as processadas em torno da relação econômica contratual entre campesinato e agroindústria de celulose, como a aqui estudada, não poderiam ser abordadas a partir deste tipo/modalidade de conflito, não devido à sua localização temporal, que se dá do período inicial da chamada redemocratização até os dias atuais, mas porque não há, geralmente, em decorrência da natureza das relações de classes que se estabelecem, organização formal e explícita entre o campesinato partícipe do fomento florestal contra as intervenções e apropriações da indústria no território.

A noção de “formas cotidianas de resistência camponesa” cabe, por este ângulo, de maneira pertinente num esforço de mobilização crítica da noção de *conflitos ambientais*. Referenciado em Scott (2002; 2004) acredita-se que mais importante do que a morfologia das ações políticas de resistência camponesa, encontra-se a natureza desta resistência, compreendida desde a contraposição à apropriação de elementos constituintes de sua base material. “Este é, então, o coração da luta de classe cotidiana: a luta defensiva permanente de mitigar ou vencer a apropriação” (SCOTT, 2002, p. 28).

Partindo dessas reflexões críticas sobre as abordagens predominantes de conflitos ambientais - pelo menos quando operada em torno dos conflitos no campo -, avalia-se pela necessidade quanto à desconexão conceitual e analítica dos aspectos conjuntural e formal, para que possam ser incorporadas as ideias de resistência cotidiana e micropolítica, assim como uma perspectiva processual onde se permita uma abordagem histórica dos conflitos.

Nesta ótica, a interpretação dos conflitos ambientais no campo enquanto uma expressão da questão agrária torna-se necessária. Num esforço de compreensão dos conflitos no campo a partir da relação sociedade/natureza e de suas peculiaridades sóciohistóricas em relação aos conflitos urbanos, mantendo-se no marco analítico da questão agrária, propõe-se a utilização do termo *conflitos agroambientais*.

Abrindo ainda mais o escopo da análise, do ponto de vista sistêmico e estrutural, traz-se a noção de *conflitualidade*. A ideia de *conflitualidade* é aqui empregada para também se pensar criticamente as abordagens predominantes dos conflitos ambientais (ou socioambientais). Como enfatizado, estas, ao conferir um status de novidade à confrontos históricos, condicionar sua existência à existência de uma aparato público de acolhimento de demandas, avaliar-lhes sobre critérios de formalização coletiva, impedem, por exemplo, que se incorpore ao estudo destes confrontos as formas de resistência cotidiana. É nesse sentido que se vale aqui da noção de *conflitualidade* para pensar os conflitos, explícitos ou latentes, dum ponto de vista estrutural, a partir da relação sociedade-natureza. O conflito, tal como caracterizado por Fernandes (2005), é o “estado de confrontos” que pode implicar em vitória, derrota ou empate - isto é, ser, de alguma forma, “resolvido” -. A *conflitualidade* é diferente “*porque esta é produzida e alimentada dia-a-dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo*” (FERNANDES, 2005, p. 27). A *conflitualidade*, assim, tal como preconizado por este autor, expressa o caráter conflituoso do sistema capitalista e subsidia o questionamento das definições de conflito que o tomam como algo exterior ao desenvolvimento, desconsiderando seu caráter intrínseco e estrutural.

[...] A *conflitualidade* é o processo de enfretamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do *controle político* e de modelos de desenvolvimento [...] (FERNANDES, p. 5, 2005).

Nestes termos, a noção de *conflitualidade* reafirma que o sistema capitalista é um sistema econômico e social por natureza contraditório e caracterizado pelo movimento provocado pelos antagonismos. O desenvolvimento do capitalismo é nesse sentido marcado pelo movimento de destruição, criação e recriação de relações sociais que ora impedem, ora viabilizam a reprodução do campesinato.

Se por um lado, “*o capital se realiza desenvolvendo a sua própria relação social, destruindo o campesinato, mas também se desenvolve na criação e na recriação do campesinato*” (FERNANDES, p. 7, 2005), por outro, o campesinato também destrói e reconstrói o capital quando desenvolve suas múltiplas estratégias de reprodução social.

A *conflitualidade* é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. A *conflitualidade* é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural. A *conflitualidade e o desenvolvimento* acontecem simultâneos e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento (FERNANDES, p. 6, 2005).

Pensando a conflitualidade característica do processo de acumulação capitalista que se expressa a partir de conflitos interpretados a partir da relação sociedade-natureza, trata-se aqui da *conflitualidade agroambiental*. Para compreensão holística do desenvolvimento dos *conflitos agroambientais* que eclodem a partir da *conflitualidade agroambiental* estabelecida em torno da instalação de indústrias de celulose e expansão de suas plantações arbóreas no Brasil, é mister para a proposta que aqui se sustenta tratar a relação sociedade-natureza mediada pelo trabalho não somente pela perspectiva da subordinação e superexploração da força de trabalho, mas das interações e práticas humanas em relação ao mundo natural como manifestações dos processos adaptativos. A perspectiva da adaptabilidade humana trazida pela antropologia ecológica fornece relevantes contribuições nesse sentido.

1.3 Sociedade-Natureza e adaptabilidade humana

Tratar as relações de trabalho como uma expressão da relação da sociedade-natureza requer uma abordagem que contemple não só a luta que os grupos humanos estabelecem entre si, mas também as que estes estabelecem ante à natureza. A abordagem da antropologia ecológica, no que tange à adaptabilidade humana, permite tal exercício ao localizar as populações humanas na materialidade da natureza e observá-las por meio das inter-relações existentes entre os fatores vivos e não vivos a partir de uma aproximação conceitual entre as ciências sociais e as ciências biológicas, onde o conceito de ecossistema assume centralidade.

Tomando a adaptabilidade humana como característica elementar das populações humanas, o estudo sobre as mesmas se exprime como um esforço de compreensão da luta pela sobrevivência desde uma perspectiva sistêmica. “*Os estudos sobre adaptabilidade humana tem por objetivo final identificar propriedades sistêmicas comumente aplicáveis e compreender os processos humanos do comportamento de luta*” (MORAN, 1994, p. 389). A abordagem da adaptabilidade humana encontra-se centrada nas formas das respostas aos problemas específicos que emergem com as mudanças no ambiente. Este, especificado no tempo e no espaço, é compreendido a partir das relações de interação estabelecidas entre grupos humanos e destes com seus ambientes. O ambiente é o palco da adaptabilidade humana. O ecossistema é a unidade que situa este ambiente.

Conforme Moran (1994), a adaptação, que consiste na manifestação global das interações que as populações humanas estabelecem entre si, com outras espécies e com o ambiente em seus fatores químicos e físicos, se desenvolve por meio de ajustes que se desenrolam frente à mudanças ambientais. O autor destaca que estas respostas, compreendidas desde as populações humanas, são de caráter genético, fisiológicas, comportamentais e culturais e, citando Ricklefs (1973), assinala a existência de uma distinção entre três destes ajustamentos: reguladores; aclimatação; desenvolvimento.

Os ajustes reguladores se processam de forma rápida e expressam a plasticidade fisiológica e comportamental, como, por exemplo, estratégias culturais de vestuários e habitações. As respostas de aclimação são mais lentas que a anterior, tendo em vista que requerem uma mudança orgânica, a exemplo do desenvolvimento muscular. Já os ajustes de desenvolvimento são irreversíveis e ocorrem durante o desenvolvimento do organismo, como alterações genéticas que permitem uma criança desenvolver pulmões mais dilatados quando nascidas em ambientes de altas altitudes (MORAN, 1994).

Ao propor a utilização de modelos representativos de ecossistemas complexos – o que não é incorporado aqui -, Moran (1994) traz uma discussão fundamental à proposta deste trabalho. Em oposição ao tratamento dos sistemas ecológicos como fechados à influências externas, o autor adota a abordagem do sistema aberto, pela pertinência entre esta e os aspectos constituintes dos sistemas vivos, que requerem para sua manutenção constantes entradas de informações externas.

[...] Os sistemas fechados caracterizam-se por eles muitos pequenos com o resto do mundo e por uma capacidade interna mínima para mudanças. Os sistemas abertos, por outro lado, enfatizam que os fluxos internos são capazes de alternar significativamente os componentes internos dos sistemas. Os fluxos de informação acerca do estado do mundo externo acarretam processos de retroalimentação, os quais, ao contrário de restabelecerem o equilíbrio ao sistema, o conduzem por novos caminhos que aumentam a sua capacidade de ajuste a condições de mudança. Um dos desafios na elaboração de modelos é lidar com a forma como as mudanças ocorrem, em vez de procurar obter modelos que não representam as demandas de sobrevivência enfrentadas pelos organismos vivos (MORAN, 1994, p. 32).

No contexto do estudo da adaptabilidade humana, a compreensão dos sistemas ecológicos como sendo abertos permite que se concebam os fatores não só das mudanças ambientais, mas das respostas humanas a elas associadas, de uma forma holística, onde se considere as relações políticas e econômicas em âmbitos locais, regionais, nacionais e mundiais, e suas interações e interferências em determinados ecossistemas, como, por exemplo, as estratégias das populações que, na zona fria do município de Peçanha, transformaram o ambiente para fins de estabelecimento e reprodução social, viram este ambiente se modificar a partir da substituição de parte substancial da cobertura florestal por monoculturas arbóreas para abastecimento industrial e convivem atualmente num ambiente marcado pela presença destas plantações - e as alterações características - e pelos cultivos agrícolas para autoconsumo, sob regime de policultura.

As discussões empreendidas neste capítulo tomam sua face empírica nos capítulos 3 e 5 quando são tratados os dados coletados em campo. Antes de partir para o universo local, ocupa-se da contextualização histórica das formatações econômicas e sociais que precedem o deslocamento de grupos familiares da região do Serro Frio para a região da Mata do Peçanha.

CAPÍTULO II - A MATA DO PEÇANHA: terra e liberdade

Este capítulo se constitui como um caminho para as exposições que são desenvolvidas nos capítulos empíricos.

No contexto de trabalho de campo, durante conversas informais e realizações de entrevistas, quando tratado o tema da ancestralidade, isto é, das origens das famílias que formavam as comunidades que estavam sendo conhecidas e estudadas, surgiu a cidade do Serro, em Minas Gerais, como lugar de origem de três das quatro comunidades abordadas.

Como a perspectiva metodológica adotada na pesquisa tem como base analítica a historicidade, buscando-se compreender a realidade atual a partir de um processo de mudança social, emergiu a necessidade de ampliar o estudo até a antiga Comarca do Serro Frio e a partir de lá iniciar o trabalho de pesquisa e levantamento de fatores que poderiam contribuir na compreensão da chegada e assentamento das famílias que vieram a formar o campesinato no território estudado.

Nesse sentido, esse capítulo insere-se neste esforço de pesquisa e tem como objetivo a apresentação de elementos e dados históricos que permitam indicar possibilidades interpretativas dos fatores econômicos e sociológicos que concorram para a explicação do deslocamento de grupos de parentes da região do Serro Frio para a região da Mata do Peçanha na primeira metade do século XX. Como recortes temáticos e analíticos, abordam-se aqui as configurações produtivas e fundiárias.

Os aqui postos elementos constituintes das citadas regiões estão menos calcados na nos aspectos administrativos do que nos aspectos relacionados à formação socioeconômica e ao processo de ocupação territorial. Cabe, no entanto, neste primeiro momento, a cargo de contextualização, uma breve apresentação de algumas características do processo de formação econômica, social e político/administrativo do que aqui está se chamando de região do Serro Frio e da região da Mata do Peçanha.

2.1 O Serro Frio e a Mata do Peçanha no processo de formação de Minas Gerais

Não obstante a porção geográfica que atualmente forma o estado de Minas Gerais ter começado a ser alvo de investidas dos colonizadores já no século XVI, a partir do Norte e nordeste mineiro (HENRIQUES; SOUZA, 2010; RIBEIRO, 1993), como bem representada pela as expedições Espinosa-Navarro em 1553, Martim Carvalho (1567-1568), Sebastião Fernandes Tourinho (1572-1573), Antônio Dias Adorno (1576) e Marcos de Azevedo (1596-1611), foi a partir do fim do século XVII, sobretudo na primeira metade do século XVIII que, diferentemente do lento e esparso movimento de povoamento que se dá pelo sertão do São Francisco através da expansão da pecuária bovina, desenvolveu-se a ocupação rápida e brusca da porção territorial que veio a tomar os contornos da Capitania de Minas Gerais, especialmente em sua área central, como produto das contínuas descobertas de jazidas de ouro, num primeiro momento, e de diamante, posteriormente (PRADO JUNIOR, 2009).

Em torno das descobertas formaram-se núcleos urbanos em dimensões até então inexistentes no interior da colônia. Os polos mineradores passaram a receber um extraordinário contingente populacional que tornou a Capitania de Minas Gerais dentre as mais povoadas da colônia. Os povos indígenas foram massacrados e incorporados

violentamente ao projeto de colonização, mantendo-se em algumas regiões ainda não alcançadas pelo movimento colonizador, por incapacidade de domínio e/ou por motivos estratégicos destes. Como força de trabalho, os negros, em abundância, foram trazidos às Minas Gerais. Como trabalhadores escravos, foram durante todo o período colonial a base humana e motora daquela sociedade em formação.

Aqui se localizam as regiões do Serro Frio e da Mata do Peçanha. É impossível separar, apesar das dessemelhanças, tais “regiões”, pois estas se encontram intimamente relacionadas, num primeiro momento por aspectos econômicos e políticos e, posteriormente, por aspectos demográficos, como se mostrará aqui, mesmo que superficialmente. Para facilitar a sistematização dos dados, adotam-se aqui como representantes das regiões os seus centros, isto é, os municípios do Serro (região do Serro Frio) e Peçanha (região da Mata do Peçanha), por expressarem as características mais significativas e genéricas.

Em Serro, no início do século XVIII instalaram-se bandeiras paulistas. Em 1714 o arraial que ali se formara em torno da exploração de ouro e diamante é elevado à condição de Vila, com a denominação de Vila do Príncipe. Em 1718, foi criada a Paróquia do Serro e em 1724 a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Príncipe. Por uma ordem régia, em 1720 criou-se a Comarca do Serro Frio. Devido à exploração aurífera e diamantífera, a vila foi elevada a município em 1738, com a toponímia cidade do Serro (FERREIRA, 1959).

Um importante dado aqui diz respeito à criação da Comarca²⁷ do Serro Frio, que juridicamente abrangeu importantes núcleos mineradores, como Diamantina e Minas Novas, e outros de menor relevância econômica e política, como Santo Antônio do Descoberto de Peçanha, núcleo que veio a formar o atual município de Peçanha.

O Mapa da Capitania de Minas Gerais, produzido no fim do período colonial, apresenta a delimitação da Comarca do Serro Frio, que compreende toda porção Nordeste e Leste da Capitania, assim como parte expressiva das porções Central e Norte (. A dimensão original da Comarca não abrangia tamanhas porções territoriais. Ela foi tomando o domínio “gigantesco” que se encontrava nas bordas do período colonial a partir das novas descobertas de minerais (SANTOS; SEABRA, 2009).

²⁷ De acordo com Martins, Silva e Lima “Comarcas são, por definição, as circunscrições que se dividem os Estados (no nosso caso, a Província), para fim de delimitação da competência territorial dos órgãos judiciais de primeira instância. A repartição do território em comarcas é uma das, senão a mais antiga, divisão das terras mineiras” (MARTINS; SILVA; LIMA, 2002, p. 3).

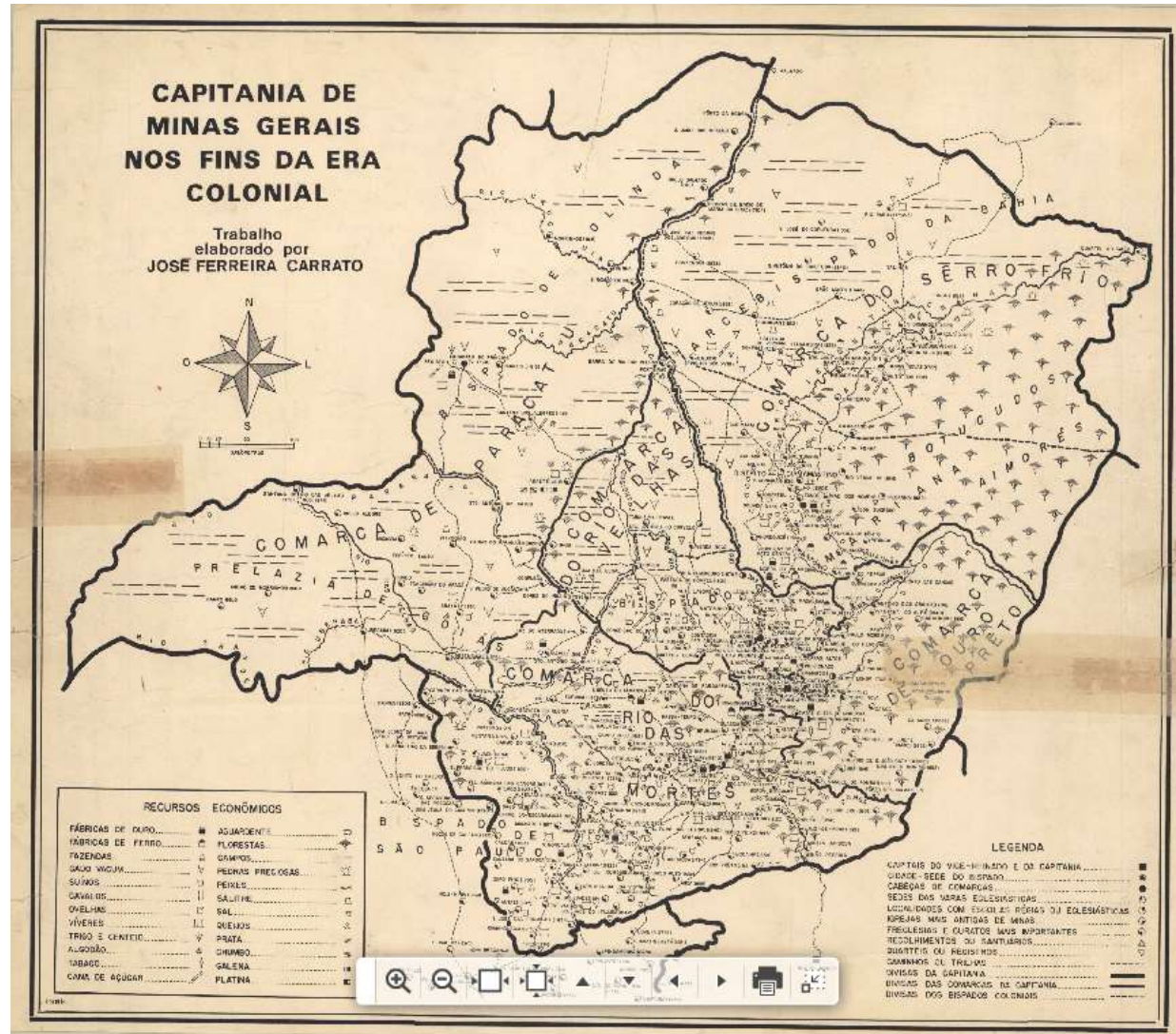


Figura 17 - Mapa da Capitania de Minas Gerais nos Fins da Era Colonial. Destaque para a comarca do Serro Frio e sua abrangência do Leste e Sudeste da Capitania, assim como porções do Norte e Centro. - s/d. Fonte: Site do APM (2015)

Na parte deste domínio que compreendia o Leste da Capitania, particularmente o vale do médio curso do rio Doce, emerge, no fim da quinta década do século XVIII, no processo de expansão da incorporação de áreas de exploração de minerais e pedras preciosas ao projeto colonial, o povoado que veio a formar o atual município de Peçanha, núcleo da região que ficou conhecida como Mata do Peçanha (SILVA, 2001).

A exploração aurífera não vingou (SILVA, 2001), o que pode ser um dos fatores explicativos para o fato do núcleo se manter povoado, pela toponímia de Santo Antônio do Bom Sucesso do Descoberto do Peçanha até 1875, quando se deu a elevação à categoria de vila pelo nome de Vila do Rio Doce. Esta nova vila foi constituída a partir da junção das paróquias de Santo Antônio do Peçanha, do município de Serro, de São José do Jacurí, do município de São João Batista (atual Itamarandiba) e de Nossa Senhora da Conceição do Cuieté, do município de Itabira. Em 1886, passou a vigorar oficialmente o nome Peçanha, já como cidade (SILVA, 2001; PIMENTA, 1966; FERREIRA, 1959). Neste contexto, o município encontrava-se sob a jurisdição da Comarca de São João Batista (ANDRADE; ANDRADE, 1996), criado em 1871 (FERREIRA, 1959).

A partir da breve descrição do início da formação administrativa dos municípios que aqui estão representando a região do Serro Frio e a região da Mata do Peçanha percebe-se que a história de ambos encontra-se imbricada. O movimento que investiu sobre as Matas que vieram a tomar o sobrenome do bandeirante paulista que ali adentrou saiu da Vila do Príncipe. Quando constituído a aldeia de Santo Antônio do Bom Sucesso do Descoberto de Peçanha, este ficou sob a jurisdição da Comarca do Serro Frio e, como Freguesia, da cidade do Serro. Como será visto a partir de agora, a ligação vai muito além dos aspectos administrativo e jurídico.

2.2 A Explosão da mineração e os sertões do Rio Doce.

Em sua obra, “Sertões do Rio Doce”, Haruf Salmen Espíndola (2005) realiza uma análise da guerra de conquista nos “sertões do rio Doce” no período colonial e imperial brasileiro através das investidas que a princípio buscavam riquezas minerais, sobretudo nos séculos XVI e XVII e, após o declínio do ouro, na primeira metade do século XIX, das tentativas de transformar o rio Doce em canal de navegação para o mar.

Espíndola (2005) assinala que a historiografia oficial tem como ponto central as *entradas* que embrenharam o interior do território colonial durante os séculos XVI e XVII em busca das “extraordinárias” riquezas guardadas em regiões imaginárias, tais como Sabarabuçu e as Serra das Esmeraldas. Esta última estaria, de acordo com o imaginário latente naquele contexto, “*numa derivação leste da cordilheira do Espinhaço, que divide as bacias dos rios Doce, Jequitinhonha e Mucuri*” (ESPÍNDOLA, 2005, p. 34).

Este mesmo autor cita as principais dessas expedições que, saindo principalmente dos que hoje são os estados da Bahia e Espírito Santo, adentraram a floresta tropical em busca das “fantásticas” riquezas existentes na Serra das Esmeraldas. Apesar de um século de fracasso, com resultados não mais bem sucedidos do que conseguir retornar com vida, os relatos dos sobreviventes retratavam um ambiente de riquezas “quase sobrenaturais”, de “*serras de pedras semelhantes a turquesas, pedreiras de esmeraldas e safiras, montanhas de cristais verdes e vermelhos, ouro em quantidade*” (ESPÍNDOLA, 2005, p. 39).

A partir do campo da história ambiental, Espíndola (2005) aborda a região conjuntamente como categoria simbólica e territorial, num contexto de um processo amplo de organização espacial da Capitania de Minas Gerais.

Rio Doce é uma categoria central para a história de Minas Gerais, pois, muito mais do que um rio, é território, paisagem, lugar, representação. Como dimensão territorial extravasou os limites da calha do rio, do vale, da bacia hidrográfica, abarcando os vales dos rios Pomba, São Mateus, Mucuri e do médio Jequitinhonha. Desde o início da colonização do Brasil, o rio Doce tem esse nome que não é indígena e nem nome de santo. Foi visitado por várias expedições que procuraram o “campo de esmeraldas”, “serra das esmeraldas”, “serra resplandecente”, “esmeralda dos Mares Verdes”, entre outras designações para um lugar imaginado contendo riquezas em pedras preciosas. (ESPÍNDOLA, 2005, p. 26).

Rio Doce, nesse sentido de análise, torna-se uma categoria de expressividade simbólica. Uma região paradoxal nas quais as representações que em torno dela surgem expressam as contradições das formatações políticas, sociais, econômicas e culturais das conquistas territoriais colonial.

Construiu-se um espaço de referências simbólicas que, antes de ser real, foi lugar imaginário de riquezas, território onde não se podia penetrar, mas mandava-se que entrasse; onde não se podia explorar ouro, mas ordenava-se que o descobrissem; terra de índios antropófagos, mas onde nunca se viu indício de canibalismo; campos de esmeraldas, mas onde não existia jazida e nem campo. Os sinais de ouro amplamente distribuídos no território, porém nada além dos sinais, reforçaram um jogo incitante para a imaginação: existe/não existe, presente/ausente, descoberto/encoberto, real/ irreal. A existência da floresta tropical desempenhava importante papel nesse jogo, pois se ela encobria as riquezas em ouro e pedras preciosas também guardava em suas sombras perigos medonhos e forças malignas: canibais, febres e cachoeiras traiçoeiras. Todos esses elementos paisagísticos estão associados ao rio (ESPÍNDOLA, 2005, p. 27).

Durante o século XVIII, mais especificamente em sua terceira década, no auge da exploração aurífera e diamantífera nas Minas, mediante os riscos de contrabando de metais e pedras preciosas, assim como de invasão estrangeira, a Coroa Portuguesa proibiu qualquer estrada ou passagem que pudessem dar chegada ao mar. O único caminho permitido pela metrópole para utilização era o Caminho Novo de Garcia Rodrigues Paes, que ligava o Rio de Janeiro à Vila Rica. Tal como todos os outros caminhos, o rio Doce, um dos canais que podia viabilizar uma passagem para o litoral, se tornou uma zona proibida. Com objetivo de impedir circulação de pessoas e mercadorias pela região do Rio Doce, a Coroa Portuguesa, entre 1704 e 1769, expediu diversos documentos proibindo expressamente a passagem pela região, construção de estradas, navegação, abertura de caminhos e fixação de moradores. (ESPÍNDOLA, 2005).

Para a concretude destas proibições, como destaca o autor, a metrópole portuguesa soube tirar proveito dos elementos naturais (Mata Atlântica) e dos habitantes nativos da região (os povos Botocudo e Puri), transformando-os em aliados involuntários da Coroa, tendo em vista que, através das representações e mitos que envolviam as “florestas traiçoeiras” e seus “habitantes antropófagos”, conseguiam coibir as entradas na região. *“Entretanto, aos primeiros sinais de esgotamento das minas, os atos proibitivos perderam força e, mesmo antes de serem abolidos, o governo colonial tornou a se interessar pelo território coberto pela Mata Atlântica”* (ESPÍNDOLA, 2005, p. 31).

Neste contexto do século XIX, especialmente sua segunda metade, a Comarca do Serro Frio, importante demarcação jurídica e territorial forjada em torno de importantes

núcleos mineradores, encontrava-se em pleno processo de formação econômico e social, marcado pela interação entre portugueses, africanos e brasileiros de diversas regiões, assim como por uma forte presença do Estado que, a todo custo, tentava dar seus contornos, em consonância com os objetivos de uma elite ambiciosa, neste movimento (MENEZES, 2000). O contingente populacional era formado em sua maioria por negros e mestiços. Como informa Menezes (2010), em 1776 estes, com toda diversidade étnica, jurídica e social, compunham 78,0% da população da Comarca.

Não só de mineração viviam estas bandas. Atividades acessórias como indústrias artesanais manufatureiras, como as de ferro, tecidos, rapadura, aguardente; produção agrícola para alimentação, como milho, feijão e mandioca, e matéria prima, como o algodão e a cana; e por fim, a criação bovina e suína. Todas essas atividades eram essenciais para a manutenção dos núcleos mineradores e, assim, para a reprodução da exploração minerária (ESPÍNDOLA, 2007; MENEZES, 2010).

As atividades agrícolas, de substancial importância na Comarca do Serro Frio, conforme pontuado por Menezes (2010), absorviam não somente os grandes proprietários e seus escravos, mas também forros e mestiços pobres. “*Os exemplos dessa diversidade de atividades ocupacionais vão desde o topo da pirâmide social até sua base, formada por escravos*” (MENEZES, 2010, p. 125), já que estes últimos podiam ser agricultores e produzir alimentos em espaços de tempo alternos (MENEZES, 2010).

Como afirma este autor (2010), as ocupações das terras no período colonial correspondiam à expectativa da Coroa quando concedidas as sesmarias, de que estas fossem produtivas e contribuíssem com o abastecimento das populações locais e com as exportações de bens alimentícios. Como bem coloca o autor,

[...] Este espírito contra a propriedade improdutiva parece estar evidenciado no fato de que as grandes sesmarias incultas, ou seja, o senhorio deveria cultivar a parte que fosse capaz e conceder a outros o direito de cultivar a parcela sem cultivos que fugiam a sua capacidade [...]. (MENEZES, 2010, p.127)

Nesse sentido, foram criadas até o fim do século XVIII vários dispositivos legais que impulsionavam mecanismos de “compartilhamentos” da terra concedida para fins produtivos com base em elementos que comprovassem a real capacidade de produção²⁸. Um mercado de terras se formava, mesmo que não sendo constituído por expressiva capitalização. Em troca de foros, moedas e gêneros, produtores agrícolas tinham acesso a terra. Mas não eram todos que a ela tinham acesso. Como acredita Menezes (2010), o predomínio do trabalho compulsório era uma barreira para que trabalhadores livres pobres conseguissem permissão para a exploração. Nesse sentido, a produção agrícola encontrava-se vinculada à força de trabalho escrava, fato que refletia na concentração das terras por parte dos proprietários de escravos.

Menezes (2010) trabalha com a ideia de que nesta dinâmica de produção agrícola dos fins do século XVIII não havia lugar para a produção camponesa, dado o fato que eram as

²⁸ Alveal e Motta (2010) apontam que no regime de sesmarias aplicado à colônia brasileira, dada a exigência da utilização das terras para fins produtivos, eram recorrentes o arrendamento das sesmarias ou determinadas porções dela, tal como a sublocação à pequenos lavradores eram recorrentes, o que implicava na criação de categorias sociais estranhas aos detentores dos títulos de sesmarias, os chamados sesmeiros. Assim, pode-se pensar que as estratégias de manutenção dos títulos a partir de mecanismos de compartilhamento permitiram a emergência de um campesinato, no interior dos grandes domínios integrados ao mercado mundial, como seria os casos de sesmarias especializadas em produção de produtos para abastecer os núcleos mineradores em Minas Gerais.

relações escravistas que pautavam essencialmente a força de trabalho e pelo caráter “combinatório”²⁹ que a atividade agrícola tinha com as demais. Mas que também não haviam condições para a existência de um sistema capitalista de produção.

É mais fácil descaracterizar a produção agrícola do nosso *Continente* do Serro como “de subsistência” - pois efetivamente, esse rótulo não lhe cabe de forma ampla e geral - que enquadrá-lo em qualquer sistema teoricamente definido e apresentado pelos estudos correntes. A dificuldade desse enquadramento se deve, basicamente, à duas questões: o escravismo, aspecto mais marcante da economia colonial, com presença majoritária do trabalho cativo, também, na agricultura de abastecimento alimentar; e o fato de um sistema de produção agrícola raramente ser puro e, geralmente, englobar características de vários modelos dados. A presença do escravo no trabalho agrícola nos impossibilita de ver relações estreitas entre a mão-de-obra, a produção e o comércio dos produtos e, por outro lado, nos impede de relacionar produção com trabalho familiar restrito, que seria o sistema “camponês”, e, muito menos com uma relação contratual econômica, que seria o sistema de produção agrícola “capitalista”. (MENEZES, 2010, p. 134)

Como fica indicado pelo trecho acima, as relações escravistas e o caráter acessório e combinatório da produção agrícola no interior dos domínios das grandes propriedades na Comarca do Serro Frio na segunda metade do século XVIII não permitiu o desenvolvimento de relações de produção tipicamente camponesas, que implicam em força de trabalho de trabalho familiar num sistema de produção voltado para o autoconsumo e eventual comercialização da produção excedente, bem como requer acesso estável a terra. O cenário é o de concentração da terra e da produção agrícola nas mãos de homens e mulheres livres proprietários de escravos – certamente composta por brancos-, sendo estes ou não sesmeiros, e tendo em outras atividades, como a mineração e comércio, fontes de rendas alternativas³⁰.

No fim do século XVIII e no limiar do século XIX a dinâmica econômica e social não só da Comarca do Serro Frio, mas das demais que compunha a Capitania de Minas Gerais, vai sofrendo transformações, acompanhando o movimento de esgotamentos das reservas auríferas e diamantíferas. As atividades até então acessórias à exploração minerária passam a ter mais importância na economia mineira. Neste processo, ocorreria o que Caio Prado Junior (2011) denominou de movimento centrífugo da população mineira, que corresponde ao deslocamento populacional das regiões centrais das minas para as áreas periféricas da Capitania e, a partir da Independência, da Província de Minas Gerais.

Dentre os territórios que tinham alguns núcleos esparsos criados por atividades de lavras de pequeno porte, compostos por rala população branca e escrava, achava-se a bacia do Rio Doce, que tinha como centro Peçanha (PRADO JR, 2011), um ponto crucial na conquista do sertão do rio Doce e dos povos indígenas que ali estavam.

2.3 Os Que ali estavam

²⁹ Caráter combinatório remete-se a não especialização expressa na combinação, por parte dos proprietários produtores, de atividades econômicas de distintos ramos.

³⁰ Acredita-se que este seja um ponto que mereça maior discussão e aprofundamento, dado que é uma noção clássica de campesinato que é utilizada para pensar a existência de uma produção camponesa. No entanto, fatos como os apontados pelo próprio autor de que havia uma brecha nos domínios territoriais para o exercício de trabalho agrícola pelos cativos, assim como a existência de inúmeros quilombos nas regiões mineradoras, onde poderia ser desenvolvida uma agricultura camponesa, mesmo que incipiente, para a reprodução material dos mesmos.

Oiliam José (1965), em sua obra “Os indígenas de Minas Gerais”, divide em duas partes o que ele denomina de Bases Mineiríndias, são elas: O Grupo Tapuia e o Grupo Goitacá. Estes dois grandes grupos se subdividem da seguinte forma:

- Tapuia: Aimoré; Botocudo e suas divisões e subdivisões; Cataguá.
- Goitacá: Croato; Puri; Tribos menores do Nordeste mineiro.

Segundo o autor, o grupo dos Goitacá tem sua origem no litoral fluminense. A classificação Tapuia, tipologia formulada por jesuítas, colonos e viajantes do século XVI e XVII, expressa a primeira tentativa de identificação dos povos indígenas em solo brasileiro: os Tupi e os Tapuia (RIBEIRO, 2005).

Espíndola (2005) destaca as representações - o que ele denomina de “tradição colonial” - acerca da população nativa. Estas classificavam os povos nativos a partir de duas naturezas distintas, numa perspectiva maniqueísta: os bons e os maus.

A índole positiva era atribuída aos que se deixavam subordinar ao colonizador. O juízo negativo era dado aos que habitavam os sertões, aos que resistiam à captura e, principalmente, aos que não eram de língua tupi. Estes recebiam a denominação de “índios bravos”, e todo tapuia era assim considerado (ESPÍNDOLA, 2005, p. 107).

Tal tradição colonial remete-se a uma reprodução das representações de aversão que tinham os tupis em relação aos povos indígenas de tronco linguístico macro-jê, por eles chamados de Tapuias (ESPÍNDOLA, 2005). Ribeiro (2005) citando Ramos aponta que a tipologia Tapuia é uma denominação de origem Tupi, que significa “gentio bárbaro” ou “inimigo”.

Na região Leste de Minas Gerais, no médio curso do rio Doce, o grupo indígena predominante era o Botocudo. Remete-se aqui a grupo, pois, como destaca Oiliam José (1965), o nome Botocudo é genérico, designando vários povos, os quais este autor considera como bloco de tribos e subtribos de origem gê. Em um trabalho mais recente do que este, Seki (1990) disserta sobre a família linguística Botocudo, pertencente ao tronco linguístico macro-gê (SEKI apud FERNANDES, 1990), ao qual pertenciam diversos povos que estiveram assentados em uma ampla área que compõe desde o rio Pardo na Bahia, ao rio Doce e rio Jequitinhonha em Minas Gerais.

De acordo com Seki (1990), com a chegada dos colonizadores no litoral da Bahia e Espírito Santo, os Guerens (Gherens, Grens e Krens), devido ao conflito com os que lá chegavam, adentraram pelo sertão nos cursos dos rios Pardo, Jequitinhonha, Mucuri e Doce. A partir de então a denominação Botocudo passou a designar tais povos que se autodenominavam Borum.

Oiliam José (1965) destaca a predominância dos Botocudo no Norte do vale do rio Doce. Entre os rios Piracicaba e Suaçuí Grande, especialmente, entre este último e o rio Santo Antônio - um afluente do rio Doce que fica entre aqueles primeiros - o autor destaca a presença do que ele denomina de tribos e subtribos dos Botocudo, como os Guanaã, Monoxó e Panhame. Estes últimos, apesar de pertencerem ao bloco Botocudo, eram de origem Goitacá (JOSÉ, 1965).

Tendo identificado as populações nativas que ocupavam os sertões do rio Doce quando da chegada dos colonizadores no contexto das entradas e bandeiras, mostrando-se,

dessa forma, que a ocupação indígena precede a colonização induzida e espontânea, dedica-se, então, a explorar a presença de tais povos no violento e genocida movimento colonizador que se processou na região, especialmente a partir do século XIX.

2.4 A Conquista do sertão

A partir da decadência da mineração, a metrópole passa a olhar o rio Doce por outra perspectiva, objetivando, neste contexto, a viabilização da navegação pelo rio e sua transformação em um canal de acesso para o litoral. Foi através das Divisões Militares que a Metrópole buscou implantar seu projeto de navegação do Rio Doce, visando, principalmente, garantir a proteção dos colonos aos possíveis ataques dos “índios arredios” que dificultavam e até inviabilizavam os assentamentos coloniais.

Como solução à esta questão foi declarada a Guerra ofensiva ao Botocudo pela Carta Régia de 13 de maio de 1808. Através de um corpo de tropas irregular denominada Divisão Militar do Rio Doce (DMRD) embrearam-se floresta adentro no intuito de combater os índios em seus assentamentos e reduzi-los em importância social. A intenção que impulsionava tal política era a viabilização da navegação do rio e o desenvolvimento de atividades mercantis. Para tal, fazia-se necessário se livrar da indesejável população nativa (ESPÍNDOLA, 2005). Esta não fazia parte deste projeto, não como sociedade indígena.

A política indígena não concebeu a possibilidade de as populações nativas continuarem existindo com sua cultura e valores próprios, nem aceitou a organização tribal e a segregação da sociedade abrangente. Os índios não foram vistos como uma coletividade, mas como indivíduos e mão de obra a ser utilizada; nessa condição deveriam ser incorporados à sociedade colonial ou eliminados, caso se tornassem um empecilho, para que a região pudesse ser aproveitada economicamente (ESPÍNDOLA, 2005, P. 131).

Para a consolidação deste projeto de aproveitamento econômico era preciso que a ocupação do território se realizasse. A respeito dos novos habitantes, o autor destaca:

A maior parte da população que se dispunha a enfrentar o território sertanejo era formada de mestiços (pardos) e negros pobres, vivendo de culturas de subsistência, da caça, pesca e coleta. Gente ambiciosa também devassou as matas e se enriqueceu com o comércio de poaia, drogas do sertão, peles e animais vivos, tornando-se fazendeiros abastados. Aventureiros, oportunistas de todo o tipo, jagunços, garimpeiros, prostitutas, fabricantes de aguardente, taberneiros, canoeiros do comércio de sal, tropeiros, entre outros, juntaram-se aos praças das divisões militares, aos índios aculturados na saga do sertão. À medida que se intensificava o povoamento de determinada área, entravam em cena os especuladores de terras, gente que conseguia sesmarias ou abria posse com o único objetivo de, posteriormente, vendê-las por um preço especulativo [...] outros foram residir nas matas para fugir da justiça: ladrões, salteadores, assassinos, contrabandistas. Também buscaram os sertões negros quilombolas, que aprenderam a conviver com os grupos indígenas e com eles se misturaram (ESPÍNDOLA, 2005, p. 419-420).

No início da segunda década do século XIX, o naturalista Saint Hilaire se hospedou na aldeia de Santo Antônio do Bom Sucesso do Descoberto de Peçanha e deixou suas impressões sobre a relação conflituosa estabelecida entre colonizadores e os indígenas que ali estavam. Como escrito por ele, a origem da povoação remetia à mineração, que chegou a satisfazer alguns primeiros habitantes, mas que muitos dali partiram devido aos constantes incômodos dos botocudo. Em decorrência, o governo formou ali uma tropa, responsável por capturar os índios. “*Os botocudos foram perseguidos em suas florestas e mortos vários deles*” (SAINT HILAIRE, 1976, p. 176). A perseguição e eliminação dos resistentes permitiram que os

ataques arrefecessem e o interesse de novos habitantes em se instalarem ali voltasse. Mas agora não para extrair ouro, pois as ausências de recursos materiais necessários à esta atividade impeliam-nos à agricultura. (SAINT HILAIRE, 1976).

Segundo o viajante³¹, a paróquia que tinha Peçanha sob seu domínio possuía uma imensa extensão territorial, porém, sua população não passava de 1200 indivíduos. Em caracterização econômica, diz que as terras que são de ótima qualidade produzem milho, trigo e feijão que são vendidos para Vila do Príncipe e Tijuco, assim como os tantos porcos que se cria. Sobre os habitantes, Saint Hilaire assera que:

Apesar da extrema fertilidade da região, seus habitantes são pobres. Bastaria sua igreja para trair-lhes a indigência; pois que em vez de cobri-la com telhado de tábuas, contentaram-se com uma cobertura de esteiras. Não é gente rica a que se dispõe a penetrar no âmago de densas florestas, habitadas por homens que se consideram antropófagos. Os colonos de Passanha estabeleceram-se sem cabedais; faltam-lhes escravos, e, se conseguem manter-se, é sem abundância.

Este trecho e outras informações trazidas pelo naturalista exprimem um povoamento colonial bastante conflituoso, densamente florestada, parcamente habitada e extremamente pobre quando comparada às outras paragens do viajante. Um ambiente de poucos potentados, baixa presença de força de trabalho escrava, terras férteis e em abundância, pomposo em recursos naturais, é, sem dúvida, propício para a emergência da conformação de um campesinato, ainda que na vigência de uma sociedade escravista.

De acordo com Espíndola (2005), na zona do rio Doce, no que concerne ao interior do sertão, havia três núcleos, a saber: o arraial de Cuieté, ao Sul, o de Antônio Dias Abaixo, ao Centro e, ao Norte, o de Peçanha. Era sobre este último que o povoamento projetava-se. Nas margens destes núcleos, encontravam-se vilas ou arraiais, caracterizados e denominados de “mato dentro”. As sedes ou povoados dessas localidades eram constituídos por edificações de pau à pique, em ruas estreitas e domicílios quase sem nenhuma mobília. O comércio era irrisório e desabastecido. A população que ali habitava era formada basicamente por negros e mestiços, havendo um pequeno número de artesãos (ESPÍNDOLA, 2005) e o “*restante da população, quase sempre indolentes e, para o conceito da época, facilmente confundido com vadios. A alta incidência de alcoolismo era uma característica dominante*” (ESPÍNDOLA, 2005, p. 291). Esta população pobre não tinha facilidade no apossamento de terras. Para reproduzirem-se como camponeses ou proto-camponeses, praticavam a agricultura de coivara associada à caça e coleta, em ambientes inclinados, no interior dos vales - chamados de grota -, onde se instalavam (ESPÍNDOLA, 2005).

Após a independência, mesmo tendo sido suspensas as concessões de sesmarias, em regime especial, áreas as margens do Rio Doce e seus afluentes continuaram sendo objetos de concessão. A lei de terras de 1850 gerou consequências drásticas para os indígenas, dado que não dispunha sobre as terras indígenas, considerando-as, assim, terras públicas. (ESPÍNDOLA, 2005).

³¹ É importante acentuar que os relatos do viajante eram produtos de uma combinação de dados “oficiais” e interpretações pessoais. Como o viajante geralmente era recebido pela elite local, formada pelos homens ligados à estruturas administrativas, possivelmente tinha acesso à alguns dados, mesmo que precários, sobre a organização econômica, social e política dos lugares onde passava. Há, nas notas de páginas, varias referências ao Monsenhor Pizarro e Araújo (1753-1830), historiador que escreveu “*Memórias históricas do Rio de Janeiro, e das Províncias Anexadas à Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*” (1820). A obra é de influência notável na publicação de Saint-Hilaire. No entanto, é evidente que muito dos relatos expressam a interpretação do autor, que reflete não só a interação com o meio via personagens da elite local, mas também o eurocentrismo característico dos viajantes naturalistas e da elite nacional.

Na quarta década do século XIX, o governo da província de Minas Gerais perdeu o interesse por viabilizar a navegação do rio Doce, devido à falta de resultados concretos após anos de investidas, dificultadas em grande parte pela quantidade excessiva de cachoeiras existentes no curso do rio. A partir da segunda metade do século XIX, em decorrência da ascensão das faixas cafeeiras da Zona da Mata, o sertão do rio Doce perde sua importância e paulatinamente deixa de ser objeto de promoção da Província (ESPÍNDOLA, 2005).

2.5 As Regiões de Serro Frio e Mata do Peçanha numa perspectiva comparativa

Na segunda metade do século XIX, as transformações continuam na região do Serro Frio e na região da Mata do Peçanha. As correntes de povoamento se intensificavam rumo aos sertões do rio Doce. A região do Serro Frio passou a ser, como desde o fim dos setecentos, ponto de partida para brancos, negros, mestiços. Proprietários e ex-escravos³². A força do trabalho escravo já não é mais a base da economia, o trabalho livre de negros e mestiços pobres é predominante. Alguns dados sobre a composição social e dinâmica produtiva nas unidades administrativas do município do Serro são ilustrativos no sentido dessa narrativa.

Em 1860 o Presidente da Província enviou a todos os municípios e paróquias mineiras a solicitação de informações demográficas, construindo “mapas” a partir das mesmas. Martins, Silva e Lima (2002) apresentam alguns desses dados em formato de síntese temática, que são importantes para compreender a realidade da Comarca do Serro naquele período.

Como os autores apresentam, na comarca do Serro Frio, em 1861, numa população de 40.449 habitantes, apenas 11,91% correspondiam aos escravos, enquanto a média, considerando todas as comarcas, era de 24,06%. A Comarca de Serro era a segunda em menor percentual de escravos, que encontrava sua principal expressão na Comarca de Paracatu, que tinha um percentual de 5,31% de escravos no conjunto total da população.

No que se referem às atividades laborais, os dados apresentados por Martins, Silva e Lima (2002) exprimem uma Comarca do Serro essencialmente voltada para atividades agropecuárias, já que 87,24% da população encontrava-se ocupada nestas atividades.

A comarca do Serro que, em 1861 compreendia os municípios de Diamantina, Serro e Conceição, produzia por todo seu território milho, mandioca, arroz e feijão, para consumo interno e exportação, variando as outras culturas e as indústrias artesanais de acordo com o município. No município do Serro, caso aqui exemplar, predominava a produção de fubá, industrialização do azeite de mamona, criação de suínos, fumo e comercialização de aguardente.

O censo agropecuário de 1872, realizado cerca de dez anos após os dados coletados pela Província de Minas Gerais apresentados anteriormente, fornece informações importantes sobre a conformação demográfica e de ocupação no município do Serro, formada naquela época pelas freguesias de N^a Senhora da Conceição do Serro (sede do município e atual sede

³² Não se teve acesso à documentação sobre a composição social das populações que partiram da região do Serro Frio em direção à Mata do Peçanha, mas deduz-se que esta se constituía, numa classificação ampla, de proprietários e ex-escravos por dois motivos: a) o Censo de 1872, a partir de uma classificação dual, aponta a presença na freguesia de Peçanha tanto de proprietários, como de trabalhadores livres; b) Obras sobre a região da Mata do Peçanha, como a de Pimenta (1966), que aborda os traços genealógicos das famílias que compõem a “história oficial”, isto é, grupos familiares de proprietários, apontam a presença de famílias vindas da região do Serro Frio, tanto no início dos oitocentos, quanto em seu fim. Porém, isto é uma simplificação. Como apresentado por Espíndola (2005), a diversidade da composição social nos sertões do rio Doce, como evidenciado pela presença de fugitivos da justiça, extrativistas e quilombolas, era característica da região.

da cidade do Serro), Santo Antônio do Rio dos Peixes (atual Alvorada de Minas), N^a Senhora dos Prazeres do Milho Verde (atual Milho Verde, distrito do Serro), São Sebastião de Correntes (atual Sabinópolis), Santo Antônio do Peçanha (atual Peçanha), N^a Senhora da Penha do Rio Vermelho (atual Rio Vermelho), São Gonçalo do Rio das Pedras (pelo mesmo nome, atual distrito do Serro), São Miguel e Almas (atual Guanhães) e, por fim, N^a Senhora do Patrocínio do Serro (atual Virginópolis).

Como já vem sendo feito até aqui, se resume, enquanto casos exemplares, aos dados sobre as freguesias de N^a Senhora da Conceição do Serro e Santo Antônio do Peçanha, núcleos dos atuais municípios de Serro e Peçanha, respectivamente..

A população total da freguesia de N^a S. da Conceição do Serro em 1872 era, segundo o censo, de 11.995 pessoas. A composição étnico-racial dos escravos e livres revelava uma população escrava que correspondia 17,9% do total da população e era composta em 77,0% por pretos, sendo os demais pardos (Tabela 1). Os Livres, que compunham 82,1% da população total, eram em 73,2% brancos, 16,3% de pardos, 9,2% de pretos e 1,3% de caboclos (Tabela 2). Tomada à população a partir de sua composição étnico-racial, considerando os pretos e pardos, escravos e não escravos, tem-se uma participação de 43,4% destas categorias étnico-raciais na população total. Partindo-se da exclusividade destas categorias no que tange à composição de escravos, pode-se supor que ao aproximadamente 25,5% dos livres poderiam ser ex-escravos ou descendentes deles.

Tabela 1 - População das freguesias de N^a S^a da Conceição do Serro e de Santo Antônio do Peçanha discriminada por condição. Fonte: Recenseamento 1872.

QUANTITATIVO / CONDIÇÃO	N ^a S. da Conceição do Serro		Santo Antônio do Peçanha	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Livres	9825	82,1	8.664	92,6
Escravos	2.143	17,9	697	7,4
Total	11.995	100,0	9.361	100,0

Tabela 2 - População das freguesias de N^a S^a da Conceição do Serro e de Santo Antônio do Peçanha discriminada por condição e composição étnico-racial. Fonte: Recenseamento 1872.

COMPOSIÇÃO ÉTNICO-RACIAL / CONDIÇÃO	N ^a S. da Conceição do Serro				Santo Antônio do Peçanha			
	Branco	Pardos	Pretos	Caboclos	Branco	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	73,2	16,3	9,2	1,3	68,3	19,3	11,3	1,1
Escravos	-	23,0	77,0	-	-	24,6	75,4	-

A presença de estrangeiros na freguesia era muito baixa entre os livres, contando com 29 habitantes, em sua maioria de origem portuguesa e, de forma mais expressiva entre os escravos, contando com 199 indivíduos africanos, o equivalente à 9,3% da população escrava (Tabela 3). Toda essa população escrava era analfabeta. Entre os livres, apenas 9,6% da população sabia ler e escrever (Tabela 4).

Tabela 3 - População das freguesias de N^a S^a da Conceição do Serro e de Santo Antônio do Peçanha discriminada por condição e continente de origem. Fonte: Recenseamento 1872.

CONDIÇÃO / CONTINENTE DE ORIGEM	N ^a S. da Conceição do Serro				Santo Antônio do Peçanha			
	Livres		Escravos		Livres		Escravos	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Africanos	-	-	199	9,3	-	-	53	7,6
Europeus	29	0,3	-	-	7	0,08	-	-
Total	29	0,3	199	9,3	7	0,08	53	7,6

Tabela 4 - População das freguesias de N^a S^a da Conceição do Serro e de Santo Antônio do Peçanha discriminada por condição e situação escolar. Fonte: Recenseamento 1872.

CONDIÇÃO / SITUAÇÃO ESCOLAR	N ^a S. da Conceição do Serro				Santo Antônio do Peçanha			
	Livres		Escravos		Livres		Escravos	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Sabem ler e escrever	934	9,6	-	-	1018	11,7	-	-
Analfabetos	8.918	90,4	2143	100,0	7.646	88,3	697	100,0
Total	9852	100,0	2143	100,0	8664	100,0	697	100,0

A freguesia de Santo Antônio do Peçanha difere da Freguesia de N^a S. da Conceição do Serro, especialmente em relação à presença da população escrava. Num total populacional de 9361 habitantes, a população escrava correspondia à 7,4% do total (Tabela 1), formada à semelhança da freguesia anterior, em 75,4% por pretos e os demais pardos (Tabela 2). Os livres, com pouco menos expressividade quando comparados à freguesia anterior, o equivalente à 92,6% da população total, era constituído em 68,3%, 19,3% por pardos, em 11,3% por pretos e em 1,1% por caboclos.

A presença de estrangeiros era ínfima entre os livres, tendo-se apenas 7 indivíduos. Já entre os escravos é mais expressiva, tendo 53 indivíduos africanos, o que corresponde à 7,6% do total da população escrava (Tabela 3). Esta era, como na freguesia anterior, em sua totalidade analfabeta. Entre os livres, com um pouco mais expressividade que a freguesia de N^a S^a da Conceição do Serro, 11,7% da população sabia ler e escrever (Tabela 4).

A freguesia de N^a S^a da Conceição do Serro dispunha no início do último terço do século XIX de uma economia diversificada e uma presença maior do Estado e suas instituições, o que fica indicado pelo plantel de ocupações liberais e ligadas ao controle da produção e circulação de mercadorias, que registra profissionais vinculados às áreas jurídicas, letras, medicina, funcionalismo público, artistas, capitalistas e proprietários, comerciantes, entre outros, que absorviam 3,6% da população com ocupação definida. Diferentemente, a freguesia de Santo Antônio do Peçanha contava apenas com apenas 1,9% da população com ocupação definida nos citados setores, onde era ainda maior a prevalência de profissões manuais e mecânicas (Tabela 5).

Tabela 5 - População com ocupação definida das freguesias de N^a S^a da Conceição do Serro e de Santo Antônio do Peçanha discriminada por profissões. Fonte: Recenseamento 1872.

PROFISSÕES	N ^a S. da Conceição do Serro		Santo Antônio do Peçanha	
	População	%	População	%
Liberais ¹	58	0,9	8	0,2
Industriais e comerciantes ²	169	2,5	69	1,7
Capitalistas e proprietários	13	0,2	-	-
Costureiras ³	708	10,4	400	9,8
Canteiros, calceteiro, mineiros, covoqueiros	507	7,5	3	0,1
Operários em tecidos	-	-	156	3,8
Operários em metais	64	0,9	17	0,4
Operários em madeiras	109	1,6	22	0,5
Operários de edificações	15	0,2	-	-
Operários em couros e peles	23	0,3	-	-
Operários de vestuários	40	0,6	65	1,6
Operários de calçados	44	0,7	8	0,2
Lavradores ⁴	2015	29,7	1168	28,7
Criados e jornaleiros ⁵	1482	21,8	1082	26,6
Serviços domésticos	1544	22,7	1074	26,4
Total	6791	100,0	4072	100,0

¹ Na freguesia de N^a S. da Conceição do Serro foram identificadas as seguintes: seculares, juizes, advogados, notários e escrivães, oficiais de justiça, médico, parteiros, professores e homens de letras, empregados públicos, artistas. Na freguesia de Santo Antônio do Peçanha foram identificados os seguintes: seculares, oficiais de justiça, parteiras, professor e homens de letras.

² Em ambas as freguesias foram identificadas as seguintes: comerciantes, guarda livros e caixeiros.

³As profissões de Costureiras, operários em metais, Canteiros, calceteiro, mineiros, covoqueiros, operários em madeiras, operários de edificações, operários em couros e peles, operários de vestuários, operários de calçadas são classificados como "profissões manuais e mecânicas".

⁴ A profissão "lavradores" é classificada como "profissões agrícolas"

⁵ As profissões "criados e jornaleiros" são classificados como "pessoas assalariadas".

Em ambas as freguesias, parte expressiva das atividades que mais absorviam força de trabalho encontrava-se classificada nestas modalidades. A profissão de lavrador, classificada como "profissões agrícolas" era nestas freguesias a dominante, correspondendo à 29,7% do total da população com ocupação definida no caso da freguesia de N^a S^a da Conceição do Serro e de 28,7% na freguesia de Santo Antônio do Peçanha (Tabela 5). Nessas atividades predominavam o trabalho livre, porém, era o "setor" que mais empregava trabalhadores escravos. Esta força de trabalho era também bastante expressiva, no caso da sede da cidade do Serro, no conjunto de atividades onde se encontram as extrações minerais em trabalhos como "canteiros, calceteiros, mineiros, covoqueiros" e, na Mata do Peçanha, nos serviços domésticos. As demais ocupações manuais e mecânicas eram nos dois núcleos exercidas essencialmente por força de trabalho livre. Em N^a S^a da Conceição do Serro identificava-se, à semelhança das profissões liberais, uma maior diversidade e expressividade daquelas ocupações, com menor importância em Santo Antônio do Peçanha (Tabela 6).

Tabela 6 - População com ocupação definida das freguesias de N^a S^a da Conceição do Serro e de Santo Antônio do Peçanha discriminada por condição e profissões. Fonte: Recenseamento 1872.

FREGUESIA CONDIÇÃO / PROFISSÕES	N ^a S. da Conceição do Serro				Santo Antônio do Peçanha			
	Livres		Escravos		Livres		Escravos	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Liberais ¹	58	1,1	-	-	8	0,2	-	-
Industriais e comerciantes ²	169	3,2	-	-	69	1,9	-	-
Capitalistas e proprietários Costureiras ³	13	0,2	-	-	-	-	-	-
Canteiros, calceteiro, mineiros, covoqueiros	654	12,3	54	3,7	387	10,8	13	3,1
Operários em tecidos	69	1,3	438	29,8	3	0,1	-	-
Operários em metais	-	-	-	-	152	4,2	4	0,9
Operários em madeiras	62	1,2	2	0,1	13	0,4	4	0,9
Operários de edificações	107	2,0	2	0,1	21	0,6	1	0,2
Operários de couros e peles	13	0,2	2	0,1	-	-	-	-
Operários em vestuários	21	0,4	2	0,1	-	-	-	-
Operários de calçados	40	0,7	-	-	6	0,2	-	-
Lavradores ⁴	43	0,8	1	0,1	8	0,2	-	-
Criados e jornaleiros ⁵	1424	26,8	591	40,2	955	26,6	213	50,4
Serviços domésticos	1482	27,9	-	-	1082	30,1	-	-
Total	1165	21,9	379	25,8	886	24,7	188	44,5
	5320	100,0	1471	100,0	3590	100,0	423	100,0

¹ Na freguesia de N^a S. da Conceição do Serro foram identificadas as seguintes: seculares, juizes, advogados, notários e escrivães, oficiais de justiça, médico, parteiros, professores e homens de letras, empregados públicos, artistas. Na freguesia de Santo Antônio do Peçanha foram identificados os seguintes: seculares, oficiais de justiça, parteiras, professor e homens de letras.

² Em ambas as freguesias foram identificadas as seguintes: comerciantes, guarda livros e caixeiros.

³ As profissões de Costureiras, operários em metais, Canteiros, calceteiro, mineiros, covoqueiros, operários em madeiras, operários de edificações, operários em couros e peles, operários de vestuários, operários de calçadas são classificados como "profissões manuais e mecânicas".

⁴ A profissão "lavradores" é classificada como "profissões agrícolas".

⁵ As profissões "criados e jornaleiros" são classificados como "pessoas assalariadas".

A partir desses dados, percebe-se, como dito anteriormente, que próximo ao último quartel do século XIX o trabalho escravo já perdera sua importância na dinâmica produtiva daquelas regiões e que a atividade agrícola, que passara a ter como base a força de trabalho livre, que se tornara a atividade econômica predominante nas regiões. No entanto, no histórico núcleo minerador, representado pela freguesia N^a S^a da Conceição do Serro, ainda fazia-se expressiva a presença de trabalhadores ligados à exploração aurífera e diamantífera, o que indica a persistência destas atividades econômicas, apesar da perda de sua importância. O núcleo da cidade do Serro, através das ocupações identificadas, expressa não só a presença de instituições públicas e o exercício de controle que lhe são características, mas uma diversidade da configuração econômica e produtiva e sua provável importância a nível regional³³, bem como a possível permanência das atividades historicamente estruturantes, isto é, a exploração aurífera e diamantífera³⁴. Distintamente, as ocupações registradas no núcleo da

³³ Joaquim José da Silva em "Tratado de geographia descriptiva especial da provincia de Minas Gerais" publicado em 1878 descreve que na cidade do Serro, cuja a população é era de sete mil almas (em discordância com os dados do Censo de 1872), "[...] seu comércio é activo e forte, tem muitos capitalistas e homens abastados, Há ali muitas oficinas de todos os officios" (SILVA, 1878, p. 74).

³⁴ Silva (1878) relativiza a importância da mineração na cidade do Serro, mas afirma a sua existência ao descrever que "[...] o seu terreno dá algum ouro e pouco diamante [...]" (SILVA, 1878, p. 75).

Mata do Peçanha indicam uma baixíssima presença de instituições públicas que, por sua vez, expressam débil controle do Estado.

No que tange ao trabalho escravo, verifica-se que enquanto o núcleo da região do Serro Frio tinha em seu plantel de pessoas com ocupação definida 21,6% de trabalhadores escravos, no núcleo da Mata do Peçanha estes correspondiam à 10,3%. Assim, pode-se concluir que neste núcleo sua importância era menor do que naquele, fato que indica, em termos comparativos, uma menor relevância das relações escravistas na estruturação das relações sociais e de produção. Tal configuração podia estar relacionada à relevância que ainda tinha a exploração mineral na freguesia N^a S^a Conceição do Serro, haja visto que 29,7% dos trabalhadores escravos encontravam-se exercendo ocupações relacionadas à este “setor” econômico (Tabela 6).

Esses dados, quando comparados aos relativos ao século XVIII, permitem perceber mudanças importantes no último terço do século XIX, mas não são suficientes para explicar os deslocamentos que vão se dar para a região da Mata do Peçanha, sobretudo a partir deste período, a exemplo dos dados que remontam que o município de Peçanha³⁵ contava em 1872 com uma população de 9.361 habitantes (BRASIL, 1872), em 1890 com 33.830 (FERREIRA, 1959; RAPM, 1901³⁶), em 1913 com aproximadamente 50.000 (BRASIL, 1918; FERREIRA, 1959³⁷) e em 1920 com 84.507 indivíduos (BRASIL, 1928).

Tendo sido esclarecedores no que concernem as transformações produtivas, nas relações de trabalho e na composição demográfica das regiões de onde partiram e aonde chegaram os grupos de família estudados, tais dados são ainda insuficientes para explicar o deslocamento dessas populações. Esta explicação, em sua forma mais concreta, pode ser buscada na estrutura fundiária daqueles núcleos. O Censo de 1920 traz elementos que contribuem nesse sentido.

De acordo com o Censo de 1920³⁸, o município do Serro detinha naquela data uma extensão territorial de 310.700 hectares, os quais 71,5% estavam ocupados por estabelecimentos agropecuários, que tinham 16,7% de sua área total cobertas por matas. Já o município de Peçanha, detendo uma área duas vezes maior, o equivalente à 637.200 hectares, tinha apenas 24,3% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, na qual 41,6% era de coberta por matas (Tabela 7).

³⁵ É importante ressaltar que em 1872 ainda não se tinha instituído o município de Peçanha, criado em 1881 com o nome de Suassuhy. Também se faz relevante a observação que estes dados são relativos a um território municipal que vai além do núcleo de Peçanha, contendo vários distritos que ao longo do século XX foram constituindo novos municípios, e à época compunham a região conhecida como Mata do Peçanha.

³⁶ Na corografia do município de Peçanha, escrita pelo então procurador fiscal da câmara de Peçanha, apresentada pela RAPM, é apresentado que “sua população no ano de 1890 já era superior a trinta mil habitantes” (RAPM, 1901).

³⁷ Na descrição apresentada pela Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959) faz-se referência a uma contagem realizada pela Comissão municipal em que em 1891 tinha-se a soma de 52.521 indivíduos, encontrando-se na sede municipal 10.207 destes.

³⁸ Na caracterização dos quesitos da pesquisa censitária há uma referência de que os estabelecimentos rurais que detinham uma renda anual inferior à de 500\$000 não foram recenseados.

Tabela 7 - Quantitativo de área dos municípios de Serro e de Peçanha discriminado por caracterização territorial. Fonte: Recenseamento 1920.

MUNICÍPIO QUANTITATIVO / CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL	Serro		Peçanha	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Extensão territorial	310.700	100,00	637.200	100,0
Área dos estabelecimentos ¹	222.241	71,5%	155.018	24,3
Área de matas nos estabelecimentos ²	35.462	16,0%	64.474	41,6

¹ O percentual da área dos estabelecimentos é citado em relação à extensão territorial.

² Os valores e percentual da área de matas nos estabelecimentos é citada em relação à área dos estabelecimentos.

No que tange à estrutura do domínio fundiário, os dados do recenseamento de 1920 evidenciam que no município de Peçanha 90,6% dos estabelecimentos encontravam-se no grupo de área “de 0 a 400 hectares”, ao passo que no município do Serro estes estabelecimentos representavam 82,7% do total de estabelecimentos. Neste município, 13,2% dos estabelecimentos situavam-se na classificação do grupo de área “de 401 até 1000 hectares”, enquanto no município de Peçanha correspondia à 9,3% do total de estabelecimentos. A mesma disparidade se reproduzia quando verificado o grupo de área “de 1000 a 5000 hectares”, onde se encontrava 4,1% dos estabelecimentos do município do Serro, ao mesmo tempo em que compreendiam 1,1% do total dos estabelecimentos em Peçanha (Tabela 8).

Tabela 8 - Estrutura fundiária dos municípios de Serro e Peçanha discriminada por grupo de área total. Fonte: Recenseamento 1920.

GRUPO DE ÁREA TOTAL	Serro		Peçanha	
	Área	%	Área	%
0 a 400 hectares	679	82,7	751	90,6
401 a 1000 hectares	108	13,2	69	8,3
1001 a 5000 hectares	34	4,1	9	1,1
Total	821	100,0	829	100,0

Tais dados indicam uma dinâmica territorial da segunda década do século XX caracterizada pela ausência de terras disponíveis no município do Serro em contraste com uma disponibilidade de terras passíveis de ocupação no município de Peçanha, que mantinha em abundância as áreas de matas. Uma publicação, produto da aplicação dos questionários sobre as condições da agricultura em Minas Gerais em princípios da segunda década do século XX, realizado pelo Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, faz referência às áreas de matas que eram públicas neste município. “[...]Das muitas mattas que possui o municipio, grande parte pertence ao governo do Estado e nessas mattas se encontram muitas variedades de madeira de lei, como sejam: perobas, canellas, cedros, vinhático, cabiúna e muitas outras” (BRASIL, 1918, p. 317). É possível que estas áreas fossem por lógica as chamadas terras devolutas que estavam sob domínio do estado de Minas Gerais pelo fato não haverem proprietários particulares, mas que não as eram de fato, pois não eram ainda discriminadas³⁹, dado que o recenseamento de 1920 não registra nenhum estabelecimento agropecuário pertencente à união, ao estado ou ao município. Outra possibilidade é da incorporação destas áreas à patrimônios particulares no breve período que percorre o tempo entre a coleta dos dados das citadas publicações (entre 1913 e 1920). Independentemente destes possíveis fatores de esclarecimento deste desencontro de informação, tudo indica para a disposição de expressiva quantidade de terras a

³⁹ Motta sinteticamente define terras devolutas da seguinte forma: “Em suma, as chamadas terras devolutas são pertencentes ao Estado (federal ou estadual) e uma vez discriminadas passam a denominarem-se terras públicas” (Motta, 2010, p. 469).

serem ocupadas por mecanismos que não fossem os de mercados, tendo em vista que um (1) hectare em boas condições⁴⁰ em Peçanha tinha mais valor do que um (1) em Serro – Peçanha: 50\$000 a 100\$000 e Serro 20\$000 – (BRASIL, 1918), ou valor quase equivalente – Peçanha: 25\$ e Serro: 28\$ (BRASIL, 1923). Além desta disponibilidade de terras possivelmente passíveis de posse, a estrutura fundiária no Serro se mostrava mais concentrada que a de Peçanha, como pode ser notado pela expressividade que tinham os estabelecimentos localizados nos grupos de área de “de 400 a 1000 hectares” e “de 1001 a 5000 hectares” neste município, especialmente quando comparada ao de Peçanha.

Assim, a partir desses dados e dos demais até aqui apresentados, pode-se inferir que o deslocamento de trabalhadores da região do Serro para a região da Mata do Peçanha foi sensivelmente motivado - num ambiente em que a estrutura social e econômica se apresentava com extrema rigidez, como o do município do Serro - sobretudo, pela busca de acesso à terra. Além de evidências que indicam a disponibilidade de terras passíveis de posse em Peçanha e seu esgotamento no Serro, este município tinha a maior parte de suas terras voltadas para a pecuária bovina⁴¹ (presença mais abrangente e menos concentrada do que em Peçanha) e cultivos industriais⁴² (sobretudo cana de açúcar), o que indica uma maior especialização produtiva e integração ao mercado local e regional, fato que poderia dificultar a formação de comunidades camponesas, dado o domínio de explorações mais capitalizadas e exigentes da força de trabalho dos trabalhadores pobres. Nesse sentido, a possibilidade do acesso à terra representava a possibilidade de autonomia dos trabalhadores pobres mestiços e negros descendentes diretos ou não de escravos que após a abolição continuaram submetidos ao grande domínio territorial e à violência que o caracteriza. Em síntese, a possibilidade de mobilidade social e formação de relações econômicas e sociais que desafiassem a subordinação histórica. O acesso a terra aqui é sinônimo de liberdade! Terra e Liberdade!

Os relatos dos camponeses de idade mais avançada, abordados aqui como memória social, são pertinentes à esta dedução e são exploradas no próximo capítulo.

⁴⁰ Quando se trata de Peçanha, têm-se a seguinte caracterização: “*um hectare com área pra plantar 80 litros*”. Na abordagem do município de Serro, tem-se a seguinte: “*um hectare de terra boa regula*”.

⁴¹ Como apresenta o recenseamento de 1920, enquanto o Serro, que possuía uma área total dos estabelecimentos de 222.241 hectares, possuía 81.992 cabeças de gado em 475 estabelecimentos (o equivalente à 57,8% do total), Peçanha, em 155.018 hectares, mantinham 11.152 cabeças em 39 estabelecimentos (o equivalente à 4,7%) do total. Tais dados não só indicam a forte presença da criação bovina no Serro e sua importância na economia e na ocupação territorial, mas também aponta para um caráter mais concentrado desta atividade quando ocorre em Peçanha, já que a média de cabeças por estabelecimentos é de 285,9 neste município, bem superior à do município do Serro, que é de 172,6.

⁴² De acordo com o recenseamento de 1920, da área cultivada no município do Serro, 57,0% era de cereais, de 25,6% de culturas industriais (algodão, cana de açúcar, fumo, mamona) e 17,4% de culturas arbóreas e arbustivas, ao passo que no município de Peçanha era, respectivamente, de 70,3%, 7,1% e 22,6%. Esses dados apontam para uma maior especialidade e integração da produção agrícola à trocas mercantis no município do Serro, em contraposição à uma produção agrícola de produtos de baixo valor em Peçanha, como é o caso do milho, que ocupava 5.877 hectares em 1920, o equivalente à 60,8% da área cultivada e à 86,5% da área cultivada de cereais.

CAPÍTULO III – NAS MATAS EM PEÇANHA: a formação do campesinato na zona fria do município de Peçanha

Neste capítulo aborda-se o processo de formação das comunidades estudadas a partir da interação entre elas e o ambiente. Busca-se, nesse sentido, com base nas fontes orais acessadas, construir uma narrativa que permita localizar tais comunidades no tempo e no espaço, evidenciando a dimensão econômica/produtiva em seu processo de formação, destacando os aspectos constituintes da organização social da produção, tais como as relações de produção, a utilização dos recursos naturais, os aspectos tecnológicos, a sociabilidade interna, a interação com a cidade, em sùmula, os diversos mecanismos socioculturais produzidos e reproduzidos em torno da adaptação humana.

Como aludido, as informações e relatos obtidos - via entrevistas e vivência parcial com parte dos agricultores das comunidades estudadas -, que consistem nas fontes orais contempladas, são privilegiados neste capítulo. Recorre-se aqui a tais fontes no intuito de descrever e evidenciar os elementos constitutivos dos aspectos da organização social da produção que se encontram expressos nas representações da história dos grupos. Estas representações, trazidas à tona como memória, produtos de uma interação dinâmica e constante entre o presente e o passado, são aqui utilizadas como dados históricos que, localizados no tempo e no espaço, são produtos de vivências individuais e coletivas no território estudado e da interação pesquisador-pesquisado, por um tempo determinado em uma conjuntura histórica específica.

Aqui a memória é tratada como memória coletiva, no sentido de que não se trabalha aqui um relato individual como correspondendo a uma história individual, mas sim familiar, ou mais apropriado ainda, comunitária. Não se nega que o filtro individual, composto pela experiência de vida de cada sujeito, seja determinante nas percepções e representações do passado e do presente, mas acredita-se que tais experiências são construídas no contexto de uma coletividade e, por isto, dizem respeito à mesma e são suficientemente pertinentes à realidade desta quando expressas.

A pesquisa empírica abrangeu, do ponto de vista macro, a bacia hidrográfica do rio Doce (Figura 2), a bacia do Suaçuí (Figura 3) e do Suaçuí Pequeno (Figura 4), e numa de uma perspectiva micro, quatro localidades (córregos) da parte Sul do município de Peçanha, região, como assinalada, conhecida como zona fria. Esta região, domínio da Mata Atlântica, caracterizada por um relevo ondulado que abriga vales fluviais que, conforme os relatos, era até pouco tempo marcado pela excessiva presença de áreas florestais, foi onde se estabeleceram as comunidades de caráter familiar que conviviam com grandes fazendas que mais tarde foram, pelo menos em parte, transformadas em áreas de plantações de eucalipto para a produção de papel e celulose. Banhada pelo rio Suaçuí Pequeno, ribeirão Água Branca e o rio Tronqueiras, do Norte para o Sul, esta delimitação espacial constitui a área de Peçanha que faz limite com os municípios de Cantagalo, São João Evangelista, Guanhães, Virginópolis, Divinolândia, Sardoá e Coroaci. No entanto, o estudo foi realizado em áreas que se encontram mais próximas ao município de Virginópolis (Figura 5).

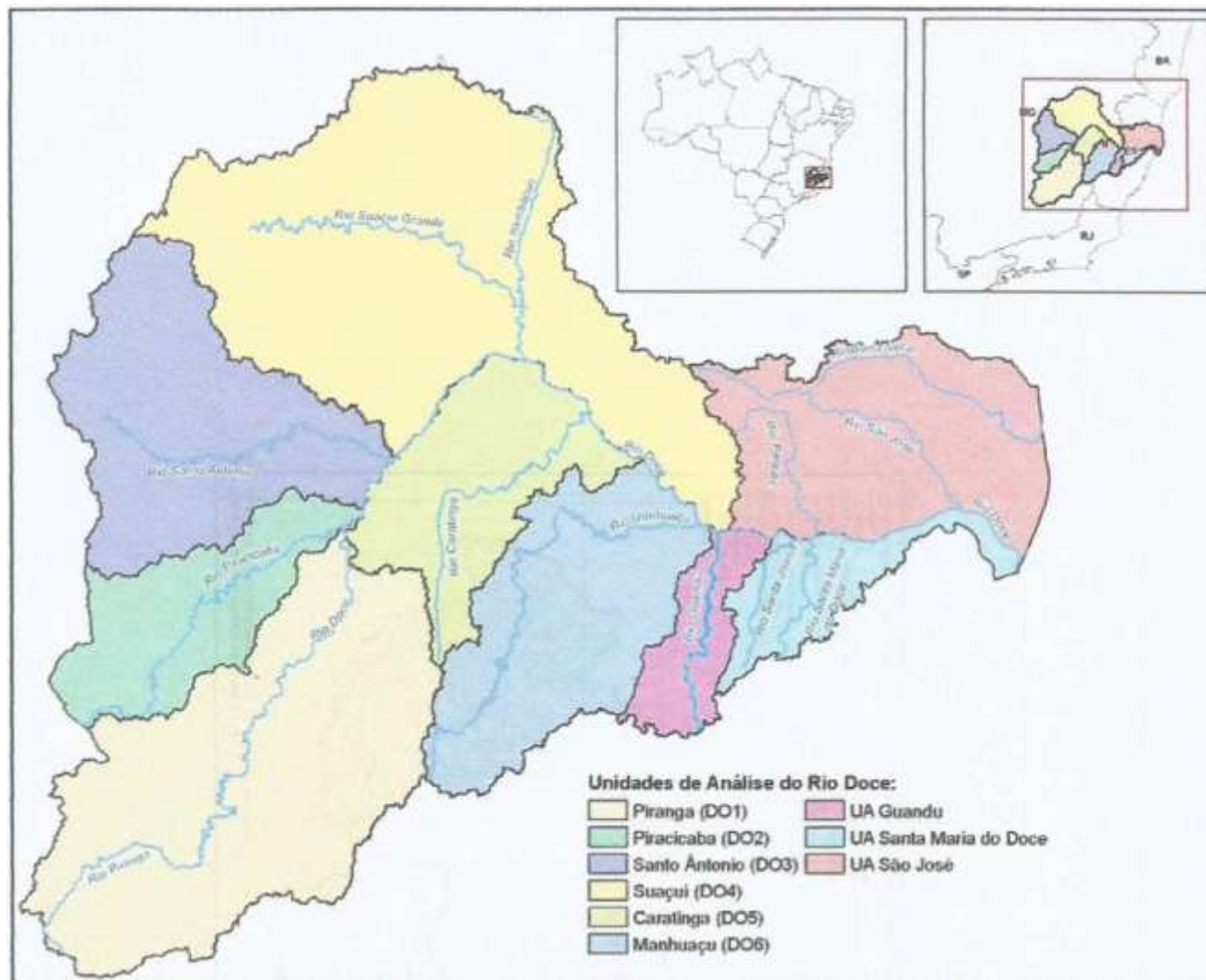


Figura 2 - Mapa da Bacia do rio Doce, onde se destaca a bacia do rio Suaçuí ao Norte, e a localização da bacia do rio Doce em relação ao Brasil e, a nível regional no canto direito superior. Fonte: Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão DO4 – PARH Suaçuí. Ecoplan/Lume, 2010.

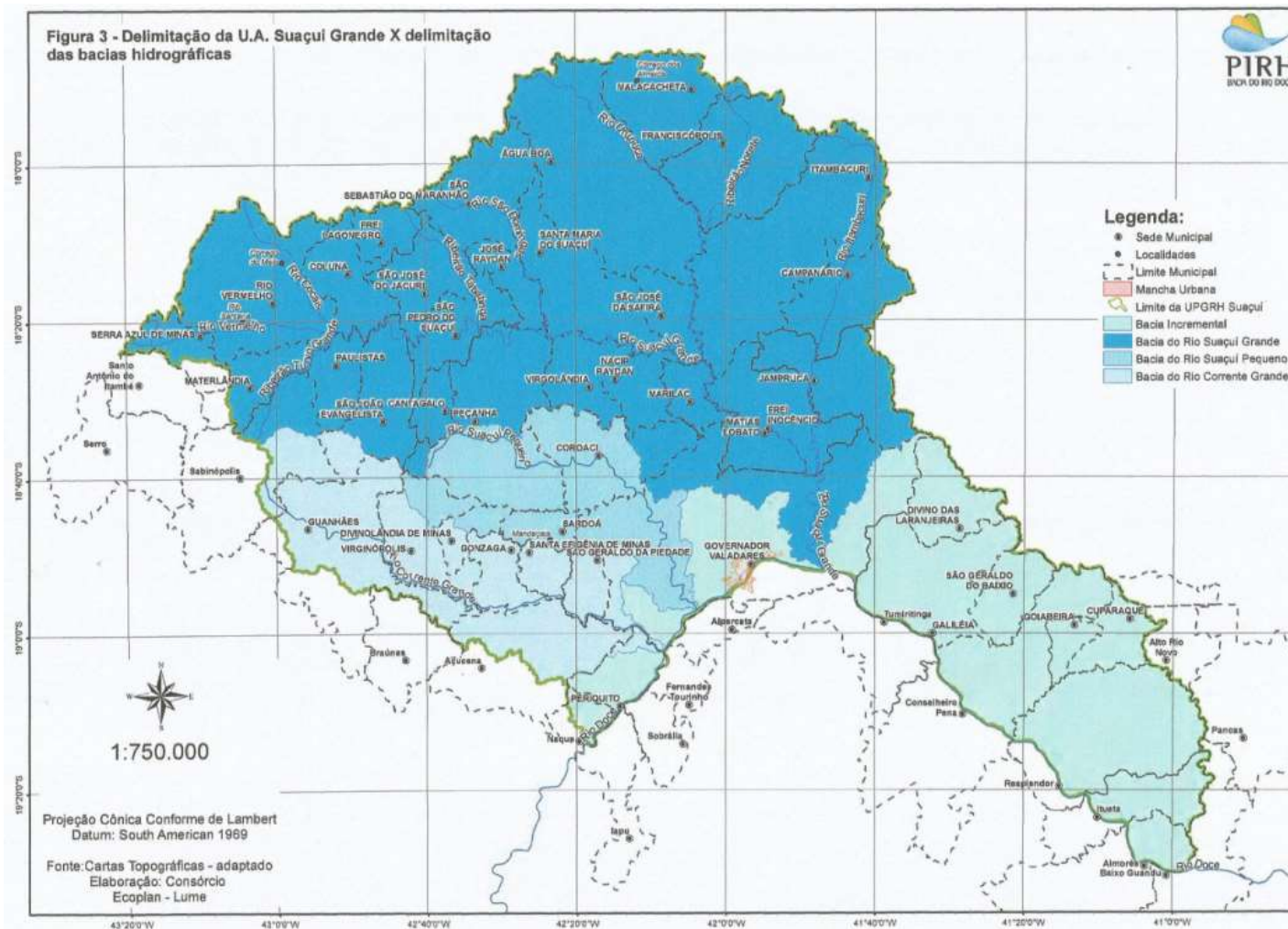


Figura 3 - Mapa de delimitação da unidade de análise Suaçuí Grande X delimitação das bacias hidrográficas, onde se destaca a bacia do rio Suaçuí Pequeno ao centro. Fonte: Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão DO4 – PARH Suaçuí. Ecoplan/Lume, 2010.

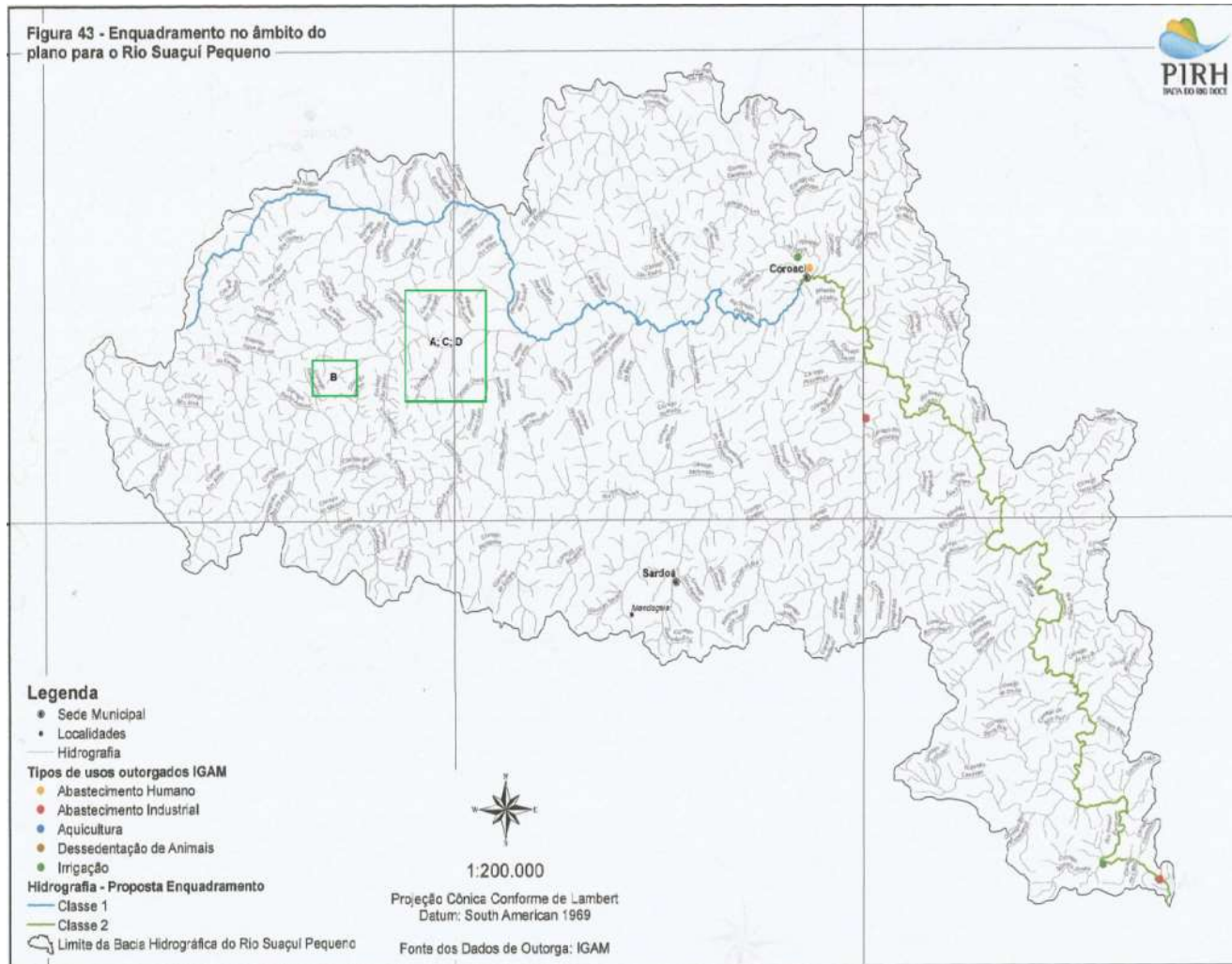


Figura 4 - Mapa enquadramento no âmbito do plano para o Rio Suaçuí Pequeno, onde se destaca a localização das comunidades estudadas ao Oeste. Fonte: Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão DO4 – PARH Suaçuí. Ecoplan/Lume, 2010. Localização das comunidades como adaptação do autor.

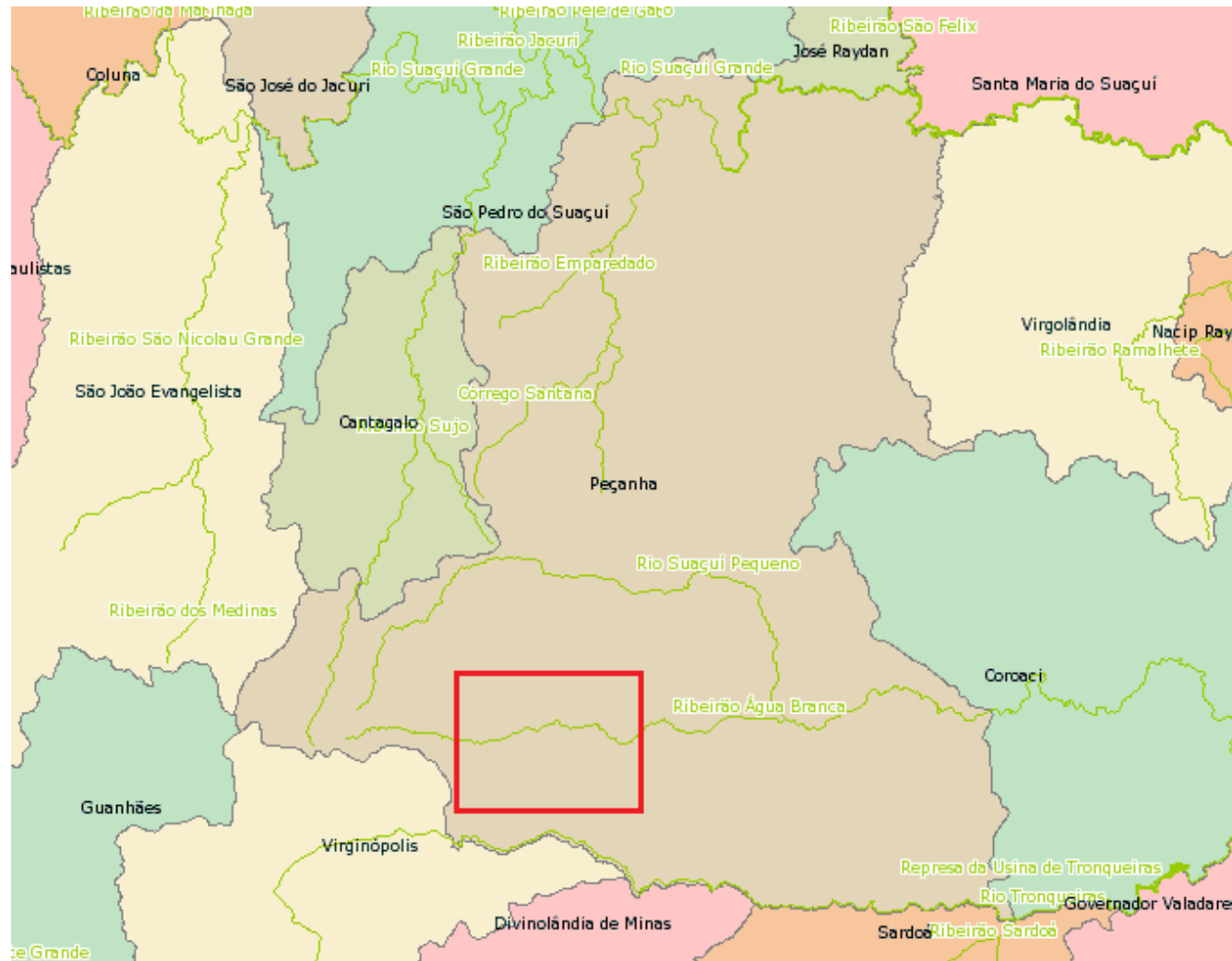


Figura 5 - Imagem que localiza os cursos d'água da zona fria de Peçanha, onde se destaca a área onde estão localizadas as comunidades. Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas - IGA. Localização da área das comunidades como adaptação do autor

Não obstante ter-se conhecido e realizado o levantamento de informações e de dados históricos sobre as dinâmicas econômico-produtiva e ambiental atuais das comunidades, uma dessas localidades foi palco de uma vivência mais estreita do pesquisador, sobretudo pelo fato de ser ali onde foi lhe dado abrigo e demais estruturas que permitiram a realização dos levantamentos e o conhecimento mais profundo da realidade local. Tal consideração torna-se importante de ser feita a partir do momento em que se considera que a população que acolhe o pesquisador passa a ter forte influência sobre sua interpretação da realidade estudada e vivenciada, assim como nos contatos e vivências com outros grupos ou comunidades. Como o tempo de pesquisa empírica foi bastante limitado, sobretudo em decorrência do reduzido tempo hábil para conciliação necessária entre ensino e pesquisa oferecida por um programa de pós-graduação brasileiro, e também pelos altos custos dos deslocamentos, essa questão não pôde ser resolvida, pois a vivência e a maior parte das entrevistas, numa perspectiva proporcional, ficaram calcadas na comunidade acolhedora. Nesse sentido, apesar de ter-se estendido a pesquisa de campo a mais três localidades (comunidades/córregos), foi na comunidade acolhedora em que se explorou de forma sistemática e abstrata a dimensão histórica, principalmente no que se refere aos pioneiros, primeiros genitores e a organização social da produção. Aspectos como as transformações produtivas e ambientais, a partir de um contraponto entre o ontem e o hoje, foram explorados em todas as comunidades, expressando assim, considerações de natureza genérica e regionalizada.

A despeito disso, a relativa homogeneidade econômica e social das localidades estudadas, assim como as relações e laços de parentesco que ao longo do tempo se desenvolveram entre elas, tornam as informações, histórias, experiências e representações aqui expostas passíveis de generalizações. Assim, não se trata de forma sistemática de comunidades individuais, uma vez que os textos dos capítulos empíricos abordam o processo de formação do campesinato na zona fria do município de Peçanha e atuais configuração e dinâmica econômico-produtiva e ambiental da mesma.

Tais localidades, apesar das relativas semelhanças no que concerne à origem e “estrutura social” social, organização produtiva, vegetação, relevo e clima, que permitem abordá-las a partir da noção de totalidade, não se assemelham no que concerne à amplitude social e à complexidade sócio-histórica⁴³. Algumas possuíam historicamente maior população, o que está menos relacionado ao tamanho do domínio, do que o tempo de emersão das mesmas e os laços de parentesco e vizinhança criados em torno delas. Neste caso, como o é da comunidade que tem um destaque maior neste trabalho, tinha-se uma importância nevrálgica na articulação econômica e social estabelecidas historicamente entre as comunidades. A fim de reservar a identidade das pessoas que contribuíram com a pesquisa e dela participaram de forma ativa através da concessão de entrevistas e abrigo ao pesquisador, optou-se por não expor os nomes das comunidades estudadas e de seus moradores. Identificasse, dessa forma, as comunidades de acordo com as quatro primeiras letras do alfabeto, A,B,C e D, e os moradores pela primeira letra do nome, seguido pelas letras H, para homens, e M, para mulheres, assim como as idades que possuíam no contexto das entrevistas. Para melhor diferenciar os dados acessados na comunidade acolhedora das demais comunidades, pelos aspectos já expostos, os relatos dos moradores e moradoras daquela comunidade serão localizados como C-A. Os demais, como C-B, C-C, C-D.

⁴³ Algumas possuíam historicamente maior população, o que se acredita estar menos relacionado ao tamanho do domínio do que aos laços de parentesco e vizinhança criados em torno delas e o tempo de emersão das mesmas. Este é o caso da comunidade que tem um destaque maior neste trabalho, que historicamente se reproduziu através de uma complexa combinação de força de trabalho familiar e comunitária, a partir de expressiva amplitude devido ao substancial número de famílias nucleares que se inter-relacionavam.

3.1 Ancestralidade

Durante o trabalho de campo, ao reportar-se à origem dos moradores que deram início à formação das comunidades estudadas, se teve conhecimento de que quase de forma unânime estes vieram da região do Serro Frio. Excetuando uma comunidade/córrego que tem seus primeiros genitores oriundos de Coroaci - atualmente um município vizinho ao de Peçanha -, todas as outras comunidades abordadas têm sua origem na referida região, como evidenciado pelas falas dos camponeses entrevistados quando tratam da origem dos avós: “[...] *teve umas parte dos meu avô, eles viero do Serro. É deusde, ês viero e implantaro aí. Essas terra aqui ês conseguio quando ês viero de lá, né? Aí ês já vem morreno e vai ficano...* (J-H, 53, C-B)”. Também fazendo alusão à origem dos avós, outro camponês remete ao Serro Frio: “*Meus avós eu acho que é daqui mesmo. A descendência deles ês falava que vêi do Serro. Mas, mas ou menos o que eu sei mesmo é daqui mesmo. Diz que ele veio do Serro quando tava novo...* (G-H, 59, C-C)”. Ambos os relatos indicam a região de onde vieram os avós, mas não especificam nem as localidades, nem como e porque se deram os deslocamentos⁴⁴.

No caso da comunidade C-A, a ancestralidade foi investigada, sobretudo, junto à geração mais antiga que ainda encontra-se em vida. Às vezes pela insistência do pesquisador, às vezes pela intimidade estabelecida entre comunidade e pesquisador, às vezes por terem sido entrevistados representantes da terceira geração⁴⁵, que tiveram contato suficientemente longo com a primeira e segunda geração da comunidade, às vezes pela forte presença de práticas que reafirmam e reproduzem a memória coletiva, às vezes pela coesão social ainda perceptível para um forasteiro de curta passagem, enfim, os fatores podem ser variados e combinados. Fato é que esta comunidade guarda um conhecimento e uma narrativa detalhada sobre a origem dos seus antepassados e sobre o processo de deslocamento da região do Serro Frio para a região da Mata do Peçanha.

Meus avós era do Serro. Do lado da dindinha era lá do Serro. Do lado da minha vó [...], que era do lado da minha mãe, era lá do Gororós. Dum patrimônio que chamava Gororós. E tem ele até hoje. Ele é um arraialzim antigo que tinha, né? [...] Perto do Serro. Itambé aí. É, perto do Serro aqui. Do Serro mesmo. Porque que tem o Serro lá, que é Conceição do Serro. E tem a cidade do Serro mesmo. Ele era daqui. Desse aí perto de Guanhães. Pra lá de Guanhães. [...] É, meus avó era dali. E minha [...] [avó] era lá do Gororós. Por nome dum lugar, Água Limpa. Chamava. O reberão é Água Limpa. Essa cidadezinha sempre tem seus nome, né? (A-H, 79, C-A – grifo do autor)

Nesta passagem, pode-se perceber que, mesmo que o “guardião” da memória coletiva não tenha necessariamente estado no local ou locais de origens, ele reproduz tanto os seus nomes, quanto a relação que os mesmos tinham com seus antepassados, como também distingue a relação entre o campo e a cidade, ao traçar uma diferenciação entre a cidade (Serro

⁴⁴ Podemos elencar alguns fatores que nos ajudam a entender o porquê a descrição da origem dos avós é tão superficial nestas comunidades: a) o entrevistador não aprofundou, tanto pela objetividade e superficialidade da resposta, quanto pela baixa intimidade com parte dos camponeses entrevistados; b) as práticas relacionadas à reprodução da memória coletiva nestas comunidades são mais “frouxas”, por fatores que possam estar relacionados às características pessoais dos pioneiros; por uma negação do passado de sofrimento e subordinação formal; por um afrouxamento da coesão social; pelo deslocamento de pessoas que “portavam” o conhecimento da história comunitária; entre outros.

⁴⁵ Não estamos considerando aqui as gerações a partir do seu nascimento na comunidade, mas a partir da união entre o primeiro genitor (que dá nome à comunidade) e a primeira genitora. Assim, considera-se esse casal como representantes da primeira geração, seus filhos como representante da segunda geração, seus netos como representantes da terceira geração, e seus bisnetos como representantes da quarta geração da comunidade.

Frio), o arraial (Gororós⁴⁶) e a localidade (ribeirão Água Limpa⁴⁷), que era o ponto mais específico da descrição.

⁴⁶ Gororós, que atualmente é distrito do município de Dom Joaquim, é um ponto geográfico localizável também no mapa deste município, produzido pelo Serviço de Viação e Obra Pública – SVOP em 1939, e acessado pelo Arquivo Público Mineiro. O distrito encontra-se ao norte do município de Dom Joaquim, nos extremos dos limites com o município de Serro e Sabinópolis. O município de Dom Joaquim, segundo o IBGE (2014), antigo distrito do município de Conceição do Serro (atual Conceição do Mato Dentro), foi emancipado em 1938 sendo a constituição do seu território formado por partes territoriais dos municípios de Serro, Conceição do Serro e Guanhães. Segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959), em 1938, uma parte do município do Serro, referente ao distrito de Gororós, foi anexado ao criado município de Dom Joaquim.

Outro dado encontrado no Arquivo Público Mineiro que pode ter relação com o Distrito de Gororós encontra-se na obra *“Traços biográficos de serranos ilustres, já falecidos: precidados de um bosquejo histórico sobre a fundação da cidade do Serro (Minas Geraes),”* na Revista do Arquivo Público Mineiro, editada pela imprensa oficial em 1905. Nesta obra, entre vários personagens da elite serrana, encontra-se o *“Doutor Joaquim de Gororós: Deste filho do Serro só conseguimos saber que era médico formado pela Faculdade do Rio de Janeiro e clinicava, ultimamente, na cidade de São Domingos do Prata (Minas), onde faleceu a poucos anos”* (RAPM, v.1, n.2, p. 203, jan/jun 1905).

⁴⁷ Na cartografia citada acima, não foi possível localizar nenhum córrego ou ribeirão com o nome de Água Limpa, mas, no mapa da bacia do rio Santo Antônio apresentado pelo *“Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce e Planos de Ações para Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos no Âmbito da Bacia do Santo Antônio”* (2010), foi localizado um curso d’água ao Norte da sede municipal de Dom Joaquim, a Oeste da sede municipal de Senhora do Porto (antigo distrito de Dom Joaquim), ao Sul da sede municipal de Sabinópolis e a Sudeste da sede municipal de Alvorada de Minas (Ex - Santo Antônio do Rio do Peixe, antigo distrito de Serro) denominado córrego Água Limpa. Não é possível, pelo mapa, localizar exatamente em qual município encontra-se o curso d’água, mas comparando o mapa do SVOP (1938) com o mapa do PIRH da bacia do rio Doce (2010) encontram-se vários cursos d’água com a mesma denominação, como: córrego dos Machado, córrego do Jacaré, córrego Sesmarias, córrego do Paiol e Córrego do bananal, todos próximos ao córrego Água Limpa localizado neste segundo mapa. Este córrego encontra-se no mapa da PIRH da bacia do rio Doce a leste do ribeirão Santana (curso d’água que corta o distrito de Gororós) e à oeste do ribeirão São José (curso d’água que corta a sede municipal de Senhora do Porto). Todos esses cursos d’águas encontram-se entre o Rio do Peixe à oeste e o Rio Guanhães à Leste. Este território abarca o Norte do município de Dom Joaquim, o Noroeste do município de Senhora do Porto e o Sul de município de Sabinópolis. Este último é o município do vale do Rio Doce com maior presença de comunidades (CEDEFES, 2008), algumas que estão localizadas no território aqui descrito.

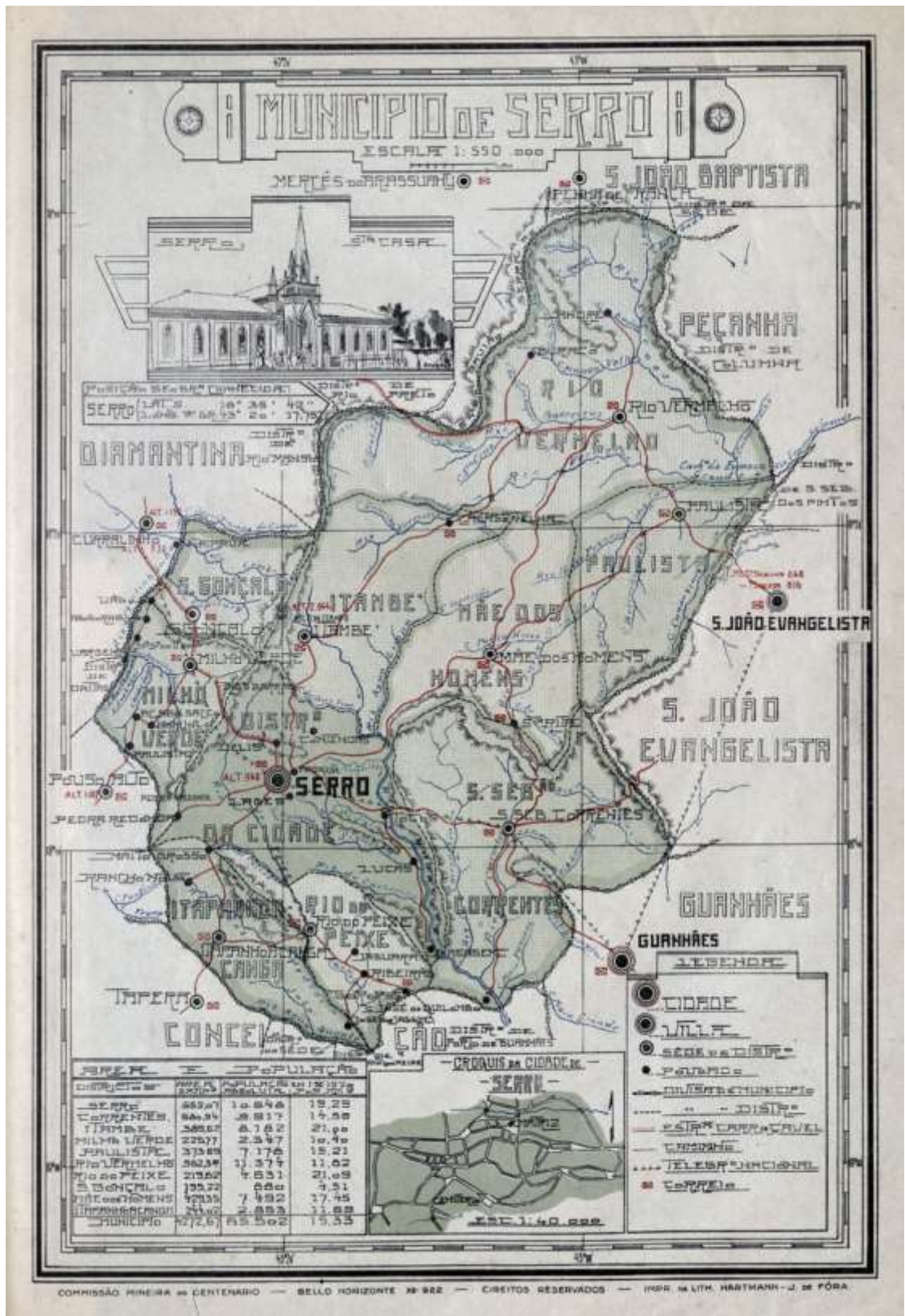


Figura 6 - Mapa do Município do Serro em 1922, onde se observa o povoado de Gororós ao Sul. Fonte: Album Chorographico municipal do estado de Minas Gerais 1927.

Esta relação entre o campo e a cidade na localização dos antepassados se explicita ainda mais quando este camponês segue seu relato e então considera a condição social de agregado dos avós e o local da união do casal que veio a formar, anos depois, a comunidade em Peçanha.

Ó, sei. Porque ês morava, ês morava é de agregado. Eu posso contá é ês que falava. Que ês era de lá. Lá minha mãe casô. Meu pai casô lá com minha mãe lá. E meu avô morava. Aliás, meu avô morava lá no distrito de Serro. É no distrito de Serro. Patrimônio de Serro. Só que é distrito de Serro, que meu avô, lá nesse comércio que eu tô te falano cum cê, que é lá aonde ele morô. Ês morava cá e ia. A cidade des era a cidade do Serro. Mas era distrito, igual aqui o Peçanha, né? Ele num é de dentro do Serro mesmo não. Meu avô é desse mesmo local. Minha vó, ês tudo morava é nessa mesma região. Ês morava é nessa meiera aí que eu tô te falano. E de lá ês viero aqui pro aqui [...] (A-H, 79, C-A).

A alusão à situação de agregado dos avós na região do Serro Frio é esclarecedora para compreensão das condições sociais e de acesso à terra que os pioneiros da comunidade em questão se encontravam no contexto que antecede e é contemporâneo ao deslocamento da família para a Mata do Peçanha. Esta condição de agregado, segundo o relato dos descendentes, possivelmente ocorre num ambiente pós-abolição, pois a memória do período escravista, com todas as suas violências e negação da condição humana dos sujeitos escravos, são ainda hoje reproduzidas pelos descendentes⁴⁸.

Foi, foi, foi da época. Não, ês contava assim, que ês trabaiaava era comandado pelo patrão. Ês trabaiaava marrado. Trabaiaava marrado, marrado, marrado com o corrente. Era assim, meu pai contava, tadinho do meu vovô [...]. Marrava assim: vinha, travava com cadeado um aqui [...] pra trabaiaa, né? Porque ês marrava ês pra trabaiaá [...]. Agora, vinha marrava o outro aqui, vinha, marrava o outro aqui, marrava o outro aqui. Agora, ês trabaiaava era amarrado. Era amarrado, era amarrado. Na hora de cumê, na hora de cumê, vinha a comida. Agora, ês desamarrava. Agora vinha aqueles chefe que era dono, que mandava a turma. Que tinha os chefe que mandava a turma. Agora, vinha um empregado, desabotoava o correão, desabotouava ele. Agora, ês sentava lá pra cumê. Cada qual sentava lá pra cumê, mas assim, num tinha horário igual tem hoje, que ês almoça e fica assim uma hora, assim de descanso, não. No dia em que ele tava de bom amor, o chefe, ês sentava lá pra cumê. Era assim, num era pra cumê assim lento não. Cumê de todo jeito, de todo jeito. Aí, o dia em que ele num tava de bom amor, ês cumia tudo amarrado, em pé. Em pé. Cumia em pé, e aí o dono que trazia a cumida, vinha e recebia o prato [...] E ês num tinha esse negócio de hora extra, não. Ia trabaiaá de novo. Era amarrado. O dia inteiro, de seis a seis. Num tinha esse negócio de descanso, não. De seis a seis. Quando era seis horas é que eles liberava eles pra eles podê vim imhora pra casa. Agora ês ia embora pra casa e no outro dia era a mesma lida. Era a mesma lida. Era aquele sofrimento. (A-M, 75, C-A)

A relação direta entre a ancestralidade da família que tempos depois formou a comunidade em Peçanha e a condição de escravos ou ex-escravos é indicada por esta passagem. Ainda mais quando o relato sugere que o “vovô”, que foi o primeiro genitor da comunidade, sofreu de forma direta a condição de escravo. O nível de detalhe é muito

⁴⁸ Ainda que esta senhora relate que seu avô, primeiro genitor da comunidade A, sofreu diretamente a condição de escravo, é possível que tais violências ainda se reproduzissem no período pós-abolição, e que as histórias sobre a escravidão sejam compostas por vivências experimentadas por familiares mesmo após o fim do escravismo enquanto instituição legal. Neste mesmo sentido, os relatos sobre a escravidão podem ser compostos por experiências de antepassados ainda mais longínquos, reproduzidas historicamente no grupo familiar. A experiência das violências e restrições representadas pelo termo escravidão vai além da cronologia da história oficial, não sendo possível demarcá-la com precisão, tendo em vista sua continuidade, mesmo com particularidades, em períodos que sucedem a abolição.

esclarecedor nesse sentido, pois as representações da condição de trabalhador escravo encontram-se calcadas na ausência de liberdade física (as amarras das correntes que impedem a mobilidade autônoma), da figura de um patrão e de um corpo de sujeitos que garantiam a restrição da mobilidade, na violência que estava expressa na condição em que os escravos se alimentavam e, finalmente, no trabalho intensivo e compulsório que não permitia sequer um momento de descanso. A escravidão é posta aqui como a expressão do sofrimento humano, da ausência de autonomia, do não acesso à terra, da violência física sistemática.

Ês viero do tempo dos escravidão. Ês sufria demais. Sufria demais mesmo, porque ês era muito mal. Patrão era muito mal. Num dexava ês, e era assim, ês, que a dispesa vinha era da casa do patrão. Ês num tinha direito de prantá nada para ês. Era assim, direto e reto pra ês. Trabaiano pra ês. Depois é que Deus ajudô que vêi vindo aquela libertação pra ês, ês foi sofreno demais, já num tava aguentano mais. E apanhava! Ês inda apanhava ainda. Vovô [...] falava que ês inda apanhava ainda. Ainda tinha ainda, de vez em quando, ês fala era um banho, né? Dava neles um banho. O banho era o coro, né? Dava neles, ês chamava, o que ês batia nele chamava era çoi...[Entrevistador fala açoite] É isso. É esse negócio. Agora, dava ne cada qual umas três vaquetada. Diz que era um banho que tava dano neles pra pudê dispertá. Pra pudê ês dispertá. Aí depois, Deus ajudô que foi vino. Deus ajudô que ês acharo as outras pessoa que já foi dano esses conseio que não, que ês num podia ficá naquela situação. Que ês num podia morre naquele solidão que ês tava com aquele trabalho todo, com aquele sofrimento todo. Num tinha descanso pra nada. Que num fez aquilo pra ês. Que ês era pessoas de bem. Então é que Deus ajudô que ês foi saino desse povo devagá. Foi saino desse povo devagá e vêi vino de lá pra cá, do Serro pra cá. É que vêi vino pra cá. Do Serro pra cá é que ês parô de sofrê. (A-M,75, C-A)

A partir desta passagem, podem-se considerar aspectos fundamentais que eram marca não só do período escravista e da subordinação formal no contexto de um sistema de domínio calcado na violência institucionalizada, na limitação formal de acesso à terra e na negação da condição humana do outro, mas também das primeiras décadas pós-abolição, nas quais se reproduziram a estrutura de dominação e a violência sobre os descendentes de escravos, mantendo-os em condições sub-humanas, sob o domínio da grande propriedade fundiária, negando-lhes o acesso e a autonomia sobre a terra. Mas as amarras formais já tinham sido rompidas, trazendo-lhes a liberdade de mobilidade e, ligado à ela, a possibilidade do acesso à terra, a possibilidade de autonomia sobre sua reprodução social, sobre seu destino. A assertiva do porque do deslocamento é esclarecedora nesse sentido.

Ês vieram pra cá porque era assim. Eles era muito trabalhado e ês gostava de procurá um lugar que fosse deles, pra ês trabaiaí a vontade. Que ês era muito trabaiaidô. E vivia assim, mandado pelos patrão, né? É, ês vivia é mandado pelos patrão. Lá no Serro ês tinha é o patrão que mandava eles. (A-M, 75, C-A)

Não se sabe ao certo quando que se deu esse deslocamento para a região da Mata do Peçanha, mas, podem-se elencar algumas pistas que permitem um cálculo aproximado. Os relatos aqui expostos são de membros da terceira geração da família que dá nome à comunidade A. Estes membros não nasceram na comunidade, mas durante o deslocamento que se iniciara na região do Serro Frio e rumara à Mata do Peçanha. Antes de se estabelecerem em Peçanha, a primeira e a segunda geração ficaram instaladas em um ponto intermediário, já na região da Mata do Peçanha, mas no município de São João Evangelista. Mas este território não representou uma mudança qualitativa em relação à situação em que se encontravam na região de origem, pois ali no novo “porto” perpetuava-se a reprodução social via agrego, como relata a descendente “*É, morava de agregado do Sô Levy. Sô Levy é que mandava. Como a diz, ês fazia o que ele mandava. Pois ês era comandado por esse fazendero. Eles tudo. É a famia toda*” (A-M,75, C-A). Ali tem-se a emergência da terceira

geração. “Lá em São João, ele adquiriu. Nós moramo sete ano com esse home, com esse fazendero. Lá eu nasci. É a onde eu nasci. Aí eu nasci. Ó, eu nasci aí ele veio aqui e comprô [...] quarenta e cinco alqueire de terra e dividiu com o Pai e mais três irmão” (A-H, 78, C-A)⁴⁹. Na mesma linha, um pouco mais específico, a irmã relata:

Não, eu num lembro do Serro porque assim, quando mamãe casô. Mamãe casô no Serro, né? Lá nesse lugá que chama Serro. É perto de Conceição do Serro. Não havia eu. Depois que ela chegô, né? São João Evangelista, na Vargem Alegre, é que ela me ganhô. Então que eu vim de São João pra [...], eu tava com seis meses de idade. Eu vim nenenzinha no colo. [...] (A-M, 75, C-A).

Com base neste relato, considerando a idade de setenta e cinco anos desta moradora, parte-se da inferência de que a chegada ao território atual na Mata do Peçanha da primeira e segunda geração, já adultas, e de parte da terceira geração, ainda na infância, deu-se no limiar da década de 1940 do século XX e que a partida da família da região do Serro Frio ocorrera a partir da década de 1930 deste século. Na comunidade B, o fato de um morador, que tinha 57 anos no contexto da entrevista, ter a progenitora e progenitor oriundos da cidade do Serro e o pai nascido naquela comunidade, leva a crer que - a partir da consideração de que uma geração têm 25 anos- a emergência da comunidade se deu durante a década de 30 do século XX. No que se refere à comunidade C, constata-se que a estabilização é anterior, tendo em vista que no documento “relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais do estado de Minas Gerais” produzido pelo Diretório Geral de Estatística, no contexto do Recenseamento do Brasil ocorrido em 1920 e publicado em 1924, registra-se o nome do progenitor cujo o sobrenome designa a comunidade, indicando um deslocamento da região do Serro Frio anterior à esta data. Como havia descendente neto que possuía no período da entrevista 59 anos e, dessa forma, descontando-se uma geração, chega-se a um possível nascimento do pai em 1930. Supõe-se, assim, uma chegada do progenitor entre 1900 e 1920. Já a comunidade D, onde o morador que contava com 58 anos no ato da entrevista chegara ali logo após o seu nascimento juntamente com os seus ascendentes, conclui-se que o assentamento se deu na década de 1950 do século passado (Tabela 9).

Tabela 9 - Grupos familiares discriminados por década(s) de chegada à Peçanha. Fonte: Trabalho de Campo. Elaborado pelo autor.

GRUPO FAMILIAR	A	B	C	D
PERÍODO DA CHEGADA E INÍCIO DO ASSENTAMENTO	1940	1930	1900-1920	1950

A aproximação de um marco temporal torna-se de substancial importância para a compreensão do caráter da ocupação do território, da relação que estas comunidades

⁴⁹ Um pouco antes dessa fala, o camponês conta sobre um episódio que se remete à um período anterior à fixação da família em São João Evangelista. Neste episódio, seus pais, conjuntamente com seus irmãos e outros companheiros de trabalho, foram para um ponto próximo ao que hoje se encontra a comunidade, levados por um fazendeiro que os tinha deixado plantar 50 alqueires de arroz, sem pedir nada em troca. Mas, mesmo assim, seu pai o prometera a quarta parte. Porém, quando colhido o arroz, o fazendeiro reivindicou a terça parte. Esta quebra de “contrato” desencadeou em um conflito que acabou por implicar no deslocamento da família para São João Evangelista. Como tal fato não é recorrente em outras narrativas e como o período relativo ao episódio é curto, quando comparado ao tempo de estada na fazenda no município vizinho, preferiu-se por representar esta fase intermediária a partir do estabelecimento como agregados em São João Evangelista. Outro ponto importante de esclarecer aqui consiste na atribuição a um ou outro personagem da consecução de um feito ou determinada atuação o que, sem dúvida, ocorre por parte dos entrevistados. Como estamos aqui tratando de um grupo familiar, optamos por não individualizar qualquer ação e atuação. Dessa forma, nos referimos aqui a gerações e concebemos que no deslocamento da região do Serro Frio para a região da Mata do Peçanha os protagonistas foram a primeira e a segunda geração.

estabeleceram entre si, com o núcleo urbano e com o mundo natural. Como se sabe, a região da Mata do Peçanha, sob o domínio da Mata Atlântica, encontra-se em um ecossistema que apresenta muitas possibilidades de interação com os recursos naturais disponíveis, conquanto, num ambiente hostil quando em estado quase inexplorado, como possivelmente encontrado por estas comunidades.

3.2 A chegada à floresta: a adaptação do e ao ambiente

Na chamada região de clima frio, na sub-bacia do rio Suaçuí Pequeno, na parte sul do território municipal de Peçanha, a organização espacial dos assentamentos camponeses se deu, em grande parte, em torno de cursos d'águas, os quais foram formando-se comunidades de caráter familiar⁵⁰. Com o passar do tempo, estes cursos d'água, em grande parte, acabaram se tornando conhecidos pelos nomes das famílias que neles se assentaram, de genitores, de santos padroeiros, de animais nativos, entre outros, como é possível identificar a partir do mapa⁵¹ “Enquadramento no âmbito do plano para o rio Suaçuí Pequeno” (Figura 4) do “Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão DO4 PARH Suaçuí” (2010).

A chegada nesse território de Mata Atlântica foi marcada pela adaptação a um ambiente de povoação dispersa, de florestas densas e úmidas e áreas alagadas. A análise das narrativas históricas permitiu a compreensão de que a adaptação se deu por três níveis. Num primeiro, pelo reconhecimento de um ambiente que apresenta suas restrições e impõe respeito. No segundo nível, via intervenção no ambiente para criar as condições materiais de reprodução biológica e social. Finalmente, associado ao anterior, através do manejo e uso dos recursos naturais existentes e a produção e reprodução de um saber que os sustentem. Esses níveis não se encontravam desconexos na realidade, mas em profunda inter-relação. As conexões entre os níveis não eram necessariamente harmônicas, apresentando-se, muitas vezes, por meio de relações conflituosas e antagônicas.

Com a chegada dos novos habitantes, o ambiente é paulatinamente transformado, estabelecendo-se os “padrões” de assentamento e de produção. A floresta precisa dar espaço aos que chegam.

A chegada deles aqui foi uma chegada que eu não lembro, porque eu cheguei com seis meses. Mas que ês contaram que foi uma chegada muito sofrida. Foi uma chegada muito sofrida, uma chegada de muita, de como a diz, de muito sufoco. Porque ês era muito trabalhado e chegaro aqui no meio do mato. Tinha pau que gastava dois três machadêro [...] Que inclusive até hoje, nessa mata aqui em cima ó, nessa mata que até hoje, tôco de Braúna [...] Tinha Braúna que ninguém guentava tacá elas. Agora, que ês num conhecia motor cerra. [...] E o que que ês fazia? Ês amolava, quatro machadêro, ês amolava quatro machado e as foice. E levava dois dum lado, dois do outro. Tinha pau que ês gastava dois, três dia pra dirrubá essa madeira. E assim, num era num, nem duas não. Era mata que assim, pro cê entrá

⁵⁰ A presença de comunidades que se desenvolveram com base em relações de parentesco e vizinhança, numa proximidade física e social, não exclui a existência de grandes propriedades, que se reproduziam com base na família nuclear e tinham um modo de vida mais “aristocrático” do que comunitário. A referência principal aqui é para pensar a distinção social clássica entre camponês e fazendeiro.

⁵¹ Dentre alguns nomes dos cursos d'água que o mapa identifica – que não são todos, pois vários ficam sem denominação-, exemplificamos com alguns córregos:

- a) Famílias: Alves, Gomes, Pinheiros, Fernandes, Xavier, Botelho, Gonçalves;
- b) Genitores: Serafim, Vitos, Jorges, José Inácio;
- c) Fauna silvestre: Jacutinga, jacu, macuco, queixada, lontra, borrachudo;
- d) Entidades religiosas: São José, Santo Antônio, São Bento, Mercês, São Mateus.

nela tinha que pedi licença tudo quanto há que tivesse na sua frente. Era cobra, era tudo. Tiririca. Ispinho. É o que fosse. Agora ês entrava quatro foice roçano, agora pra podê bimbunhá esse pau. E por aí ês foi ino, foi lutano, foi lutano. E os brejo, a capoêra, foi assim. E as casa, era uma, duas, três, quatro. [...] (A-M, 75, C-A).

O relato acima desenha um ambiente essencialmente florestal, com espécies arbóreas como a braúna, conhecida por sua utilidade como coluna e estrutura para edificações, resistência e durabilidade. Estas, possivelmente por sua expressiva idade e espessura, impuseram um trabalho coletivo aos novos habitantes, que ao golpe sincronizado de machados, as derrubavam. Seguido da derrubada das árvores, vinham as “limpas” dos brejos e das capoeiras. A modificação do ambiente se intensificava, pois era preciso abrir espaço para a produção agrícola.

Aí ês voltaro pra trás e buscaro a mudança, né? Nos animal. Voltaro pra trás, buscaro a mudança e daí já começaro a abrí, roçá, cortá cada mato. Que no terrero era mato. Mas era pau dessa grussura, no terrero. No terrero, que já era mata, mata assim, forte! E já começô já abrí, já começô abrí, já fez um aberto pra pudê panhá água. De panhá água que ês já cumeçô já a tirá assim, a tabôa do reberão. Porque na hora que batia a foice assim, tremia dois, três metro assim ó. E era água pura, era água pura. Ês abriu um posso pra pudê ês panhá água. E daí pra cá ês começaro a trabaiaí. [...] Começo a devorá, ês mesmo. Num punha trabaiaidô não. É porque não havia trabaiaidô aqui, né? [...] Num cunhecia ninguém. Eles, a família. A família toda, a família. Cumeçô a devorá esse trem, começô roçá, quemá. Cumeçô prantá feijão, prantá milho, devorá um pedaço do brejo. Que era muito brejo, muito muita água! E abri aquele trem. Valeta. Agora, rêgo no mei pra a água iscorrê e vim caía dentro do ribeirão. Caí dentro do ribirão grande [...] O ribirão grande começo de lá da onde...[...] Começô e reberão de lá e vei vino, vei vino [...] Que é esse véi que ainda tá aí ainda. Esse véi que ainda tá aí ainda. Eles é que fizeram. E foi abrino, foi abrino, foi abrino, até que chegô no rio. Na hora que chegô no rio, ês vortaro. E agora, já não abriro o caminho, já começô abri foi de certa artura pra cima pra podê secá e plantá o arroz. (A-M, 75, C-A)

O território de floresta e pântanos vai sendo vagarosamente modificado, já que a força de trabalho inicialmente empregada era essencialmente familiar e a família ainda estava se formando naquele local. A primeira geração era um ou dois casais, a força de trabalho estava concentrada nos membros da segunda geração que, além de serem mais numerosos, contavam com a idade menos avançada.

O trabalho inicial, conforme fica evidenciado pelo relato anterior, estabelecia-se em torno da limpa do terreno, possivelmente a abertura de clareiras nas partes intermediárias dos vales (entre as partes baixas alagadas e o alto dos morros) para a construção das moradias e demais edificações, e a limpeza e secagem de algumas áreas alagadas, conhecidas como brejos, para a liberação de área úmida, plana e fértil para a agricultura. Estas áreas alagadas aqui aparecem com expressividade ímpar na caracterização da paisagem encontrada e também nas transformações que se deram no ambiente.

Nos relatos, a intervenção e a modificação dos cursos d'água apresentam-se ao lado do desmatamento de áreas florestais próximas às áreas baixas como as mais importantes e necessárias práticas de adaptação ao e do ambiente encontrado. Era preciso construir as condições materiais de reprodução da família, como a produção de gêneros alimentícios e construção de abrigos para as pessoas e para os mantimentos armazenados. A utilização dos recursos naturais disponíveis foi fundamental neste processo, onde quase que unicamente as ferramentas de metais eram externas ao ambiente. A madeira, o barro, a folhagem manejadas pela força de trabalho coletivo familiar viravam moradias, viravam paiol.

Era taquara. [...] A casa de taquara e sapé. [...] Não, ês num cunhecia cimento, num cunhecia tijolo, só cunhecia areia, e barro, e água e pau. Ques fazia o licerço, e agora cortava cada pau dessa grussura. Braúna, Canjerana que era os pau que ês fazia de reforço igual [...] Agora ês cortava os pau assim, canjerana, braúna, canela, e deixo vê qual é o outro, era quatro. E, ês chamava ele de ingá. Ingá-burro[...] Então ês fazia assim, [...]. Ês fazia o licerço, e agora lavrarva esses pau com o machado. Lavrarva assim [...] E agora vinha e incachotava assim ó, aqui assim, assim, e agora tirava os buraco com...chamava trado. A máquina que ês furava era trado. Mas num era de motô, não. De mão. O sufrimento era assim ó: Ês punha o pau. Ês punha aqui em riba, aqui era o badrame, igual falei cum cê aqui. Agora ês punha o trado aqui, que era tipo assim, dum formão. Agora ês vinha cum martelo, ia bateno aqui, ia bateno aqui e tirano e jugano cá. Agora, formado o buraco aqui, formava outro buraco aqui, formava outro buraco aqui, outro buraco aqui, até formá tudo. E agora formava aqui num buraco lá também. Agora era pau. Agora colocava o pau lá e vinha e colocava aqui. Colocava outro aqui, colocava. E agora, na hora de barriá ele fazia assim. Ia no mato, tirava taquara [...], o cipó, e agora engradava a taquara aqui no pau que já tá aqui. Agora ês vinha, punha a taquara aqui, ia pono aqui, ia pono aqui. Eu punha mais assim e outro mais embaixo. Mais assim, e mais embaixo. Porque na hora que jogava o barro, a de baixo segurava, a de cima firmava, né? Até chegá em cima era de barro [...] Cipó, colocava o pau, depois vinha punha as duas taquara, uma aqui e a outra mais aqui do outro lado. [...] Essa daqui pra recebe o barro, e essa daqui pra ficá ele, e com o cipó travava lá. Aqui num travava não. Vinha com o cipó, travava lá. Agora, engradava a casa toda. Agora, colocava e fazia o piquero de barro, dois três homi. Fazia o piqueiro de barro e agora dois do lado de lá e dois do... Os dois do lado de lá, bateno pra cá, e os dois daqui recebeno, né? Os dois de lá batia assim. E agora os dois de cá batia assim. E recebia. E agora ês ticia. Ia teceno o barro nesse pau. Até chegá lá em cima era aí. Num conhecia tijolo. Num conhecia o que era [...] (A-M, 75, C-A)

A extensa e detalhada descrição acima permite identificar, para além dos recursos naturais utilizados nas construções dos abrigos, o processo de construção, com sua técnica específica e a organização do trabalho característica. Este processo narrado, viabilizado pelo trabalho coletivo dos familiares, reporta-se à uma técnica conhecida como “pau a pique”. A floresta e o solo forneciam os recursos necessários. O alicerce e a estrutura lateral das edificações eram feitas com madeiras resistentes e de notável durabilidade, como braúna, canela, canjerana e ingá-burro. As paredes eram levantadas a partir do engradamento das taquaras, presas com cipó e preenchidas de barro, por dentro e por fora da construção, de forma simultânea e sincronizada. Na cobertura feita por estrutura de taquaras entrelaçadas, era alocado o capim-sapê seco.

A construção dessas edificações não era possível sem um conhecimento prévio e apurado das características dos recursos naturais disponíveis e das técnicas de manejo e transformação dos mesmos. O conhecimento das espécies arbóreas era de fundamental importância para a escolha da lenha mais adequada ao alicerce e à estrutura lateral, pois sua resistência em condições de forte umidade durante um extenso período do ano era determinante na durabilidade e segurança da construção. O mesmo valia para o preparo do barro, que deveria ter as características necessárias para resistir ao desgaste do tempo. A escolha e secagem das taquaras e do capim também eram fundamentais para a durabilidade e eficácia da cobertura. Mas, como que estes forasteiros podiam deter todas essas técnicas e conhecimento e os aplicado para garantir as condições materiais de reprodução?

Possivelmente essa resposta encontra-se na região de origem que, como a região da Mata do Peçanha, encontrava-se sob o domínio da Mata Atlântica⁵².

Como dito, o trabalho inicial de instituição do assentamento e da criação das condições para a produção agrícola deu-se essencialmente a partir da força de trabalho familiar. Porém, a exclusividade do emprego desta força de trabalho foi sendo relativizada com o tempo. A construção das condições de produção e reprodução social em um ambiente hostil, mas farto no que concerne à fertilidade da terra e à sua disponibilidade, isto é, de abundância de recursos naturais, atraiu novos forasteiros.

Esse é o córrego que esse povo abriu. Que tinha, era, tinha água mesmo. Água, mas água mesmo. Até que chegô lá no rio. Aí ês foi trabalhano, foi devorano, foi devorano. Com o poco a notícia des correu, que tinha um povo que tinha comprado aqui, e era um povo muito trabaiaadô. Agora, vei vino aquelas pessoas de longe. Vei vino aquelas pessoas de longe, entendeno com eles, conhecono. Entendeno com eles, cunhecono. Vêi, introzô no mei deles. Vêi vino, introzano. Já vei outro foi, já buscô outra famia. Já pergunto se podia trazê, já vêi trazeno outra famia, e de outra famia, ficô aqui, essa comunidade aqui virô um cumércio, que isso aqui era povoado mesmo.[...] (A-M, 75, C-A)

A transformação do território não foi, aparentemente, o único fator de atração dos camponeses sem terra. A forma como se expressa o “contrato” do agrego na dinâmica de formação da comunidade, posta-se mais à horizontalidade do que à verticalidade no que diz respeito à relação entre quem detém o domínio e quem vive dentro deste domínio. Nesse sentido, possivelmente o caráter das relações sociais do assentamento que ali se formava, somada à condição de sem-terra dos novos habitantes, foi um fator que influenciou a chegada desses agregados que, apesar de encontrarem-se em posição de subordinação, dado que não tinham o controle sobre a terra, percebiam naquele território um ambiente menos desigual e violento que os demais “domínios”.

Muntuô tudo era junto com ês. Ês roçava. [...] Agora ês fazia no terreno deles. Agora [...] de agregado mesmo. Fica junto com ês lá. Ficava lá junto com ês lá. Na hora que a notícia corria, “uai fulano de tal, ês dero pra ês acampamento e descampô muito trabaiaadô. Tô precisano trabaiaá pra ganha dinheiro, eu vou lá pra mi conhece a famia”. Agora vinha e conversava com ele. E ele, “não, cê pode vim que nós vão dá o lugá pra cê ajuda. E dava aquela pessoa. Que nós, já morô cum nós, deve ter idade que eu entendi pur gente, que eu já tava intendeno pur gente, desde seis ano de idade que morava gente cum nós. Até na idade de [...] setenta e três ano. Até eu na idade de setenta e três ano, inda morava gente, pessoas aqui cum nós. Depois é que foi descabiciano, foi saino pra Belo Horizonte, foi saino pra outros lugá [...] (A-M, 75, C-A).

As palavras corroboram com a perspectiva do viés horizontal da relação entre os “donos” do território e os agregados. A alusão no sentido de que “eles ficavam junto com eles” remete-se à proximidade não só física, mas social. Esta última é sugerida por expressões como “*dá o lugar pra cê ajudá*”, “*já morô cum nós*”, assim como pelo tempo de permanência dessas famílias de agregados. Pela localização no tempo, aparentemente, a saída dos agregados da comunidade se deu de forma coincidente aos deslocamentos de membros da família proprietária. Nesse sentido, a horizontalidade encontra-se expressa nas relações cotidianas e na relação estabelecida com a terra, tendo em vista que algumas das famílias de agregados tiveram acesso à terra, pelo menos a de morada, até poucos anos atrás. A

⁵² Trata-se aqui como a região de origem o entorno do distrito de Gororós. Segundo o mapa produzido pela SOS Mata Atlântica, o município de Dom Joaquim, no qual situa-se no presente o citado distrito, encontra-se em sua totalidade sob o domínio da Mata Atlântica.

proximidade física fica evidenciada a partir do fato de que mesmo tendo uma quantidade de terra disponível⁵³, que não podia ser considerada muita, em termos proporcionais, para a quantidade de famílias nucleares da segunda geração⁵⁴, possivelmente existiam muitas famílias vivendo como agregados no interior do domínio, como expressa um descendente da terceira geração.

Papai tinha 18 agregado. Os agregado foi saino, foi mudano, foi saino sem ele tocar nenhum. Foi saino, foi saino, foi saino até que desapareceu tudo. Ficô hoje só a famia. E num é só ele não. É todo fazendeiro aqui. Todo fazendeiro tinha agregado pra rastar de inchada. Tinha agregado mesmo. (A-H, 79, C-A).

A quantidade indicada de agregados⁵⁵, ou família de agregados, no contexto em que a terra disponível não era expressiva, não permitia uma relação de pouca proximidade entre os que detinham o domínio da terra e os que ali eram trabalhadores agregados. A despeito de o relato apresentar uma relação mais verticalizada, ao expressar a utilidade do agregado como trabalhador para “*rastar de inchada*”, este convívio aparentemente não era tão assimétrico na prática, pois além da característica proximidade física entre as diversas famílias de agregados e as famílias do domínio, como ficou explicitada pela fala da camponesa, ambas as famílias compartilhavam do trabalho coletivo e, como será trabalhado adiante, em um sistema de reciprocidade mais horizontal do que vertical, no contexto de ajuda mútua. Ou seja, as narrativas explicitam que, apesar de se tratar de proprietários e agregados, ambos, conjuntamente com suas parentelas, trabalhavam juntos - o que não desativava a assimetria do “contrato social” que estava fundado no domínio territorial e no “direito” da apropriação de determinada parcela do excedente da produção do trabalhador agregado. Tais relações de produção e os aspectos constitutivos da organização produtiva são agora a tratados.

3.3 Sobre as Relações de produção e força de trabalho

Estabelecer limites cronológicos na reconstrução do processo de formação econômico e social das comunidades camponesas aqui abordadas é uma tarefa que exige cuidados e relativizações, já que na análise que aqui é realizada não se faz uso da noção de etapas, que permitiria uma delimitação temporal mais objetiva, mas que também, seria mais restritiva no que concerne à compreensão da dialética das transformações, constituídas por rupturas e continuidades. Nesse sentido foi que se optou-se pela abordagem da “estrutura geracional” para a localização temporal das citadas dinâmicas econômicas, sociais e ambientais, como já vem sendo feito até aqui. O termo geração, nesta perspectiva, traz consigo não somente a ideia de descendência, mas também a dimensão temporal da realidade social estudada.

Até aqui trataram-se, sobretudo, dos relatos associados às primeira e segunda gerações, particularmente, da comunidade C-A. Nas partes seguintes, que correspondem a exposição e análise das relações de produção, tal como da força de trabalho e do processo de

⁵³ Segundo um descendente da comunidade C-A a terra sob domínio da família equivalia à quarenta e cinco alqueires de terra, o que corresponde, de acordo com alqueire mineiro, a aproximadamente 215 hectares.

⁵⁴ Com base em vários relatos dos descendentes, em um momento em que membros da segunda geração já se encontravam compondo famílias nucleares e, dessa forma, já dispunham de uma gleba “independente” para usufruto, pode-se considerar uma divisão da terra inicial em cerca de quatro domínios, o que corresponderia aproximadamente 54 hectares por família.

⁵⁵ Como frisado anteriormente, a preocupação aqui não é com feitos e atuações individuais de determinados membros das comunidades, mas de compreender os elementos da memória coletiva que remetem à organização social da produção e a interação com o ambiente. Assim, apesar de algumas falas enfatizarem um determinado antepassado, ou contar uma situação a partir do mesmo, como, por exemplo, a quantidade de agregado que se encontrava sobre o domínio de dado genitor (o que pode ser relativizado e coletivizado), como explicitado no relato em questão, não consideramos o fator individual neste contexto, mas a prática coletiva.

trabalho associados, exploram-se os relatos vinculados à segunda e terceira geração e à interação entre ambas.

3.3.1 A força de trabalho

Como trabalhado anteriormente, a chegada e estabilização das comunidades na região pesquisada se deu basicamente a partir da força de trabalho familiar, num contexto de baixíssima densidade populacional e, como implicação, de relações intra-comunitárias ainda pouco coesas. O princípio do processo de adaptação do e ao ambiente essencialmente florestal e alagadiço foi calcado nas famílias nucleares que ali se estabeleceram. A relação com os núcleos urbanos eram esporádicas e superficiais, já que as vias de comunicações eram precárias e as relações de troca sazonais. A presença das instituições do Estado, de forma direta, era praticamente inexistente, considerando a sua histórica ausência em ambientes em que as relações de produção capitalistas ainda não dominam.

Essas populações chegaram, criaram comunidades familiares, estabeleceram relações entre si e com os núcleos urbanos e foram gradativamente transformando o ambiente florestal, criando as condições materiais de produção e reprodução social, essencialmente fundadas na apropriação dos recursos naturais existentes e em relações de produção e de troca não capitalistas.

Com o passar do tempo, a população interna foi crescendo de três tipos de condições historicamente geradas. O primeiro relacionado à própria reprodução interna, a partir do casamento dos membros da segunda geração, via relações de endogamia e exogamia⁵⁶. O segundo remetente à chegada de trabalhadores sem terra que passaram a viver como agregados em domínios familiares. O terceiro modo referente à instalação de novas famílias como posseiros ou como proprietários⁵⁷. Essa população, já expressiva em termos numéricos, irá responder pela força de trabalho, combinando-a via quatro modalidades: o *trabalho intra-familiar*; o *trabalho familiar parental comunitário*; o *trabalho familiar intracomunitário*; o *trabalho familiar intercomunitário*.

Por *trabalho intrafamiliar* entende-se o trabalho realizado por membros de uma família nuclear no interior de sua unidade familiar. Por *trabalho familiar parental comunitário* entende-se o trabalho realizado em conjunto entre famílias nucleares com laços de parentesco em um determinado domínio familiar. Por *trabalho familiar intracomunitário* compreende-se como o trabalho realizado em conjunto entre famílias nucleares sem laços de parentesco em um determinado domínio familiar, como os agregados, ou os posseiros ou proprietários que se situam na franja deste domínio. Finalmente, por *trabalho familiar intercomunitário* designa-se o trabalho conjunto realizado entre famílias nucleares de domínios distintos, envolvendo ou não laços de parentesco.

⁵⁶ Durante as entrevistas foi possível identificar, a exemplo da comunidade C-A, o casamento entre primos primeiros da segunda geração, o que caracteriza uma relação de endogamia em relação à este grupo. Em outras comunidades, foi identificado, por exemplo, que um entrevistado da Comunidade C-C tinha uma avó de origem da comunidade C-B. Um irmão deste entrevistado, nascido na comunidade C-C, atualmente reside na comunidade C-B, de onde é sua esposa, expressando esta relação de exogamia de uma comunidade em relação à outra.

⁵⁷ Havia e ainda há famílias que possuem propriedades ou posses “coladas” ou no “interior” da comunidade C-A mas não mantinham laços de parentesco com a mesma. Porém, participavam da dinâmica comunitária. Um descendente da 4ª geração nos falou sobre a relação que estes camponeses tinham com a comunidade no que se refere à dinâmica produtiva, onde se perpetuavam relações de ajuda mútua com as famílias do domínio da comunidade C-A.

Nesse sentido, pode-se considerar que a força de trabalho na comunidade C-A no período em que a segunda geração encontrava-se em sua fase adulta, e a terceira geração já não se encontrava mais na infância, mas sim na juventude e também na fase adulta⁵⁸, era basicamente composta pelas famílias do domínio, pelas as famílias de agregados e por famílias de proprietários ou posseiros que se encontravam nas franjas do domínio comunitário. No contexto interno de cada comunidade, à esta força de trabalho interna somava-se a força de trabalho familiar de outras comunidades próximas.

De um modo geral, como foi possível identificar nos relatos dos camponeses desta comunidade, o processo de trabalho se dava com base no trabalho da família do domínio, no trabalho dos agregados e no trabalho de famílias de comunidades próximas que, fundada em relações de ajuda mútua, traduzidas num sistema de “troca de dias”, garantiam a reprodução das condições materiais de existência da comunidade, especialmente no que diz respeito à atividade agrícola.

A organização do trabalho familiar na comunidade C-A se dava a partir dos genitores. Como ficou evidenciado nos relatos, o primeiro genitor e cada filho homem da segunda geração tinha sob seu domínio uma gleba de terra que era de sua responsabilidade e controle. Mas essas glebas eram interdependentes, pois toda atividade agrícola era realizada em conjunto, com base no sistema de “troca de dias”. O controle do processo de trabalho era exercido por esses homens. Eles é que tinham o conhecimento necessário e reconhecido para decidir o que plantar, como plantar e onde plantar. Como bem explica um descendente da quarta geração.

E, mais aí o sistema de produção, como plantar, é, eles passavam a instrução, porque eles tinha o conhecimento muito maior, né? Então eles falavam a largura que era pra plantar o milho, uma cova da outra, né? A quantidade de grãos que colocava na cova pra ter um desenvolvimento de espigas maiores, né? Também o feijão. Eles explicava direitinho o espaçamento que plantava o feijão no tempo das água, final de ano, né? (L-H, 47, C-A).

No caso de uma gleba de um genitor, em tempos de plantio ou de colheita, os outros genitores eram acionados. Mas não era o indivíduo que era convocado, mas sim a força de trabalho familiar, composta essencialmente por esposa, filhos e filhas e, eventualmente, de parentes próximos, como irmãos e sobrinhos solteiros. O sistema de “troca de dias” viabilizava o plantio e a colheita nas glebas de todos os genitores, no período necessário, em consonância com o tempo da natureza.

Escalava os dias né? Aí, porque por muita das vezes ia um grupo de pessoas pra fazer o plantio pro vovô [...] Eles gastava de acordo com o tamanho da área, suponhamos que gastava ali dois dia e meio. De acordo com o número de trabalhadores. Porque incluía trabalhador homem e a mulher. Graças a Deus aqui o desenvolvimento do trabalho, tanto faz o homem desenvolve o trabalho e a mulher também. São companheiros né, de trabalho, e não tem onde ficar pra trás, né? Então, aí eles plantavam a área do vovô [...]. Ia e plantava a área do Ti [...]. Ia e plantava a área do Ti [...] Plantava a área do papai. [...] Só terminava uma planta e outra. [...] Só terminava uma planta e outra porque todos tinha que aproveitar o tempo que tendo em vista que [é] igual, a época do plantio de roça. Então sabia que tinha que tê

⁵⁸ A diferença entre a fase da juventude e fase adulta faz mais sentido no meio urbano do que rural. No contexto aqui tratado, no que concerne à força de trabalho, um jovem camponês pode ser igualado à um adulto, sobretudo no que diz respeito aos aspectos físicos e de carga de trabalho. Sem dúvida, o saber e o controle sobre o processo de trabalho que a adulto detém não se compara ao do jovem. Aqui, delimitamos essa diferença para separar os membros da terceira geração casados e os solteiros que, como será visto, é um fator que influi nas relações de trabalho e na organização familiar da força de trabalho.

uma época certa pra colocar a semente na terra, porque a chuva também não tardava, né? Então tudo que plantava, daí a determinado tantos dias que começava a chover, quase todas as áreas das plantações já estavam com semente nelas, né? Então, aí todos tinham um bom resultado com a semente. [...] Rápido. E a colheita também, né? Aí entrava na área de cada um pra colher e colhia aquela, e colhia a do outro, né? Quebrava aqui a do outro e puxava e colocava no terreiro, e o dono já arrumava trabalhador, outros trabalhador, porque talvez turma num ia, mas ele já arrumava outro trabalhador lá. Ou ele mesmo cum a família, né? Colocava o milho pra dentro do paiol. O Feijão, o arroz, né? O café. Aquela coisa de armazenar né? [...] (L-H, 47, C-A).

Esta passagem, relato de um camponês da quarta geração, trata de uma dinâmica de ajuda mútua que envolve genitores da segunda e da terceira geração. Nela pode-se perceber a importância do sistema de “troca de dia” na reprodução da comunidade, pois é ele que permite que se realize o trabalho necessário, no tempo necessário, de plantio e de colheita. Ele que permite que se produza a quantidade de produtos necessários e excedentes, que garantirão a reprodução das famílias. Outro elemento esclarecedor que a narrativa trás é a importância da força de trabalho da mulher. Mas, apesar da fala expressar certo nível de igualdade, o trabalho feminino tinha menor valor quando comparado ao do homem. O dia delas valia a metade do dia dos homens.

Não. Trabaiaava era direto e retro era pra nós mesmo. Tirano dos meus velho lá, que é assim. Trabaiaava, nós trabaiaava direto, más é no corgo mesmo, num saía pra mutirão longe, não. No corgo, assim. Era pra [...], [...], vovô [...], meu pai. E agora, os outros trabaiaadô [...] Troca de dia. Era troca de dia. Dois dia nosso, prum dia do homi. [...] Purtanto ia eu, ia minha irmã [...] Outra hora ia eu, minha irmã [...]. Outra hora ia eu e a minha irmã [...]. Dois dia de nós. Agora, no dia que ia plantá meu pai, era um homi pagano o nosso dois dia. Que ês falava que mulhé tinha parte fraca, que trabalhava menos, né? (A-M, 75, C-A)

A mulher, que também trabalhava nos serviços domésticos, encontrava-se em condição subordinada no processo de trabalho na agricultura. Enquanto uma família levava um filho, outra recompensava com duas filhas⁵⁹. A fala também sugere que estes trabalhos estavam restritos ao espaço da comunidade. Quando não participava diretamente dos serviços que envolviam o plantio e a colheita, a mulher participava através da produção da alimentação dos trabalhadores, como descrito por um por camponês da terceira geração, quando se refere ao trabalho da esposa. “[...] *Mas ela tá quetinha aí, mas nunca saiu pra outro canto não. Enquanto guentô, é cozinhando pra mim, levando gamela de comida no mato pro trabalhador, porque na época era de dia trocado que nós trabalhava, num usava pagar ninguém*”. (A-H, 79, C-A).

A força de trabalho infantil⁶⁰, apesar das suas limitações físicas, também compunha o processo de trabalho. Apesar de não ter tido acesso às informações sobre a existência ou não do “valor” do trabalho infantil num contexto do sistema de “troca de dias”, a presença de crianças no processo de trabalho agrícola ia além dos seus aspectos produtivos imediatos, pois

⁵⁹ Trata-se aqui de filhas por considerar que, de acordo com algumas falas e a vivência na comunidade, a força de trabalho feminino no sistema de troca de dias possivelmente ficava restrita à mulheres solteiras. Quando casadas, a participação no processo de trabalho da agricultura ficava concentrada na gleba do marido ou nas atividades ligadas à alimentação dos trabalhadores.

⁶⁰ Não se trata aqui o termo “trabalho infantil” no sentido pejorativo que este tem quando relacionado às situações de exploração, em moldes “pai patrão”, ou por alguma atividade de caráter mercantil ou capitalista. O trabalho infantil aqui está relacionado à superexploração do trabalho familiar, de um campesinato que precisa constantemente intensificar a autoexploração, num contexto de um país dependente em um sistema capitalista mundial, mas também à educação “profissional” do campesinato, que se inicia na infância.

este funcionava como prática de iniciação ao trabalho do camponês. O trabalho funciona como uma escola “laboral”.

[...] Rapaz, graças a Deus nós tivemos aí um privilégio muito grande de iniciar o trabalho na agricultura por volta dos seis pra sete anos. Nós começava era cedo, né? O dia começa é cedo, então nós começava o trabalho, praticamente esse pessoal aí, todo mundo começa o trabalho cedo, né? Então, a gente não guentava fazer, desenvolvê muito o trabalho, mas o poco que desenvolvia a gente tava alí cedo no serviço. Seis, sete anos, oito ano, o pessoal já tava na roça. (L-H, 47, C-A).

Como fica explícito, ao trabalho na infância é atribuída a importância de ser o início do aprendizado da lida com a terra. É a partir do trabalho com os pais e mães na roça em que os filhos e filhas apreendiam os conhecimentos necessários que vão futuramente permitir a reprodução social como camponês. Se por um lado o trabalho infantil expressa uma prática de apropriação de saberes, ele também exprime o acentuado grau de autoexploração da força de trabalho familiar, dada a importância da aplicação intensiva de trabalho no processo produtivo.

Como dito anteriormente, o trabalho familiar aqui é a base da força de trabalho aplicada no processo de trabalho no interior da comunidade, mas é complementado e potencializado pela força de trabalho, também familiar, dos trabalhadores agregados.

Possivelmente, a composição da força de trabalho familiar dos agregados seguia a mesma lógica que a descrita sobre a aplicação do trabalho da família que detinha o domínio da terra. O pai e a mãe, os filhos e filhas adultas, e os filhos e filhas crianças compunham uma só força de trabalho, representada pela figura do “genitor”. Ao chegar na comunidade e se estabelecer como agregado, o genitor, inseria-se no sistema de “troca de dia” a partir do trabalho familiar. A principal diferença, que é o que caracteriza a condição de agregado, encontrava-se no domínio da terra que estes não compartilhavam e, em decorrência, deveriam ter parte do seu produto excedente disponibilizados aos donos do domínio.

O agregado é o seguinte, ele morava no que é da gente. E agora, ele plantava roça com a gente. Plantava roça, pagava a gente a terça. Plantava arroz, paga a terça. Plantava o feijão, pagava a gente a terça, só não pagava a terça de banana, mandioca, cana, batata, isso aí, de miudeza de horta ele num pagava nada (A-H, 79, C-A).

Esta fala explicita três aspectos importantes das relações de trabalho em que o agregado estava inserido. O primeiro diz respeito ao domínio. O agregado vive e planta no que está sobre o domínio de outros. O segundo remete-se à relação de certa horizontalidade entre os donos do domínio e o agregado, no que concerne ao processo de trabalho, visto que, como fica aparente, “*ele plantava roça com a gente*” e não “*plantava roça pra gente*”. O terceiro, enfim, abriga-se na obrigatoriedade relativa do fornecimento de parte do excedente produzido na gleba disponibilizada à ele, como fica mais evidente no seguinte relato.

Podia plantar. Quem morasse de agregado ele tinha sua área de plantá. Se ele morasse do lado de lá ali, o brejo ali era pra ele plantar batata, plantá horta, lá o quintal dele era de meia quarta pra ele plantá batata, plantá cana, plantá mandioca, plantá o que ele quisesse. E se ele quisesse plantá um mandiocal fora, plantava ele fora lá, ninguém cobrava nada. Só ele pagava era a terça de arroz, feijão e milho. Isso aí pagava porque toda a vida a gente pagô. Toda vida existiu uma coisa que a gente pagô, né? Quem mora de agregado pagô (A-H, 79, C-A).

Conforme expresso pela fala acima, a apropriação de parte do excedente de produção era relativa, pois ela era restrita aos grãos e sementes, ou seja, às roças. As demais culturas, como tubérculos, leguminosas, hortaliças, frutas, gramínea (cana), entre outros cultivos, era em sua totalidade usufruída pela família de agregados. Não que isso seja indiferente ao agregado, pelo contrário, pois a parte que este fornece aos donos do domínio é justamente os gêneros os quais o excedente é armazenável e tem um maior valor mercantil. Deste modo, são os gêneros que possivelmente tinham potencialidades de serem vendidos ou trocados.

Finalmente encontra-se a força de trabalho das famílias de comunidades vizinhas. A relação de troca de trabalho, como aparece nos relatos, transpunham as relações familiares internas das comunidades, como explicitado na fala relacionada à participação da vizinhança no sistema de “troca de dias”. “*Então, mas naquela época aí os moradores vizinhos, né? Aí já se unia ao grupo do vovô [...] pra trabalhar ali na troca [de] dia.*” (L-H, 47, C-A). Como acontece com as duas outras “fontes” de forças de trabalho, possivelmente a lógica patrifocal se reproduzia no sistema de troca de dias.

Todos esses aspectos constituintes das relações de produção e da composição da força de trabalho permitem compreender as interações das modalidades de combinação de força de trabalho que se estabeleciam. A mais complexa interação destas modalidades se desenvolvia no processo de trabalho agrícola, mais especificamente nas atividades relacionadas às lavouras, chamadas de “roça” na região, devido a maior exigência da aplicação rápida e intensa de força de trabalho, diferentemente das demais culturas, que por serem cultivadas em espaços menores e exigirem menores esforços, demandavam um trato mais simples e requeriam menos força de trabalho.

Esta ênfase no processo de trabalho agrícola não é por acaso. As atividades agrícolas foram e são aqui as principais atividades voltadas para o auto-consumo e, excetuando as atividades relacionadas à exploração florestal, eram as que geravam algum produto excedente que, eventualmente, poderia ser vendido ou trocado. Como é possível identificar através dos relatos, as principais culturas de “roça”, ou seja, lavouras temporárias eram o milho, o feijão, o arroz e o amendoim. Essas culturas formavam a base da dieta dessas comunidades. Complementar a elas achava-se, com também grande importância no regime alimentar, os tubérculos, como explicitado por um camponês ao falar do trabalho de seu pai. “*Meu pai o serviço dele é prantá milho, arroz, feijão, e mandioca, batata. [...] Batata Doce. É. Que ele mexia com isso. A batata doce é pra engordá capado.*” (G-H, 59, C-C).

A criação de animais, segundo os relatos, era essencialmente para autoconsumo e, sem dúvida, utilizada como reserva de valor. A pouca importância destas, sobretudo de criação bovina,⁶¹ na formação social e econômica das comunidades estudadas, explicam o tratamento superficial dado aqui.

Trata-se, pois, a partir de agora, dos aspectos constituintes dos processos produtivos ligados às atividades agrícolas, à criação de animais, à exploração dos recursos florestais e, na dimensão das relações de troca, à comercialização e à troca dos produtos excedentes.

⁶¹ Apenas em uma comunidade, a comunidade C-B houveram relatos que indicam uma importância da criação de bovinos no processo de formação econômico e social da mesma. Porém, não foi possível identificar que tal atividade tivesse um papel estruturante na configuração produtiva comunitária e as características sociohistóricas relacionadas às condições materiais leva a crer que esta atividade ou teve importância durante curto período de tempo, ou era acessória e secundária em relação à produção agrícola.

3.3.2 Processos de produção e relações de troca

Todas essas atividades encontram-se mais articuladas, conforme pode se percebido nos relatos, num período em que já havia maior fragmentação no controle das terras nos domínios das comunidades, em decorrência da formação de famílias nucleares pelos membros da terceira geração que, ao se casarem, recebiam uma gleba que os tornavam “independentes” da gleba do pai e do controle do mesmo⁶².

Antes deles casarem, quando solteiro, o trabalho ficava pra própria subsistência, né? Porque eles tavam dentro de casa junto com o pai. Então aí já era o sistema, já era a família lutando pra defender ali o pão de cada dia para a própria subsistência, né? Então, aí o pai que contribuía com a família, com vestimenta [...] Então depois que casou acontece que aí o que os filhos já produzisse já era pra eles também manter a família. Como o caso do Ti [...], que o Ti [...] casô, já foi morar naquele local que você teve lá, só que era um pouco pra baixo, naquela moita de bananeira, era a casa dele. Então ele já foi desenvolver o trabalho na terra que pertencia o pai dele, que é o vovô [...], mas o que ele colhia já era pra ele, porque tinha que manter a subsistência dele cum a família. Ti [...], que morava aqui nessa outra grota aqui também, do mesmo jeito, que morava em cima da propriedade do vovô [...], mas ele já tinha que desenvolvê ali alimentação pra subsistência dele cum a família. Eles também gostava de mexer com criação de porcos, criação de galinha, né? E então a minha mãe também morava em cima da propriedade que era do vovô [...], né, mais o meu pai. Então o que eles desenvolviam já era pra eles mesmo [...] (L-H, 47, C-A)

A fragmentação do domínio ligada à criação de novos núcleos familiares e ao crescimento populacional à eles relacionados fica evidente nesta passagem. Os filhos ao se casarem recebiam uma gleba que ficava sobre o seu controle e usufruto para sustentar a emergente família e os filhos e filhas que ali nasceriam. Mas, como ficou indicada no fim da fala, essa lógica de sucessão patrimonial não se restringia aos homens, visto que as filhas também recebiam a gleba quando casassem, um dado que expressa que, apesar de tratar-se de grupos onde se constata uma ênfase na figura masculina no que concerne ao controle social e econômico, à subordinação das mulheres reservava-se uma autonomia relativa, tendo em vista esta relação com o patrimônio territorial⁶³.

Isto. Constituir a família ali. Mesma coisa, né? Podia casar com um rapaz de lá de dentro da cidade do Peçanha, mas se o rapaz interessou morar na área rural, o vovô sempre tinha ali um pedaço de terra que podia construir uma casa ali. E ali eles construir a família. E aí eles ia mexer com plantações diversas (L-H, 47, -A).

Como as permitem compreender, conjuntamente com a mudança na estrutura de controle sobre o domínio, isto é, a fragmentação do controle da terra, e logo, dos recursos naturais disponíveis, amplia-se também a dimensão do sistema de “troca de dia”, já que quando um filho se casava, ele se tornava um genitor, passando a ter controle sobre a força de trabalho familiar. Agora ele já não era mais parte da força de trabalho de seu pai. Nesse sentido, ele passa a ter poder de decisão sobre os processos de produção em sua gleba, assim como, sobre as articulações familiares e comunitárias no interior do sistema de “troca de dias”. A sua participação neste sistema era agora “autônoma” e, a partir deste momento, o pagamento do “dia” era feito em sua gleba.

⁶² Trata-se, sem dúvida, de uma generalização dos aspectos da comunidade A para as demais, o que pode acarretar em erros interpretativos. Na comunidade C-D, por exemplo, onde a ocupação é mais recente, não se identifica elementos que indicam o nível de complexidade da articulação da força de trabalho que se dava, por exemplo, na comunidade C-A.

⁶³ Tal como grande parte dos aspectos históricos, trata-se aqui de generalizações. Essas práticas de sucessão patrimonial foram identificadas em pelo menos duas comunidades, a saber, a C-A e a C-B.

As famílias da terceira geração foram crescendo, a população foi crescendo, a produção agrícola foi crescendo e o sistema de “troca de dias” se complexificando. Nas atividades ligadas ao plantio e colheita das roças de milho, arroz e feijão, o sistema de “troca de dias” se traduzia em mutirão.

O processo de trabalho agrícola se desenvolvia em dois momentos que formavam o “sistema de coivara”. Primeiramente encontravam-se as atividades relacionadas ao plantio. Estas estavam diretamente ligadas ao regime de chuva. Como relata uma camponesa da segunda geração, que dizia que “*chuvia seis meses encarriado. Chuvia dum jeito que ninguém via terra. Era água. Água vinha no terreiro da gente.*” (A-M, 75, C-A). O período chuvoso iniciava no fim de setembro e ia até o mês de março.

Chuvia setembro. Começava a chuva setembro. Nós plantava roça setembro. [...] Chuvia setembro, outubro, novembro, dezembro, janeiro, e ia estiar lá pro dia quinze, vinte de janeiro. Fevereiro as água muntava pra cachear os arroz que tá aí, que nós tamo precisano das água e ela já foi embora. Cê vê o arroz alí tá cacheando sem chuva. Tá sem chuva. Naquela época tinha chuva que o arroz cacheava. Era desse jeito, desse jeito. (A-H, 78, C-A).

Em agosto, logo no fim do período seco, iniciavam-se as atividades desenvolvidas em torno dos plantios. A primeira delas era a capina do terreno. O terreno em que era feita a capina poderia, dependendo do ano, estar já no fim de um ciclo de pousio ou não. A partir dos relatos não é possível compreender exatamente se havia uma sistemática temporal relacionado ao pousio. A fala explícita que a utilização do mesmo terreno se dava por cerca de dois anos, isto é, dois ciclos agrícolas⁶⁴.

Não, nós divia. Nós plantava, por exemplo, aqui, nós roçava e plantava nesse brejo aqui. Este ano, nós roçava primeira planta, fazia a primeira planta. Plantava aquele arroz. Quando era no próximo ano que fosse plantar de novo, nós costumaria voltar na mesma terra. [...] Na mesma terra, na mesma terra. Aí nós ia destocá ela, fazer tudo [...] plantava a roça do mesmo jeito, no mesmo lugar. Agora plantava ali um ano, dois. Quando fosse aquele ano que vem, o que que nós fazia? Nós já passava prum outro lugar, nós já ia oiá, porque na época tinha muita capoeira, muito de brejo, essas coisa, dizia: ah, nós vamo plantar nessa parte assim, assim, nós já ia pra lá outra vez. Deixava essa parte aqui descansando. Essa parte infachava. Quando era o ano que vem, ela já tava infachada, nós voltava nela de novo. É assim que nós fazia. (A-H, 75, C-A)

No terreno que havia “descansado” por um período determinado, achando-se ali uma capoeira fina, era feita a capina, deixando-se os “matos” desvinculados do solo na superfície. No mês de setembro, cerca de um mês após a capina, em torno desse terreno eram feitos os aceiros, que consiste na construção de valas não muito profundas, onde a vegetação superficial é retirada, cercando todo o terreno e servindo como uma barreira à passagem do fogo que será posto no interior da área de roça para queimar a vegetação já seca e, dessa forma, limpar e adubar o terreno ao mesmo tempo. Posto fogo, no fim de setembro, abriam-se as covas e realizavam o semeio. Todo esse processo de trabalho era realizado em forma de mutirão, sob o sistema de “troca de dias”.

⁶⁴ É possível que historicamente existisse uma sistemática temporal em torno do pousio, por exemplo, um ciclo de 10 em 10 anos. Tal como de postula neste trabalho, conjuntamente com o crescimento da fragmentação territorial deu-se a diminuição do tempo de pousio e até mesmo sua interrupção.

Chamava mutirão. Era vinte, papai, numa capina de roça cê contava dezoito, dezenove, vinte homi. Cê contava.[...] [...] nós capinava, nós pegava a roçada dia 11, todo dia 11 de agosto nós pegava, assim: A roçada nós pegava ela, nós pegava e mitia o pau. Metia o pau. Nós era onze prum lado e onze pro outro. E nós metia o pau. Roçava, fazia as roça. Agosto, nós roçava, fazia a roça. Quando batia lá pro dia 10 de setembro nós já tinha feito o que é roçada. E já tava fazendo os acero. Nós fazia os acero e quando era assim lá pro dia de quize, dezesseis nós juntava a homaiada e botava fogo na roça. Botava o fogo, num usava arar a terra não, ninguém conhecia arado. Nós agora, nós arava aquela terra, e todo mundo com seus corte de roça. O meu cumpadi [...], que era meu tio, foi fazê o seguinte. Ele era o primeiro. Ele já quemava a roça dia 11 marcando o dia de plantá a roça. Ele: “Nós vão botá fogo na roça agora, vão quemar essa semana, dia dezesseis, nós vão quemar a roça, e dia vinte e sete gente, eu quero ocês pra plantá a roça”. Dia vinte e sete de setembro era o dia de nós planta a roça dele. Todo dia vinte e sete setembro, tava de sol, tava de chuva, nós tinha que plantá a roça dele. Ele era o primeiro homi que plantava. Agora ele plantava nós imendava. O povo imendava. Cada um ia plantar sua roça. Mas também o povo, na época chovia, né? Aí, era desse jeito que nós fazia. Pois é, na época da capina nós dividia, 11 dum lado, 11 por outro. Pra plantá os arroz, pra roça, nós dividia a turma. Uma turma ia prum canto, e outra turma ia por outro. Nós terminava as roçadas, aí nós ajuntava e plantava, todo mundo plantava. Ou uma vez nós ia lá e ajudava eles, plantava. Quando for na capina, agora já dividia os grupo de gente. Nós dividia 5 prum canto, cinco pro outro, por que não podia trabalhar de campanha grande. Campanha de arroz tinha que ser campanha miúda. Pra andá mais a capina. Aí pra dá uma marca duas por semana pra gente, né? Então nós diminuía. Quatro, cinco pra aqui, cinco pra ali, pra andá mais depressa. Então nós fazia isso. (A-H, 79, C-A)

O relato indica a existência de uma escala de plantio que se iniciava todo ano na gleba de um determinado genitor da segunda geração. A partir dos trabalhos na roça dele, dava-se início às campanhas de plantio no interior da comunidade e nas comunidades vizinhas. As características do trabalho exigido e, conseqüentemente, da qualidade e quantidade da força de trabalho aplicada ao processo de trabalho variava entre as culturas e etapas do processo de trabalho. Como pode ser interpretado pela fala acima, diferentemente das lavouras de milho e feijão, a cultura do arroz exigia menos quantidade de trabalhadores, pois possivelmente os terrenos de vazante apresentavam restrições à campanha grande. Os relatos indicam que o trabalho que exigia maior esforço e maior volume de trabalhadores era a capina. Sempre quando se refere ao “mutirão”, a capina é a atividade que o exemplifica. O sistema de “troca de dias” funcionava para todas as atividades que exigiam força de trabalho externa à família nuclear, mas a sua forma mais complexa, que se desenvolvia em forma de “mutirão”, aparentemente tinha o a maior amplitude na atividade de capina.

Hipoteticamente, nessa atividade é que se conjugava por completo a força de trabalho familiar do domínio, a força de trabalho familiar dos agregados e a força de trabalho familiar externa à comunidade. No caso dos agregados, após participarem da capina com base no sistema de “troca de dias”, destinava-se uma determinada área que ficava sob sua responsabilidade e na qual parte do produto gerado seria destinada aos donos do domínio.

Tipo assim. Ês roçava aqui, mas era muito. Agora aqui ês roçava. Agora punha fogo naquele trem. Fogo queimava de baixo em cima. Agora, os trabaiaadó, o povo que já tava morano, os homi, que já tava morano junto com ês na comunidade, que ês já tava morano, falava assim. Pegava e falava assim: “Ô [...] Tizé, eu tava querendo plantá uma roça o senhor num que me dá uma meia”. Ês falava meia, né? Prantá na meia. Papai falava assim: “Uai, pode plantá, uai. Nós até já roçô, mas nós vão quemá. Agora nós faz assim, os cê ajudô a roçá”. Mas ajudava roçá assim, pagava ês o dia, né? Então ês interessava plantá, num tinha lugá de prantá, porque num tinha lugá de prantá. Falô: “não, Cês vem, o cês já ta morano aí. Vão fazê assim: nós vão prantá, nós vamo dividi. Nós vâmo tirano um pedaço, cê vai pranta na meia

comigo”. Papai falava assim. E padrim [...] falava assim: “Nós vamo dividir um pedaço. Cê vai plantá na meia com [...] do mesmo jeito, [...] do mesmo jeito [...]” Era os quatro que comandava. Prantava na meia. Agora, quando na colheita, colhia, agora ali ês partia, né? Partia o meio. Ele levava a parte dele, e ês [agregados] levava a parte dês. (A-M, 75, C-A. Grifo do autor)

Além de evidenciar um sistema de “troca de dias” no qual reproduzia a relação entre os camponeses donos do domínio e os camponeses agregados, a fala acima indica que o “contrato” entre as partes se iniciava a partir das atividades de semeio e que a “instituição” do agrego beneficiava todos os genitores do domínio, os quais possivelmente tinham determinados critérios de divisão desta força de trabalho. As atividades em torno da colheita, que consistiam no segundo momento do processo de trabalho agrícola, também variavam de cultura para cultura, tanto em técnicas, quanto ao que diz respeito ao período do ano. As colheitas do feijão e do milho eram realizadas em fevereiro, no fim do período de chuva. A colheita do arroz se dava no mês de abril, no início do período de estiagem. Ainda relacionada às atividades associadas à colheita, encontrava-se o processo de armazenamento dos grãos e sementes colhidas para três fins, a saber, o consumo interno, a utilização no próximo ciclo agrícola e, finalmente, a venda do excedente produzido.

O consumo dos grãos e sementes no interior da família voltava-se à alimentação humana e animal. Todos esses três gêneros faziam parte da alimentação humana. O arroz e o feijão eram consumidos sem beneficiamentos. Já o milho era consumido dessa forma e também após o beneficiamento que transforma os grãos secos em fubá, canjica e farinha, produzidas em moinhos, monjolos, fornos de pedra. O milho, diferentemente do feijão e do arroz, era utilizado para alimentar as criações, como suínos, bovinos e aves. Dessa forma, o milho possuía uma importância ímpar na reprodução das condições materiais de existência, pois ele tinha serventia tanto como alimento, quanto para a produção de alimento, no que concerne à criação de animais para fins de autoconsumo. Mais ainda, os grãos permitiam variados produtos beneficiados e a sua farinha era utilizada como base para outros tantos, como bolos, pães e biscoitos. Outros produtos também eram beneficiados e tinham muita importância, tanto para o autoconsumo, quanto para a comercialização, como é o caso da mandioca. Nas comunidades C-B e C-C, por muito tempo, a farinha de mandioca foi o principal produto de comercialização. Esta era produzida a partir da “ralagem” das raízes da mandioca, seguido da sua prensagem, secagem e torragem na pedra do forno de barro. Da mandioca também se produzia o polvilho, produto do qual se produz biscoito. Assim como o milho, a mandioca era utilizada para alimentação animal, sobretudo de porcos. A cana era outro gênero que se beneficiava, dando origem a outros produtos como a rapadura e o melado. Estes eram muito importantes, pois substituíam o açúcar, sendo utilizados em produção de bolos e no preparo do líquido de café. O café, também ao passar por uma secagem, era torrado e socado no pilão, produzindo assim, o pó de café.

Além dos produtos das “roças”, como dito anteriormente, o cultivo de tubérculos tinha grande relevância na dieta das comunidades. A mandioca, como já dito, utilizada para alimentação humana e animal, era plantada nas áreas mais altas e secas. Nas áreas de brejo e úmidas eram plantadas as diversas espécies de batata e inhame, que serviam tanto para alimentação humana, quanto animal.

A criação de animais, segundo os relatos, variava entre as comunidades. Mas o que havia de comum é a baixa presença de criação bovina. Apesar de terem-se relatos que indicam a presença desse tipo de criação nas comunidades, em apenas uma é dada alguma ênfase, mas no geral, a expressividade destas no conjunto das atividades produtivas aparecem como irrísórias. É bem possível que houvessem em todas as comunidades algumas cabeças de gado

para a ordenha, para puxar carro de boi e, de uma forma mais subjacente, como reserva de valor, mas em nenhum caso esta atividade aparece com importância semelhante às lavouras temporárias e, em alguns casos, a produção de mandioca e da sua farinha, nem para autoconsumo, nem para a comercialização.

As relações de troca, conforme se pode inferir, eram esporádicas e acessórias ao autoconsumo. Restringiam-se a determinados produtos, como os grãos e sementes advindos das lavouras temporárias, fumo em um caso e farinha em outros dois casos. Os genitores que controlavam o excedente de produção da família e recebiam parte do excedente dos agregados rumavam aos núcleos urbanos próximos, como Peçanha e Governador Valadares, em tropas de burros que percorriam grande parte dos trajetos em vielas (caminhos), já que não haviam estradas que ligassem essas comunidades a estes núcleos.

Era assim: O povo era um povo muito pobrezinho, que veio pra mora aqui cum eles, e tinha família. Então, trabalhava fora do natural. E cunhia fora do natural. E cunhia mesmo. Pelo menos lá na casa do meu pai, nós tinha três, ês fala paiol, né? [...] E num era paiolzinho, pra falá que o paiol mais pequeno era do tamanho daquela casa ali. [...] Papai cunhia tanto milho que inchia esses paiol, do tamanho daquela casa ali ó, inda ficava rumo de milho no terrero. [...] Era assim: papai saía cum dez, doze animal. [...] Havia era burro, era burro, né? [...] Que ês comprô oito burro, que ês falava um lote, né? Oito burro. Esses oito burro, papai pegô, falô assim: “ô pai”, ó, ele falava assim: “quem tem boca, vai em Roma”. “Ó, nós já tão bastante tempo que nós tamo aqui. Nós tão com esse mantimento. Nós num tão dano valor nesses mantimento, que é muito, é muito. Eu vô saí pra me ver se eu acho um lugá pra mim vende”. Mio dibuiado, feijão, miduím, inhame chineze. “Eu vô saí pra mim vende, pra mim vê se eu vendo essas coisas. Que agora, de lá pra cá, in vez de eu trazê o dinheiro, eu trago alguma coisa que nós num tem aqui”. Que era farinha de mandioca, né? Que ainda num tinha prantado [...] Ês trazia de lá. Inchia os animal de lá. Trazia farinha de mandioca. E agora, indiferente à farinha de mandioca, num sei, ele achava lá nus lugá lá, uns pacote assim de carne seca, carne de boi. [...] E agora, a banana, que ês trazia de lá também, porque depois que ês foi cunhecê o que que era banana, né? [...] Trazia sal, café, banana [...] Trazia farinha, banana, carne, café, sal, e ês falô cum ele que havia um negócio pra pudê pô na pranta, é que ele pego a trazê de lá pra cá, é que ês também não conhicia. O adubo. Mas num é desse adubo que existe hoje não. (A-M, 75, C-A)

O relato indica a importância do produto excedente de uma determinada família nuclear e parte dos agregados à ela associada nas relações de troca que, pelo depoimento, eram controladas e efetuadas essencialmente pelos genitores que, ao deterem volumes expressivos de produtos excedentes e possuírem as relações sociais necessárias, tinham o potencial de direcionar os mantimentos à comercialização. Não é possível, a partir dos relatos, identificar o caráter dessas relações no que tange à sua monetarização ou não. A passagem que expressa que o patriarca ao invés de trazer dinheiro trazia outros produtos, exclusivamente alimentares, que não se produzia na comunidade, abre para a interpretação de que as relações de troca, pelo menos durante as primeiras décadas de formação destas comunidades, envolviam muito pouco dinheiro, sendo centradas na troca de produtos. Uma passagem, em que esta camponesa da terceira geração da comunidade C-A se refere às condições de vida dos tempos preteridos é ilustrativa nesse sentido, quando a mesma diz que “o que havia era só mantimento, e num havia dinheiro” (A-M, 75, C-A). Esta passagem expressa aspectos substantivos das relações de troca, indicando a desvalorização social dos produtos gerados a partir da aplicação intensiva de trabalho, em contexto de precariedade de condições materiais, que evidencia a superexploração deste campesinato de uma perspectiva histórica e estrutural.

Nesta comunidade específica, uma gama de produtos, sobretudo os cereais e sementes, encontravam-se inseridos nas relações de troca. Em outras comunidades, as relações de troca aparecem centralizadas em determinados produtos, como no caso da Comunidade C-C, em que o genitor da segunda geração vendia arroz. Nesta comunidade, num tempo em que a terceira geração tomava “as rédeas” da produção, a farinha de mandioca foi o produto em que se pautou a comercialização, como também se dava na Comunidade C-B, que tinha neste produto o seu principal meio de troca, fato que indica uma relativa especialização produtiva. *“Mixia, aqui antigamente, era um troço até, a única coisa quês mixia era, tinha uma comercialização, fazia farinha. Plantava o mandiocal e fazia farinha, vendia. Sobrevivia daquilo, né? [...] Fazia muita farinha”* (J-H, 53, C-B).

Com o crescimento da população, sucede-se uma constante abertura de espaços nas florestas para a expansão das roças, extraindo-se nesse movimento recursos florestais lenhosos que eram fundamentais na reprodução daquelas comunidades. Estes eram utilizados internamente e, eventualmente, possivelmente exportados em troca de outros produtos ou até mesmo dinheiro. No interior das comunidades os recursos florestais tinham inúmeras utilidades. Da biomassa lenhosa podia-se construir moradias e paióis, mourões, portas, janelas, porteiros, instalações como moinhos, monjolos, engenhos, engenhocas e fornos diversos, pilões, ferramentas de trabalho, cangas, cangalhas, cerca de mangas, utensílios domésticos, mobília, entre outros. Da floresta obtinha-se também ervas medicinais, frutos e, especialmente, a lenha, que, conjuntamente com a água, formava a base energética daquelas comunidades.

A comercialização de produtos florestais não aparece nos relatos sobre as relações de troca nos “tempos da segunda e terceira geração”. Porém, os produtos de base florestal, especialmente o carvão vegetal, são expressos como as atividades que proporcionaram uma maior intensidade nas relações de troca, sobretudo no que diz respeito às monetárias. Nesse sentido, a produção de carvão vegetal a partir das florestas locais possivelmente correspondeu à atividade que, no processo de formação econômica e social daquelas comunidades, trouxe certo grau de monetarização na dinâmica produtiva e comunitária.

Não se encontra nos relatos nenhuma referência exata à consolidação da produção de carvão vegetal no interior destas comunidades, mas, sabe-se, a partir da experiência de um camponês produtor da Comunidade C-C, que na primeira metade da década de 1980 já ocorria, tendo em vista que o mesmo, após a derrocada da produção de farinha em decorrência da redução da força de trabalho feminina no interior do núcleo familiar, passou a produzir neste período carvão vegetal a partir da floresta. A produção de madeira em tora para produção de celulose a partir de plantações de eucalipto, como será visto no próximo capítulo, é concomitante ao movimento de crescimento da produção de carvão vegetal, mas, até pelo menos o início da década de 1990, encontravam-se essencialmente nas extensas áreas de propriedade da Cenibra. Dessa forma, o eucalipto veio a ser incorporado à dinâmica produtiva destas comunidades, no geral, somente na última década do século XX.

Com bases nos apontamentos realizados até aqui, podem-se distinguir duas fases das transformações econômicas, sociais e ambientais nos territórios estudados, isto é, no processo de mudança agroambiental. O primeiro se dá do início da primeira metade do século XX até as duas primeiras décadas da segunda metade deste século. Como foi apresentado neste capítulo, este corresponde ao princípio do processo de formação dessas comunidades, onde ocorrem as primeiras intervenções no ambiente florestal e na estrutura hídrica, no contexto de consolidação do assentamento e das relações de produção. Nesta fase a população cresce significativamente, impondo uma rede mais ampla e complexa no âmbito das relações de

trabalho. Concomitantemente se eleva também a intensificação da exploração dos recursos naturais existentes, com o crescimento da derrubada em áreas de florestas para ampliação das áreas de roças e outras atividades, das intervenções em áreas de vazantes para plantio e de um possível início da exploração da floresta para a comercialização. Todas essas transformações implicaram numa diminuição dos recursos florestais e hídricos existentes, bem como na perda de fertilidade da terra, impondo, por um lado, restrições até então não existentes e, por outro – devido à esses e outros fatores de natureza ideológicos/culturais - a investida na exploração sistemática da floresta, especialmente para a produção de carvão vegetal para abastecimentos das indústrias de ferro gusa e siderúrgicas que viria a se consolidar na segunda fase de transformações.

Este segundo momento se dá a partir do último quartel do século XX até os dias de hoje. Como será mais bem explorado adiante e no quinto capítulo, este consiste em um período de transformações mais profundas e rápidas, associadas à intensificação da exploração dos recursos naturais existentes, da consolidação da exploração da floresta para a produção de carvão vegetal e da entrada dos plantios extensivos de eucalipto, num primeiro momento pela atuação da então empresa mineradora estatal Vale do Rio Doce e, posteriormente, pela entrada em cena da Cenibra. As relações de produção tornaram-se mais verticais. As condições de reprodução social construídas durante o período anterior já não eram suficientes para garantir a reprodução das comunidades com base na produção agrícola. Com o crescimento populacional, as áreas das glebas diminuíram a cada geração. Com áreas menores para produzirem, os agricultores viram-se impelidos a interromperem o sistema de pousio das terras, que permitia a fertilização natural, intensificando a exploração do solo.

Associado a este adensamento demográfico e fragmentação territorial, deu-se o deslocamento definitivo ou por tempo determinado de parte expressiva da população das comunidades. Conjuntamente com o tamanho das glebas e da fertilidade da terra, a força de trabalho diminuía continuamente. Mas a diminuição da população e, conseqüentemente da força de trabalho, não foi um fator suficiente para reduzir o desequilíbrio ambiental em curso, pois a atividade agrícola, já reduzida em sua intensidade e produtividade, apesar de garantir totalidade ou parte do autoconsumo familiar, não gerava produto excedente com os aspectos quantitativos e qualitativos compatíveis com as relações de troca estabelecidas e nem tinham em sua natureza a propensão mercantil, dado seu sistema de policultivos para o autoconsumo. Novas necessidades surgiam. As produções agrícola e pecuária para autoconsumo não eram suficientes para supri-las. Fazia-se necessária a incorporação de atividades produtivas nas quais as relações de troca fossem essencialmente monetarizadas. A produção de carvão vegetal a partir da floresta e, num segundo momento, a produção a partir de plantações de eucalipto e da utilização destas para abastecimento da indústria de celulose foram as atividades que, neste contexto, se estabeleceram nestas comunidades, dando novos contornos à mudança agroambiental no interior das mesmas.

3.4 A Entrada da Cenibra e as transformações agroambientais recentes

A chegada das monoculturas de eucalipto na região da zona fria deu-se, segundo os relatos, por meio de áreas de grandes fazendas que foram compradas pela Vale do Rio Doce por volta de meados da década de 1970, como afirma um camponês da terceira geração, relacionando o início das plantações à uma gestão municipal específica, que perdurou de 1973 a 1977.

Uai, meu filho, isso aí chegou foi é o seguinte, que na época que ela chegou lá em baixo, então eles, lá eles saíram comprando, caçando fazenda pra comprar. Primeiro

aqui, nosso prefeito de antigamente, chamava Belizário Cunha, ele abriu mão pra eles, e assinou dando eles o direito de comprar as fazendas aqui pra plantar eucalipto. E inclusive [...] a Cenibra comprou fazenda pra diacho. Na época comprou fazenda pra diacho. E no ela começá a plantá as fazenda, aí ela deu chance pra nós prantá. [...] (A-H, 78, C-A)

Não se teve informações sobre a utilização original dessas fazendas que estavam localizadas entre a sede municipal e as comunidades estudadas, mais especificamente na porção geográfica que fica entre a sede e a margem esquerda do rio Suaçuí Pequeno. As características naturais dessas fazendas não diferiam muito das do ambiente onde se encontram as comunidades, já que o relevo e o clima são semelhantes. Assim, pode-se deduzir que as monoculturas entraram no território municipal ocupando as grandes propriedades próximas à sede municipal num ambiente essencialmente florestal, úmido e onde se encontravam as comunidades camponesas, que se reproduziam por meio de relações de produção não-capitalistas e mantiam uma relação de dependência direta dos recursos naturais existentes.

Com base na relação feita acima entre a entrada das monoculturas de eucalipto e a determinada gestão municipal e, como se explorará melhor no próximo capítulo, possivelmente a implantação das primeiros extensos e homogêneos plantios da Florestas Rio Doce S.A (FRDSA)⁶⁵ se deu entre 1970 e 1975. Pelos relatos, é bem possível que as plantações de eucaliptos nessas áreas se deram a partir de um movimento que culminou na devastação da floresta e dos cursos d'água existentes, semelhante ao que aconteceu na primeira metade da década de 1980, período bem guardado na memória de alguns camponeses, onde os depoimentos remetem já à atuação da Cenibra na região, numa marcha de destruição e devastação.

Ah não. Aonde a Companhia, aí era mata. Aí era mata, mata virge. A companhia, quando ela entrava aí, tem uma área aqui, teve uma área aí até que já era da Cenibra. Já num era da Vale. [...] o Projeto Carona. [...]. Aí era mata virge. Ela roço lá era com aquele tratorão D8. Dois tratorão com uma corrente. Que que ela fez? Ela arrasou as mata de baixo a alto. E o que que ela fez de mau lá? Na área lá era é setenta e pouco alqueire de terra, [...]. Setenta e poco alqueire de terra no Projeto Carona. Ela roço a mata toda com o tratorão. Com a corrente. Marrou a corrente num trator e noutra e fez aquela quebra. Quebrou tudo, rancou os trem todo, depois juntô e plantô. Aonde é a reserva, que tinha que deixar a reserva, ela deixou fora do nascente e do nascente e plantou eucalipto. Nessa fazenda lá, tinha três muinho de água. Tocava três muizim de água. A água secô e tem agua lá mais não. Secô. Tem água lá mais não (G-H, 59, C-C).

Percebe-se na passagem acima um momento de transição entre a atuação da Vale do Rio Doce e da Cenibra no território. No entanto, não é possível ter-se a compreensão de uma ruptura das práticas ligadas à “limpeza total” das áreas de floresta para a plantação das monoculturas de eucalipto. Como a Cenibra neste período tinha como acionista nacional a Vale do Rio Doce, não é difícil imaginar um movimento de continuidade de tais práticas.

Outro camponês especifica melhor o período caracterizado pela destruição massiva da floresta e dos cursos d'água das áreas adquiridas, por meio de um método “assustador” em que se alinhavam dois tratores de esteira de altíssima potência e, com uma corrente de grandes elos que unia essas máquinas, percorria a superfície das áreas fazendo as derrubadas.

⁶⁵ A Florestas Rio Doce S.A - FRDSA era uma subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce responsável pela aquisição de terras e implantação de plantios de eucalipto. De acordo com Gonçalves (2002), entre 1977 e 1983, a FRDSA garantiu 100% do fornecimento de madeira para a produção de celulose na fábrica da Cenibra, sendo estas originadas de plantações dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

Ah, era mata esse trem tudo. Essas área que o cê passa de eucalipto aí, isso era mato tudo. Antigamente quando a Cenibra entrô nisso aí, a Cenibra mesmo que cumeu isso tudo. Eles entravam com um trator de esteira, um trator dum lado e outro do outro, arrastano um correntão. Cê vê que era D8 pra arrastar aquela corrente. Quebrava esses mato tudo, punha fogo, prantava. Esse período de oitenta e três, oitenta e quatro, oitenta e cinco. Quando foi no período de oitenta e seis ês já começo a proibí, pra num quemá. [...] (J-H, 53, C-B).

Esse movimento de desmatamento massivo, através da técnica exposta, conforme explicitado pela fala anterior, tem como marco a primeira metade da década de 1980, período que coincide com a criação da subsidiária Cenibra Florestal em 1984, que passou a ser incumbida das atividades relacionadas à compra de terras e implantação dos plantios homogêneos da Cenibra.

Concomitantemente à este movimento, a produção de carvão vegetal conservava-se⁶⁶. A floresta da região é a partir de então abatida por duas frentes. Consolida-se o processo de destruição da floresta e dos cursos d'água da zona fria do território de Peçanha. A Cenibra consolida a “cultura” do plantio de eucalipto, pois era preciso legitimar a presença de tantos maciços de plantações deste gênero. As plantações de eucalipto, mesmo tendo sido implantadas à custa da devastação dos recursos florestais e hídricos da região, cercando comunidades e destruindo parte expressiva da biodiversidade local, passam a ser, após as inquietações ambientalistas que se intensificam a partir da década de 1990, a “salvação da lavoura”, ou melhor, “salvação da floresta”, pois, teoricamente, significará o fim da exploração desta para a produção de carvão. Os camponeses vêm nesta cultura a maneira de manter a produção de carvão vegetal sem ter de investir nas áreas de florestas em uma conjuntura em que se passa a ter uma maior regulamentação da atividade e da exploração florestal.

É, a gente via assim um, que o pessoal já tava perdendo o recurso de fazer carvão, porque o nativo já não podia mais fazê carvão nativo. Aí nós pensemo, é começar do eucalipto, porque o eucalipto é plantado, é coisa bem cuidado, aí nós vamo mexê cum eucalipto. Aí nós já tava cabando de fazê o jeito de fazê nativo, aí nós comecemo a plantar eucalipto. (G-H, 59, C-C)

No bojo desse movimento, muitos camponeses aderiram ao Programa Fomento Florestal da Cenibra, implantando plantios de eucalipto em suas terras e conjugando estes com os plantios de eucalipto para a produção de carvão. Essa nova dinâmica não significou o fim do desmatamento florestal, pois muita das áreas em que deram abrigo a esses novos plantios eram áreas de florestas que foram suprimidas para dar lugar ao novo uso.

A partir desse contexto, o campesinato local passa a ter sua produção ligada contratualmente à Cenibra. As plantações da empresa, que anteriormente apenas cercavam as comunidades, passaram a ser elemento constante na paisagem e na dinâmica produtiva da população local. Alguns camponeses mais abastados passaram a comprar terras de outros que partiam da região para expandir a atividade. Os plantios de eucaliptos, tanto voltados à indústria de celulose, quanto os voltados às indústrias guseiras e siderúrgicas consolidaram-se como as atividades exclusivamente mercantis de grande parte dos agricultores das comunidades. Para estes, a agricultura passou a ser um trabalho quase “acessório” na

⁶⁶ No que se refere à produção de carvão vegetal, apesar da atenção aqui dada estar centrada na produção camponesa, é realizada em grande escala e de forma capitalista. De acordo com relatos coletados em campo, atualmente é forte a presença de carvoeiros, ou seja, grandes produtores ou empresas especializadas na produção de carvão. Não é difícil imaginar que, num período onde se produzia carvão a partir da floresta, o investimento capitalista nesta atividade estava presente.

composição da renda, mas que ainda merecia dedicação em decorrência de sua importância para o autoconsumo e, dessa forma, para a reprodução social das famílias.

As plantações foram implantadas, sobretudo, nas partes altas dos terrenos, nas áreas de floresta e capoeiras e antigas áreas de lavouras que já perdera a sua fertilidade natural. Os recursos hídricos tornaram-se cada vez mais escassos, vendo-se secar várias nascentes e diminuir o volume de água dos córregos que cortam as comunidades. O regime de chuva modificou-se, encurtando o período chuvoso, que agora tem seu início em outubro e novembro, “empurrando” assim, o início das atividades agrícolas. A biodiversidade nativa local, representada nos primórdios pelas variadas espécies vegetais e animais, restringira-se à áreas de reserva legal.

Novas práticas de lida com a terra foram adotadas. O uso de agroquímicos, sobretudo venenos agrícolas, inseparáveis dos monocultivos de eucalipto foi incorporado ao processo produtivo. O trabalho local que anteriormente era essencialmente voltado às atividades agrícolas, voltou-se aos ofícios associados aos cultivos de eucalipto. Ainda manteve-se o sistema de troca de dias. As relações intra-familiares, mesmo que mais frouxas, se mantiveram. Espécies de sementes usadas desde primórdios das comunidades continuaram a compor um patrimônio genético compatível com as necessidades de autoconsumo. A policultura garantiu a diversidade da alimentação e a independência relativa do mercado. As criações de suínos, aves e bovinos forneceram a proteína necessária.

A Cenibra atualmente mantém um forte domínio sobre a região, pois é tida como a fonte das mudanças materiais desejáveis. O Instituto Cenibra, relações públicas da Cenibra, por meio de programas sociais institucionais, passou a ser o responsável pela criação de uma determinada e planejada imagem da empresa em torno da chamada “responsabilidade social”. Uma multinacional japonesa, construída pelo Estado Brasileiro, se apodera de um determinado território, se apropria substancialmente dos recursos naturais existentes - contribuindo de forma determinante no comprometimento da reprodução dos mesmos-, assim como de parte do produto do trabalho do campesinato local e por fim se apresenta como uma empresa socialmente e ambientalmente responsável ao criar organismos específicos para tal “façanha”, mantendo sua presença, seus cercamentos, sua devastação, relativamente tolerável.

Por outro lado, encontra-se o campesinato, que aciona a empresa e seus programas como meio para manter sua reprodução a partir de um acesso material até então impossível somente via atividades agrícolas, logrando a ampliação do patrimônio familiar, como via de ascensão social, sem deixar de reproduzir aspectos das relações de produção e elementos do processo produtivo agrícola que o manteve e o mantém relativamente independente das relações mercantis, no que concerne ao consumo alimentar familiar.

A entrada das extensas monoculturas de eucalipto em Peçanha e no curso médio rio Doce não é obra do acaso e não pode ser pensada, de maneira aprofundada, a partir de um ponto de vista local ou mesmo regional ou estadual. A expansão e consolidação destas plantações na região se deram a partir de um movimento de inserção do Brasil na cadeia mercantil de papel e celulose (e também a cadeia mercantil de aço) através de um pacto entre o capital estatal, o capital privado nacional e o capital internacional, no qual o Estado brasileiro, na égide do regime autoritário, foi ator central. Para compreensão deste processo e da evidência da conexão entre a escala macro e a micro na análise proposta, o próximo capítulo é dedicado a apresentação dos aspectos históricos, econômicos e políticos que perpassam a consolidação do chamado complexo agroindustrial de papel e celulose, bem

como de construções teóricas acerca da relação econômica contratual entre campesinato e indústria e sua expressão como fomento florestal.

CAPÍTULO IV - A FORMAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DE PAPEL E CELULOSE NO BRASIL: papel do estado, concentração de capital e fomento florestal

4.1 A Indústria de papel como o “germe” da produção de celulose no Brasil⁶⁷

Kageyama et al (1990) consideram que a principal transformação na economia agrícola brasileira consiste na transição do complexo rural aos complexos agroindustriais. O complexo rural, referente ao período anterior ao processo de modernização da agricultura é caracterizado por uma dinâmica simples, atrelada essencialmente aos movimentos econômicos do mercado externo, no qual “havia geralmente apenas um produto de valor comercial em todo o circuito produtivo: era o produto destinado ao mercado externo” (KAGEYAMA ET AL, 1990, p. 116).

Estes autores destacam que as principais transformações ocorridas no período de transição entre uma e outra configuração produtiva são:

[...] a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo mercado interno como elemento central na alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário (KAGEYAMA ET AL, 1990, p. 116)

O que Kageyama et al (1990) denominam de crise do complexo rural e a emergência, neste contexto, do complexo cafeeiro, se apresenta como uma fase determinante para a industrialização da economia brasileira e sua correspondente industrialização da agricultura. O marco inicial desta crise é a abolição do tráfico negreiro e a consequente transição do trabalho escravo para o trabalho livre a partir de 1850. Outro fator importante nessa dinâmica remete-se à Lei de Terras de 1850. O período que aí se inicia e vai até 1890 corresponde à crise do complexo rural e a consolidação do complexo cafeeiro. Este, mesmo mantendo elementos da antiga formatação, se diferencia pela autonomia de certas atividades, como as manufatureiras e agroindustriais, da estrutura rígida e autárquica vigente no complexo rural (KAGEYAMA ET AL, 1990).

Wilson Suzigan (1986) trata o desenvolvimento industrial brasileiro a partir da teoria do crescimento econômico induzido por produtos básicos (ou da abordagem dos *linkages* generalizados ao desenvolvimento). Nesta perspectiva, o crescimento industrial é associado diretamente à expansão das atividades exportadoras. No Brasil, segundo este autor, o produto

⁶⁷ Neste capítulo, parte expressiva das formulações aqui exploradas, não obstante a crítica epistemológica contida nesta dissertação no que tange à teoria da modernização, localiza-se no marco desta. Alguns motivos podem ser destacados. Estes autores, apesar das “filiações” epistemológicas, teóricas e metodológicas, pensaram o processo da expansão do capitalismo no campo brasileiro a partir de uma perspectiva crítica, explorando com muita competência os aspectos morfológicos endógenos, o papel do Estado e as implicações econômicas e sociais. No entanto, essas abordagens não respondem da mesma forma quanto à análise das relações em torno do sistema mundial, dando pouca importância, de modo geral, a dialética centro-periferia na análise da questão agrária brasileira. Assim, usa-se aqui o conceito de complexo agroindustrial desvinculado de sua base epistemológica.

que se destaca neste movimento é o café, o que não exclui a importância de outros produtos, como a cana, o algodão, o fumo etc.

É justamente associada ao complexo cafeeiro no período anterior à primeira guerra mundial que a indústria de papel emerge (SOTO, 1992). Possivelmente, não é por acaso que as três principais indústrias se encontravam instaladas em São Paulo entre o fim do século XIX e início de século XX, sendo estas: Fábrica de Papel Paulista Salto (1988); Companhia Melhoramentos (1890); Companhia Fabricadora de Papel (1909) (SOTO, 1992). Esta última, criada por Klabin, ainda hoje é a principal indústria integrada⁶⁸ de papel e celulose do país.

Após a primeira guerra é que ocorre um significativo crescimento das indústrias de papel e da capacidade produtivas das já instaladas. As indústrias surgidas nesse período que se destacam, são: Fábrica de Papel Simão e Companhia (1925); Indústria de Papelão Limeira S.A (1923); Companhia Fabril de Cubatão; Fábrica de Papel Pirahy (1925). Excetuando esta última instalada no estado do Rio de Janeiro, todas elas se encontravam no estado de São Paulo (SOTO, 1992).

A origem do capital e da classe empresarial que neste período impulsionam e sustentam o surgimento das indústrias de papel remetem-se às atividades de importação e comércio de papel desenvolvido por imigrantes, particularmente judeus, russos e árabes (SOTO, 1992; FALLAICE, 1996). Porém, essa ligação germinal ao complexo cafeeiro se apresentava de forma significativa. “Apesar de sua origem comercial, o capital industrial do papel dependia do capital cafeeiro em dois aspectos cruciais: para gerar a capacidade de importar máquinas, e para criar um mercado para produtos industrializados” (SUZIGAN apud SOTO, 1992). Diferentemente da maior parte das outras indústrias manufatureiras instaladas no país, a indústria de papel deste período tem na composição do seu capital baixa participação de capital estrangeiro (SOTO, 1992), o que não a desvincula da economia mundial, dada a importância do café - na época principal produto de exportação - em sua emergência.

É característica destas indústrias a origem no comércio de papel, seguido de produção gráfica até terminar como produtoras de papel. A matéria prima base, neste caso a pasta de celulose, era, sobretudo, importada. A vinculação entre indústria de papel e o setor florestal era praticamente inexistente, já que a produção de celulose tem seu início somente na década de 1940 (SOTO, 1992). O Setor florestal era pouco desenvolvido e voltado essencialmente à produção de carvão vegetal para as siderurgias e indústrias produtoras de ferro gusa a partir da florestas e do eucalipto que, até então, encontrava-se plantado majoritariamente no estado de São Paulo. A política florestal se encontrava desarticulada da política industrial e tinha um caráter essencialmente emergencial e fragmentado (GONÇALVES, 1999; FANZERES, 2005; PEDREIRA, 2008)

Eucalipto. O início da utilização desta espécie pode ser considerado um marco na constituição da indústria de celulose no Brasil. Com a introdução⁶⁹ do eucalipto na produção

⁶⁸ Em sua tese de doutorado, Soto (1992) utiliza o seguinte recorte intra-setorial: A) Empresas integradas – atuam da produção da matéria-prima base até a produção de papel. B) Empresas não integradas de papel – não há produção de matéria-prima base, somente de papel. C) Empresas não integrada de celulose de mercado – produzem a matéria-base até a celulose, mas não há produção de papel.

⁶⁹ A primeira indústria a produzir celulose do eucalipto foi a Suzano, na primeira metade da década de 1950, ainda numa fase experimental, como afirma Soto (1992). “A obtenção da produção de papel integralmente com CFC [Celulose de Fibra Curta] foi a inovação tecnológica que estimulou e acelerou o processo de integração vertical da indústria. A produção nacional de CFC que em 1950 era de 1.590 t passou rapidamente a 51.900 t em 1956” (SOTO, 1992, p. 67)

de pasta de celulose de fibra curta, transformações determinantemente importantes são permitidas. Até então a produção de celulose era realizada basicamente através do Pinheiro Brasileiro, também conhecido como pinho do Paraná, típico das matas de araucária do sul do país, do qual se fazia a pasta de celulose de fibra longa (SOTO, 1992; FAILLACE, 1996). A produção ainda nas décadas de 1950 e 1960 não era suficiente para abastecer uma sociedade em crescente processo de urbanização e industrialização, e as matas nativas do sul do país já se encontravam significativamente devastadas. Tal contexto levou as indústrias a buscarem gêneros alternativos para a produção de celulose, e, entre eles, o que obteve maior destaque foi o eucalipto, uma espécie exótica da flora brasileira que atingia a maturidade para o corte em cerca de 1/4 do tempo do pinheiro brasileiro, o que concorria para uma significativa redução nos custos de produção (FAILLACE, 1996).

Neste período, conforme afirma Failacce (1996), a classe empresarial produtora de papel já se encontrava articulada em torno das representações dos seus interesses junto ao poder público, demandando políticas para o setor, seja de forma autônoma, setorial, ou ocupando cargos nas instâncias executivas ou legislativa. Até os anos 1950 as políticas que atingiam a produção de papel se davam em forma de políticas protecionistas e de estímulo à aquisição de bens de capital. No segundo governo de Vargas (1951-1954) é que uma política setorial começa a ser ensaiada, principalmente a partir da criação do BNDE (1952) e da reforma cambial (1953) (SOTO, 1992).

A partir do Plano de Metas (1957-1960) do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) que a indústria de papel e celulose passou a ter uma atenção especial que a colocasse entre os setores prioritários da economia brasileira, impulso determinante nos rumos do setor e na reconfiguração do espaço agrário de determinados estados brasileiros, especialmente São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo.

4.2 O Processo de formação do complexo agroindustrial de papel e celulose e o papel do Estado

Belik (2007) considera que o primeiro esforço de plano global na política pública brasileira, ou seja, um planejamento articulado de diversas políticas tem sua origem no governo Dutra (1946-1951), e ficou conhecido pelo nome de Plano Salte (Saúde, alimentação, transporte e energia). Este plano concebia a agricultura como um setor a ser desenvolvido para atender o contingente urbano na demanda alimentícia. O plano foi mantido apenas por um ano e a preocupação que envolvia o setor agrícola ficou apenas no plano das ideias (BELIK, 2007).

No Plano de Metas de JK se processou uma maior orquestração política para o desenvolvimento da agricultura e das agroindústrias. Serra (1982) destaca que o período que corresponde à vigência do Plano de Metas é caracterizado como um momento de transformações profundas na industrialização brasileira, marcado por “*intensa diferenciação industrial num espaço de tempo relativamente curto e articulada diretamente pelo estado*” (SERRA, 1982, p. 75). Neste breve período, expandem-se o departamento de bens de capital conjuntamente com as indústrias básicas, como siderúrgica, metais não-ferrosos, química pesada, petróleo e papel e celulose (SERRA, 1982).

Na articulação de capitais capitaneada pelo Estado brasileiro entre capital estatal, capital privado estrangeiro e capital privado nacional, este encontrou, no âmbito do Plano de Metas, uma alocação prioritária de incentivos públicos, especialmente nos setores de bens de capital, bens intermediários, construção pesada e bens de consumo não duráveis (SERRA,

1982). Nos incentivos públicos aplicados ao desenvolvimento das indústrias produtoras de bens intermediários, o setor de papel e celulose foi considerado prioritário e representava o apogeu do modelo de substituição de importações (SOTO, 1992; DALCOMUNI, 1990).

Além da ampliação produtiva decorrente em grande parte da introdução das toras de eucalipto como matéria-prima, o que permitiu a expansão da integração entre produção de celulose e de papel num mesmo grupo empresarial, outras transformações no setor se fizeram notável neste período, como demonstra Soto (1992):

- (I) O capital nacional confirma sua liderança na organização empresarial da indústria integrada;
- (II) O surgimento de um segmento de empresas de capital estrangeiro na indústria integrada;
- (III) A implantação de uma indústria produtora de bens de capital para a fabricação de papel e celulose (SOTO, 1992, p. 76-77)

Essas transformações estão diretamente relacionadas com o objetivo das políticas públicas então vigentes, que tinham em vista o fortalecimento das indústrias integradas e a reafirmação da classe empresarial nacional como agentes majoritários no processo de expansão do setor. Os principais incentivos ao setor se deram através da lei aduaneira de 1957 e da política cambial - no intuito de garantir a rentabilidade setorial -, assim como, pela disponibilidade de créditos de quitação à longo prazo e baixas taxas de juros, particularmente, através do BNDES (SOTO, 1992).

Após a instauração do regime autoritário-militar em 1964 ocorreram transformações profundas na dinâmica do setor de produção de celulose. Com o pacto conservador entre o Estado brasileiro, a burguesia nacional e a estrangeira, é posto em prática o projeto modernizante de internacionalização da economia brasileira, no qual o setor de celulose de mercado emerge (FAILLACE, 1996).

4.2.1 A indústria de papel e celulose no projeto modernizador do regime autoritário-militar

A década de 1960 é um período determinante no desenvolvimento do complexo agroindustrial de papel e celulose, por ser neste que se iniciaram os esforços governamentais de expansão das “bases florestais”, que permitiriam a consolidação das indústrias integradas e o surgimento das indústrias não integradas produtoras de celulose de mercado.

Em 1965 pela Lei 4.701 é criado um novo código florestal que dentre outras diretrizes estabelecia incentivos fiscais e creditícios para as atividades de “reflorestamento” de caráter extensivo e homogêneo para exploração econômica. No ano seguinte realizara-se o regulamento dos incentivos fiscais remetentes ao código florestal de 1965 por meio da Lei 5.106, a qual se estabeleciam as condições de pessoas físicas e jurídicas deduzirem até 50% no imposto de renda do valor investido na atividade (PEDREIRA, 2006). Como resultado dos incentivos ocorrera uma expressiva ampliação das plantações arbóreas para fins industriais, que nos anos 1967 e 1968 apresentaram, respectivamente, 100% e 150% de crescimento na área plantada (DALCOMUNI, 1990). De acordo com Soto (1992), entre os anos de 1966 e 1970, mais de 80% dos projetos de “reflorestamento” colocados em prática fizeram uso das políticas de incentivos.

Em 1967, uma ação importante por parte do Estado em vista da ampliação das plantações arbóreas consistiu na criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF como órgão pertencente ao Ministério da Agricultura (DALCOMUNI, 1990). Este

órgão que a partir de então passou a gerir a política florestal no Brasil funcionou basicamente como um administrador das políticas de incentivo fiscais (KENGEN apud PEDREIRA, 2008) que significou uma transposição de recursos públicos para o fortalecimento da acumulação privada (FAILLACE, 1996), confirmando o caráter conservador da política no contexto de internacionalização e expansão do capitalismo brasileiro.

A nova política florestal baseada na promoção do “reflorestamento” não se destinou apenas a introduzir uma modalidade de substituição da madeira para uso comercial e industrial. Ela tornou-se parte de uma estratégia de acumulação principalmente das firmas industriais - e, dentre essas, as siderúrgicas e as de celulose e papel. Por isso mesmo, a política florestal passou a atuar como uma atividade “modernizadora”, no sentido em que esse termo é empregado quando se analisa o processo de expansão do capitalismo rural e urbano no Brasil, ou seja, voltado para fora, concentrador e desvinculado do conhecimento e das necessidades sociais (GONÇALVES, 1999, p. 6).

Com a expansão da “base florestal” resultante das políticas de incentivos foram sendo criadas condições para que a partir dos anos 1970 ocorresse uma reconfiguração no setor de papel e celulose, caracterizado, sobretudo, pela expansão e consolidação das indústrias de celulose de mercado (SOTO, 1992). O surgimento, no fim da década de 1960, de empresas de grande porte especializadas em plantações arbóreas, como a Companhia Florestal Monte Dourado, Aracruz Florestal e Florestas Rio Doce, tal como um movimento de integração de capitais e entrada de grandes grupos econômicos nas atividades de “reflorestamento” permitiram, paradoxalmente, a expansão da “base florestal” ao mesmo tempo em que potencializou a especulação produtiva. (SOTO, 1992).

O Estado atuou na expansão e constituição do setor não somente através dos mecanismos de incentivos aqui expostos como reforço acentuado à transferência de recursos públicos para as empresas privadas, subsidiou as pesquisas científicas florestais voltadas para o setor, particularmente por meio do Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF) constituído no âmbito da Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz (ESALQ), vinculada a Universidade de São Paulo, da Sociedade de Investigação Florestal (SIF) ligada a Universidade de Viçosa (MG) e da Fundação de Pesquisas Florestais (FUPEF) da Universidade Federal do Paraná (FAILLACE, 1996; SOTO, 1992). Tais instituições, vistas pela localização geográfica, refletem exatamente a presença das indústrias consumidoras de recursos florestais (FAILLACE, 1996).

O trabalho de extensão ficou a cargo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), fundada em 1967, que teve importante papel na divulgação e difusão da cultura do eucalipto e do pinus como esforços produtivos rentáveis de rápido retorno (FANZERES, 2005).

Em suma, a década de 1970 e 1980, nesse sentido, foi palco dos instrumentos e mecanismos postos em prática pelo Estado brasileiro que desencadearam na articulação intersectorial que viabilizou a formação do complexo agroindustrial de papel e celulose. Nas palavras de Soto (1992):

O período de 1970-1980 é caracterizado por uma estreita articulação entre as atividades florestais e industriais, e pelo maior ciclo de investimento na história dessa indústria. Isso resultou na expansão e modernização da indústria integrada, na implantação de um novo segmento industrial produtor de celulose de mercado, e na acentuação da oligopolização dos seus mercados (SOTO, 1992, p. 94)

No ano de 1974 foram instituídos dois importantes mecanismos de impulso e expansão da base “florestal” e das indústrias produtoras de papel e celulose, respectivamente, o Fiset e o I PNPC - Plano Nacional de Papel e Celulose (1974-1984), ambos no contexto do II Plano Nacional de Desenvolvimento do Governo Geisel. O primeiro constitui em uma reformulação da política tributária através do Decreto Lei nº 376 que criava o Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset)⁷⁰ voltado às atividades econômicas remetentes ao florestamento, pesca e turismo (PEDREIRA, 2008). O I PNPC consistia num reforço dos objetivos do Plano de Metas de garantir a autossuficiência na produção de papel e celulose, comportando também a produção de excedentes voltada para o mercado externo (FANZERES, 2005; SOTO, 1992).

No âmbito do I PNPC foram criados os “Distritos Florestais” na intenção de orquestrar o processo produtivo, aproximando demanda e oferta de produtos de base florestal, numa perspectiva geográfica, criando zonas de implantação de plantações arbóreas extensivas (FANZERES, 2005; GONÇALVES, 1999). A força motriz institucional do I PNPC foi o BNDES “através de mecanismos como: crédito subsidiado de longo prazo; participação direta no capital das empresas; e programas adicionais para a capitalização das empresas privadas nacionais” (SOTO, 1992, p. 107). A participação na composição acionária das empresas foi peça fundamental na consolidação das indústrias produtoras de celulose de mercado (SOTO, 1992).

Foi na vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento, entre 1975 e 1979, que, conforme pontua Neto (1997), a agricultura e a pecuária são inseridas enquanto atividades prioritárias no projeto de desenvolvimento econômico do país, solidificando a proposta de expansão das exportações de produtos de base agropecuária, demarcando os objetivos governamentais: “*responder às demandas do mercado de consumo interno; às necessidades de aumento da exportações; fornecer estímulos à agroindústrias*” (NETO, 1997, p. 135).

No contexto da década de 1970 surgem as principais indústrias produtoras de celulose de mercado, Borregard S.A (1967), Aracruz Celulose S.A (1978), Celulose Nipo-Brasileira S.A – CENIBRA (1973) e a Companhia Florestal Monte Dourado (1975). A emergência dessas empresas é caracterizada por relações oligopsonicas e pela importante participação do Estado (através do BNDES) e do capital estrangeiro na composição do capital (SOTO, 1992).

A década de 1980 se apresenta de forma paradoxal para a indústria de papel e celulose. Apesar da crise das finanças públicas que assolou o país, o setor de papel e celulose cresceu em média 4,8% a.a como reflexo da ampliação da demanda externa. Entre os setores produtivos, o de papel e celulose foi destaque em termos de rentabilidade (SOTO, 1992). Este período se apresentou como palco da consolidação da “base florestal”, que em sua maior parte já se achava sob o controle dos grupos líderes do complexo agroindustrial de papel e celulose.

A partir do conteúdo exposto até aqui, é possível perceber que, como inferido anteriormente, a consolidação do complexo agroindustrial de papel e celulose no Brasil se deu por via de uma articulação econômica/ política entre o capital privado nacional, o capital estatal e o capital estrangeiro. E que, com a constituição deste complexo agroindustrial no âmbito da etapa de industrialização da agricultura e do projeto “modernizador” do regime-autoritário militar (1964-1985), ocorreu uma reconfiguração do setor de papel e celulose, que se articulou com o setor florestal e com o capital de outros setores, nacionais e estrangeiros, e

⁷⁰ Segundo Gonçalves o Fiset estabelecia “uma escala decrescente para os abatimentos no Imposto de Renda, da seguinte forma: 45% no ano base de 1974, 40% no de 1975, 35% no de 1976, 30% no de 1977 e 25% no de 1978 e seguintes. Essas aplicações não poderiam ultrapassar o teto de 50% do valor do Imposto de Renda” (GONÇALVES, 1999, p. 8).

constituiu um sub-setor produtor de celulose voltado para o abastecimento do mercado externo, que teve no BNDES tanto um fomentador quanto um acionista.

Até então o objetivo foi demonstrar como que do início da primeira metade do século XX até a década de 1980 o Estado Brasileiro foi o protagonista na conformação do complexo agroindustrial de papel e celulose, principalmente via políticas específicas, sobretudo de incentivos fiscais, financeiros e científicos, privilegiando um restrito grupo e criando as condições para a consolidação de uma estrutura produtiva oligopolizada e concentrada, em termos produtivos e regionais. A partir de agora se aponta como este processo ocorre desde o fim da década de 1980 e como o fomento florestal se insere nas estratégias empresariais do setor.

4.3 Pelas Mãos do Estado: concentração da produção e de capitais

Anteriormente foram apresentados alguns elementos centrais do movimento no qual ocorrem profundas transformações na economia brasileira que acaba por consolidar a subordinação da agricultura pela indústria, por meio de um pacto entre o capital estatal, capital privado nacional e internacional. No caso do setor produtivo de papel e celulose, esse pacto representou a consolidação do complexo agroindustrial de papel e celulose a partir da integração entre produção da matéria prima (plantações arbóreas) e a indústria de transformação, viabilizada pela capitalização proveniente do Estado, fato que resultou na concentração de capitais em uma estrutura substancialmente oligopolizada.

Os incentivos fiscais que permitiram tal estruturação setorial foram extintos em 1988, no entanto, não abalaram de forma considerável os grupos detentores da maior parte das áreas de plantações arbóreas, pois a esta altura tais empresas já haviam formado uma “base florestal” suficiente para garantir o abastecimento, devido, principalmente, aos citados impulsos (SOTO, 1990).

No fim da década de 1980 foi lançado o II Plano Nacional de Papel e Celulose que, diferentemente do plano anterior, se deu por iniciativa da Associação Nacional de Fabricantes de Papel e Celulose (ANFPC), com o aval e colaboração do Estado na admissão de metas oficiais e nas ações executivas. As políticas básicas do plano consistiram na política de controle de preços internos e incentivos financeiros que, de maneira contumaz, se deu via BNDES. Os financiamentos, por sua vez, foram direcionados aos grupos empresariais aos quais o BNDES contribuiu para consolidar nos anos anteriores (SOTO, 1992)

Como exemplo do caráter seletivo e concentrador dos financiamentos do BNDES ao setor, Soto (1992) apresenta os dados disponibilizados pela instituição, que apontam para a alocação de 37,0% dos recursos totais direcionados ao setor, no período de 1970-1991, concentrados somente na Aracruz Celulose⁷¹. Somados aos recursos disponibilizados à Klabin, as operações equivaliam a 57,0% do valor total dos financiamentos para o setor no citado período.

Com a crise do fim dos anos 1980 que atingiu os países capitalistas centrais, o reflexo da recessão foi sentido nos países periféricos, ocasionando uma reconfiguração no setor que se expressou numa maior concentração produtiva, empreendidas pelos processos de fusões,

⁷¹ A Aracruz celulose foi adquirida pela Votorantim Celulose e Papel em 2009 formando a Fibria, que atualmente é a empresa líder mundial em produção de celulose de mercado. O BNDES detém a maior parte das ações ordinárias da Fibria, o equivalente a 30,38% das ações ordinárias totais.

aquisição e joint-ventures entre empresas nacionais e empresas internacionais (FAILLACE, 1996).

A consequente estrutura produtiva do setor é demonstrada pelos dados que apontam que das 256 empresas integradas existentes em 1995, apenas 26 delas concentravam 65,0% da produção. Das indústrias de celulose de mercado, 83,0% da produção nesta data era originada de apenas cinco empresas, sendo que apenas uma delas (Aracruz) respondia por 39,0% da produção total (BNDES, 1996)

4.3.1 Aspectos atuais do complexo agroindustrial de papel e celulose

No Brasil, as principais plantações arbóreas para uso industrial e energético são compostas por eucalipto e pinus (Pinheiro-americano), equivalendo a 93,0% da área total de plantações arbóreas. Das áreas plantadas com eucalipto e pinus, este primeiro gênero ocupa a maior parte, o equivalente a 76,6% (ABRAF, 2013). Sendo assim, em todo território brasileiro, as plantações de eucalipto, ocupando 5.102.030 ha, em relação a todos os gêneros plantados, respondem por 70,8% das plantações arbóreas.

As áreas cobertas por eucalipto e pinus se distribuem geograficamente de forma distintas. As plantações de eucalipto se concentram na região Sudeste com cerca de 53,0% da área total plantada no país (ABRAF, 2013), o que pode ser explicado pela presença de três das quatro maiores indústrias de celulose – Fibria, Suzano e Cenibra – (BRACELPA, 2009) e pela concentração de indústrias siderúrgicas. As áreas plantadas com pinus se polarizam na região Sul do país, onde estão 84,7% da área total plantada com este gênero e se localizam unidades industriais da Klabin.

Os principais estados brasileiros produtores de eucalipto são Minas Gerais, São Paulo e Bahia, que respondem respectivamente por, 28,2%, 20,4% e 11,9% das plantações no território geográfico brasileiro, assim, cerca de 60,0% da área total plantada. (ABRAF, 2013). Minas Gerais, estado em que se concentra a maior produção de aço bruto do país, o equivalente a 32,8% em 2009 (CARVALHO; FONSECA; SILVA, 2010), é o estado no qual se produz a maior quantidade de carvão vegetal, seja proveniente do cálculo da soma da extração vegetal e das plantações arbóreas (60,7%), seja utilizando-se somente madeira de plantações arbóreas (81,2%) (IBGE, 2010). A produção de madeira em tora para a fabricação de celulose, apesar de não atingir patamares comparáveis com a participação do estado na produção de carvão vegetal, representa 7,8% da produção (IBGE, 2010) realizada no território geográfico brasileiro que, possivelmente, em sua maior parte, é destinada a quarta maior produtora de celulose do país, a Cenibra.

São Paulo, estado em que ocorre a segunda maior área de plantações de eucalipto, tem instalada a segunda maior indústria de celulose do país, a Suzano. De acordo com o IBGE (2010), é a unidade federativa que comporta a maior produção de madeira em tora para a produção de celulose, por ter instalada em seu território geográfico 30,0% das fábricas de papel e 32,0% das fábricas de celulose existentes no Brasil.

A Bahia, como estado que suporta a terceira maior área com plantios de eucalipto, tem como produtores de celulose a Bahia-Sul Celulose, pertencente à Suzano, Veracel Celulose, uma Joint-venture entre a Fibria e Stora-Enso e a Bahia Specialty Cellulose. Assim, se tem instalado no território geográfico da Bahia as duas maiores produtoras de celulose no Brasil, dado que se reflete em grandes extensões de plantações de eucalipto, que repercute nos municípios de Caravelas e Mucuri, respectivamente, cidades com a primeira e terceira maior área plantada no país para a produção de toras de madeira para fabricação de celulose.

Os dados⁷² apresentados pela Bracelpa (2009), referente ao ano de 2009, reportam a um panorama de excessiva concentração na produção de celulose no Brasil, no qual os quatro principais estados em produção condensam cerca de 70,5% da produção, sendo estes: São Paulo com 28,0%, Bahia com 17,0%, Espírito Santo com 16,5% e Minas gerais com 9,0%. Os principais produtores de celulose no Brasil em 2009 foram responsáveis por aproximadamente 76,0% da produção total. São estes e suas respectivas participações na produção total naquele ano: Fibria (38,9%), Suzano (17,3%), Klabin (11,0%) e Cenibra (9,0%).

A Fibria, maior produtora de celulose de eucalipto do mundo tem seus parques produtivos instalados nos estados do ES, SP, MS e BA, e suas plantações homogêneas de eucalipto presente nos estados da BA, ES, MG, MS, RJ, RS e SP (FIBRIA, 2013). A Suzano tem suas unidades fabris de celulose instaladas nos estados de SP e BA, e suas plantações para abastecimento se encontram nos estados de SP, BA, MG, TO, PI e MA (SUZANO, 2013). A Klabin, que é a maior produtora e exportadora de papel do país, possui seus parques produtivos de celulose nos estados do PR e SC (KLABIN, 2013). A Cenibra, instalada em Minas Gerais tem suas plantações homogêneas de eucalipto distribuídas pela região Leste do estado (CENIBRA, 2013).

De acordo com a Bracelpa (2012) citando dados da Secex, 60,0% da celulose produzida no Brasil em 2011 foram exportadas. Já nas citadas indústrias presentes em três principais unidades federativas em produção de celulose, esse número sobe para 92,0% na Fibria (FIBRIA, 2012), 94,5% na Cenibra (CENIBRA, 2012) e 80% na Suzano (SUZANO, 2012), no ano de 2011.

Dos dados expostos pode-se concluir que três das quatro maiores indústrias de celulose atuantes no Brasil estão presentes nos três estados que possuem as maiores áreas de plantações de eucalipto. Possivelmente, significativa parte deste eucalipto é plantado por tais empresas em suas extensas plantações homogêneas próprias, arrendadas ou de fomento florestal. Desse modo, configura-se uma dinâmica de domínio territorial e concentração de terras por parte das citadas indústrias, para se ter em média 88,8% da produção direcionada a atender a demanda dos principais mercados consumidores externos que, segundo o Mapa do Setor apresentado pela Bracelpa (2010), é composto por Europa (45,0%), China (25,0%), América do Norte (18,0%), Ásia/Oceania (11,0%) e por fim, América Latina (1,0%). Enfim, os dados apontam para um imenso domínio territorial por parte das indústrias de celulose alicerçadas no mercado de exportação de commodities.

4.4 Reconfiguração Produtiva do complexo agroindustrial de papel e celulose: novas arranjos e novas estratégias.

Com o fim dos incentivos fiscais, que implicou em perda nas facilidades de ampliação das plantações próprias, e com a expansão dos conflitos explícitos e latentes - relativos ao domínio territorial e aos efeitos ecológicos das monoculturas - em torno do complexo agroindustrial de papel e celulose e outros setores produtivos, como o siderúrgico, as empresas produtoras de celulose e as chamadas reflorestadoras iniciaram um movimento de expansão e diversificação da fonte de matéria-prima base para além de suas porteiras. Como estratégia de resposta a esta nova conjuntura, tais empresas investiram na integração de porções territoriais sob o domínio da agricultura familiar e camponesa, incorporando à

⁷² Estes dados foram construídos a partir da soma da produção de celulose de fibra curta, celulose fibra longa e celulose de alto rendimento, que representam, respectivamente, 85,4%, 11,3% e 3,3% da produção total.

dinâmica de reprodução da produção de celulose no país novas questões e novos conflitos. A esta estratégia que se dedica agora.

4.4.1 Agroindústria de celulose e fomento florestal

A relação econômica comumente denominada integração produtiva, realizada via contrato de compra e venda é uma prática operada há bastante tempo no Brasil, onde se destacam a produção de fumo, cana de açúcar e laranja na agricultura, e suinocultura e avicultura no setor da pecuária. Já o fomento florestal, nos moldes como ocorre atualmente, é uma atividade relativamente recente no país. (Kengen, 2002)

Segundo Fischer (2009) citando Coelho e Leite (2005), a prática de incentivar a produção de plantações arbóreas remete-se à 1904, quando no Brasil o eucalipto foi introduzido para tratos silviculturais pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Esta empresa realizava naquela época, de maneira informal, uma negociação com os estabelecimentos rurais, buscando abastecimento de madeira para as suas locomotivas.

Kengen (2002) assinala que, a nível formal, os programas de fomento florestal no país tiveram sua origem em 1958 com um programa denominado “Projeto de Reflorestamento para Produtores Rurais”, no município de Paraopeba em Minas Gerais, produto da “integração entre a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e o Sindicato Rural e a Prefeitura Municipal de Paraopeba” (KENGEM, 2002, p.4). Porém, a expansão desses programas, como considera Kengen (2002), somente veio a ocorrer quando esta estratégia passou a ter relevância para o setor privado consumidor de produtos florestais. Neste sentido, Fischer (2009) cita algumas empresas privadas que, a partir do final da década de 1950 passaram a promover esses programas, como: “Champion (atual International Paper do Brasil), Duratex, Olinkraft (atualmente incorporada pela Kablin), Kablin e Belgo Mineira” (FISCHER, 2006, p. 14).

Kengen (2002) afirma que os programas de fomentos florestais tal como se constituem atualmente são produtos das condições criadas pelo fim dos incentivos fiscais. Nesse sentido, pode-se considerar que a forma de atuação que esses programas assumem após a década de 1980, isto é, a partir de programas privados institucionalizados, juridicamente delimitados e especialmente voltados a um determinado público, se dá, pelo menos em parte, enquanto estratégia de compensação ao fim dos privilégios historicamente estabelecidos.

O público alvo destes programas, segundo Diesel et al. (2006) são os pequenos e médios produtores rurais. De acordo com Fischer (2002), os programas de fomentos podem ser de iniciativas públicas, privadas ou híbridas. No caso das iniciativas públicas, são em sua maior parte caracterizados como programas de extensão rural de apoio e incentivo a produtores rurais. “O fomento público tem caráter eminentemente social, embora objetive o desenvolvimento econômico de uma certa região, e seus recursos sejam destinados a produtos agropastoris” (FISCHER, 2009, p. 14)

Abaixo reproduzir-se algumas considerações e interpretações a respeito do porque, de como se realiza, e quais as implicações dos Programas de Fomento Florestal a partir de alguns autores que trabalharam com o tema.

Porque:

Conforme Diesel et al. (2006), a partir do momento em que as atividades produtivas das indústrias consumidoras de madeira advindas de plantações florestais se expandem, a

ampliação da área de cultivo se faz necessária. Os autores destacam como principal estratégia praticada pelas empresas consumidoras de produtos florestais que necessitam de grande volume de matéria prima - como as indústrias de celulose - a da produção verticalizada em áreas próprias. Além da produção em áreas próprias, com o objetivo de atender a demanda de toras em madeira, os autores apontam que as empresas consumidoras dessa matéria prima, vêm em certa medida, adotando outras estratégias de abastecimento, como a terceirização do fornecimento. As principais vantagens em terceirizar o fornecimento de matéria prima, na interpretação dos autores, consistem na redução do volume de capital imobilizado pela compra de terras ou das despesas relacionadas à fiscalização, monitoramento e proteção das florestas contra roubos e outros riscos.

Por outro lado, como acreditam os autores, as empresas do chamado do setor florestal estão se deparando com maiores empecilhos para a formação de grandes plantações homogêneas. Por este motivo, tendem a deslocar-se para espaços onde ocorre menor regulação e/ou adquirir madeira de terceiros. Neste contexto inserem-se os programas de fomento florestal.

Problematizando a prerrogativa das empresas que praticam os programas de fomento florestal de que o seu público alvo para abastecimento de matéria prima são os “pequenos produtores”, Diesel et al. (2006) realizam uma análise dos dados secundários de algumas literaturas que tratam dos programas de fomento florestal no estado do Rio Grande do Sul e na região Sudeste do Brasil e, evidenciam alguns equívocos dessa argumentação. Os autores indicam a existência de duas estratégias de ação desses programas (que podem ser pensadas enquanto duas modalidades/tipos de programas): o fomento florestal orientado à legitimação empresarial e o fomento florestal para abastecimento de matéria-prima.

O fomento florestal para abastecimento de matéria-prima, como a própria denominação explícita, constitui-se num mecanismo que garante a disponibilidade de matéria prima base. Já o fomento florestal orientado à legitimação empresarial, conforme exposto pelos autores, não tem como objetivo principal a produção de significativo volume de matéria prima para abastecimento industrial, mas sim, a garantia da formação de uma base florestal e, em alguns casos, uma relação menos conflituosa das empresas com os agricultores da região de ação. Dessa forma, as empresas e indústrias ao realizarem “*o cultivo de espécies que podem constituir matéria prima, contribuem para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento da atividade produtiva ao incrementar a oferta regional no longo prazo, ao ‘espalhar a cultura florestal’*” (DIESEL et al. 2006, p. 138).

A especialização de territórios resultante de relações econômicas voltadas para os interesses das corporações transnacionais faz parte, segundo Barcelos (s/d), do contexto onde se inserem os programas que, por sua vez, se reproduzem não somente como um fenômeno econômico, mas também político, técnico e territorial. Nesse sentido, como tratado pelo o autor, os Programas de Fomento Florestal funcionam como “instrumentos” de integração de espaços e sujeitos ao regime de acumulação agroindustrial.

Fischer (2007) em sua tese de doutorado analisa os Programas de Fomento florestal na indústria de celulose em seus aspectos contratuais, incentivos e desempenho, calcado no campo da nova economia institucional. O autor considera o crescimento da silvicultura madeireira como resultante da sua importância socioeconômica e ambiental, assim como do significativo nível de desenvolvimento tecnológico, dotado de importante reconhecimento e tido como uma referência internacional.

Fischer (2007) destaca algumas das que ele concebe como funções do programa de fomento. São estas: incentivo ao cultivo florestal no intuito de ampliar a base florestal; substituição dos investimentos na aquisição de terras; ampliação da disponibilidade e oferta de madeira; criação de fonte alternativa de renda e integração das comunidades do entorno do parque produtivo, ou em suas regiões de atuação; valorização institucional, social, ambiental e cultural.

Para Fischer (2007), como destacado por Diesel et al (2006), o setor de celulose, no que concerne ao suprimento de matéria prima básica, é caracterizado pela integração vertical, ou seja, pelo auto-abastecimento via plantações em terras próprias. O autor acredita que, no entanto, esta estratégia tem-se mostrado “custosa” do ponto de vista da rentabilidade econômica, decorrente do elevado nível de capital imobilizado em terras e, particularmente, por causa das limitações impostas pela legislação ambiental frente ao uso de terras.

Como:

Algumas características do programa são destacadas por Fisher (2007), são elas: prática comum de fornecimento de muda e insumos produtivos via doação ou venda; existência, em geral, de mecanismos de financiamento, próprio ou público; existência, em geral, de um fornecimento mínimo em pagamento ao que foi fornecido (mudas, insumos, financiamento etc.); existência de modalidades diferentes operadas pela maior parte dos programas, as quais se ajustam desde pequenos proprietários ao grandes investimentos; limite máximo de distância entre a localização das “áreas de fomento” das instalações da indústria; estabelecimento de áreas mínimas de plantio para a participação no programa; e, por fim, posse formal (segurança jurídica da posse da terra) como pré-requisito.

Enquanto estratégia empresarial, os Programas de Fomento Florestal, como considerado por Barcelos (s/d), foram concebidos como “instrumentos” de abastecimento alternativo de madeira; de imobilização de ativos fundiários; para redução de custos do produto; de reorientação do investimento outrora aplicado às plantações para outras atividades industriais; como “tática” de defesa às críticas e questionamentos da sociedade civil sobre a atividade “florestal”; e, por fim, como forma de transferência de riscos e custos de produção.

Diesel et al. (2006) ao realizarem uma análise de discurso das empresas praticantes, pontuam que as indústrias e empresas consumidoras de produtos florestais apresentam o fomento florestal como a principal saída atual para resolver o problema do “*déficit entre oferta e demanda de matérias-primas de origem florestal*” (DIESEL et al. 2006, p. 127). Tal discurso, como indicado pelos autores, tem o intuito de catalisar apoio do Estado para desenvolver programas de “reflorestamento”, alarmando em torno de um possível “apagão” florestal. Sob esta perspectiva, os programas de fomento florestal são concebidos, por essas empresas, como a solução deste problema que, por sua vez, é apresentado como uma questão que se refere a toda a sociedade, que seria beneficiada por uma relação equilibrada entre oferta e demanda, e não como um instrumento construído para atender aos planos de expansão produtiva do setor.

O “argumento social” das empresas, na interpretação dos autores, é que através destes programas o agricultor criaria uma renda extra, otimizando o seu território agrícola, contribuindo assim, para a diminuição do êxodo rural. É sobre esta perspectiva que é apresentado o público alvo (pequeno e médio produtor) desses programas, “*tendo-se como socialmente legítimo o apoio a ele, especialmente porque seria carente de alternativas e esta carência vem justificando o êxodo rural (fato socialmente indesejável)*” (DIESEL, Vivian et

al. 2006, p. 130). Outro argumento recorrente entre as empresas, segundo Diesel et al. (2006), tem relação com a contribuição dos programas de fomento florestal para a prática de um uso racional das terras que, em muitos casos, se encontrariam ociosas ou degradadas.

Benefícios de ordem ambiental e econômica são também identificados nos discursos. Sobre os benefícios econômicos, Diesel et al. (2006) destaca-se argumentação que defende um potencial florestal no Brasil. Por ser um país que se desenvolveu tecnologicamente em manejo de plantações arbóreas, seria mais competitivo no mercado externo. Quanto aos benefícios ambientais, acham-se predominantes os argumentos que creditam à esses programas a contribuição para uma maior conservação das matas nativas, dado que a madeira plantada tende a suprir a demanda por recursos florestais nos estabelecimentos rurais.

Implicações:

Pelo fato dos programas de fomento florestal orientados à legitimação das empresas não terem necessariamente uma ação voltada para viabilização produtiva das empresas, Diesel et al. (2006) acreditam que, são nestes casos que as empresas realizam seus projetos de cunho social, como por exemplo, ações ambientais. *“Assim, os programas de fomento orientados a legitimação empresarial podem ter como público preferencial os pequenos produtores e geralmente têm benefícios difusos para a sociedade”* (DIESEL et al. 2006, p. 138).

No caso dos programas de fomento florestal para abastecimento de matéria-prima, Diesel et al. (2006) consideram serem estes direcionados preferencialmente as médias e grades propriedades. Isto se deve ao fato de serem os estabelecimentos de maior extensão, os que mais se adéquam às tecnologias utilizadas pelas empresas, por contarem com um maior volume de terras, reproduzindo maior compensação econômica. Nesta modalidade os interesses das empresas se encontram de forma alinhada com os interesses da agricultura patronal.

Os autores concluem que o investimento florestal será economicamente viável para nos casos em que os produtores rurais não necessitam disponibilizar recursos próprios para o empreendimento, como por exemplo, nos arrendamentos, parcerias e cultivo com créditos. Com estas relações, os agricultores patronais ocupam e produzem na terra sem necessariamente ter de “abrir mão” de outras atividades, e com isso evitam certos riscos institucionais, como, por exemplo, a desapropriação de terras para fins de reforma agrária.

No que tange à viabilidade dos projetos de “reflorestamentos” para agricultores familiares, Diesel et al. (2006) apontam para circunstâncias em que parte da mão de obra da família (principalmente jovens) é absorvida pelas indústrias do entorno, ocasionando uma relativa escassez de força de trabalho nas unidades familiares. Nestes casos, estes projetos se tornam uma alternativa considerável para agricultores de base familiar, pois mantêm a terra em atividade mesmo com a redução da força de trabalho doméstica.

Por fim, Diesel et al. (2006) acreditam que caso as suas postulações se confirmarem, apesar de serem os fomentos florestais uma possível alternativa para os pequenos produtores, *“representará uma alternativa principalmente para médios e grandes produtores de regiões deprimidas assegurarem a manutenção da propriedade rural”* (DIESEL et al. 2006, p. 141).

Enquanto tendência Fischer (2007) assinala a participação constantemente ampliada dos programas de fomento florestal no abastecimento de toras de madeira para as indústrias de celulose. Atualmente tais programas são responsáveis por parte significativa da madeira

utilizada pelo setor, correspondendo ao que o autor aponta como segunda matriz de fornecimento.

Na dimensão ideológica/cultural, Barcelos (s/d) acredita que os conceitos localizados na órbita desses programas refletem *heranças coloniais* que decorrem práticas científicas e modos de perceber e conceber os recursos florestais europeus. A utilização de tais conceitos, como, por exemplo, *plantações florestais*, se processa no ambiente rural de forma hegemônica, onde os Programas de Fomento Florestal são instrumentos determinantes. Nesse sentido, o autor trabalha com a ideia de que tais programas são mecanismo de atualização de noções e concepções da Revolução Verde na realidade social e econômica dos camponeses.

Como pode se perceber nas interpretações sobre o Programa Fomento Florestal, predomina-se uma perspectiva imperativa, onde a reprodução desta estratégia de integração é mais produto das ações da empresa do que da interação desta com o campesinato. Não se nega aqui a assimetria presente nesta relação que, por natureza, é conflituosa, mas acredita-se que uma abordagem do processo histórico da formação de determinados territórios e composições sociais permite trazer as classes subalternas desde uma atuação ativa, onde a adesão ao Programa Fomento Florestal pode ser compreendida como parte de uma estratégia contraditória de reprodução social que contempla tanto a colaboração com a agroindústria quanto a resistência à dominação territorial. Nesta perspectiva, parte-se agora para o esforço de compreensão dos aspectos recentes da mudança agroambiental na região de clima frio do município de Peçanha para pensar como o fomento florestal se insere naquela realidade e como o campesinato local com ele convive e, de forma subalterna, o utiliza enquanto mecanismo de produção das suas condições materiais.

CAPÍTULO V - CONFLITUALIDADE AGROAMBIENTAL: natureza e força de trabalho enquanto objetos da superexploração capitalista.

Neste capítulo objetiva-se a apresentação da dinâmica atual de produção e reprodução do campesinato aqui abordado, analisando-o a partir da conflitualidade agroambiental isto é, da dialética subjacente na relação entre a indústria de celulose Cenibra (dominação) e os camponeses imersos na cadeia mercantil de celulose (resistência).

Para início de exposição exploram-se aqui quatro fatores que permitem compreender nível local o processo de mudança social que se desenvolve no território estudado, especialmente na citada segunda fase (1970 aos dias atuais) do processo de mudança agroambiental do território pesquisado. São estes: crescimento demográfico; concentração fundiária, especialização produtiva; efeitos perversos da transformação aguda no ambiente.

5.1 Os Fatores locais na fase recente do processo de mudança agroambiental

Apesar da inter-relação de tais fatores, é importante situá-los temporalmente. Delimitam-se, assim, dois momentos. O primeiro deles, no qual se explicitam de forma mais evidente as transformações demográficas e os primeiros sinais expressivos de concentração fundiária, remonta às duas primeiras décadas da referida segunda fase do processo de mudança agroambiental. O segundo momento, que se remete ao contexto de agudização da concentração fundiária, à especialização produtiva do território e aos efeitos perversos das transformações aguda no ambiente, vai da última década do século XX até os dias atuais.

5.1.1 Primeiro momento - as transformações demográficas e os primeiros sinais expressivos de concentração fundiária: décadas de 1970 e 1980

No capítulo anterior, foi apresentado o processo de formação do campesinato na região de clima frio, na parte Sul do município de Peçanha. Este campesinato, que se formou essencialmente a partir do assentamento da população rural pobre, composta por negros e mestiços, que viera da região do Serro Frio, ocupou áreas de florestas no interior de vales, iniciou um processo contínuo de transformação e adaptação ao e do ambiente, e fundou sua reprodução social na exploração agrícola, sob o sistema de policultivo para autoconsumo e venda de excedentes. A força de trabalho, essencialmente familiar, se articulava via ajuda mútua parental e vicinal. Apesar de uma relativa horizontalidade nas relações econômicas e sociais intra e intercomunidades, constatava-se a existência de uma hierarquia social. A assimetria das relações encontrava-se sob o signo da terra, objetivada na figura do agregado.

Com a consolidação do assentamento deu-se o inevitável crescimento populacional que, somado ao caráter engessado da estrutura fundiária, implicou numa consequente pressão ambiental. Tem-se início a sobre-exploração dos recursos naturais, especialmente os florestais, onde a produção de carvão vegetal passava ter uma importância singular. O crescimento populacional refletiu também na diminuição das glebas das famílias nucleares, o que se traduziu na intensificação da exploração e no deslocamento temporário ou definitivo de parte desse campesinato. Alguns dos camponeses que contribuíram com a pesquisa se deslocaram para os centros urbanos, de grande e pequeno porte, proletarizando-se por alguns anos, como é o caso de um da comunidade C-B que, como ele mesmo diz, trabalhou dezessete anos no trecho.

Já trabalhei. Trabalhei, eu fiquei no período de oitenta, comecei trabalhar em setenta e nove, eu fui pra São Paulo nesse período. Nesse período, setenta e nove, setenta e oito, trabalhei lá, depois vim pra casa. [...] Trabalhava na obra, né? Obra civil. Depois vim pra casa e fiquei, trabalhei na Cenibra aqui no período de oitenta e quatro a oitenta e sete. [...] Plantio de, serviço na roça mexendo com o plantio de eucalipto mesmo, né? Daí eu saí, né? Eu casei, a gente tava passando às vezes muito apertado, aí eu naquele período eu, depois que eu casei, eu fiquei só uns três meses aqui. Pedi conta e fui embora pra São Paulo. Deixei a mulher sosinha aí, e trabalhei no período de, ah, trabalhei uns dezessete anos no trecho, entre Rio e São Paulo. [...] Da Argentina pra cá eu rodei tudo. Eu só não saí fora do Brasil. [...] Rio Grande do Sul eu fiquei uns cinco anos no estado do Rio Grande do Sul. (J-H, 53, C-B).

O caso deste camponês, que viveu um enorme período da sua vida trabalhando em firmas de construção civil, fato que possibilitou um aumento substancial e determinante das terras em seu domínio é, de fato, mais extremo quando comparado com os demais camponeses que participaram deste estudo. Outros se proletarizaram por um tempo determinado em grandes centros e retornam para exercer atividades também não agrícolas, mas que os permitiram estarem próximos das famílias e de suas terras, como é o caso de um agricultor da comunidade C-A que trabalhou em construção civil na cidade de São Paulo por cinco anos e de lá regressou para trabalhar com transporte coletivo na cidade de Peçanha. E de outro da comunidade C-D, que não saiu da região para trabalhar e, numa fase de arrocho econômico familiar, devido à reduzida idade dos filhos, arranjou trabalho na Cenibra, onde trabalhou por quatro anos com atividades de plantio de eucalipto.

Existem casos, mesmo que minoritários no conjunto dos camponeses em questão, em que a pessoa não trabalhou com atividades não agrícolas, conforme se deu com um camponês da Comunidade C-C. Quando perdera seu pai, em momento de desarticulação da estrutura econômica familiar, ele e seus irmãos homens passaram a trabalhar para um fazendeiro próximo em troca de mantimentos.

Nunca trabaiei. Já trabaiei fora assim, quando, bem antes, quando o meu pai faleceu eu trabalhei. Não empregado. Trabaiei pro vizim, fazendero. Pra ganhá as coisas que a minha mãe mandava, né? Pidia. Não num é que mandava, pidia. Nós precisava, né? Mas isso foi no início. Aí depois a gente mudô o modo de trabalhar, a gente foi mais ou menos trabalhando só no nosso terreno. [...] Mas antes nós trabalhemo. [...] Cheguei a trabalhar dois anos, já trabalhei fora. (G-H, 59, C-C)

Esta desarticulação econômica, segundo o agricultor, em grande parte se deu devido ao caráter sazonal da agricultura, pois, como ainda não haviam realizado a colheita, não tinham o que comercializar, nem o que consumir. Já não mais possuíam produtos da colheita passada para consumo. Em decorrência, tiveram que trabalhar para o fazendeiro que possuía excedente e o trocava em trabalho. A partir do momento em que esta família conseguiu consumir as primeiras colheitas, iniciou-se a regularização entre produção e consumo. Neste processo, um fator fundamental foi a produção e comercialização de farinha de mandioca.

O dia-dia. E o arroz o cê só culhia é de ano em ano. [...] Só na safra. [...] Ai quando nós já pegemo a fazê farinha, nós já fizemo o manejo, assim: o que nós culhia o arrose, já num vendia na colheta. Nós já vendia mais ou meno fora da colheta, que os outros não tinha o arroz mais. O que colheu vendeu, os que plantô já ia começa a comprá de novo. Como nós já guardava ele, lá do fim do ano, aí nós [...] nós tinha pra cumê e beber e comprá a coisa, e cuidá da família, nós fazia farinha. Aí todo sábado nós vendia. Aí que nós podia guarda o arroz. Aí nós fazia, nós prantava mandioca e prantava a cultura de arroz. [...] É a única coisa que ajudô nós. Demais! Enquanto tinha os meus irmãos em casa, que nós podia trabalhá, uma parte trabalhava na roça, igual eu trabalhava na roça e a outra parte das minina que trabalhava mandioca aqui. Aí nós foi prantano mandioca e fazemo farinha. Aí depois

daí uns tempo os minino já foi casano, e com poca gente já não pode fazer farinha mais. Aí já chegô outra coisa no lugá. Foi fazê carvão. Foi fazê carvão nativo. Depois perdeu o jeito de fazê carvão nativo, é que nós comecemos a prantá eucalipto. (G-H, 59, C-C)

Esta fala é muita ilustrativa em vários aspectos importantes de serem ressaltados aqui. Primeiramente, ela indica a problemática relacionada à sazonalidade da agricultura. Como a produção, sob regime de policultura, era basicamente para atender as necessidades imediatas da reprodução biológica das famílias camponesas, o pouco que restava como produto excedente precisava ser comercializado logo após a colheita, pois, em tese, a “última” ocasião em que se teve acesso à recursos monetários fora na colheita passada. Dessa forma, vendia-se a produção excedente – que nem sempre era excedente – num momento desfavorável, pois por ser período de safra, devido à elevada oferta, os valores dos grãos e sementes eram inferiores aos do período entre safra. Como estratégia, esta família camponesa inaugurou a produção de farinha de mandioca, a qual vendida semanalmente, e garantia o acesso à recursos monetários durante o período entre safra, além de assegurar os mantimentos para o autoconsumo. A partir de então, quando se vendia o excedente, fazia-se em um momento em que os valores de grãos e sementes estavam elevados.

Tanto a decisão de beneficiar e comercializar determinado produto, se especializando em determinada atividade de caráter comercial, quanto a decisão de deslocar-se do ambiente tradicional de vida para proletarizar-se temporariamente, apurando recursos monetários e os enviando à família, podem ser consideradas como estratégias de reprodução social e biológica deste campesinato nas décadas que precedem a emergência da produção de carvão e a entrada em cena da Cenibra. A decisão de qual estratégia optar está envolta de diversos fatores, mas um deles aqui é determinante, a terra. O acesso a terra diferencia os camponeses que tiveram que se proletarizar por determinado período de tempo, dos camponeses que conseguiram manter o trabalho em suas glebas. Os dois camponeses que mais tempo se mantiveram no “trecho” e trabalhando em atividades não agrícolas possuíam infinitamente menos terra dos que os que conseguiram garantir sua reprodução pela atividade agrícola de forma mais autônoma.

Isto leva a outro aspecto levantado pelo último relato, que não foi explorado a fundo nas entrevistas, a não ser na comunidade C-A: a questão da sucessão patrimonial. Nesta comunidade, como mencionado no capítulo anterior, nenhuma estratégia rígida de sucessão patrimonial foi identificada, dado que todos os sucessores historicamente receberam uma gleba após o casamento. Nas demais, não se pode dizer que se perpetuava esta mesma lógica, nem mesmo que ali se adotava um regime mais rígido, como o do morgadio. Fato é, que tanto na comunidade C-C, quanto na comunidade C-D, até por aparentemente serem historicamente menos populosas, encontram-se atualmente um numero reduzido de sucessores.

Mesmo sendo uma questão que foi pouco explorada no trabalho de pesquisa, faz-se importante sua menção aqui em decorrência de certo “esvaziamento” daquele território a partir do deslocamento de muitos membros das famílias, que expressam elementos constituintes do processo de mudança agroambiental do território, abordados a partir do crescimento demográfico e a conseqüente fragmentação das porções territoriais familiares, do processo de concentração fundiária e da chegada das monoculturas de eucalipto.

Na fala anterior, o agricultor entrevistado relaciona a redução da força de trabalho familiar e do conseqüente encerramento da produção de farinha ao princípio da exploração da floresta para a produção de carvão e à esta o início do cultivo de eucalipto que, com a chegada da Cenibra, expandira-se.

Uma análise da estrutura fundiária do município fornece elementos para se pensar a relação entre crescimento demográfico e concentração de terra com a fragmentação territorial característica das comunidades estudadas.

Como procedimento metodológico para a avaliação das transformações ocorridas nas últimas sete décadas na estrutura fundiária do município de Peçanha, delimitou-se como indicadores a relação entre percentual do número de estabelecimentos e o percentual da área ocupada pelos estabelecimentos, nos grupos de área que estão nos extremos (“de 0 a menos de 10 hectares” e “1000 a mais hectares”), do grupo de área que concentra a maior área ocupada (no caso de Peçanha, historicamente se expressa no grupo “de 200 a menos de 500”), do grupo de área que concentra a maior quantidade de estabelecimentos, assim como a média da área ocupada nos grupos de área. Ambos os indicadores são abordados em perspectivas processual e comparativa.

Referente à década de 1940⁷³, o Censo Econômico (1940) apresenta que no grupo de área “de 0 a 10 hectares” encontravam-se 9,0% dos estabelecimentos rurais do município, que ocupavam 0,6% da área total, com uma área média de 7 hectares por estabelecimento. Já o grupo “de 1000 a mais hectares”, contava com 0,3% dos estabelecimentos, ocupando 3,3% da área total dos estabelecimentos, com em média 1.287 hectares por estabelecimento. Neste censo, o grupo de área onde se concentra maior quantidade de área é o “de 200 a menos de 500 hectares”, no qual se encontravam 9,9% dos estabelecimentos recenseados, ocupando 30,4% da área total, tendo, em média, 309 hectares por estabelecimento. Por fim, o grupo de área em que se encontrava a maior parte dos estabelecimentos era o “de 20 a menos de 50 hectares”, que correspondia à 30,0% do total, e tendo uma área média 36,12 hectares (Tabelas 10 e 11).

Na década de 1950, o Censo Agrícola (1950) apresenta o grupo de área “de 0 a 10 hectares” como o grupo em que está concentrada a maior parte dos estabelecimentos. Nele encontrava-se 23,5% dos estabelecimentos rurais do município, que ocupavam 1,1% da área total, e tinham em média de 5,2 hectares por estabelecimento. Já o grupo “de 1000 a mais hectares”, contava com 0,7% dos estabelecimentos, que ocupava 9,3% da área total dos estabelecimentos, e tinham em média 16.086 hectares por estabelecimento. Neste levantamento, o grupo de área em que se encontrava a maior área ocupada era o “de 200 a menos de 500 hectares”, no qual se localizava 12,1% dos estabelecimentos recenseados, que ocupavam 36,2% da área total, e tinham, em média, 431 hectares por estabelecimento (Tabelas 10 e 11).

Concernente à década de 1960⁷⁴, o Censo Agropecuário (1960) apresenta que no grupo de área “de 0 a 10 hectares”, encontrava-se 15,7% dos estabelecimentos rurais do município, que ocupavam 0,7% da área total, e tinham uma área média de 6,3 hectares por estabelecimento. Já o grupo “de 1000 a mais hectares”, contava com 0,8% dos estabelecimentos, que ocupavam 9,3% da área total dos estabelecimentos, e tinham em média 1556 hectares por estabelecimento. Neste censo, o grupo de área em que se encontrava a

⁷³ Importante ressaltar que, no ano de 1940, o município de Peçanha era composto pelos distritos de Peçanha, Coroaci, Folha Larga (anexado à Santa Maria do Suassuí), Ramallete (atual Virgolândia), Santa Teresa do Bonito (manteve-se pertencente à Peçanha), São José do Jacuri e São Pedro do Suassuí, que no transcorrer do tempo, em sua maior parte, se emanciparam ou foram anexados à outros municípios. Essa quantidade de distritos explica a grande quantidade de estabelecimentos, assim como a expressiva extensão territorial do município..

⁷⁴ Neste ano, o município de Peçanha é composto pelos distritos de Peçanha, São Pedro do Suaçuí, Santa Tereza do Bonito e Cantagalo (Criado em 1948). O que explica a significativa redução, em comparação ao Censo Econômico (1940), da quantidade de estabelecimentos, bem como da extensão territorial.

maior área ocupada era o “de 200 a menos de 500 hectares”, no qual se mantinham 14,9% dos estabelecimentos recenseados, que ocupavam 34,9% da área total, e tinham, em média, 323 hectares por estabelecimento. Finalmente, contando com a maior parte dos estabelecimentos agropecuários, achava-se o grupo de área “de 20 a 50 hectares”, que correspondia à 20,5% do total de estabelecimentos e possuía 30,4 hectares em média (Tabelas 10 e 11).

Na década de 1970⁷⁵, o Censo Agropecuário (1975) apresenta que no grupo de área “de 0 a 10 hectares”, encontravam-se 10,9% dos estabelecimentos rurais do município, que ocupavam uma área de 0,7%, e tinham uma área média de 6,4 hectares por estabelecimento. Já o grupo “de 1000 a mais hectares”, contava com 1,1% dos estabelecimentos, ocupavam 1,3% da área total dos estabelecimentos, e tinham em média 1186 hectares por estabelecimento. Neste censo, o grupo de área em que se encontrava a maior área ocupada era o “de 200 a menos de 500 hectares”, no qual se concentrava 12,8% dos estabelecimentos recenseados, e detinham 36,4% da área total, e mantinham, em média, 305,3 hectares por estabelecimento. No fim, o grupo de área total que concentrava a maior parcela dos estabelecimentos era o “de 20 a menos de 50”, onde se encontravam 24,8% dos estabelecimentos, e possuía em média 34,7 hectares por estabelecimento (Tabelas 10 e 11).

Na década de 1980⁷⁶, o Censo Agropecuário (1985) apresenta que no grupo de área “de 0 a 10 hectares”, encontrava-se 31,6% dos estabelecimentos rurais do município, que ocupava uma área de 2,1%, e tinha uma área média de 4,7 hectares por estabelecimento. Já o grupo “de 1000 a mais hectares”, contava com 0,2% dos estabelecimentos, ocupava 5,6% da área total dos estabelecimentos, e tinham em média 1812,3 hectares por estabelecimento. Neste censo, o grupo de área em que se encontrava a maior área ocupada era o “de 200 a menos de 500 hectares”, no qual se localizava 7,7% dos estabelecimentos recenseados, que ocupavam 31,0% da área total, e tinham, em média, 286,4 hectares por estabelecimento. Enfim, com a maior concentração de estabelecimentos encontrava-se o grupo de área “de 0 a 10 hectares”, já explicitado acima (Tabelas 10 e 11).

Na década de 1990⁷⁷, O Censo Agropecuário 1995-96 apresenta que no grupo de área “de 0 a 10 hectares”, encontrava-se 26,1% dos estabelecimentos rurais do município, que ocupavam 1,7% da área total, tendo uma área média de 5,4 hectares por estabelecimento. Já o grupo “de 1000 a mais hectares”, contava com 0,1% dos estabelecimentos, ocupava 12,9% da área total dos estabelecimentos, e tinha em média 12.886 hectares por estabelecimento. Neste censo, o grupo de área em que se concentrava a maior área ocupada era o “de 200 a menos de 500 hectares”, no qual se encontrava 8,3% dos estabelecimentos recenseados, que ocupavam 29,4% da área total, e tinham, em média, 296,8 hectares por estabelecimento. Findando, o grupo de área total que concentrava a maior quantidade de estabelecimentos era o grupo “de 0 a 10 hectares”, já explicitado anteriormente (Tabelas 10 e 11).

⁷⁵ Neste ano, o município de Peçanha é composto pelos distritos de Peçanha, Cantagalo e Santa Tereza do Bonito, fato que explica a redução da extensão territorial total dos estabelecimentos rurais, mas não explica o leve crescimento de estabelecimentos rurais.

⁷⁶ Neste ano Neste ano, o município de Peçanha mantém a composição passada, como os distritos de Peçanha, Cantagalo e Santa Tereza do Bonito, fato que não explica a relativa redução da extensão territorial total dos estabelecimentos rurais, nem explica o significativo crescimento no número de estabelecimentos rurais de estabelecimentos rurais.

⁷⁷ Neste ano, mais especificamente no período em que o Censo realizou a pesquisa sobre propriedade e área (31.12.1995 a 31.07.1996) o município de Peçanha é composto pelos Distritos Peçanha e Santa Tereza do Bonito, formação correspondente à atual, fato que pode explicar a relativa queda no número de estabelecimentos e extensão territorial total dos mesmos.

Na década de 2000, O censo Agropecuário (2006), como foi exposto anteriormente, apresenta que no grupo de área “de 0 a 10 hectares”, encontravam-se 27,2% dos estabelecimentos rurais do município, que ocupavam uma área de 1,1%, e tinham uma área média de 2,3 hectares por estabelecimento. Já o grupo “de 1000 a mais hectares”, contava com 0,09% dos estabelecimentos, ocupava 20,7% da área total dos estabelecimentos, e tinha em média 13.641 hectares por estabelecimento. Neste censo, o grupo de área em que se concentrava a maior área ocupada era o “de 200 a menos de 500 hectares”, no qual se encontrava 4,71% dos estabelecimentos recenseados, que ocupavam 23,27% da área total, e tinham, em média, 283,5 hectares por estabelecimento. Finalmente, o grupo no qual se concentrava a maior quantidade de estabelecimento era o “de 0 a 10 hectares”, já exposto anteriormente (Tabelas 10 e 11).

Tendo apresentado os dados, cabe interpretá-los.

No que concerne ao percentual de estabelecimentos componentes do grupo “de 0 a menos de 10 hectares” apresentados pelos recenseamentos, excetuando a queda apresentada pelo Censo Agropecuário de 1975, o que ocorre é um expressivo crescimento da presença de tais estabelecimentos na dinâmica produtiva agropecuária de Peçanha, sobretudo a partir da década de 1970 – ocorre um crescimento de 63,6% entre 1940 e 2006. O crescimento da participação dos estabelecimentos de tamanho de 0 a menos de 10 hectares não se reproduz no crescimento da área, que tem uma variação menor em comparação ao percentual de estabelecimentos, o equivalente à um crescimento de 45,5% entre 1940 e 2006. Tal fato REFLETE diretamente na diminuição da área média dos estabelecimentos, que retrai em 67,2% no citado período (Tabela 12).

Dessa forma, a partir dos dados apresentados, pode-se concluir que, no grupo de área “de 0 a menos de 10” hectares, a análise dos dados das últimas sete décadas indica um crescimento significativo da participação dos estabelecimentos enquadrados no citado grupo, com um crescimento inferior da área ocupada, o que implicou em uma área média cada vez menor desses estabelecimentos, que possivelmente refletiu negativamente na dinâmica econômica e social dessa população, tendo em vista que se trata de uma quantidade de terra que pode ser considerada como insuficiente para reprodução econômica e social minimamente autônoma de um núcleo familiar, quando consideradas as características econômicas e geográficas do município. Nesse sentido, acredita-se que estes estabelecimentos, atualmente, sejam compostos, por um lado, por uma população de trabalhadores semi-proletarizados rurais, que combina a atividade agrícola para autoconsumo e a venda da produção excedente com a venda de força de trabalho, por outro, de uma população já urbana, que utiliza o estabelecimento rural como veraneio e nele mantém inexpressiva produção agropecuária. Tal processo pode ser categorizado como uma minifundização da estrutura fundiária acompanhado da proletarização e semi-proletarização da massa rural.

Tabela 10 – Número de estabelecimentos segundo grupo de área total em série histórica. Fonte: Censo Econômico 1940; Censo Agrícola 1950; Censo Agropecuário 1960; Censo Agropecuário 1975; Censo Agropecuário 1995-1996; Censo Agropecuário 2006 - IBGE

ESTABELECEMENTOS														
GRUPO DE ÁREA TOTAL	1940		1950		1960		1975		1985		1996		2006	
	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%
De 0 a menos de 10	173	9,00	279	23,5	114	15,7	89	10,9	428	31,6	271	26,1	460	40,1
De 10 a menos de 20	222	11,6	137	11,5	64	8,9	89	10,9	194	14,3	163	15,7	199	17,3
De 20 a menos de 50	576	30,0	236	19,8	148	20,5	203	24,8	292	21,5	246	23,7	223	19,44
De 50 a menos de 100	417	21,7	186	15,6	130	18,0	175	21,4	171	12,6	163	15,7	108	9,4
De 100 a menos de 200	294	15,3	171	14,4	125	17,3	131	16,0	138	10,2	98	9,4	74	6,5
De 200 a menos de 500	191	9,9	144	12,1	108	14,9	105	12,8	105	7,7	86	8,3	54	4,7
De 500 a menos de 1000	43	2,2	28	2,4	28	3,9	21	2,6	21	1,6	10	1,0	10	0,9
De 1000 ou mais	5	0,3	8	0,7	6	0,8	1	0,1	3	0,2	1	0,1	1	0,1
Sem declaração ¹	-	-	-	-	-	-	4	0,5	4	0,3	-	-	-	-
Produtor sem área ²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	1,6
Total	1921	100,0	1189	100,0	723		818	100	1356		1038		1147	

¹ Sem declaração passa a ser computado após o ano de 1975

² Produtor sem área passa a ser computado após 2006

Tabela 11 - Área dos estabelecimentos segundo grupo de área total em série histórica. Fonte: Censo Econômico 1940; Censo Agrícola 1950; Censo Agropecuário 1960; Censo Agropecuário 1975; Censo Agropecuário 1995-1996; Censo Agropecuário 2006 – IBG

ÁREA														
GRUPO DE ÁREA TOTAL	1940		1950		1960		1975		1985		1996		2006	
	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%
De 0 a menos de 10	1214 ¹	0,6	1451	1,1	719	0,7	576	0,7	2013	2,1	1485	1,7	1869	2,8
De 10 a menos de 20	3507	1,8	2155	1,7	1049	1,1	1369	1,6	2914	3,0	2.694	3,1	2.949	4,5
De 20 a menos de 50	20807	10,7	8336	6,5	5414	5,4	7045	8,0	9879	10,1	8.823	10,2	7.280	11,1
De 50 a menos de 100	30954	15,9	13661	10,6	9622	9,6	13176	15,0	12433	12,8	12.786	14,7	7.792	11,8
De 100 a menos de 200	42251	21,7	24588	19,1	18339	18,3	18962	21,5	19891	20,5	14.815	17,1	10.342	15,7
De 200 a menos de 500	59030	30,4	46563	36,2	34926	34,9	32049	36,4	30072	31,0	25.532	29,4	15.309	23,3
De 500 a menos de 1000	30206	15,6	19967	15,5	20711	20,7	13623	15,5	14442	14,9	7.751	8,9	6.609	10,1
De 1000 ou mais	(x)	3,3	11968	9,3	9341	9,3	1186	1,34	5437	5,6	12.886	14,9	(x)	20,7
Total	194405	100	128659		100121		87986	100,0	97081	100	86.772	100	65791	100

Tabela 12 - Participação dos estabelecimentos e áreas do grupo de área “0 a menos de 10 hectares” em relação aos demais grupos de área e área média dos estabelecimentos segundo grupo de área total em série histórica. Fonte: Censo Econômico 1940; Censo Agrícola 1950; Censo Agropecuário 1960; Censo Agropecuário 1975; Censo Agropecuário 1995-1996; Censo Agropecuário 2006 – IBGE.

GRUPO DE ÁREA – DE 0 A MENOS DE 10 HECTARES			
Censos	% estabelecimentos	% Área	Área média (hectares)
1940	9,9	0,6	7
1960	15,7	0,7	6,3
1975	10,9	0,7	6,4
1985	31,6	2,1	4,7
1995-96	26,1	1,7	5,4
2006	27,2	1,1	2,3

No que concerne ao percentual de estabelecimentos componentes do grupo “de 200 a menos de 500 hectares” apresentados pelos recenseamentos, excetuando o crescimento apresentado pelo Censo Agropecuário de 1996, o que ocorre é um significativo decréscimo da presença de tais estabelecimentos na dinâmica produtiva agropecuária de Peçanha, o equivalente à 37,7% entre 1940 e 2006, e à 68,5% entre 1960 e 2006. A diminuição da área acompanha o movimento dos estabelecimentos, embora numa intensidade menor. O domínio territorial do grupo de estabelecimento que possui “de 200 a menos de 500 hectares” retraiu em 23,4% entre 1940 e 2006, e em 33,3% entre 1960 e 2006. Tal processo possivelmente refletiu na também modesta retração da área média dos estabelecimentos deste grupo, que decresceu em 8,3% (Tabela 13).

Tabela 13- Participação dos estabelecimentos e áreas do grupo de área “200 a menos de 500 hectares” em relação aos demais grupos de área e área média dos estabelecimentos segundo grupo de área total em série histórica. Fonte: Censo Econômico 1940; Censo Agrícola 1950; Censo Agropecuário 1960; Censo Agropecuário 1975; Censo Agropecuário 1995-1996; Censo Agropecuário 2006 – IBGE.

GRUPO DE ÁREA – DE 200 A MENOS DE 500 HECTARES			
Censos	% estabelecimentos	% Área	Área média (hectares)
1940	9,9	30,4	309
1960	14,9	34,9	323
1975	12,8	36,4	305,3
1985	7,7	31,0	286,4
1995-96	8,3	29,4	296,8
2006	4,7	23,3	283,5

Tais dados indicam que o grupo que historicamente deteve a maior parte da área dos estabelecimentos do município - quando considerado num esquema comparativo entre grupos de área – vem perdendo importância, tanto em quantidade de estabelecimentos, quanto em domínio territorial, assim como tendo diminuída, mesmo que de forma pouco expressiva, a área média por estabelecimento. Acredita-se que tais estabelecimentos, até pelo menos 1975, eram, em parte, de posse de camponeses que garantiam sua reprodução social com base no sistema produtivo familiar, que tinha na família estendida e em agregados e jornaleiros a reprodução econômica e social garantida. O que pode ter se dado é que essas famílias, em decorrência do crescimento populacional, na conseqüente partilha das terras, e também da diminuição da fertilidade de significativa parte das mesmas, tiveram o patrimônio, antes contínuos, retalhados entre os herdeiros, caracterizando uma situação de fragmentação patrimonial, fato que os localiza, atualmente, em grupos de áreas de menor extensão. Por outro lado, pode ser que, tendo parte destas famílias se deslocado para centros urbanos, o patrimônio fora vendido, mantendo-se a mesma dimensão, ou sendo incorporado ao patrimônio de proprietários que possuem maior extensão territorial e, por tal motivo,

encontram-se localizados em outros grupos de área. Como a participação do grupo de área “de 500 a 1000” retraiu substancialmente, tanto em relação ao percentual dos estabelecimentos, quanto no que concerne ao da área, supõe-se que, quando vendidas, tais terras fossem incorporadas ao patrimônio territorial de proprietários localizados no grupo de área “de 1000 ou mais hectares”. Quanto aos agricultores que mantiveram a propriedade nas mesmas dimensões, por via de compra ou aquisição de parte de familiares, acredita-se que estes atualmente não se reproduzem com base na força de trabalho familiar e de vizinhanças, mas com base na compra da força de trabalho, postando-se como agricultores patronais, que em termos de suposição, concebe-se aqui que se encontram ligados, em sua maior parte, à atividades de plantações arbóreas e a pecuária bovina (Tabela 14).

No que concerne ao percentual de números de estabelecimentos situados no grupo “de 1000 a mais hectares” apresentados pelos recenseamentos, excetuando o crescimento explicitado pelo Censo Agropecuário de 1960, o que ocorre é uma variação pouco expressiva entre 1940 e 2006, que em termos numéricos, decresce 66,7%, mas que, no entanto, somente em 1975 ultrapassa, de forma ínfima, 1% do total de estabelecimentos - é neste mesmo ano que a área ocupada por este grupo encontra-se quase equiparada, em termos percentuais, à quantidade de estabelecimentos, sendo assim uma exceção. Esta inexpressividade na quantidade total de estabelecimento não ocorre quando o grupo é comparado aos outros quanto ao percentual de domínio de área, onde se constata um crescimento de 627,0% entre 1940 e 2006. Tal crescimento na área ocupada, acompanhada pelo decréscimo no número de estabelecimentos, implica em uma substancial elevação da área média que, entre o citado período, aumentou 1060,0%.

Tabela 14 - Participação dos estabelecimentos e áreas do grupo de área “1000 ou mais hectares” em relação aos demais grupos de área e área média dos estabelecimentos segundo grupo de área total em série histórica. Fonte: Censo Econômico 1940; Censo Agrícola 1950; Censo Agropecuário 1960; Censo Agropecuário 1975; Censo Agropecuário 1995-1996; Censo Agropecuário 2006 – IBGE.

GRUPO DE ÁREA – DE 1000 HECTARES A MAIS			
Censos	% estabelecimentos	% Área	Área média (hectares)
1940	0,3	3,3	1.287
1960	0,8	9,3	1.556
1975	1,1	1,3	1.186
1985	0,2	5,6	1.812,3
1995-96	0,1	12,9	12.886
2006	0,1	20,7	13.641

Esses dados apontam para um constante crescimento, neste grupo, não da quantidade de estabelecimentos, mas da área ocupada por ele e, conseqüentemente, da área média dos estabelecimentos. Tais dados indicam um substancial movimento de concentração de terra que tem no grupo “de 1000 a mais hectares” o seu ambiente de reprodução. A partir de tais dados pode-se inferir que o único estabelecimento que se encontra neste grupo desde o censo de 1995-96 é de propriedade da Celulose Nipo Brasileira – Cenibra, tendo em vista que no Plano de Manejo (2011) da empresa registra-se para o município de Peçanha o domínio 14.607,68 hectares. Dessa forma, infere-se que o processo de intensificação da desigualdade no acesso a terra e a concentração da mesma no município de Peçanha tem como ator central a Celulose Nipo Brasileira – Cenibra.

A partir da análise dos dados estatísticos aqui trazidos e das considerações anteriores sobre as transformações processadas na formatação econômica e social do campesinato estudado no período aqui tratado, dois elementos inter-relacionados nos quais se acredita

serem constitutivos desse processo devem ser destacados: o crescimento demográfico no interior das comunidades e a conseqüente fragmentação das terras.

Como explicitado aqui, mas melhor explorado no capítulo anterior, com o movimento de crescimento da população nas comunidades familiares, deu-se a fragmentação das terras, o que refletiu diretamente nas condições de reprodução das famílias camponesas, que passaram a produzir novas estratégias que permitem a manutenção da gleba familiar, como a proletarianização temporária e a especialização em determinado bem de troca, assim como a venda ou concessão de determinadas parcelas para familiares ou outrem, seguida da transposição à sede municipal ou outros centros urbanos.

Os dados dos censos agropecuários e dos censos demográficos também indicam esse movimento. No que concerne à estrutura fundiária, no período que processa entre os censos de 1975 e de 1985, sem haver desmembramento de algum distrito, o grupo de área “de 0 a menos de 10 hectares” aumentou quase 200%, e passou a ser o grupo de área que concentra a maior quantidade de estabelecimento, o correspondente à 30% do total. Concomitantemente, no que se refere ao crescimento demográfico, no período entre os censos de 1970 e 1980 a população rural retraiu em cerca de 17,3%.

Nesse sentido, com base nos dados e falas até aqui consideradas, acredita-se que os supracitados fatores locais que marcam a segunda fase do processo de mudança social aqui estudado reconfiguraram aspectos da dinâmica de produção e reprodução do campesinato estudado, criando condições favoráveis ao movimento de especialização produtiva do território ao sul do município de Peçanha, que se aborda agora.

5.1.2 Segundo momento: especialização produtiva e efeitos perversos da transformação aguda do ambiente

Como já frisado, não se soube ao certo quando se consolida a exploração da floresta para produção de carvão vegetal nas comunidades estudadas. Algumas informações, como a fornecida por um camponês da comunidade C-C, indicam que o início da produção se deu no limiar da década de 1980, já que ele iniciou a produção de carvão em 1983. Os dados apresentados por Brito, Oliveira e Junqueira (1997), produzidos a partir de dados da Cemig e empresas de base florestal, indicam uma forte presença no município de Peçanha no fim da década de 1980 da produção de carvão vegetal a partir da floresta⁷⁸. Em 1989, dos municípios produtores explicitados pelos os autores, Peçanha despontava na segunda posição em quantidade produzida⁷⁹, com os seus 25.003,5 m³, que em 94,5% se destinavam ao município de Sete Lagoas, tradicional território das indústrias guseiras, e também à Caeté e à Contagem.

Neste ano já se registrava no município uma produção expressiva de carvão a partir de plantações de eucaliptos. Não tendo tanto destaque em nível de produção quando comparado à produção à partir da floresta, posto que o município era apresentado na sexta posição em nível de produção a partir de madeira plantada, Peçanha produziu em 1989, segundo os autores e fontes citadas, 35.847 m³ de carvão vegetal. Este volume que supera a produção a partir da madeira da floresta, e tinha como principal destino Barão de Cocais, que absorvia

⁷⁸ Os autores usam o termo “carvão de mata nativa”, mas optou-se por substituí-lo pelo termo floresta, que expressa melhor a perspectiva de oposição “floresta x plantações arbóreas” adotada neste trabalho.

⁷⁹ O município que encontra-se no topo da Produção nos referidos dados é Itabira, que naquele ano havia produzido 39.172,4 m³ de carvão vegetal a partir da floresta, cujo os principais destinos eram Contagem e Sete Lagoas, que recebiam, respectivamente, 62,6% e 12,4% da produção, que também abastecia Timóteo, João Monlevade, Pará de Minas e Caeté.

93,8% da produção e sediava a siderúrgica Usina Barão de Cocais, recém adquirida pelo grupo Gerdau.

Os dados acima indicam que no fim dos anos 1990, o município de Peçanha já se postava como um território direcionado para a produção de carvão vegetal. A concomitância da produção a partir da floresta e a produção a partir de plantações de eucalipto expressa a continuidade do processo de especialização produtiva do território, atendia a um mercado consumidor restrito, tendo em vista que o destino na produção, tanto a partir da floresta, quanto a partir de plantações de eucalipto, concentrava-se em poucos municípios, possivelmente, representantes de algumas poucas indústrias guseiras e siderúrgicas.

A comparação dos dados relativos aos censos agropecuários de 1960 a 2006⁸⁰ traz uma importante contribuição para a compreensão deste processo. No censo de 1960 não há nenhum registro de produção de carvão vegetal no município. O censo de 1970 é o primeiro levantamento geral em que se identifica a produção de carvão vegetal, a partir do registro de 9 (nove) informantes e uma produção de 686 toneladas. Na segunda metade desta década, outro censo (1975) registra 29 informantes com uma produção de 4.353 toneladas. Na primeira metade da década de 1980, o censo agropecuário (1980) registra 43 informantes e, na segunda metade desta década, o censo de 1985 registra 116 informantes produtores de carvão vegetal que produziram, respectivamente, 3.241 e 5.775 toneladas. Por fim⁸¹, no fim do século, o censo de 1996 apresenta uma produção de 2560 toneladas (extração vegetal e silvicultura) realizada por 84 informantes. Em síntese, estes dados indicam um crescimento de 933,0 % de informantes e de 373,0 % na produção entre 1970 e 1996.

No censo agropecuário de 1970 encontra-se o primeiro registro de cultivo de eucalipto no município de Peçanha. Este primeiro é único, já que identifica apenas 1 (um) informante. Cerca de meia década depois, o censo agropecuário de 1975 levanta quatro informantes que cultivavam eucalipto e 1.439.000 árvores existentes. Em 1980, o censo identifica apenas 1 (um) informante, que possuía 4.282.000 árvores, que haviam sido plantadas num período anterior à este ano. Em 1985 o Censo apresenta que o número de informantes cresceu para 14 e o efetivo de árvores à eles pertencentes para 10.013.000. O censo de 1995-1996 registra 102 estabelecimentos que possuíam 16.377.610 árvores de eucalipto. Por fim, o censo agropecuário de 2006 aponta a existência de 307 estabelecimentos e uma quantidade de 14.419.000 pés de eucalipto. Em suma, tais dados indicam um crescimento de 7675,0% em número de informantes e em 1002,0% em quantidade de árvores de eucalipto entre 1975 e 2006.

Acredita-se que este eucalipto, pelo menos até 1980, era fundamentalmente utilizado para a produção de celulose, tendo em vista que o censo agropecuário deste ano não registra nenhum informante que produz carvão vegetal a partir do eucalipto - informação não disponível em outros censos. O primeiro censo que identifica a produção de madeira para papel é o de 1975. Neste, não há nenhum registro específico para Peçanha, mas consta-se a existência, na região de recenciamento “Mata e Rio Doce”, de 8 informantes, que possuíam 7.000 m³ de madeira. Nesta região, na sub-região “Bacia do Suaçuí”, que abrange o município

⁸⁰ Aqui foram considerados os seguintes censos agropecuários: 1960; 1975; 1985; 1995-96; 2006. É importante ressaltar que os dados do censo agropecuário de 2006 estão incompletos, tendo em vista que parte dos mesmos não puderam, como os demais, serem acessados por completo via pesquisa eletrônica e pesquisa in loco (biblioteca do IBGE em Belo Horizonte). Assim, nas apresentações que se seguem vão ser possíveis identificar lacunas referentes aos dados deste censo.

⁸¹ Nesta passagem encontram-se ausentes os dados referentes ao censo agropecuário de 2006, pois não foi possível acessá-los.

de Peçanha, tinha-se a existência de 1 (um) informante que possuía 100.000 mudas de árvores para a produção de papel. Em 1980, o censo ainda não apresenta especificamente onde se localizam os 5 informantes registrados na região “Mata e Rio Doce”, que possuem 36.000 m³ de madeira. Já no censo de 1985, pela primeira vez é dada a identificação específica da sub-região de recenseamento “Bacia do Suaçuí”, onde Peçanha, com dois informantes e uma quantidade de 118.000 m³ de madeira, é o segundo município com maior plantação desta delimitação⁸². Chegando ao fim do século XX, o censo agropecuário de 1996 registra 8 informante e uma produção de 237.000m³. Na primeira década do século XXI, o censo agropecuário de 2006 registra 5 estabelecimentos que, somente neste ano, colheu e vendeu 467.000 m³ de madeira. Em resumo, esses dados indicam uma continuidade em relação à quantidade de informantes e um crescimento de 1297,0% no volume de ‘madeira em tora’ produzida entre os anos de 1980 e 2006.

Estes dados por si só já forneceriam informações suficientes para evidenciar o processo de especialização produtiva do território estudado, porém, o outro lado da moeda, isto é, as transformações na produção agrícola complementam e solidificavam a compreensão deste movimento, e cabe contemplá-las aqui. Trata-se de produção agrícola pois, a despeito da produção pecuária bovina, especialmente a leiteira, ser importante na dinâmica econômica e produtiva do município, tem baixa expressividade quando comparada às atividades agrícolas no território e dinâmicas sociais estudadas. Nesse sentido é que se fica restrito aqui aos dados da produção agrícola.

De acordo com as informações primárias coletadas junto às comunidades abordadas relacionadas à produção agrícola, optou-se por explorar as culturas que têm importância no autoconsumo familiar, o que incluía a alimentação humana e animal e, eventualmente, a venda de excedentes e produtos beneficiados. Tratam-se então do arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho. Abordam-se alguns dos censos publicados entre 1975 e 2006⁸³, por considerar que esta demarcação seja mais coerente com composição administrativa do município.

O arroz, o censo de 1975 registra 242 informantes, produzindo 190 toneladas em uma área de 513 hectares. Em meados da década de 1980, o censo agropecuário (1985) identifica 484 informantes, que produzia 425 toneladas em 789 hectares. O censo agropecuário de 1996 registra 106 estabelecimentos, produzindo 74 toneladas em 139 hectares. Finalmente, o censo agropecuário de 2006 registra somente 10 estabelecimentos, que colheram 3 toneladas em uma área de 7 hectares (Tabela 15). Dessa forma, da metade da década de 1970 até meados da década de 2000, tiveram-se decréscimos de 96,0% dos estabelecimentos produtores, de 98,4% em quantidade produzida, e de 98,6% em área cultivada (Tabela 15).

⁸² O município que conta com maior quantidade de madeira para a produção de papel é Belo Oriente, que com três informantes, é onde se localiza o parque produtivo da Cenibra.

⁸³ Aqui identificam-se lacunas semelhantes aos dados anteriores, dado a impossibilidade de acesso aos dados municipais do censo agropecuário 1995-96 em sua plenitude. Assim, nas informações acerca das lavouras aqui tratadas, estarão ausentes os dados do citado censo.

Tabela 15 - Produção de arroz em série histórica segundo informantes/estabelecimentos, quantidade, e área cultivada.
Fonte: Fonte: Censo Econômico 1940; Censo Agrícola 1950; Censo Agropecuário 1960; Censo Agropecuário 1975; Censo Agropecuário 1995-1996; Censo Agropecuário 2006 – IBGE.

ANO	PRODUÇÃO DE ARROZ		
	Informantes/estabelecimentos	Quantidade (toneladas)	Área (hectares)
1975	242	190	513
1985	484	425	789
1995-2006	106	74	193
2006	10	3	7

No que se refere ao cultivo de cana-de-açúcar, em 1975 o censo registra 338 informantes, produzindo 4.662 toneladas numa área de 405 hectares. Uma década depois, o censo agropecuário (1985) identifica 802 informantes com uma produção de 5.133 toneladas cultivadas em 573 hectares. O próximo censo, em 1996, registra 403 estabelecimentos, os quais produziram 9.103 toneladas em 583 hectares. Por fim, o censo de 2006 traz o número de 153 estabelecimentos e 13.085 toneladas produzidas em 482 hectares (Tabela 16). Sintetizando, entre 1975 e 2006, a quantidade de estabelecimentos que cultivavam cana-de-açúcar decresceu em cerca de 55,0%. Já a quantidade produzida e a área cultivada cresceram, respectivamente, em 280,0% e 19,0%.

Tabela 16 - Produção de cana de açúcar em série histórica segundo informantes/estabelecimentos, quantidade, e área cultivada. Fonte: Fonte: Censo Econômico 1940; Censo Agrícola 1950; Censo Agropecuário 1960; Censo Agropecuário 1975; Censo Agropecuário 1995-1996; Censo Agropecuário 2006 – IBGE.

ANO	PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR		
	Informantes/estabelecimentos	Quantidade (toneladas)	Área (hectares)
1975	338	4.662	405
1985	802	5.133	573
1995-2006	403	9103	583
2006	153	13.085	482

Tratando de cultivo de feijão, o censo agropecuário de 1975 registra 558 informantes, produzindo 921 toneladas em uma área de 3.198 hectares. No censo de 1985, o censo identifica 741 informantes com uma produção de 775 toneladas numa área de 4.218 hectares. No censo seguinte, em 1996, registra-se 432 informantes e uma produção de 298 toneladas cultivadas em 1.390 hectares. Por fim, o derradeiro censo publicado aponta que em 2006 haviam 470⁸⁴ estabelecimentos que cultivavam feijão e tinham uma produção de 533⁸⁵ toneladas em uma área de 977⁸⁶ hectares (Tabela 17). Em termos históricos, entre 1975 e 2006, os estabelecimentos que cultivam feijão, a quantidade produzida e a área cultivada decresceram, respectivamente, em aproximadamente 15,7%, 42,1% e 69,4%.

⁸⁴ O feijão aqui computado é o denominado feijão de cor. Existem outros feijões cultivados em menor quantidade, como o preto e os feijões fradinho, caupi, de corda ou macáçar. Entretanto, partiu-se do princípio que esses feijões quando são cultivados são de forma acessória ao de cor. Nesse sentido, a quantidade dos estabelecimentos que produziram o feijão de cor corresponde à amostra real.

⁸⁵ Essa medida de peso corresponde à soma da produção do feijão de cor (501 t), do feijão preto (31 t) e dos feijões fradinho, caupi, de corda ou macáçar (1 t).

⁸⁶ Essa medida de área corresponde à soma da área planta de feijão de cor (875 ha), do feijão preto (90 ha) e dos feijões fradinho, caupi, de corda ou macáçar (12 ha).

Tabela 17 - Produção de feijão em série histórica segundo informantes/estabelecimentos, quantidade, e área cultivada.
Fonte: Fonte: Censo Econômico 1940; Censo Agrícola 1950; Censo Agropecuário 1960; Censo Agropecuário 1975; Censo Agropecuário 1995-1996; Censo Agropecuário 2006 – IBGE.

ANO	PRODUÇÃO DE FEIJÃO		
	Informantes/estabelecimentos	Quantidade (toneladas)	Área (hectares)
1975	558	921	3.198
1985	741	775	4.218
1995-2006	432	298	1.390
2006	470	533	977

Abordando o cultivo de mandioca, o censo agropecuário de 1975 registra 89 informantes produtores e 878 toneladas produzidas em 298 hectares. Na década seguinte, o censo de 1985 registra 201 informantes, cuja produção foi de 1.464 toneladas e a área cultivada 298 hectares. O censo de 1996 identifica 117 informantes e uma produção de 405 toneladas numa área de 117 hectares. No censo de 2006 são apontados 62 estabelecimentos que cultivavam mandioca, produzindo 28 toneladas em uma área de 42 hectares (Tabela 18). Em síntese, entre 1975 e 2006, no que concerne à produção de mandioca, houveram retrações de 30,3% no número de estabelecimentos produtores, de 96,8% na quantidade produzida e em 85,9% na área cultivada.

Tabela 18- Produção de mandioca em série histórica segundo informantes/estabelecimentos, quantidade, e área cultivada. Fonte: Fonte: Censo Econômico 1940; Censo Agrícola 1950; Censo Agropecuário 1960; Censo Agropecuário 1975; Censo Agropecuário 1995-1996; Censo Agropecuário 2006 – IBGE.

ANO	PRODUÇÃO DE MANDIOCA		
	Informantes/estabelecimentos	Quantidade (toneladas)	Área (hectares)
1975	89	878	298
1985	201	1.464	298
1995-2006	117	405	117
2006	62	28	42

Finalmente, no que diz respeito à cultura do milho, o censo agropecuário de 1975 registra 624 informantes, os quais produziram 5.431 toneladas numa área de 5.121 hectares. Na década seguinte, em 1985, o censo registra 1042 informantes, cuja quantidade produzida era de 9.109 toneladas e a área cultivada era de 5.725. No próximo censo, em 1996, identifica-se 835 estabelecimentos e uma produção de 4.602 toneladas de uma área de 3.833 hectares cultivados. Em 2006, no último recenseamento agropecuário, são registrados 558 estabelecimentos que haviam produzidos 1.818 toneladas em 1.318 hectares (Tabela 19). Tem-se, dessa forma, entre 1975 e 2006, no que concerne à quantidade de estabelecimentos produtores, quantidade produzida e área cultivada, respectivamente um decréscimo de 10,5%, 33,4% e 25,7%.

Tabela 19 - Produção de milho em série histórica segundo informantes/estabelecimentos, quantidade, e área cultivada.
Fonte: Fonte: Censo Econômico 1940; Censo Agrícola 1950; Censo Agropecuário 1960; Censo Agropecuário 1975; Censo Agropecuário 1995-1996; Censo Agropecuário 2006 – IBGE.

ANO	PRODUÇÃO DE MILHO		
	Informantes/estabelecimentos	Quantidade (toneladas)	Área (hectares)
1975	624	5.431	5.121
1985	1042	9.109	5.725
1995-2006	835	4.602	3.833
2006	558	1.818	1.318

Expostos os dados sobre a produção agrícola temporária em Peçanha, a cargo de complementação dos dados sobre a exploração da floresta e das plantações arbóreas para melhor compreender o movimento de especialização produtiva do território da zona fria do município de Peçanha, cabe apresentar as análises pertinentes.

Num primeiro momento da exposição dos dados, foi abordado o que pode ser observado como um princípio do movimento de especialização produtiva. Este se deu, especialmente, a partir da exploração da floresta para a produção de carvão vegetal para abastecimento da produção de ferro gusa e aço em outras regiões de Minas Gerais. O início da década de 1970 marca, pelo menos estatisticamente, a presença da produção de carvão vegetal no município. Esta produção, essencialmente a partir da madeira retirada da floresta, vai ascendendo durante esta década. Também nesta década encontram-se os primeiros registros de cultivo de eucalipto na Bacia do rio Doce, e em 1975 se especifica os cultivos na micro-bacia do Suaçuí, que contava com 100.000 mudas a serem plantadas.

Apesar deste cultivo do eucalipto identificado de acordo com os dados visitados, até 1980, a produção de carvão vegetal era ainda exclusivamente realizada via exploração da floresta. Neste mesmo ano foi identificado no município a produção de madeira, por certo de eucalipto, para a fabricação de papel. Nesse sentido, a década de 1980 é o período que marca a expansão das monoculturas de eucalipto em Peçanha, que passam a ser destinadas não só a produção de celulose da Cenibra, mas também à produção de carvão vegetal.

No fim da década de 1980, o município de Peçanha é ainda um grande polo produtor de carvão vegetal a partir das florestas, o segundo em nível de produção no Estado de Minas e o principal da sub-bacia do Suaçuí Grande. A produção a partir de plantações de eucalipto era já bastante expressiva, superando, em volume, a que era feita a partir da madeira da floresta. Essa produção encontrava-se, pelo menos até este período, com um destino bem restrito, o que expressa que na década em que o movimento de especialização produtiva do território estudado tende à consolidação, parte das forças econômicas e sociais que influenciavam neste processo, à nível interno, tinham uma delimitação geográfica específica.

A partir dos anos 1990 tem-se a consolidação da especialização produtiva do território, não somente devido a manutenção, mesmo que reduzida, da produção de carvão vegetal, e crescimento da produção de ‘madeira em tora’ para celulose, mas pela queda radical na produção de grãos e sementes que, a partir em 2006, quase não mais contavam com produção excedente ou não eram propriamente produzidas para comercialização.

A produção de arroz, presente em cerca de 29,5% dos estabelecimentos agropecuário do município em 1975, encontra-se em 2006 somente em aproximadamente 0,9%. Tem-se,

nos últimos quarenta anos, como já evidenciado, um enorme decréscimo em quantidade produzida e área cultivada.

A produção de cana de açúcar ainda mantém sua relevância na dinâmica produtiva do município, pois como informado anteriormente, apesar dos decréscimos, a área cultivada continua basicamente a mesma, o que possivelmente está relacionado à importância que tem essa cultura na alimentação dos rebanhos bovinos que predominam na região de zona quente, parte norte de Peçanha.

Como a produção de cana-de-açúcar, a de feijão, mesmo identificando-se decréscimos, mantém certo relevo na dinâmica agrícola municipal. Porém, percebe-se uma perda significativa da área cultivada.

Já a mandioca, tal como o arroz, tem sua importância extremamente subtraída nos últimos quarenta anos. A diminuição da participação de estabelecimentos produtores no conjunto de estabelecimentos é pouco expressiva, mas as retrações da quantidade produzida e da área cultivada foram bastante acentuadas, ficando atrás somente, nestes quesitos, da produção de arroz.

Finalmente, a produção do milho que, apesar da importância que tem na alimentação humana e animal da dinâmica de reprodução dos estabelecimentos familiares, apresenta decréscimos, tendo na área cultivada sua principal retração.

Acompanhando os decréscimos nas produções dos gêneros da lavoura temporária, tem-se uma mudança no caráter da produção. Anteriormente, pelo expressivo volume da produção, possivelmente produzia-se maior quantidade de excedentes, quando a produção era especialmente orientada para o auto-consumo da unidade doméstica, e também havia maior produção orientada para a comercialização. Atualmente, a produção desses gêneros é essencialmente voltada para o autoconsumo. O censo agropecuário de 2006 registra que da produção de arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho, o volume vendido da colheita representou, respectivamente, 0,0%, 1,2%, 6,9%, 5,5% e 28,5% do total. Em suma, somente a mandioca tem hoje uma importância comercial dentre os gêneros analisados.

O movimento de especialização produtiva, um dos fatores explicativos do processo de mudança agroambiental no território estudado, é marcado pela profunda transformação na paisagem que, historicamente foi caracterizada pelo mosaico que combinavam áreas florestais e áreas agrícolas, até as plantações de eucalipto substituírem grande parte da floresta e das lavouras e pastagem, como é explicitado por uma antiga morada da comunidade C-A.

[...] E por aí os pau foi aumentano, os pau foi aumentano, até que tá do jeito que o cê tá veno hoje. Num existe roça mais. É muito poca roça. Num existe arrozal. Muito poco, porque o povo incentivô cum os eucalipto, pra tê eucalipto, assim, um em riba do outro. Deixaro de prantá roça, fazê fartura. Num pranta milho. Muito poco! Num pranta feijão. Muito poco! Arroz... Isso aqui de primeira ninguém via mato. De canto a canto era arroz. Assim, isso aqui era veldinho. E quando era pra colhê, o cê olhava assim, fazia até gosto. Não, vinha gente de longe tirá retrato. Tirá retrato das roça. Tirá retrato dos arrozal. Tirá retrato do minuinzal, tirá retrato dos batatal. Tirá retrato dos mandiocal, porque cada qual tinha sua lavoura. Aqui, aqui era mandiocal puro, não tinha outra coisa. Aqui era batatal, de cima em baixo. Num tinha outra coisa. Agora, de outro quarteirão, não tinha outra coisa. Era mandioca, separado. Era banana, separado. Tinha as lavoura tudo, mas cada qual... Cafezeiro, separado. E aí depois que houve pro eucalipto, agora cabou, a gente num vê isso mais. O povo agora incentivô e tá viveno é com eucalipto, e o eucalip dá, firma nele. Ele dá trabalho, ele dá trabalho. Ele dá trabalho, porque tem que olhá muito olhado

furmiga. Adubá. É, num pode deixa criação fica pastano muito quando ele tá formano, num pode deixa porque estraga. Mas o povo agora é eucalipal. Num tem outra renda sem ser o eucalipto. Num tem renda de roça aqui mais não. É eucalipto mesmo. (A-M, 78 – C-A).

A mudança na paisagem narrada por esta camponesa não implicou somente em uma mudança no ambiente que pode ser visualizado, mas também na forma de se perceber e intervir no mesmo. A inclusão das plantações de eucalipto, consolidadas sob o codinome de floresta, somados às outras variáveis, como o desmatamento para a produção de carvão vegetal e a sobre-exploração das terras, provocou e vem provocando uma desestabilização ambiental sem precedentes. Aqui se encontram o quarto e último fator que permite explicar as transformações nas últimas quatro décadas na formatação econômica e social das comunidades estudadas, os efeitos perversos da transformação aguda no ambiente.

Tratado o movimento demográfico, que relacionado à sucessão patrimonial e estratégias de reprodução biológica e social do campesinato, culminou num deslocamento de parte expressiva da população rural, o crescimento da concentração fundiária, em um primeiro momento resultado da contínua fragmentação patrimonial e, posteriormente, à chegada das plantações de eucalipto para a produção de papel e celulose e, por fim, o movimento de especialização produtiva, que teve início com a exploração da floresta para a produção de carvão, conjuntamente com os primeiros ensaios de plantações arbóreas, e se consolidou com a expansão massiva destas últimas e a nova conformação na paisagem, aborda-se o último fator de nível local que possibilita explicar o processo de mudança agroambiental do território estudado, em sua segunda fase de transformação na configuração econômica e social, que pode ser concebido como um fator síntese.

O que caracteriza os efeitos perversos das transformações agudas no ambiente como fator síntese é a relação causal que este tem com os demais fatores e a sua capacidade de traduzi-los. É nesse sentido que se recorre ao termo “efeitos” de transformações que se processam durante pelo menos as últimas quatro décadas. Assim, tais efeitos são produtos da interação entre os fatores abordados que expressam o caráter multifatorial do processo de mudança agroambiental estudado. Todavia, considera-se aqui como fator determinante, pela sua capacidade de intervenção aguda no ambiente, a especialização produtiva do território, que tem como principal expressão a consolidação e expansão das monoculturas de eucalipto. Foi com base neste movimento que se investigou, em termos comparativos entre ontem e o hoje, como o campesinato presente neste território percebe e concebe as mudanças no ambiente em que vivem.

Como apresentado no fim do capítulo 3, a partir do último quartel do século XX, conjuntamente com a exploração da floresta para a produção de carvão vegetal, tem-se a expansão das monoculturas de eucalipto, também fundadas na destruição da cobertura florestal de extensas áreas via métodos que tinham um enorme potencial predatório. Constituíram-se então duas frentes de destruição da floresta, a voltada para a produção de energia e a voltada para a produção de matéria prima. Essa marcha predatória, que irá suprimir uma enorme cobertura florestal e cursos d'água foi acompanhada por um movimento de dominação territorial que, iniciado pela FRDSA, foi consolidado pela Cenibra e culminou na especialização produtiva do território da zona fria de Peçanha nos chamados produtos de base florestal.

Após a consolidação desta dinâmica territorial, em decorrência de pressões da sociedade civil⁸⁷, que implicou em medidas de caráter imperativo por parte do poder público, a exploração da floresta foi perdendo sua viabilidade. O campesinato, que conjugava a produção agrícola com a produção de carvão vegetal passou a ver no cultivo de eucalipto uma forma de reproduzir esta última. Neste mesmo contexto, a Cenibra implantou o Programa Fomento Florestal. A conveniência do cultivo de eucalipto para a produção de carvão, somada às múltiplas possibilidades que à adesão ao programa representava, traria de vez as plantações de eucalipto para o interior das comunidades.

Mas, enquanto plantadores de eucalipto, mesmo que em escala infinitamente inferior à Cenibra, de que forma esse campesinato que passou a introduzir e manter plantações da empresa em suas terras percebe e concebe os efeitos perversos das transformações agudas no ambiente, especialmente em relação aos recursos hídricos, do solo e à biodiversidade? É com base em suas colocações que se expõem tais efeitos.

Como se tem na destruição das áreas de floresta o marco das transformações que se seguem, dar-se início a partir deste tema.

A Floresta

A questão do desmatamento aparece nas falas de três formas que ora se complementam, ora se contradizem. Um camponês da comunidade C-C relaciona o movimento de desflorestamento com a produção de carvão vegetal.

Uai, sobre as mata, era tudo mata mesmo, fechada. Num tinha campo, esses lugar de plantá eucalipto, que foi devassado pra pudê plantá eucalipto não, não tinha não. Era mata mesmo. Só que, pur que, o pessoal saiu o tal de carvão, nativo. Pessoal entrô nas mata, cabano com a mata e fez carvão nativo. Então e foi fazendo carvão mesmo. Nativo. Então, o que fez cabá com a mata foi o carvão nativo, num foi o eucalipto não. Depois que proibiu fazê o carvão nativo é que o pessoal viu que num podia. Ter que pará, custô pará, aí foi plantar o carvão, foi plantar o eucalipto no lugar que tinha tirado a madeira. (G-H, 59, C-C)

Este agricultor, que desde o início da década de 1990 se relaciona com a Cenibra através do Programa Fomento Florestal, neste mesmo contexto, explicitou o método - já exposto - de desmatamento da Cenibra via utilização de “correntão”, onde também considera a destruição orientada pela preparação para plantio de eucalipto.

Outro camponês, da comunidade C-B, concebe o desflorestamento de forma mais branda que o anterior.

Olha, nos anos oitenta, nos anos oitenta a gente num tem até observado muito, porque a gente num tava ligado no sentido de eucalipto, a gente num tinha conhecimento, tinha muitas mata. Mas ês ficô do mesmo jeito. Então, só que ês tá escondida porque o eucalipto escondeu elas. A floresta tá do mesmo jeitim. Só que agora, duns tempos pra cá, modificô um pouco porque teve mais corrigimento. O IEF corrigindo mais. Num é só pela Cenibra. Pelos todo produtô. Ques muito produto fazia coisa que num tava podendo fazê. Ele plantava, tinha um terrenim aí ele

⁸⁷ Durante o trabalho de campo teve-se conhecimento de uma ONG local que há tempos atua no município contrariando as práticas econômicas da Cenibra. A SPAV (Suaçuí Pequeno – Água para viver), de acordo com informantes, surgiu em torno dos impactos ao rio Suaçuí Pequeno - afluente do rio Doce e um importante curso d'água, não somente da cidade, mas da região - A organização atua na revitalização de nascentes, reflorestamento de matas ciliares e ações contra os impactos da empresa. Não foi possível aprofundar em relação à esta organização devido a fatores ligados à tempo e recursos. Mas uma compreensão mais aprofundada de sua atuação é, sem dúvida, importante para a continuidade desta pesquisa.

plantava ele todo. Num dexava nada de preservação. O cê pro cê plantá uma área de cinco hectares, o cê tem que somá seus vinte pur cento e deixa nela. (J-H, 55, C-B).

À este relato, quando foi levantado sobre as práticas de limpeza nas áreas da empresa, seguiu-se uma consideração sobre a devastação da floresta (capoeira, uma mata menos densa) durante a década de 1980.

Não, ela num tem elas mais não pur que a Cenibra investiu aquelas capoeira, ela trabalhô nela, né? Mas as mata nativa pesada ficaram. Agora, ela num destruiu mata nativa pesada não. Ela distruiu foi as capoeira, né? Capoeira. Que as dos anos oitenta era mata pura. Mato puro. Tinha mata e tinha capoeira. Agora duns tempo pra cá, tem as mata pesada e a capoeira, pra elas prantaram. (J-H, 55, C-B.)

Contrariamente à dimensão da devastação da floresta exposta quando se tratou desse movimento no capítulo anterior, este camponês, apesar de conceber a empresa como um dos agentes da destruição da floresta minimiza sua importância ao dizer que elas somente devastou as capoeiras, isto é, as matas secundárias de menor porte e menor complexidade ecológica.

Com contornos por vezes complementar e por vezes contraditórias às duas formas de conceber o desmatamento expostas, surge outra, mais pertinente às considerações apresentadas no capítulo anterior.

De mata? Ah, de mata meu fio era mata mesmo. Antes de plantá o eucalipto, aquilo ali como eu tava te falando era mata pura. E ela pegava bruta. Iguale aquela lá ó. Ela pegava bruta. Daqui a lá embaixo tudo era mata. Aqui também ali ó, era mata. Era mata. Na época tudo era mata. Lá onde o [...] tá prantando lá, tudo era mata. Ainda tem as cabeceiras lá pro cê vê. Tudo era mata. Tirando os lugá de roça, os resto era mata. [...] Mas tinha muita, tinha mata, tinha onça. Tinha onça. Hoje as onça sumiu tudo. Nessa cabeceira tinha onça meu fi. [...] Tinha. Tinha onça aí, catitu, tinha tudo quanto á pro cê caçá. Quati mundéu, tudo nós tem aí. Tinha aí ó. Agente plantava roça e ês cumia tudo, porque tinha mata, tinha mata. Hoje que acabô. (A-H, 78, C-A).

Como os relatos remetentes ao movimento de desflorestamento orientado à implantação das monoculturas de eucalipto, esta narrativa reafirma o papel desses cultivos na destruição da floresta e na mudança da paisagem, fazendo uma conexão com as implicações deste movimento, isto é, a perda da biodiversidade, expressa na extinção ou diminuição radical da fauna silvestre.

A percepção da perda da diversidade da fauna como produto da homogeneização do ambiente é evidenciada por alguns relatos.

Ó, os animais da mata é o seguinte. A área de eucalipto não sobrevive quase animais nenhum, né? Porque o animal selvagem ele gosta mais de áreas que eles fica protegido, e as áreas de eucalipto são muito limpa, né? Então por exemplo daqui, quando for o ano que vem, lá pro final do ano, a gente pode olhá lá na berada dessa estrada e talvez enxergar lá aquela mata lá em cima lá, que vai tá todo praticamente limpo por baixo. Então, em diferente à aranha, ou cobra em determinado pontos da área de eucalipto, a gente quase não num vai encontrá. A gente quase não encontra bichos. (L-H, 47, C-A)

Na mesma linha, outro agricultor percebe a relação entre perda do habitat e diminuição da fauna silvestre. *“Ah, antigamente tinha muito, bobo. [...] Hoje a gente quase num vê não. Num tem os lugá des ficá, né? Porque esses selvage num gosta de eucalipto, campo, não. Gosta dum trem igual aquilo ali ó, né? Quase num tem”*. (J-H, 57, C-B)

Outros concebem a drástica redução da diversidade da fauna essencialmente como um produto da prática de caça, muito comum até o acirramento da fiscalização repressiva estatal que, segundo relatos, parece ser bem recente.

É, os animais do mato tem muito poco. Em vista de antigamente não tem não. Cabô. Por causa de caça. Por conta de caça, devastô as mata. Antão os bicho parece que saiu bastante, né? Mais é caça, né? Pessoal matava muito. Teve uma ocasião aí ó, foi em oitenta e cinco, oitenta e seis. O pessoal caçava tanto que a gente achava que não ia sobrar bicho mais no mundo não. Depois Deus ajudô que a Florestal proibiu, já tens 15 ano, quase vinte que ninguém caça mais não. (G-H, 59, C-C).

Uns desses agricultores, como parte da perspectiva acima apontada, considera que houve uma melhora nas condições de reprodução, reconhecendo o papel da repressão do estado nesse sentido.

Hoje melhorô muito. Hoje ele melhorô muito hoje. Os animais hoje ês melhorô muito pur causa disso. Que antigamente, igual eu falo pro cê, a coisa pra nós era muito ruim. Então, as pessoa, os mais velho, ês muntava pro mato a fora matano. Matava um tatu, matava um. O que ês achava matava pra cumê. É a carne que cumia. Então foi matano. Hoje não. Hoje ês vem na porta da cozinha aí da gente, comer uma goiaba, comer uma laranja, uma banana. E num mata. Hoje num existe mais isso, porque a polícia florestal, hoje ela tá muito rigorosa. Então se ela achar uma gaiola com um sujeito com um passarim lá, ês pega ele, leva ele, sorta ele e ainda dá uma multa no sujeito de quinhentos reais. Por passarim. Então hoje ficô bem melhor. Mudou muito. (J-H,54,C-A).

Como visto, de forma semelhante às percepções e concepções relativas ao movimento de desflorestamento, às remetentes a perda ou redução da diversidade da fauna silvestre aparecem envoltas de complementaridades e contradições, já que tanto a redução drástica do habitat e a caça podem ser fatores que contribuíram para essa situação, porém, a reprodução de várias espécies não ocorre nas pequenas áreas de reserva legal, nem tampouco em ambientes homogêneos, como o são as monoculturas de eucalipto e as pastagens artificiais.

A complexidade da forma como o campesinato estudado vem percebendo e concebendo os efeitos perversos da transformação aguda no ambiente fica ainda mais acentuada quando se trata do tema água.

A água

O efeito nos recursos hídricos é, sem dúvida, o principal propulsor de conflitos em torno das monoculturas de eucalipto. Esse tema que aparece, sobretudo, em forma de controversas em debates dentro e fora da academia, também dispensa consensos no território estudado.

No capítulo três apresentaram-se relatos que expressam as representações dos camponeses sobre o ambiente em tempos pretéritos. A água, como já visto, era o elemento característico do ambiente. Água e ambiente de vida encontravam-se no mesmo plano espacial.

Uma agricultora diz: *“As águas, a água aqui [...], nu precisava nem de a gente sai de dentro de casa pra panhá água, não. Vinha água no terreiro. Nós aqui, pelo meno aqui ó, nascia água na mata. Nós aqui vivia no mei da água. Vivia no mei da água”*. (A-M, 75, C-A). Outro agricultor, da mesma comunidade, na mesma linha relata: *“Água tinha muito. Na época, na época a água tinha...na época nascia água até aqui. Nascia água aqui. Na época*

nascia. Bibia água apanhada aí ó. Quando eu mudei pra aqui eu bibi muita água apanhada aí ó". (A-H, 78, C-A).

Atualmente, o volume de água disponível é infinitamente menor do que nos tempos caracterizados pela fartura de água, o que resulta numa busca da identificação e compreensão das causas e consequências, que podem ser acessadas a partir das percepções e concepções expressas nos relatos. Aqui vale a pena transcrever a maior parte deles.

Começando-se pelas causas, pode-se, de acordo com os relatos, delimitar três principais fatores que aparecerem combinados ou fragmentados, a saber: o desflorestamento, as monoculturas de eucalipto e as modificações nos regimes de chuva. Este segundo, porém, aparece como o fator que carrega mais controversa, até por estar relacionado, no contexto de entrevista, ao marco temporal das mudanças. Nesse sentido, apresentam-se aqui os relatos com base nessa controversa.

Remetendo ao desflorestamento para a produção de carvão e às plantações de eucalipto como fatores que explicam as transformações na dinâmica hídrica local, um agricultor relata: *"Aqui minino, muita! [esposa: Era água em abundância]. Muita, mas muita e muita. Nascia água pá todo lado. Antes dos eucalipto chegá. Antes de fazer carvão nativo. Num é só eucalipto. Antes de fazê carvão nativo. Era água pra todo lado"*. (G-H, 59, C-C). Na mesma perspectiva, outro agricultor relata que, *"Antes tinha mais água. Isso aí tinha. Num é totalmente só por conta de eucalipto. Maioria também por que desmatou. Às vezes nem plantô eucalipto, mas dismatô, a água cabô mesmo. Muitos lugar aí fracassaram de água. Muitos, muitos. [...] Cabô mesmo"*. (J-H, 55, C-B)

Respondendo à pergunta sobre as mudanças na dinâmica hídrica, um camponês remete-se às áreas da Cenibra para objetivar o desequilíbrio hídrico.

Água, era muita água, por todo quanto que o cê foi. E hoje, área da Cenibra cê num acha água. Em área da Cenibra cê num acha água em quanto nenhum. Tudo seco. Lugar que tinha muita água, hoje cê olha assim, o lugar de água, hoje cê pode trevessar com o caminhão carregado pra tudo qualquer canto. Não tem lugar que era, ah, lugar que nada entrava, que era água, hoje é pátio de máquina dela. Na área da Cenibra as água acabou mesmo. (E-H, 58, C-D).

Sem desconsiderar a importância das plantações de eucalipto no desequilíbrio, a mudança no regime de chuva aparece como um fator de peso.

Tem. O eucalipto ele puxa água mesmo. Isso aí ês fala que num puxa não, mas puxa. Ele bebe a água mesmo. Cê plantô ele na cabecera da água, cê pode ter certeza que ele puxa ela. Tudo puxa água. Cana puxa água, pastagem puxa água, mas tem uns que é mais né? E as água também, e a questão de água também mais é chuva. Que num tá chueno, né? Tem área também que não tem eucalipto, é mata pura e num tem água. É isso aí que eu num entendo. Agora, outros já tem área limpa e já tem água. Eu ano passado mesmo eu tive dificuldade de água aqui. Eu fiz até um poço artesiano aí. Aí dipois normalizô, aí eu nem uso ele não. Mas eu tenho ele de reserva. (J-H, 53, C-B)

Na mesma linha, onde o regime de chuva é colocado como fator de importância nas transformações, outro agricultor relata.

As água, antes, era muita. Era, mas tem um sentido. Era muita, muita água mesmo. Mas chovia muito também. O cê começava a chover setembro, outubro, novembro, dezembro. Tranquilo. Quatro meses. E depois passô um tempo que deu um descarrego no tempo que choveu duas vezes no ano. Teve um ano que deu uma chuva só. Quer dizer que... mas isso já vai essa minguação de água já vai num é, por

que o eucalipto puxa muito, fala que o eucalipto num puxa, puxa! Eucalipto puxa muita água. Mas tem lugá que num tem nem um pé de eucalipto, mas num tem água. Então quer dizer que num é só do eucalipto. Será que o eucalipto aqui, vai puxá uma distância de cinquenta quilômetro? Eu acho difícil. Será que puxa? Num tem nem como. (J-H, 55, C-B).

Outras não relacionam as mudanças na dinâmica hídrica e a conseqüente redução do volume de água disponível à presença das plantações de eucalipto, mas a fatores de caráter mais geral, como o chamado aquecimento global.

O povo fala que é por causa dos eucaliptal, mas eu não credito. Não, eu acho que a água secô mesmo é porque ela tinha de secá. Ês fala que é o eucalipto. Ah, mas né não! Né não, porque nas vertente que num tem eucalipto ela secô, que dizer que ela secô porque as água diminuiu, então nas água diminuí, veio um povo do Rio, pra cá. Veio um povo do Rio passeando. Então esse povo que vei passeando, e que vinha muito introzado com aquelas pessoas que mixia no mar, aquelas pessoas que mixia lá na beira do mar lá. Então essas pessoas vem falano que eles que a água diminuiu não foi por causa de eucalipto, num foi por causa de nada, foi mesmo por causa da temperatura que mudô (A-M, 75, C-A).

Numa perspectiva parecida, as forças da natureza, no seu sentido mais abstrato, vão explicar as transformações.

A água acontece isso. Muitos lugá que nascia água, mas isso ês fala que é o eucalipto, mas eu acho que num é. Eu acho que é a natureza mesmo. Que muitos lugá que tinha nascente d'água, hoje num tem mais. Hoje é seco. Torrado. Num tem água. Então a água hoje é muito poca. (J-H, 54, C-A)

Como indicado pelas falas acima, as percepções e concepções sobre as transformações na dinâmica hídrica, onde a redução do volume de água disponível é sua principal expressão, estão em sua maioria relacionadas ao movimento de destruição da floresta para a produção de carvão vegetal e da implantação das monoculturas de eucalipto. Por outro lado, tem-se uma interpretação ao mesmo tempo complementar e contraditória a esta prevalecente quando a explicação se assenta em fenômenos climáticos de amplitude macro ou na força da natureza.

Os efeitos perversos das transformações agudas no ambiente, que tem na diminuição do volume de água disponível sua expressão máxima, não é percebido somente como um “elemento natural que tinha em abundância em tempos pretéritos, chegando até a ser um elemento constituinte característico que compõe o ambiente de vida e produção e atualmente encontra-se cada vez mais escasso. A sua falta é percebida por meio de lembranças e reconstituições das atividades produtivas e extrativas, como a pesca, como relata um camponês. *“Ai ó, a água nascia pur todo o canto. Pur todo o canto. A água nascia na porteira lá em cima. E hoje, e o cê olhava assim moço, no ribeirão alí ó, nós panhava cada mandi desse tamanho. Hoje num tem nem lambari”* (A-H, 78, C-A).

Como importante fonte de energia, a água também é lembrada.

Aquele córrego ali embaixo ó lá, aquele córrego era grandão. Aquele córrego nascia nessa cabeceira, no [...]. Cê foi lá no [...], né? Nascia alí no [...] e nascia naquela grotta de cá. Essa daqui é longe, né? Aqui em baixo tocava três monjolo. Três muim. Um lá do [...]. Um do [...], dois. Um muim alí do [...], três. Muim do [...], quatro. E dois monjolo. Ques tocava aí! Esses tocava isso aí. Esses muinho tudo e tocava mesmo. E era assim. Era água que socava alqueire e meio de fubá pur noite os muinho muía. Duns ano pra cá, cabou água, cabou fubá e os muinho ainda tem ainda. Ainda tem lá no [...] ainda. E tem a casa dele ainda, e tem lá as pedra. Aquela água lá tocava tudo. (A-H, 78, C-A)

Finalmente, aborda-se o solo, tema também controverso na literatura científica que trata das implicações negativas das monoculturas de eucalipto e pertinente quando explorado empiricamente.

O solo

Como os outros temas abordados concernentes aos efeitos perversos, o do solo também não encontra consenso. O solo, por vezes, aparece como historicamente de baixa fertilidade e umidade. “*É a mesma, né? Mesma coisa. A terra num mudou nada, não. Só muda se o cê fizer tratamento nela. Num fez nada. Toda vida essa terra aqui é fraca. Essa terra aqui é tudo terra fraca*” (J-H, 53, C-B).

Porém, frequentemente é apontada a degradação do solo, associada principalmente aos plantios de eucalipto.

Uai, rapaz. Na área em que é plantado o eucalipto a terra fica sempre ressecada, né? Que antes, que o mato nativo, a terra fica sempre mais úmida. Mas a área plantada de eucalipto o terreno já resseca um pouco. Que dizer que aí dá o ressecamento. E em termos da fertilidade, da força, bom, só depois que a gente desmatá uma área e for fazê um plantio de outro tipo de lavoura é que a gente fica veno. É que a gente não fez isso. Num tem essa experiência, que a gente num fez (L-H, 47, C-A).

Em certo sentido, de forma complementar a este relato, outro agricultor que já passou pela experiência de utilizar a terra para lavoura após utilizá-la como abrigo das plantações de eucalipto indica a degradação.

Rapaz, o que é programado mesmo é problema de água, cê entendeu? Agora, eu fico numa dúvida que, área que mexe com eucalipto, eu fico sempre na mente que ela já num é mesma coisa que era mais. Acho que ela enfraquece mais. Com pena de todo trato, esse trem assim, eu acredito que ela enfraquece [...] É, enfraquece o solo. Isso aí eu penso bem que enfraquece. (E-H, 58, C-D)

Aqui também a degradação aparece percebida de forma prática, com base nas experiências cotidianas relacionadas às atividades de agricultura.

Mudô! Mudô por conta disso. Porque a vinte anos atrás nós plantava, nós num gastava um adubo. Nós plantava sem ele e culhia muito. Colhia era muito. Culhia era muito mesmo. E hoje, mesmo com o adubo nós caiu pra metade. Caiu hoje, a agricultura hoje caiu pra metade. Com os fortificante tudo que nós temo hoje. Ih, mudou de mais! A vinte anos atrás nós plantava num arto de serra aí, plantava milho. Aqui tem uma chapada aqui, pra cima de casa, uma chapada aqui, nós plantava. Meu avô plantava milho lá e culhia. Hoje se plantá ele nem nasce. Ele nem nasce. (J-H, 54, C-A)

Como relatado acima, as implicações nos recursos do solo provenientes da sobre-exploração dos mesmos, acaba por exigir o uso de agroquímicos que, ao longo do tempo, produzem outras consequências no que se refere às propriedades do solo e da água. Certamente estas implicações não estão apenas relacionadas às monoculturas de eucalipto, mas não deixam de ser uma expressão da mudança agroambiental e seu reflexo em novas apropriações dos recursos naturais.

O conteúdo deste capítulo foi produto da interação do pesquisador com os pesquisados em seu ambiente de vida e produção. Dessa forma, com base na experiência de vida destes últimos e na observação de campo, construiu-se este esquema que identificou quatro fatores ou conjunto de fatores relacionados ao crescimento demográfico, concentração fundiária, especialização produtiva e aos efeitos perversos da transformação aguda no ambiente, que

permitem ou ao menos abrem uma gama de caminhos possíveis para a interpretação do processo de mudança agoambiental, pelo menos suas últimas quatro décadas e, dessa forma, à interpretação dos aspectos constituintes da relação econômica contratual que formalmente conecta o campesinato local à cadeia mercantil de celulose, assunto tratado no próximo item.

5.2 A Adesão ao Programa Fomento Florestal

Antes de apresentar as motivações pessoais ou familiares levantadas em campo que influíram na adesão do campesinato em questão ao Programa Fomento Florestal, faz-se importante contextualizar aspectos da dinâmica produtiva e localizar temporalmente esta relação econômica específica.

Como já destacado anteriormente, durante os anos 1980, parte expressiva deste campesinato incorporou a produção de carvão vegetal às atividades produtivas ligadas à agricultura e, em menor grau, a criação de animais. Este carvão, num primeiro momento produzido a partir da exploração da floresta, passava a ser produzido a partir de plantações de eucalipto num contexto em que estas se consolidavam na região por meio da atuação da Cenibra e da fiscalização e repressão do poder público. Nestes termos, muitos camponeses produtores de carvão passaram a plantar eucalipto para fim de garantia de matéria-prima. O surgimento do Programa Fomento Florestal em 1985 e sua expansão ao longo dos anos seguintes, por meio de seus atrativos característicos, abriu uma possibilidade da conjunção entre a produção de carvão vegetal e de madeira em tora para a produção de celulose.

Dos camponeses entrevistados, os primeiros a plantarem eucalipto via Programa Fomento Florestal - que comportam a menor parte do total entrevistado - selaram o primeiro contrato entre 1994 e 1997, e todos já possuíam áreas de plantio para a produção de carvão. Dois souberam informar o tamanho dessas áreas já plantadas, que correspondiam à 3 e 9 hectares.

A maior parte dos camponeses entrevistados realizaram as primeiras plantações via Fomento Florestal na década de 2000, firmando o contrato entre 2000 e 2008. Nem todos possuíam plantações para a produção de carvão. Dos que possuíam e informaram as dimensões, estas correspondiam à 9 e 10 hectares.

Somente um dos camponeses entrevistados assinou o primeiro contrato na década de 2010. Este, como vários outros, também já produzia carvão a partir de plantação própria, que não teve sua dimensão informada.

Conforme esses dados percebe-se que a maior parte dos camponeses imersos na cadeia mercantil de celulose que participaram diretamente deste estudo, desde o início dos plantios realizados sob o fomento florestal já plantavam eucalipto, em variadas dimensões de áreas, para a produção de carvão vegetal. Este fato é de fundamental relevância para a compreensão do processo decisório que culminou na adesão ao Programa Fomento Florestal.

Antes de se abordar as motivações da adesão segundo os entrevistados é pertinente apresentar outro elemento que também traz contribuições para a compreensão do contexto em que a Cenibra passa a incorporar o campesinato local às suas estratégias de reprodução, e que se encontra bem expresso nos relatos sobre a ciência do programa por parte dos agricultores.

Na situação de adesão dos agricultores participantes desta pesquisa que firmaram os primeiros contratos na década de 1990, o Estado, por meio do corpo técnico do IEF, aparece como um agente elementar.

Veio. Eu lembro assim que o, nós tinha um engenheiro florestal, ele pegou e acentivou nós assim. Que nós podia fazê um contrato, uma inscrição cum a Cenibra, que ela ia fornecer pra nós o que precisasse aí do Fomento. Pra prantá cum ela. Aí eu fui lá e fiz inscrição, aí veio o supervisor e explico: o cê vai prantá e nós vamo entrá cum as muda, e a formicida, e o adubo. Naquele tempo só isso. Aí, você pranta cum ela, e o cê vai pagá tanto pur metro, tantos pur hectares, é tanto metro pur hectare. E o cê vai tê que quando interar sete ano, cê vai tê que intregá lá na Cenibra. Era lá no Belo Oriente. Então tá baum. [...] Do IEF. Florestal mesmo, né? É que encentivô nós pra nós prantá. Primero, o que me ajudô nisso foi um tal [...], até que ele inda existe ainda. [...] Ah pois é, o [...] é que me encentivô. Ele tinha uma amizade cum a Cenibra. O supervisô também, né? Ah, cê pode cum ês que é bom negócio. Aí ajudô nós, ajudô demais. E tá ajudando até hoje. (G-H,59, C-C).

Eu fiquei sabendo pelos técnico da IEF que me incitivô. Diz era um bom negócio. Que a gente fazia, que eu devia de fazê um bom negócio assim, de acordo cum as lei. Preservano, guardano as preservação dritim, assim os técnico que me aconselhô. [...] Do IEF mesmo. Não, eles tava fazeno é, comé que fala, revisão em algumas áreas, né? E aí passou também o técnico da Cenibra também. O técnico da Cenibra, aí ele perguntô se eu queria prantá. Eu falei assim: “de acordo com se o IEF liberá, nós plantamo”. Aí ele falou assim: “Ó o técnico aqui que libera”. Aí ele falou: “uai, se dá certo, cê preserva assim, assim”, Explicô comé que é feita a preservação. Então, caí a taca! (J-J, 55, C-B)

Em ambas as passagens os agricultores dão papel de destaque ao agente do Estado. O Estado aqui assume não só o papel de fiscalizador e agente burocrático, mas de mediador entre os técnicos da Cenibra e o campesinato local. Ademais, é sintomático estas intervenções diretas do IEF no contexto das primeiras adesões ao programa – pelo menos no território estudado -, já que na década seguinte essa mediação direta não foi identificada pelas entrevistas. Nestes tempos, os técnicos da Cenibra possivelmente já atuavam sem a mediação do Estado, tratando diretamente com o agricultor, como relata um camponês da comunidade C-A: *“Ah, é porque eu já fui dos, os mais velho foi ingrenano naquilo e eu também. Aí o minino, o técnico da Cenibra vinha e incentivava nós e nós prantava. Aí nós prantamo”* (J-H, 54, C-A).

Outro agricultor, com base na experiência passada do pai e na presente dele, descreve:

Isso, o papai já havia trabalhado com ela uma época, em 2001, né? Ele tinha uma área disponível para o plantio de eucalipto. Então, aí a Cenibra procurou ele na época e aí trocaram de ideia a respeito que ela oferecia ali uma condição de plantio de eucalipto, para os pequenos produtores. E tinha área disponível pra tá plantando o eucalipto, né? Então ele gostô da ideia. Porque ele vendo que a madeira de eucalipto ela tem um crescimento bom, né? Ela oferece muita madeira. E ela também são madeiras certas. Pode tá construindo uma casa. Uma cerca de vara, um chiqueiro, né? Pode cortar uma árvore, ela produz, ela fornece vários tocos, né? Então, e aí com essa ideia do papai ter aceitado em 2001, e plantado com ela. Então agora [...] eu lancei lá o meu nome na inscrição, né? Em 2011 (L-H, 46, C-A).

Esta fala reafirma a ausência da mediação direta do IEF na contratação já no início da década de 2000. Ademais, ela indica a existência de outro método relativamente passivo, de contato com os agricultores, que consiste na recepção dos mesmos no escritório da empresa na sede municipal, como explicita outro agricultor que relata que depois que a empresa consolidou suas plantações deu “chance” para os “pequenos proprietários plantarem”. E ele a procurou.

Veio. Eles vieram. Eles amontaram o escritório na cidade, e nós foi, por ês abri mão que nós podia prantá, nós caminhamo lá no escritório [...] Nós é que foi. Eu fui lá procurá, uai. Num é que ês vieram aqui não, eu que fui lá procurá. Agora dispôs que

o cê vai a primeira vez, aí agora faz, ês começa a fazê, começô aí. Aí agora ele num te larga mais [...]. (A-H, 78, C-A)

Tais relatos explicitam um primeiro momento, num contexto em que a empresa passa a atuar no território, para além de suas tradicionais extensas áreas de plantio, nas unidades de produção e reprodução familiar, em comunidades de caráter familiar, ou não. Para ter acesso a estes territórios e ter suas propostas aceitas a Cenibra contou com o apoio institucional, político e técnico do Estado, que tinha como agente o IEF. Após consolidado contratos e plantações no interior das comunidades, não se fazia mais necessária a mediação direta, nos termos aqui dados, do Estado. O chamado “boca a boca”, ou seja, as relações de parentesco e vizinhança se encarregaram de propagandear o programa e, em certos casos, mediar o contato entre a Cenibra e os agricultores não integrados. No fim, todos já conheciam o programa e não havia mais o contato ativo com os agricultores. Manter uma estrutura burocrática e técnica no escritório na sede municipal já era basicamente o necessário para relacionar com os potenciais “fomentados”.

Esses e os já assinalados elementos concernentes ao contexto proporcionam um campo de visão mais objetivo para se apresentar o “porque” da adesão, isto é, quais motivos, de acordo com os agricultores e agricultoras entrevistadas, que os levaram a firmar o contrato e a passarem a plantar eucalipto para a Cenibra.

5.2.1 O porquê da adesão

No item anterior foram tratados os fatores locais, numa perspectiva genérica, que contribuem para a explicação da mudança agroambiental nos últimos quarenta anos no território estudado, construídos a partir do diálogo entre o levantamento documental direto e indireto e a literatura pertinente. Agora, sem mediações de dados secundários e literatura, são apresentadas as motivações da adesão, em seus planos subjetivos e objetivos, concebendo-os, a priori, como elementos constituintes das estratégias de reprodução, que ao longo da vida da família camponesa vão sendo ora acionadas e ora subtraídas. Nesse sentido, toma-se aqui a adesão ao Programa Fomento Florestal e sua conjunção com a produção de carvão vegetal, produção agrícola e, em menor grau a pecuária, e, por certo, em muitos casos, o deslocamento temporário ou definitivo de parte de força de trabalho no interior das unidades familiares, especialmente dos jovens, como a estratégia de reprodução social e biológica que atualmente prevalece entre o campesinato aqui abordado.

Uma das motivações que aparece com muita frequência na justificativa do campesinato que contribuiu com a pesquisa está relacionada à capitalização, isto é, ao suposto⁸⁸ fornecimento de insumos para a produção, como por um agricultor da comunidade C-B: *“Oh, bobo, eu achei melhor porque no caso ela fornece essas coisas que eu te falei, né? E porque a gente tirá do bolso pra esperá mais uns sete ano, né? Tentei pra vê, né? Então eu achei melhó, pur isso.”* (J-H, 57, C-B).

E como trazido por outro camponês.

Meu filho, é o que eu te falei. Nós fizemo porque na época que eles pôs pra compra as fazenda aqui, aí ês deu assim autorização de quem quisesse plantá com ela, ela ajudava, né? Eu posso fala a verdade, ajudô! E eu fui lá fiz o documento lá e ês me dero muda, me dero tudo. Ainda dá. Porque na época eu tava plantano pur conta própria. E num tava dano conta, que eu num tia força de compra. Num tinha nada,

⁸⁸ Usa-se aqui o termo suposto por considerar que os custos dispendidos para aquisição e produção de insumos são, por questões contábeis óbvias, subtraídas no valor da madeira através de mecanismos de preços.

né? Aí também eu num tinha uma colheita que prestasse. Que com ela já teve uma colheita boa. Porque ela dá tudo. Isso aí ela dá tudo. Mas que ela, no ês comprá as fazenda pur aqui, animaro nós pequeno proprietário prantá cum eles. E eu gostei, prantei e gostei. (A-H, 78, C-)

Ora associadas à esta justificativa, ora não, a incorporação ou reincorporação de áreas de baixa produtividade à dinâmica produtiva da unidade familiar aparece como um fator motivador da adesão.

Ah, porque tem ûas terras, as terra da gente é fraca. Então tem ûas terra que ela não produz nada, né? Tem terra que nela num serve pra pastagem e ela é arta, ela num segura, né? O solo é ruim, né? E o eucalipto desenvolve em toda. Ele num tem terra ruim pra ele. Ele num respeita terra ruim. Cê prantou ele lá e adubô, ele vái embora, né? E a pastagem não sai. Ai cê fica, cê tem aquelas área e volume de pasto, mas num guenta o boi. Por exemplo, chove, boi desce ranca o capim todo na unha, né? Aí é isso, ne?[...] Resolvi é isso, né? [...] Cê fica perdeno terra. (J-H, 53, C-C)

Em outros casos, esta justificativa do aproveitamento do terreno não utilizado para agricultura nem para pastagem está associado à outro objetivo, o de não permitir-se formar áreas de floresta.

Escolhi justamente pur causa du o que ele exige a gente num guenta fazê. Num guenta fazê, entendeu? Que igual tem os adubo e tem tudo, e é tudo caro, e a gente num tem o dinheiro pra pudê fazê o trabai. E nela fornecê a coisa pra gente, se continua, ao menos cê num tenho o terreno é. Cê faz isso num é purque dá pra gente. Não. É pur o cê num tê o terreno. Igual, se ocê num tem um terreno que o cê num faz nada nele, né? Ele tá inválido se ele num tem coisa nenhuma. Cê trabalha nele, no terreno hoje, é só pro cê tê o terreno pra num sujá. Purque sujo, acabô! Num tem como cê desmatá mais. É só pra isso. Mas num dá retorno. A gente trabalha o terreno que é só pra dizer que tem aquele...que tá trabaiano. Só pra dizer que tá trabaiano, purque retorno mesmo cê num tem, não (E-H, 58, C-D).

É como eu já falei um poquim, a respeito da gente, a facilidade, pra gente começar o serviço, né? E pra gente até tratar das madeiras. Porque, por conta própria, se não tiver recurso financeiro suficiente, não tem condições da pessoa desenvolver um trabalho grande com plantio de eucalipto, tendo em vista que gasta com bastante formicida, tem que gastá com herbicida, né? Gastá com adubação. Então se não tivê recurso financeiro suficiente, aí tem que optá por esse lado da Cenibra. Porque ela, a gente acha mais fácil, porque a gente vai pagá ela é depois, com aquilo que a gente colheu, né? Então, a princípio, é só a gente dedicar à mão de obra [...] Justamente. A área, porque o tipo de trabalho que poderia desenvolver lá, que às vezes um plantio de cana, um plantio de bananeira, mas aí ia depende de correção do solo. Então, e também pra gente que no momento não tinha assim em mente, e não tem ainda uma porta aberta para o comércio, a gente plantá uma grande lavoura de banana, ou um canavial muito grande, a gente acha que pode perde mais, né? Então o eucalipto, a gente pode lançá ele naquela área de terra, e do qual cuidano dele que seje, ele te ofereci condição de trabalho de diversos jeitos. Cê pode colher a madeira, né? Vende ela a madeira pura. Cê pode produzir ela em carvão. Você tem a madeira disponível pra mexer com qualquer tipo de construção. Então tem essas coisas que... Então é por isso que o eucalipto pra essas áreas considerada abandonada aí ele é apropriado pra alí. Então aí evita a gente até de perder a área, porque se ela fica lá parada sem trabalha, ela vai cobrindo de mata nativa e com o espaço de tempo a gente não tem mais condições de entrá pra trabalhá, porque a lei não permite, né? (L-H, 46, C-A)

Nestes casos, como pode ser notada, para além da justificativa relacionada à capitalização e as possibilidades de uso da madeira, a incorporação ou reincorporação de terrenos à dinâmica produtiva não é motivada apenas pelo objetivo de produzir em um terreno de baixa fertilidade, que para ser útil para as atividades agrícolas e pecuárias necessitaria de

um investimento inicial, o tornando inviável. Aqui aparece a intenção de não permitir que áreas já limpas se tornem áreas de florestas, que passam a ter uma proteção especial, impossibilitando ou dificultando usos alternativos no futuro. A regulamentação estatal aqui é expressa como fator que indiretamente incentiva à adesão ao programa, já que as políticas ambientais vigentes não permitem a supressão de áreas florestais.

Associado ao fator capitalização encontra-se a transferência do pacote tecnológico que sustenta tais plantações, como mudas de espécies híbridas, fertilizantes químicos e minerais e venenos agrícolas.

É por isso. Porque o fomento florestal pra nós aqui são muito importante, porque a gente já prantava ele antes do fomento. Antes do fomento a gente prantava pur conta. Cê ia arrumar a semente ou se ia fazê as muda. Não deu certo. O eucalipto sai desigual. Agente descobriu também prantar as muda de clone também que tem a otra, tem uns lugá que vende as muda, muito boa, da Cenibra. Mas, na época em que você vai prantá, ocê num guenta cuidá do eucalip igual aquele quando o cê pranta cum a Cenibra. Porque o cê num guenta prantá com as muda boa. Cê compra as muda boa, mas cê num guenta pô os três adubo igual a Cenibra manda pra gente os três adubo. Cê num guenta. Adubo é caro demais. Caro demais. Antão é melho prantá com ela. Porque ela, o que que ela vai fazê? Ocê só tem com a mão de obra até colhê. Cê num depende de dinheiro. Num depende de dinheiro assim, pra compra o produto que é pro cê prantá, que é a muda e o fertilizante. Cê num precisa comprá. Elas dão. És dá as muda, furnicida, os três adubo pra adubá três vezes. Cê pode pô o calcário, que ela traz pro cê. E se o cê interessá pegá o dinheiro pur hectare ela empresta. E pro cê fazê do seu bolso cê num guenta! Fica cara. Só quem tem dinheiro. (G-H, 59, C-C)

Todos esses fatores se embutem de elementos que sustentam o último fator aqui tratado, evidenciado pelos entrevistados, que consiste no acesso à recursos financeiros vultosos para realidade histórica deste campesinato. Estes recursos servirão como artifício de crescimento do patrimônio familiar, como investimentos produtivos e como via de ruptura com símbolos de um modo de vida desvalorizado.

Porque, vamos dizê assim, a gente tem que procurá um lado que desenvolve mais. Poque o cê, vão supô, que se o cê qué desenvolvê mais um poquim que lá vai, cê tinha que passa pra esse lado. Esperá mais tempo, pro cê recebê de uma vez. Que o cê faz um plano hoje que daqui sete ano que o cê vai pegá. O cê péga hoje, todo dia. Cê pega amanhã, pega dispôs, e assim vai. O cê num sabe o que que você faz. Vão supô, aquele que você pega amanhã, pega depois, você vai conformando com ele, e aquele que tá daqui a sete ano, cê vai pegá ele de uma só vez, aí cê faz mais grande coisa pra frente também. Quando chega naqueles sete anos, que o cê tá ali, que o cê vai pegá aquele dinheiro, que ocê vai pegá aquele monte de dinheiro, em comparação, aquilo que você vem pegando todo dia, você já cumpriu as suas meta necessária que você tem no dia a dia, né? Vão supô, no de cumê, no de bebê, no de vesti, num remédio aqui. Então na diária. Aquel outro é de uma vez. Então cê num vai, se o cê fazê um prantio, cê num vai fazê pra cumê e bebe. Cê vai fazê pra investimento. Que pra cumê e bebe cê vai esperá sete ano? Então é uma coisa muito difícil. (J-H, 55, C-B)

Porque o fomento florestal, nós resolver [...] por conta disso, a nossa região era muito fraca. Ela era muito fraca. Ela era uma região assim, que nós vivia só da cultura. Só de roça, de milho, feijão, arroz, mandioca, cana, banana. Nós vivia disso. [...] Aí entrô a Cenibra cum esse fomento. Incintivano a gente. A gente plantô, então, melhorô. Que nós morava era numa casa de pau a pique, era feito de barro, pau a pique barreado. Aí, na Cenibra entrá e fazê essa proposta pra nós prantá, as coisas pra nós miorô. Miorô noventa e nove pur cento. Ficou só um purcento de chance de ruindade. (J-H, 54, C-A)

Esses relatos explicitam o lugar que os recursos monetários remetidos à adesão ao Programa Fomento Florestal ocupam no processo decisório do fechamento do contrato com a Cenibra. Para tornar esses aspectos mais claros, cabe explicitar algumas falas e informações relacionadas ao “produto” da adesão, isto é, o destino dos recursos monetários acessados após a entrega da madeira para a Cenibra.

Primeiramente, é importante frisar que, como a produção de madeira para celulose através do Programa Fomento Florestal é conjugada com a produção de carvão vegetal produzido a partir das sobras ou brotas das plantações contratadas, como será melhor explicitado mais a frente, e também de plantações próprias, nem sempre as respostas aos questionamentos referentes às implicações materiais da adesão ao fomento se expressam de forma fragmentada. Isto é, as respostas, por exemplo, sobre o rendimento de recursos monetários podem estar contemplando as duas atividades que, na prática, se confundem

Não obstante uma minoria relatar uma não ou quase inexpressiva relevância dos recursos monetários oriundos do contrato com a Cenibra, a maior parte dos agricultores que contribuíram com a pesquisa apontam variadas destinações para o montante recebido, que sustenta a importância deste fator no processo decisório.

Conforme enfatizado, os recursos monetários são destinados essencialmente para dois fins: a estabilização ou incremento do patrimônio familiar e os investimentos produtivos. Essa separação pertinente em nível classificatório, não encontra separação no real, já que numa unidade familiar não existe o apartamento entre ambos. No plano simbólico, esses dois objetos de destino encontram-se permeados pelo desejo de ruptura de um modo de vida desvalorizado.

A estabilização aparece, por exemplo, via quitação de dívida. Já o incremento no patrimônio familiar é realizado por meio da aquisição de terra. Como relatado por alguns camponeses, o rendimento dos primeiros contratos foram destinados à compra de terras, onde foram selados novos contratos. A compra de terras, nesse sentido, a despeito de ser um acréscimo no patrimônio familiar, pode também ser caracterizada como investimento produtivo, como o é a compra de tratores e máquinas pertinentes à dinâmica produtiva em geral, - como foi relatado por alguns agricultores que possuíam área total e área de plantio superior à média do conjunto pesquisado, assim como, deram início aos plantios na década de 1990 - que também é um patrimônio familiar.

Também relacionado ao incremento do patrimônio familiar, encontra-se a construção de uma residência de alvenaria, já construída por parte expressiva dos camponeses em questão. *“Oh, meu filho, fiz essa casa aqui cê tá veno. Esse ranchim. O dinherim que tocô pra mim fiz esse ranchim aqui, que num tinha nem casa. Tinha casa, mas num era desse jeito aqui. Era outro tipo de casa. Aí modificô, né? Aí fiz esse ranchim”* (A-H, 78, C-A). Em vários relatos a casa de alvenaria aparece como símbolo da mudança nas condições materiais das famílias camponesas. Atualmente, devido a sua disseminação, a presença de casas de pau a pique diminuiu consideravelmente. Este tipo de residência passou a ser símbolo de um modo de vida desvalorizado e a cada dia menos aceitável socialmente. Em uma situação de campo, quando era feita uma conversa com determinado agricultor, o mesmo, relacionando as reconhecidas melhorias materiais recentes no território estudado, na qual a casa de alvenaria é um símbolo, disse que, atualmente, *“quem tem casa de pau a pique é por que quer!”* Tal episódio exemplifica como o fomento florestal é aderido em busca de uma ruptura com um modo de vida passado, relacionado à pobreza e à carência material. A adesão do programa,

neste caso, torna-se fator de diferenciação social e o fato de morar numa construção de pau a pique motivo de vergonha e inferiorização.

Em resumo deste item, para compreender o processo decisório no interior das famílias, que resulta na adesão do campesinato estudado, foi necessário explicitar, a cargo de contextualização, aspectos das mudanças recentes nas relações de produção e políticas transcorridas no território abordado. Nestas, destacam-se o papel do Estado que naquele contexto atuara por duas frentes. A primeira burocrática, fiscalizadora e repressora, no qual se buscou impedir ou dificultar ao máximo a produção de carvão a partir da floresta e, como alternativa, incentivou e viabilizou as plantações de eucalipto. Na segunda frente ele atuou como publicitário e consultor técnico no projeto de expansão dos contratos de Fomento Florestal no território em questão. Em ambas as frentes a instituição pública IEF é o agente. Tem-se, assim, a consolidação da presença das plantações da Cenibra no interior das comunidades familiares e demais unidades familiares fragmentadas.

Neste contexto é que o fomento florestal é incorporado à estratégia de reprodução social destas famílias. Nesse sentido, como foi tratado, o fomento florestal é parte constituinte, conjuntamente com várias outras atividades produtivas, da estratégia de reprodução social que se processa no tempo presente.

Como motivadores da incorporação das plantações de eucalipto via fomento florestal à esta estratégia, foram destacados a capitalização, a incorporação de áreas de baixa produtividade, impedimento de formação de área florestal, acesso ao pacote tecnológico e, por fim, catalisando os demais, os recursos monetários, que se objetivam através da manutenção ou incremento do patrimônio familiar e do investimento produtivo que, por sua vez, são permeados pelo objetivo de romper com determinados aspectos do modo de vida passado.

Trabalhado de um ponto de vista histórico essa configuração na qual o fomento florestal assume papel central na dinâmica econômica e produtiva local, volta-se ao tempo presente e seus elementos constituintes.

5.3 Relações de Produção e força de trabalho

Até o momento abordou-se os conteúdos pertinentes ao processo de mudança agroambiental tendo como referência décadas e anos anteriores. A partir de agora, o que prevalece na exposição é o tempo presente, isto é, os dados e informações concernentes à atual configuração econômica e social do campesinato aqui abordado. Porém, como a perspectiva de abordagem e análise que sustenta metodologicamente este trabalho é histórica, o exercício comparativo entre passado e presente, onde se identificam continuidades, rupturas e emergências é, em dados momentos, o ponto orientador da exposição, especialmente das relações de produção, em sua configuração da força de trabalho, do processo produtivo e das relações de troca. Como força motriz que movimenta o universo produtivo, inicia-se pela força de trabalho.

5.3.1 Força de trabalho

No capítulo anterior foi discutida a composição da força de trabalho no território da zona fria de Peçanha e as transformações das suas configurações ao longo do período que foi aqui tratado como a primeira fase de transformações na formação econômico e social.

Ali se mostrou que a composição da força de trabalho aplicada aos processos produtivos correntes era essencialmente familiar. Nos primórdios, como modalidade de

combinação de força de trabalho, o *trabalho intrafamiliar* configurou-se e consolidou-se ao longo do tempo por meio da interação entre esta e as modalidades *trabalho familiar parental comunitário*, *trabalho familiar intracomunitário* e *trabalho familiar intercomunitário*. Nessa ampla articulação da força de trabalho, a ajuda mútua vicinal, traduzido pelo sistema de troca de dias reproduzia os laços e relações de reciprocidade.

Esta força de trabalho, combinada de acordo com as especificidades de determinados processos de produção, tinha no processo de produção agrícola sua forma mais orquestrada, em termos de complexidade. Ao genitor de cada gleba ficava o domínio da organização e controle do processo produtivo. As mulheres e crianças, não obstante a posição subordinada, tinham importância elementar no processo. As mulheres eram responsáveis pela organização do ambiente doméstico e por atividades em torno da produção agrícola, como nos trabalhos de capina, plantio, colheita e alimentação dos mutirões, o que possivelmente variava de acordo com a idade e “estado civil” delas. As crianças contribuíam nos trabalhos das lavouras, de um modo geral, potencializando a força de trabalho familiar e aprendendo o trabalho da família.

Mas e agora, na atualidade, após decorrer-se um século dos princípios das transformações abordadas no terceiro capítulo? A segunda fase dessas transformações, expostas superficialmente no citado capítulo e aprofundada na primeira parte deste, é marcada por sua intensidade, onde a força de trabalho diminuíram bruscamente, as relações comunitárias se rearticularam e novas relações de poder se estabeleceram. A Cenibra passa a exercer dominação sobre o território que, de forma alguma, é uniforme e inquestionável. O campesinato, então, sob esse domínio, traça uma nova estratégia de reprodução e resistência. A dialética dominação (Cenibra) x resistência (campesinato) traduz a contradição que sustenta e dinamiza as relações econômicas e sociais no território.

Como se versa aqui de um processo histórico, torna-se pertinente abordar os aspectos constituintes da força de trabalho no território a partir das noções de ruptura, continuidade e emergências. Destacam-se aqui três destes aspectos, a saber: composição da força de trabalho; combinações de modalidades; sistema de troca de dias.

No que concerne à composição da força de trabalho que atua nos processos produtivos no interior das comunidades, tem-se atualmente a força de trabalho familiar e a força de trabalho temporariamente contratada. Começando pela primeira, ela é composta, basicamente, por homens, mulheres, jovens e crianças. No caso de uma família nuclear, o genitor é o encarregado da organização e controle do processo produtivo agrícola e de produção de carvão e madeira para celulose. É ele quem assina o contrato ou firma acordos em torno das plantações. É ele que articula a força de trabalho externa para suprir, quando necessário, determinada ausência no núcleo familiar. A cargo dele ficam os trabalhos mais pesados, exigentes de maior força física, relacionados à agricultura e às produções de madeira e carvão.

Segundo as entrevistas, os genitores trabalham em média 9 (nove) horas por dia, 6 (seis) dias por semana. Sob a luz do dia, geralmente o trabalho se inicia na alvorada e finda no escurecer.

Óia, consideradamente nem é contado quantas hora. É o dia todo, até escurecer. Mas normalmente a gente contamo oito hora. Mas sempre passa das oito hora, porque a gente levanta aí quatro hora da manhã, e já tá pulando, já tá andando atrás do serviço. Quando chega o dia escureceu, tá em casa, né? Já tá largando o serviço pra vim embora, né? Então quer dizer que é o dia todo. (J-H, 55, C-B)

A média é apenas um parâmetro. Como se percebe nesta fala, o tempo trabalhado diariamente é o tempo da natureza, isto é, enquanto há luz do dia, trabalha-se. A mesma relativização pode ser aplicada aos dias da semana trabalhados.

Tudo. A semana completa. Aqui principalmente igual hoje, igual nós tão batendo nosso papão aqui, tem gente aqui também, a gente tá sussegado. Mas se num tivesse, o nosso passeio é do trabalho. [...] Até nesta hora. Até dez, dez e meia eu tava no serviço. Tava cuidano das coisinha. (J-H, 55, C-C)

A ideia embutida na declaração “cuidando das coisinhas” é muito ilustrativa para se pensar a intensidade e periodicidade do exercício do trabalho. Como a unidade camponesa é ao mesmo tempo espaço doméstico e de produção, todas as atividades de manutenção são incorporadas aos processos produtivos, fato que expressa uma jornada de trabalho extensa que não é incluída no valor dos produtos gerados e, quando se trata de produção mercantil, é apropriada em parte pelos compradores dos produtos.

Como parte integrante da força de trabalho familiar, a força de trabalho da mulher não obstante ter importante contribuição no processo produtivo agrícola, em serviços que exigem um esforço físico “mais leve” ou relativamente pesado, como plantio, colheita, produção de hortaliças e tubérculos, cuidado de animais de pequeno porte como as aves, também é a responsável pela manutenção do ambiente doméstico, em atividades como limpeza e preparo dos alimentos. Pode-se, sem nenhuma dúvida, assemelhá-la ao homem no concernente as horas e dias trabalhados. No entanto, tal como o trabalho excedente do homem, o trabalho da mulher não é valorado (ao contrário do homem que somente o trabalho excedente não é valorado), encontrando-se ausente no valor do produto final. Em dois casos as mulheres trabalhavam como professoras em escolas rurais, fato que as sobrecarregavam ainda mais, já que, quando não se encontravam no ambiente escolar, estavam na unidade familiar exercendo atividades domésticas e relacionadas à produção agrícola, sobretudo.

Pode-se dizer que o mesmo se dá em relação à força de trabalho dos filhos. Porém, como nas famílias estudadas, de um modo geral, os filhos que se encontram vivendo na unidade familiar - ou grande parte deles - estão em fase escolar ou trabalham fora, nas chamadas firmas de reflorestamento, como jornaleiros nas unidades familiares de vizinhos e parentes e, em alguns casos, temporariamente em grandes centros, por exemplo, como trabalhadores da construção civil, a contribuição direta da força de trabalho dos filhos nos processos produtivos das unidades familiares é irregular e esporádica, sendo incorporada nos períodos em que eles não estão trabalhando em outros lugares, ou em que não se encontram no ambiente escolar, como é o caso dos filhos de um camponês que durante a semana residem na cidade vizinha onde fazem o ensino médio em um Instituto Federal.

É, o meus dois filhos sempre me ajuda, só que como um, esse que formou agora, ele ajudava mais poco, porque sempre era dia de sábado, né? Estudava a semana toda e de sábado ele vinha e nós trabaivava. Mas sempre ajudava, né? Mas agora ele formô, e eu tenho certeza que ele num vai podê me ajudá mais. Só o dia de sábado. Vai continuar me ajudando mesmo no dia de sábado. (G-H, 59, C-C)

A partir do trabalho dos filhos e filhas que se encontram vivendo na unidade familiar e exercem trabalho fora da mesma, cabe considerar que a venda permanente ou temporária desta força de trabalho é parte integrante da estratégia de reprodução social da família camponesa, já que é uma forma de extrair valor do trabalho exercido, subtraído quando executado na unidade familiar. A mesma lógica tem validade em relação ao trabalho das mulheres externo à unidade-familiar.

Exposto os aspectos constituintes da composição da força de trabalho familiar, apresentam-se agora os elementos pertinentes às modalidades de combinação da força de trabalho nos processos produtivos das unidades familiares abordadas.

Determinadas interações entre modalidades de combinação de força de trabalho condicionaram a reprodução das famílias camponesas do território até o contexto que precede as transformações econômicas, sociais e ambientais que caracterizam as últimas quatro décadas. Como um processo, ao longo do tempo, novas configurações, no que concerne combinação da força de trabalho, foram forjadas e continuadas, rompendo e criando novas formas de interagir e produzir.

Pode assim, com referências nas modalidades já abordadas, considerar três tipos de combinação que se reproduzem atualmente na dinâmica produtiva das comunidades, que acabam por refletir as transformações recentes. São elas: *trabalho intrafamiliar*; *trabalho semi-interfamiliar comunitário*; *trabalho semi-intercomunitário*.

Como *trabalho intrafamiliar*, como já exposto anteriormente, entende-se a combinação da força de trabalho no interior da família nuclear, que acaba por se traduzir numa força de trabalho familiar. Esta força de trabalho familiar responde pela maior parte do trabalho aplicado nas unidades familiares. Sendo permanente e cotidiana, responde por grande parte do processo de produção agrícola e pecuário, como as atividades relacionadas às lavouras temporárias, às lavouras permanentes, à produção de hortaliças e à criação de animais de pequeno e grande porte, bem como pelas atividades ligadas à comercialização de produtos e compra de insumos, manutenção da unidade familiar e preparo de alimentação. A esta força de *trabalho intrafamiliar*, em determinados casos e situações, sobretudo nas quais se faz necessário um incremento na força de trabalho cotidiana, em algumas atividades exigentes de maior esforço físico em um pequeno espaço de tempo, como em certas fases dos processos de produções agrícola e de carvão vegetal e madeira para celulose, associa-se a força de trabalho externa, que pode ser de parentes e vizinhos, ou de trabalhadores rurais das proximidades.

A modalidade caracterizada como *trabalho semi-interfamiliar comunitário* é aqui entendida como a combinação de parte da força de trabalho de uma unidade familiar, - isto é, determinadas forças de trabalho no interior de uma família nuclear - com a totalidade ou parte da força de trabalho de outra familiar nuclear, com relações de parentesco ou não, no interior de uma determinada comunidade. Esta combinação se desenvolve com menor frequência e abrangência que a modalidade passada. Acontece durante todo o ano, quando se precisa de uma força de trabalho externa, por exemplo, para serviços relacionados à manutenção da unidade familiar, mas, especialmente, em determinados períodos do ano, onde se exige um acréscimo à força de trabalho doméstica, como em períodos de safra e de plantio e colheita das plantações de eucalipto. Esta força de trabalho 'extra' pode ser acionada a partir do pagamento de diária ou da troca de dias.

Por fim, encontra-se a modalidade *trabalho semi-intercomunitário*, que se compreende como a combinação entre a força de trabalho familiar de determinada unidade familiar de dada comunidade com a de outras comunidades ou povoados, mais ou menos próximos, sendo ou não familiar, com relação ou não de parentesco. Esta combinação se desenvolve basicamente em períodos que necessitam de substancial complementariedade na força de trabalho familiar, em atividades que estão, sobretudo, relacionadas com o processo produtivo de carvão e de madeira para a produção de celulose. Essa força de trabalho 'extra', como na

modalidade anterior, pode se dá sob pagamentos de diárias ou troca de dias, dimensão agora tratada.

Quando se refere a contratação de força de trabalho, está se tratando, em todos os casos conhecidos, da sua forma sazonal. Em nenhuma das unidades familiares havia trabalhadores permanentes. O acionamento a força de trabalho externa à unidade familiar, como visto anteriormente, se dá somente em situações de urgência, quando determinado serviço exige rapidez e agilidade, especialmente em contextos onde se realiza atividades que exigem um esforço físico excessivo, como limpeza de terreno, corte e carregamento da madeira do eucalipto, como relatado por um camponês ‘fomentado’:

Uai, na mão de obra eu mexo aqui mais um minino meu. E às vezes tem alguma mão de obra assim é, particular, que a gente mexe. Mas num é contratada não. Registrada não. [...] Ah, isso aí a gente precisa bobo. Igual [...] a gente mexendo cum carvão, mexendo, cê mexendo cum uma plantação de eucalipto, dá muita mão de obra, né? (J-H, 53, C-B).

Esses trabalhadores, quando vêm da própria comunidade, são geralmente jovens, com relação ou não de parentesco. Mas acontece de virem de comunidades e povoados próximos, pertencentes ou não do município de Peçanha. O pagamento, de acordo com os agricultores que fazem uso dessa força de trabalho, varia de trinta a quarenta reais por dia de trabalho, excluído a alimentação e, em certos casos, os custos do transporte.

A contratação de força de trabalho não é generalizada, a maior parte dos agricultores que contribuíram com a pesquisa, excetuando os camponeses da comunidade C-B, tem como principal forma de acesso à força de trabalho ‘extra’ o tradicional sistema de troca de dia, e só contratam força de trabalho quando este sistema não é suficiente ou lhe falta de alguma forma. Sem dúvida, apesar de ser um sistema de ajuda mútua remetido aos primórdios das comunidades, com o passar dos anos e todas as transformações explicitadas anteriormente, este sistema foi sendo recriado e adaptado às novas configurações econômicas e sociais, especialmente aos aspectos relacionados à redução drástica de força de trabalho e à especialização produtiva do território. Atualmente, não se pratica a troca de dia na magnitude passada. Diferentemente do tempo em que a força de trabalho trocada correspondia a toda ou quase toda força de trabalho do interior da família nuclear, agora a força de trabalho cambiada é basicamente a dos gêntores. Enquanto o sistema anterior englobava toda a família, a articulação que está em prática hoje é calcada no indivíduo⁸⁹. A troca se dá entre genitores, onde se estabelece uma espécie de “contrato”, um acordo que garante a estabilidade do sistema.

Eu trabalho de sócio. Eu arrumo um rapaz e nós trabalha de sócio. [...] Funciona assim, pur exemplo. Se eu vou fazer pra mim, eu pago ele pra fazê, pra me ajudá. Agora, se nós tão fazendo a quartenta pur cento, aí ele tem vinte pur cento e eu tenho vinte pur cento. Aí nós faz é desse jeito. Aí eu já num pago ele. Ele trabalha pra ele e eu trabalho pra mim. (J-H, 54, C-A)

Como explicitado, há uma “relação de sociedade”, que vai além da troca de dia nos trabalhos executados nas unidades familiares. Neste caso, trabalha-se de forma mutua mesmo sem trocar o dia. Como no relato aparece uma referência a pagamento, pode aparentar alguma

⁸⁹ Aqui se trata da generalização de um fator caracterizador. Sendo assim, não se exclui a existência de situações onde mais membros da família, fora o genitor, e conjuntamente com ele, participem de atividades onde se reproduz o sistema de troca de dias, como houve alguns relatos. Porém, isto se dá de forma esporádica, já que a maior parte dos filhos estuda ou trabalham fora da unidade familiar, compondo uma força de trabalho irregular e relativamente dissociada da força de trabalho do genitor.

mediação monetária. No entanto, é somente uma forma de expressão, onde o ato de pagar está relacionado ao compromisso de retribuição do dia dispendido pelo “sócio”.

É. Não, ele num me paga. Acontece assim. Nós, eu vô pra ele, ele vem pra mim. Nós troca. É troca de dia. Num caba num pagando um a outro dinheiro [...] Num tem nem dinheiro no meio não. [...] Troca de dia. Eu vô pra ele, ajudo ele, ele vem pra mim e me ajuda, e é assim. (J-H, 54, C-A)

Enquanto em tempos pretéritos o sistema de troca de dia estava relacionado essencialmente ao processo de produção agrícola, atualmente este se encontra em torno do processo de produção de carvão e de madeira em tora para celulose, especialmente este último, que tem uma escala maior, o que exige expressiva força de trabalho ‘extra’ e muito esforço físico.

Temporário é assim. Temporário nós faz o seguinte. Nós troca dia, né? Então vão supô, o meu colega ali, ele tá fazendo um serviço nós trabalha uns dois dia pra ele e uns dois dia ele vem me ajudar, que às vezes nós tão cum serviço pesado. Ele vem ajudá nós. Aí nós vão pra ele também, fazê um serviço pesado dele. Pra nós não fazê o serviço pesado sozim, né? Então é mais ou menos assim (SG-H, 59, C-C).

Nestas ocasiões, dependendo do ‘tamanho’ do serviço, a troca de dias se avoluma, formando uma espécie de mutirão.

Seria assim pra fazer uma, igual nós, nós planta um pouquim de madeira com a Cenibra. A Cenibra fornece pra nós um... nós são um pouquim de fomentado. Então na época que nós vão alotar um caminhão, carregar um caminhão, que nós tão entregando lá a madeira, aí nós faz a troca de dia. Aí gasta ali umas seis pessoa. Aí eu sô um só. Ou dois aqui. Aí vem quatro pessoa de lá. Durante aquela semana que nós tão entregando a madeira nós já é um mutirãozím duns seis ali, se precisar, de oito. Nós arruma é mais ou meno assim [...] (G-H, 59, C-C)

Este sistema de troca de dia, como observado, exige compromisso. Como a força de trabalho intrafamiliar (no sentido da articulação entre a força de trabalho de uma familiar nuclear) envolvida é cada dia menor, pois, como dito, concentra-se, sobretudo, nos genitores, formam-se espécies de grupos de agricultores, no qual se desenvolve o sistema de ajuda mútua. Quem está fora desses grupos, ou por não se dispor à ser orgânico ao sistema, ou por ter outros trabalhos ou atividades cotidianas que o impeça de estar “disponível” quando preciso, ou pelo menos com uma certa regularidade, tem dificuldades ou mesmo impossibilidade de contar com esta força de trabalho, como fica explicitado pelo seguinte relato de um agricultor que durante alguns dias na semana trabalha na sede municipal.

A troca de dia aqui no nosso meio agora ela tá bastante apertada. Porque se torno pouca gente, já de fora, né? Pra trocá dia. E cada um tem seu serviço e eles já, e alguns já tem o seu grupo. Então aí, enquanto eles estão trocando os dias com um do grupo deles, aí a gente tá desenvolvendo o trabalho dá gente cá, cum a família. Porque se for pra gente esperar eles lá, então num dá. Eles já tem a parceria, então a gente tem que dá os pulo pra cá. (L-H, 47, C-A)

A combinação da força de trabalho na dinâmica produtiva no território estudado, como visto até aqui, pode assumir várias formas e articulações que, no processo histórico, se reproduz via elementos que permanecem, desaparecem e são criados. Nos processos de produção esta linha de interpretação é também pertinente, como se verá a partir de agora.

5.4 Processos de Produção

A análise do período recente do processo de mudança agroambiental no território abordado indica que as transformações ocorridas nos últimos quarenta anos implicaram na reconfiguração das relações de produções e de troca, tanto no que diz respeito à composição e combinação de forças de trabalho, quanto no que se refere ao processo produtivo, o que inclui as formatações espaciais, tecnológicas, biológicas etc. No tempo presente, os dois principais processos de produção são o agrícola e o arbóreo. Dado sua importância histórica, explora-se primeiro o agrícola.

5.4.1 Processo de produção agrícola

O processo de produção agrícola, que tem suas origens imbricadas aos primórdios das comunidades, posto que estas emergiram e se estabilizaram como comunidades camponesas essencialmente agrícolas, é realizado na atualidade fundamentalmente para o autoconsumo, tendo baixíssima e em certos casos nenhuma importância nas relações de troca.

No interior das unidades familiares a ocupação de áreas pelas atividades agrícolas passa por um processo de retração. A maior parcela dos agricultores substituiu parte da área de lavoura para alocar ou expandir as plantações de eucalipto, especialmente as áreas de maior inclinação (Figura 7). Atualmente, as lavouras temporárias encontram-se, principalmente, nas áreas intermediárias e baixas. Nestas áreas, cultivam-se, sobretudo, o milho, o feijão⁹⁰, a cana, a mandioca e o arroz (Figura 8). No caso desta última, as áreas de cultivos são, exclusivamente, as chamadas várzeas ou brejos, que também são espaços onde se cultivam as hortaliças e os tubérculos (Figuras 9 e 10). Em torno dos domicílios, de forma geral, encontram-se as lavouras temporárias, basicamente de frutíferas e também hortaliças. Um croqui produzido a partir da elaboração de um esboço em conjunto com uma liderança da comunidade C-A possibilita a visualização da organização do espaço produtivo nesta localidade (Figura 10).

⁹⁰ O milho e o feijão geralmente são plantados de forma consorciada em uma mesma área, permitindo um melhor aproveitamento das áreas de lavoura.



Figura 7 - paisagem das áreas altas, onde se destacam as reservas legais e as plantações de eucalipto.
Fonte: trabalho de campo, Fev/2014.



Figura 8 - Paisagem das áreas intermediárias e baixas, onde se destaca a lavoura de milho. Fonte: trabalho de campo, Fev/2014.



Figura 9 - Paisagem das várzeas e brejos, onde se destaca a lavoura de arroz. Fonte: Trabalho de campo, Fev/2014.



Figura 18 - Paisagem das várzeas e brejos, onde se destacam os canteiros de hortaliças e tubérculos. Fonte: Trabalho de campo, Fev/2014.

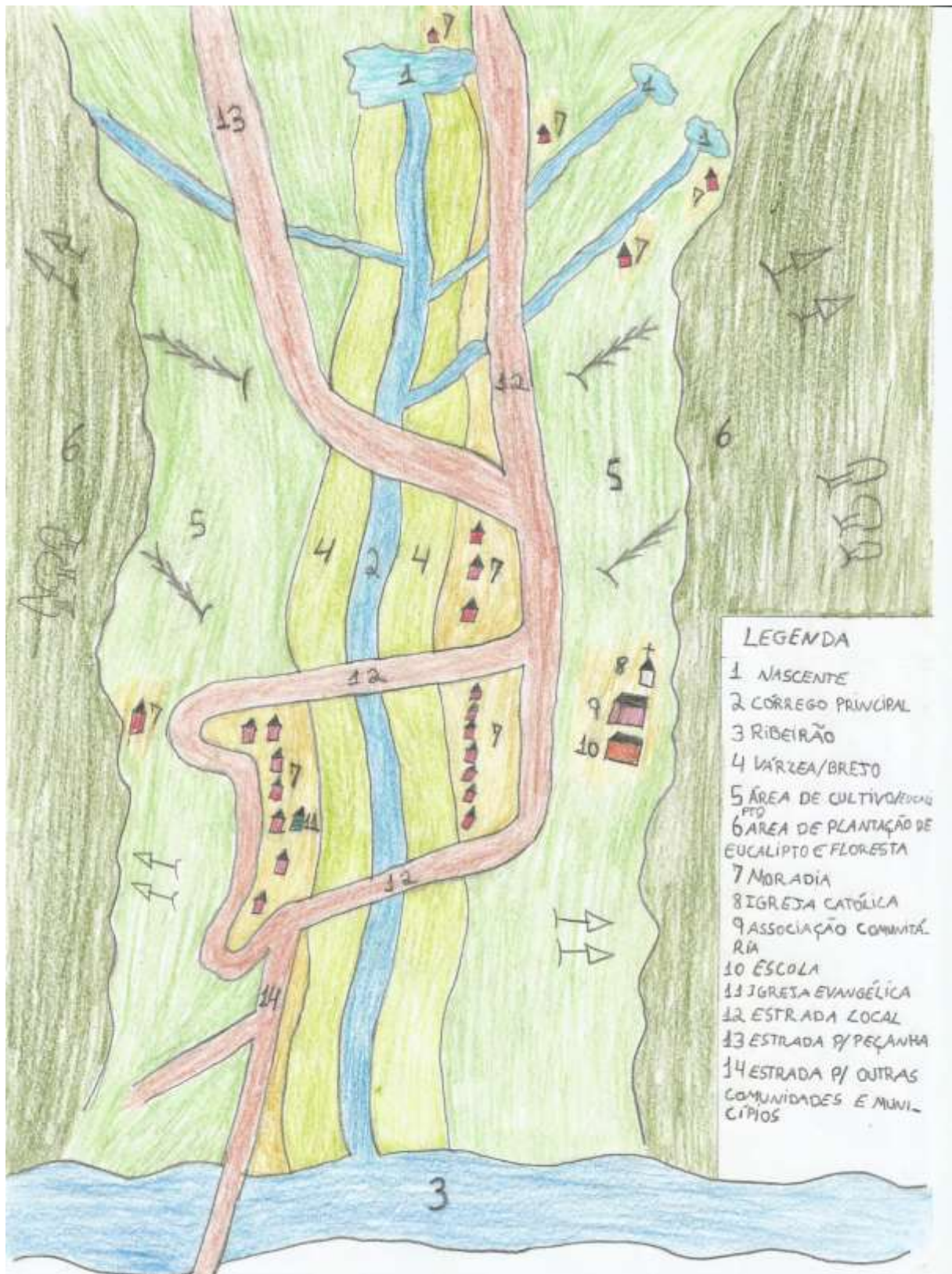


Figura 19 - Croqui da organização espacial da comunidade C-A elaborado a partir de um esboço construído durante o trabalho de campo conjuntamente com uma liderança desta comunidade. Elaborado pelo autor.

Como já mencionado, a força de trabalho que se aplica nas atividades agrícolas é essencialmente familiar e, somente em casos extraordinários aciona-se força de trabalho complementar. No mês de agosto e setembro inicia-se a limpeza e preparo da terra, atividade que atualmente conta com um trator de propriedade comum das associações comunitárias, ou, em alguns casos, com a máquina da prefeitura aproveitada em contexto de alguma obra ou trabalho de manutenção, como instalações hidráulicas e reparos de estradas.

Com a terra preparada, aguarda-se o início da temporada de chuva para se fazer o semeio. Como atualmente o regime de chuva é mais curto e mais instável, esta etapa vem sendo realizada, em sua maior parte⁹¹, nos meses de outubro e novembro⁹². Excetuando a mandioca e a cana, que tem um ciclo mais longo, as colheitas das demais lavouras temporárias são realizadas entre janeiro e junho, dependendo, dentre outros fatores, das variáveis de gênero e mês de plantio.

A partir dessas informações pode-se considerar que o ciclo agrícola nas comunidades estudadas, que se inicia com o preparo da terra e termina com a colheita, pode perdurar de 10 a 11 meses no ano, praticamente o ano completo. Isso se dá devido à diversidade de gêneros cultivados, que por terem variações de ciclo, acabam por expandir o ciclo agrícola anual. Porém, há uma concentração das atividades em torno do período chuvoso, tendo em vista que a irrigação das lavouras é realizada de forma natural.

O sistema de policultura historicamente reproduzido por este campesinato implicou na manutenção de grande variedade genética no que tange às espécies vegetais que, adaptadas às características fitoclimáticas e às necessidades de produção e reprodução social, garantem, de certa forma, a autonomia frente aos mercados de sementes e grãos (Figura 12). Este material genético vem sendo usado e aprimorado desde o estabelecimento das comunidades familiares, como fica expresso na fala de um camponês da comunidade C-A.

Todas essas sementes que nós trabalhamos com ela aqui, isso é uma cultura que já vêi desde os nossos pais. Nossos pais chegaram aqui pra trabalhar nessa região e já encontraram essas semente aí, tanto o milho, o arroz, o feijão, batata, mandioca, banana, cana. Então todas essas semente nós encontramos aqui (L-H, 47, C-A).

Durante a entrevista, num rápido levantamento sobre a diversidade de gêneros e espécies vegetais alimentícias cultivadas em sua unidade familiar, este camponês, conjuntamente com sua esposa, relaciona:

⁹¹ Um agricultor entrevistado destacou um ponto importante para a compreensão da relação entre início dos plantios e período chuvoso. Como destacado, o semeio é realizado, majoritariamente, após o início do período chuvoso, já que a agricultura ali praticada é realizada essencialmente a partir da irrigação natural e a maior parte dos terrenos é formada por áreas intermediárias, sendo as menores áreas de baixada, próximas a cursos d'água. Essas áreas minoritárias são áreas de alagamento, onde se mantêm a umidade do solo mesmo durante o período de estiagem. Por assim serem, permitem o semeio antes do período chuvoso, como afirma o agricultor: *“Isso tem a variedade, né? A época certa que o pessoal aqui planta e a gente também acompanha, todo junto, que dizer que, agosto com uma área baixa, agosto e setembro, né? Terra mais seca assim que chove. Se chover setembro, planta setembro, se não for, planta mês de outubro. E tem aí o período que a gente planta alguma área pequena, às vezes pra ter um milho mais cedo, igual nós já plantamos agora. Plantamos uma área que limpamos no brejo e ele já tá começando a nascer. Tem uns lugar mais úmido já brotou, os lugar mais seco ainda tá dentro da terra”* (L-H, 47, C-A). Como destacado, as áreas baixas são minoritárias, dessa forma, a maior parte das lavouras de milho e feijão estão concentradas nas áreas intermediárias, que são de baixa umidade, o que também explica, em parte, a forte relação entre início dos plantios e início das águas.

Uai, nós temos aqui esse milho da palha roxa, do sabugo roxo, né? E esse outro milho do sabugo branco, né? Porque tem o milho branco também, que o grão dele já é branco, mas esse a gente não trabalha com ele praticamente, não. Nós plantamos ele aqui uma época um pouquinho. Foi nós ganhamos duma comunidade lá da Palha, da sogra do meu minino, então, acontece que nós não continuamos com ele não, continuamos com esse outro mesmo aí [...] A mandioca também aqui. Mandioca espora, mandioca cacau, mandioca marela. Toda a gente trabalha com ela aí, mas já encontramos essas semente aqui. [...] O arroz é esse aí, mês de abril. Mês de abril que nós trabalhamos com ele, mas semente que nós encontramos também aqui. [...] Feijão é o roxim, né? Feijão carioca, feijão preto e algumas pessoas planta também o feijão ferro, né? E tem uma semente também de fava também que algumas pessoas gosta de plantar ela. [...] Aqui é cana urucana que é uma cana mais dura, bem dura mesmo, e a cana São Paulo, e algumas covas de cana macia. [...] De batata igual você viu aquele dia ali, aquela batata da pele roxa e da pele clara, que tem a massa amarela. Batata semente e [...] batatinha de fazer molho né, essa de fazer sopa. [...] Banana é a caturra grande, né? E a rosa. E na cabeceira da água ali tem uma cova da banana prata. Da banana pedra, que ela dá tipo umas pedra na massa, né? Alguns chamam ela de banana maçã. Aqui chama mais de banana pedra, que ela tem uma massa bem dura, né? [...] (L-H, 47, C-A).

Sobre a variedade de quiabo: “*Chifre de viado, esse quiabo roxo, e o liso, né?*” E de abóbora: “*Jacarezinho, mogango, menina brasileira, né? E plantamo também uma, alguma semente da japonesa, né? Só que acabou vingando pouco, né? Mas tem pelos menos uma na rama a gente já viu ali em baixo*” (L-H, 47, C-A).

Estas variedades de gêneros e espécies - produto de um processo histórico de uma população que teve a produção de suas condições materiais de existência sobre bases de relações de simbiose com o mundo natural⁹³ -, como aludido, garante aos agricultores e agricultoras forte autonomia frente ao mercado, bem como, possibilita a eficiência da produção para o autoconsumo, já que tais variedades são geneticamente adaptadas à região⁹⁴, fato que permite, por exemplo, o armazenamento de grãos e sementes por um maior período de tempo, como é o caso do milho, bem enfatizado pelos entrevistados quando questionados sobre a escolha dos grãos e sementes.

A maior parte destes camponeses utilizam exclusivamente grãos, sementes e mudas historicamente produzidas e reproduzidas no território (Figura 13). Apenas uma minoria vem experimentando as variedades do mercado, como é um caso de um agricultor da comunidade C-B: “*Uai, é daqui da região mesmo. Esse natural mesmo. Nós tão precisando até de mudar pra dar mais um, produzi mais. Mas a gente fica deixando essas coisas mais antigo, eles adura mais, num caruncha, né?*” (J-H, 55, C-B).

A fala acima explicita a existência de certo dilema em torno de quais grãos usar. Os milhos crioulos são mais resistentes às pragas, ao contrário do milho comprado no mercado, que segundo os agricultores e as agricultoras “caruncha” muito rápido, apesar de apresentar maior produtividade (especialmente pelo menor tempo de maturação), o que acaba por manter o uso tradicional, mesmo que em diálogo com a alternativa externa, apresentada pelo mercado.

Daqui mesmo. O milho sempre às vezes assim, às vezes a gente qué mudá, às vezes um ano a gente pranta, compra lá desse que vem de fora pra plantar. Outro ano a gente já, por exemplo. Esse ano eu pranto o milho de primeira, o ano que vem eu já pranto do meu, que ele já é de segunda. Então é assim. Agente vareia, né? [...] Por que esse milho que vem de fora, ele caruncha muito rápido, e nós pranta ele, aí ele já

⁹³ Ver Diegues (2008)

⁹⁴ Ver Carvalho (2003)

fica de primeira, aí ele já num caruncha, porque aí nós já vai prantar ele uma secunda vez, aí ele num caruncha, já caruncha mais poco. (J-H, 54, C-A).

A promessa de maior produtividade dos grãos e sementes adquiridas via mercado não é suficiente para fazer com que os agricultores e agricultoras abdicuem das sementes crioulas. Isso pode ser explicado por alguns fatores de ordem prática. Como a semente comprada no mercado tem menor durabilidade, ela passa a não ser interessante, pois não dura o tempo suficiente para ser usada na próxima safra, bem como não permite o armazenamento para autoconsumo no período entre safras. Sendo as produções de grãos e sementes essencialmente voltadas para o autoconsumo, a sua produtividade torna-se menos valorizada que a sua resistência ao longo do tempo. Tudo isso, somado ao dispêndio monetário exigido para compra, influi de forma decisiva na escolha pela manutenção do uso tradicional.

Aqui se encontra outra dimensão fundamental do processo de produção agrícola, que pode ser expresso pela noção de capitalização, tido aqui como a articulação de elementos materiais, como insumos e recursos financeiros, que viabilizam as atividades produtivas.

No processo de produção agrícola esses elementos materiais são garantidos de diversas formas, sendo acionados interna ou externamente. No caso das lavouras principais, como milho, feijão e arroz, os grãos e sementes decorrem da prática de armazenamento da safra passada⁹⁵ (Figura 14). Outras lavouras e culturas como a da mandioca, cana, batatas, inhame, hortaliças, entre outras, sementes e mudas tanto são advindas de reprodução interna, quanto provenientes de doações e da aquisição no mercado.

Adubos e fertilizantes vão variar de acordo com a presença ou não de gado bovino na unidade familiar. Isso porque quem possui gado bovino tem um acesso mais farto ao esterco, utilizado como adubo. A abrangência dessa utilização também varia de acordo com o tamanho do rebanho. Quanto maior o rebanho, maior a quantidade de esterco disponível. Isso não quer dizer que quem não possui rebanho não faz uso deste adubo, mas, sem dúvida, ele é mais limitado, pois depende de doação ou de compra. Mesmo os que têm um rebanho não tão pequeno, como, por exemplo, umas três dezenas, entre vacas e bezerros, não possui a quantidade suficiente de adubo orgânico para todas as lavouras. O uso desses, como acontece com os que não possuem rebanho ou o possuem em rala quantidade, é restrito às hortas e culturas de pequeno porte, como batatas, inhames, entre outros. Nas lavouras principais, tanto nas áreas baixas, quanto nas áreas intermediárias, o principal insumo de fertilização do solo são os fertilizantes químicos, mais especificamente o NPK, adquirido em mercado.

Nas lavouras não se faz uso de agrotóxicos, como fungicidas, herbicidas, formicidas, entre outros “*Não, uso nada não. É só plantá lá e limpá só cum capiná, cum inxada, né? Pra plantar o milho assim, o arroz, não bate remédio não.*” (G-H, 59, C-C). O trato é essencialmente manual, sob auxílio de ferramentas como foice e enxada. Em quase totalidade das unidades familiares as atividades laborais são manuais. “*Ah, ferramenta de trabalho? A gente usa enxada, foice, machado, moto-cerra, facão, [...] Para os trabalhos mais pesados são esses, né? Pra cortar uma tábua, tem o cerrote. Cortar um ferro uma cegueta.*” (L-H, 47, C-A).

⁹⁵ Houve em alguns casos alusões à praticas de doações de sementes e grãos para vizinhos ou parentes.



Figura 12 - Cesta de gêneros que representa a variedade da produção agrícola de uma família camponesa da comunidade C-A. Fonte: Trabalho de campo, Fev/2014.



Figura 13 - Semente de milho da palha roxa. Fonte: Trabalho de campo, Fev/2014



Figura 14 - Sementes de arroz armazenadas. Fonte: Trabalho de campo, Fev/2014.

Em dois casos os agricultores possuíam tratores e máquinas. Nos outros casos, o acesso é realizado via associação e prefeitura municipal. No caso dos que possuíam, não por coincidência, eram os que detinham maior quantidade de terras e, conseqüentemente, maiores área tanto de lavoura, bem como de plantios de eucalipto. A quantidade de terra – assim como sua situação jurídica - é aqui fundamental para a aquisição desses aparatos técnicos, pois permite um volume maior de produção à unidade familiar e, conseqüentemente, de recursos monetários a partir da comercialização da mesma. Mas também é pelo valor de hipoteca, que passa a servir de garantia em casos de empréstimos⁹⁶.

Chega-se aqui a um ponto central da capitalização, o empréstimo. A maior parcela dos agricultores e agricultoras entrevistados já fez empréstimo bancário, por motivos pessoais, como tratamento de saúde, mas, especialmente, para finalidades produtivas, como: custeio de capina e plantio de lavoura e pasto; compra de animais; compra de tratores, entre outros. A maior parte desses empréstimos foi de Pronaf. Noutros casos os empréstimos foram feitos em cooperativa de crédito regional e bancos públicos e privados.

Contudo, a manutenção dessa gama de cultivos reproduzidos historicamente nestas comunidades só foi possível pela drástica diminuição da área plantada e extinção de algumas culturas. A intensidade e dedicação da força de trabalho exigida pelo processo de produção arbórea não permitiria, obviamente por motivos físicos-espaciais, mas também pelo tempo e carga de trabalho exigida, a conciliação com áreas de lavouras mais extensas. Trata-se então, a partir de agora, do processo de produção arbórea.

5.4.2 Processo de produção arbórea

O processo de produção arbórea, diferentemente do agrícola, é relativamente recente na dinâmica produtiva do campesinato em questão, tendo seu início, de acordo com a experiência dos agricultores que contribuíram com o trabalho de pesquisa, na primeira metade da década de 1990, ou seja, entre 20 a 25 anos. Mesmo assim, as áreas de plantio de árvores eram pouco relevantes em relação à área total. Elas só vieram a se expandir a partir das adesões ao Programa Fomento Florestal, que, pelo menos no que tange aos agricultores em questão, se intensificaram na década de 2000.

Este processo produtivo, ao contrario do agrícola, é exclusivamente voltado para comercialização, tendo como produtos o carvão vegetal e a madeira em tora. Assim, as relações de troca dos agricultores aqui mencionados são basicamente realizadas em torno

⁹⁶ Um agricultor, ao ser questionado porque não conseguiu o empréstimo via Pronaf para a aquisição de um trator, evidencia a importância da propriedade da terra para a aprovação do crédito. *“Eu tentei o Pronaf, mas como nosso Banco Brasil tinha um gerente lá que era um poquinho meio difícil pra gente, ele fico me enrolando um ano. Aí eu num consegui com um ano, precisava, ele me exigiu dois avalista. Como a gente que é o pequeno produtor, trabalhador rural. A gente fala produtor, mas produz muito pouco, né? É pequeno trabalhado rural, a gente num, ninguém vai avalizar a gente. Em grande coisas. Então eu falei ó, eu não vou conseguir não. Exigiu dois. Aí eu num consegui arrumar os dois, mas, até que tinha, até que tinha. Mas a gente ficava até cum vergonha de procurar uma pessoa rico pra avalizar uma pessoa pobre. Então eu num vou conseguir não. Aí eu fiquei queto. Quando foi no fim do ano, o Branco do Brasil ficou me enrolando. Quando foi daí, doz mili e doze, esse [produtor de cachaça local] mesmo, falou comigo assim: ah, porque o cê num faz isso, num compra no banco Bradesco. No banco Bradesco num precisa de avalista não. [...] Aí eu fui lá. Aí eu fui lá e conversei cum o rapaz lá, o rapaz falou assim: Uai, faz o documento lá. Aí [...] levou os documento das terra que eu tinha e tudo. Ai quando eu sai de lá já tinha feito minha ficha toda. Aí quando terminou ele falou comigo daqui a três dia cê volta cá. Aí daí três dia eu voltei e ele falou comigo ó: ‘Seu projeto foi aceito’. Aí eu falei: ‘E num vai precisar de avalista, não, uai?’ Ele falou: ‘não, o que vai te avalizar o cê é o produto que o cê comprou, uai. Sua terra. Cê tem sua terra, a sua máquina que o cê comprar, fica garantido’. ‘Ah, então tá bom’. Aí comprei”*(G-H, 59, C-C).

destes produtos. Tais produtos são, no caso destes agricultores, o meio que liga o campesinato local à duas mundializadas cadeias mercantis, a do aço e a de papel e celulose. Através destes produtos este campesinato conecta-se diretamente à economia mundial capitalista.

Como o foco aqui é a integração à cadeia mercantil de papel e celulose, não se dispenderá a atenção que mereceria a produção de carvão vegetal. Conforme visto anteriormente, os agricultores aqui abordados conjugam a produção de madeira em tora para celulose com a produção de carvão vegetal. Desta forma, o início e intermeio do processo de produção de ambos são os mesmos, diferenciando-se no fim, quando se dá o corte.

As primeiras atividades, tal como no processo agrícola, inicia-se com a limpeza do terreno. As áreas onde foram alocadas as plantações de eucalipto variam bastante, sendo antigas áreas de pasto, lavouras e florestas, mas encontram-se na atualidade, principalmente, nas partes altas e intermediárias das glebas das unidades familiares.

Realizada a limpeza, iniciam-se as atividades de plantio das mudas, seguido da sua adubação. Esta etapa é realizada durante a época das águas, já que o plantio, por não ser irrigado artificialmente, deve ser feito em dias chuvosos. Esta etapa exige bastante força de trabalho, o que reflete na contratação de força de trabalho externa ou no acionamento dos “parceiros” do grupo de troca de dia.

O ciclo do eucalipto, devido às intenções que o cerca, é curto, durando em média 7 anos. Nos dois primeiros anos, exige-se muito cuidado e vigilância, especialmente com as pragas, como formigas e cupins, que até esta idade das árvores são capazes de inviabilizar vários pés. Dessa forma, a chamada atividade de “combate” é realizada de forma intensa e sistemática durante esses dois primeiros anos pela força de trabalho familiar.

Já próximo ao corte, os agricultores iniciam a mobilização em torno desta atividade. A força de trabalho externa vem em forma de contratação, ou via troca de dia. Essa força de trabalho irá cortar, limpar, empilhar a madeira e, no fim, alotar o caminhão, no caso da madeira em tora para celulose. No caso da produção de carvão, as sobras deste último processo são levadas para os fornos no interior das unidades camponesas.

Até então foi tratado os aspectos constituintes dos processos produtivos que estão na base da produção e reprodução das condições materiais de existência do campesinato abordado, porém, obviamente a dimensão produtiva é uma simplificação desta dinâmica, que só torna passível de uma análise mais completa quando considerado os processos de transformação e circulação dos produtos.

5.4.3 Armazenamento, beneficiamento e comercialização

Conforme já foi diversas vezes enfatizado, as produções agrícola e pecuária de pequeno porte são essencialmente voltadas para o autoconsumo familiar. Os produtos das lavouras principais, quando colhidos, são armazenados em paióis. Ao longo do período entressafra, esses produtos *in natura* vão sendo incorporados ao consumo familiar, seja diretamente nas refeições, seja indiretamente através da alimentação de animais de pequeno porte, tal como as aves domésticas e suínos e, em alguns casos, por meio da alimentação dos animais de grande porte, a exemplo do gado bovino. No caso da incorporação direta, alimentos como o arroz e o feijão são consumidos somente pós-cozimento. O milho e a mandioca são consumidos pós-cozimento ou pós-beneficiamento. Diferentemente daqueles, estes são alimentos que passam por beneficiamento, especialmente o milho. Este, quando seco, após o debulho é direcionado à produção de fubá, canjica e a canjiquinha.

O fubá e a canjiquinha são geralmente produzidos em moinho d'água, já que o feito a partir do desintegrador ou moinho elétrico não é muito apreciado. Como nenhuma das unidades camponesas do estudo possuem o moinho d'água, para ter-se o fubá recorre-se a outras unidades que têm a instalação e, através de um pagamento, que é a subtração de parte do milho levado para moagem⁹⁷, consegue-se os produtos. Enquanto o moinho d'água, que é uma instalação externa às unidades familiares pesquisadas, tem grande relevância no processo de beneficiamento do milho, internamente o pilão assume estas e outras transformações, porém, num volume mais reduzido. O pilão, usado no processo de produção da canjica, dentre outras coisas, serve para a trituração dos grãos de café e para o descascamento arroz⁹⁸ (Figura 15).

Da cana, através de uma engenhoca extrai-se a garapa que é utilizada *in natura* na produção de líquido de café⁹⁹ e também para a produção de melado, preparado em tachos de cobre acoplados à fornos de barro, que depois são utilizados como adoçante deste líquido e também na produção de quitandas (Figura 16). Há também casos, não muito frequentes, nos quais a cana é fornecida à produtores de cachaça. Nestas situações, meia parte do produto retorna para o agricultor.

O beneficiamento da mandioca é menos frequente do que o do milho e fica reduzido a produção de farinha em fornos de barro. Em casos em que a unidade familiar não possui os artefatos necessários à produção, como ralador, prensa e forno, o produto é entregue *in natura* para um produtor que dividi - à meia - a produção de farinha com os donos da mandioca.

Todos esses produtos, excetuando os laticínios (queijo e requeijão em barra), são fundamentalmente consumidos nas unidades camponesas, e são partes essenciais na composição de sua cesta alimentar, sendo raros os casos de venda. Somente foi feita uma referência à venda de farinha de mandioca, destinada ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, que teve como pagamento R\$1,20. A cachaça, produzida à meia em apenas dois casos, em um caso, custando R\$2,50 o litro, era direcionada aos atravessadores e, noutro caso, quando vendida diretamente para o consumidor final, tinha o litro o valor de R\$ 6,00. A produção de queijo, presente em cerca de 1/3 dos camponeses entrevistados, na maior parte dos casos era remetida ao mercado (o que não exclui o consumo doméstico), para estabelecimentos comerciais a um preço médio de R\$ 7,60.

Mesmo sendo minoritária, a comercialização destes produtos não pode ser desprezadas. Mas, sem dúvida, a ênfase analítica deve estar - especialmente nas unidades camponesas que possuem plantações de árvores - nos principais produtos direcionados ao mercado, a madeira em tora para celulose e o carvão vegetal. A estes, exclusivamente produzidos para o mercado, cabe uma exposição mais sistemática, principalmente na comercialização da madeira em tora, relação fundamental da dinâmica de integração aqui abordada. Pela complexidade e importância desta, dedica-se aqui um item na exposição, contudo, aborda-se antes, de forma breve, as relações de troca em torno do carvão vegetal.

⁹⁷ Como informa um camponês: “*Aí é na base da troca né? Troca o milho pelo fubá. Aí o dono do munho já tem o fubá lá no munho lá, né? Pra quem chega ela já vai fazendo a troca. Pega o milho, põe pra muê, já tem o fubá lá. Ele mede aquela quantidade do milho que agente levou e dá agente uma quantidade de fubá. A gente vem embora pra casa e o milho que ele recebeu poe ele no munho e vai transformando em fubá*” (L-H, 47, C-A).

⁹⁸ No que se refere ao arroz, tem sido cada vez menos comum a utilização do pilão, já que uma das associações possuem uma máquina de beneficiamento apropriada.

⁹⁹ Nesta situação substitui-se a água pela garapa na coagem do café.



Figura 15 - Pilagem de grãos de café. Fonte: Trabalho de campo, Fev/2014.



Figura 16 - Engenhoca utilizada para a extração da garapa da cana para a produção de melado. Fonte: Trabalho de cana, Fev/2014.

Como já enfatizado, todos os agricultores e agricultoras “fomentadas” produzem carvão vegetal e, em sua maior parte, já o produziam mesmo antes da assinatura do contrato de compra e venda, o que, tal como enfatizado, possivelmente teve importância decisiva no processo de adesão ao programa Fomento Florestal.

A comercialização do carvão se inicia antes mesmo de sua produção, quando os produtores dão início ao processo através da entrega do “requerimento de colheita e comercialização de florestas plantadas” na unidade do IEF local, conjuntamente com diversos outros documentos, dentre eles um “mapa” indicando as medidas da área a ser abatida. Este serve de base para o cálculo da produção que, por sua vez, determina a quantidade de carvão a ser comercializado, objetivado na “Declaração de colheita e comercialização de florestas plantadas”, concedidos aos produtores. Aqui se encontra um ponto controverso, pois enquanto alguns produtores alegam ser o cálculo pertinente à produção real, outros o consideram não condizentes com o produto final, o que implica em produção subestimada, que resulta em prejuízo para o produtor que não poderá vender parte de sua produção de forma legalizada.

Produzido o carvão, este é armazenado geralmente no “terreiro” próximo aos fornos, onde é coberto com uma lona. Ali ele pode ficar até se completar a quantidade suficiente para o preenchimento completo do caminhão, ou, antes mesmo disso. Como o transporte não é realizado por esses pequenos produtores de carvão - que são parte do campesinato em questão -, mas por donos de caminhões que o fretam levando a carga para o seu destino, de acordo com os entrevistados, é preferível, do ponto de vista do preço do transporte, fretar o caminhão do que preencher fretes de terceiros. O transporte é realizado por donos de caminhões do município de Peçanha que, em um caso acessado, possuía unidade produtiva na comunidade¹⁰⁰ C-A. O preço praticado do frete, em fevereiro de 2014, era de R\$35,00 por metro cúbico. O ‘peso’ desse frete no valor do carvão varia de acordo com o preço corrente do mesmo. Quando o carvão está com o preço alto, o frete onera menos o produtor, já que o percentual de seu valor em relação ao valor do metro cúbico é menor, o que se dá de maneira inversamente proporcional quando o valor está baixo. Assim, quando o valor do carvão estava, por exemplo, como em fevereiro de 2014, a R\$140,00 o metro cúbico, o frete correspondia à 25,0% do valor do produto, e, quando, como no caso de um produtor que um tempo antes da pesquisa havia vendido esta quantidade do produto a R\$85,00, o transporte representava cerca de 41,0%.

A oscilação dos preços do carvão vegetal caracteriza, conforme os relatos, as relações de troca deste produto, como fica evidenciado por algumas falas.

O carvão ele é muito bom, mas o carvão é mesma coisa de... Que vê, o que que é que hoje pode tá bão e amanhã tá ruim? É o tempo, não? Óia, o carvão é ingrato. [...] Então vão supor, eu tenho uma moita de eucalip aqui, carvão hoje vai tá igual agora. Agora ele foi pra cento e quarenta e pouco, cento e cinquenta, conforme a firma paga, e eu pego uma área aqui e derrubo ela e começo a fazer o carvão e gasto sessenta dia, que eu derrubei, piquei [...] Ah, então vão supô, o carvão tá cento e cinquenta conto. Ah, agora eu vou pegá um preço bão. Eu vou, derrubo ela toda e pico ela e começo a fazer. Daí a sessenta dia que eu começo a encher os primeiro forno, daí mais trinta, sessenta dia que a carga tá pronta, carvão já baixou. Carvão já caiu, já voltou, às vezes ele tava cento e cinquenta, quando eu derrubei, piquei, comecei fazê o carvão. Quando o carvão já tá pronto, carvão já voltou pra cento e vinte, óia, trinta conto de diferença (G-H, 59, C-C).

¹⁰⁰ Não foi pesquisado em profundidade sobre os donos de caminhões. Mas, pode se observar um caso em que o transportador possuía áreas de plantio no interior de determinada comunidade. É bem possível que carvoeiros empresariais dominem o sistema de transporte de carvão vegetal. Esta é uma questão a ser aprofundada.

Aí, isso é de acordo com a época, né? De acordo com que a fábrica lá, as indústrias conseguem vender o produto que elas produzem lá, o ferro, e aí se ela tiver tendo uma boa exportação, e também ela consegue ter uma boa compragem de carvão, porque ela vai comprar o carvão pra poder produzir ferro, pra vender. Mas se também se reduziu, aí também diminui também, aí cai o preço. Aí já passa ter carvão de sobra, aí o preço vem só reduzindo pro lado zero (L-H, 47, C-A)

Como o carvão é produzido para abastecimento de indústrias siderúrgicas conectadas ao mercado mundial de commodities via cadeia mercantil de aço, esses pequenos produtores estão completamente vulneráveis às oscilações de preços, já que não possuem uma estrutura que os permite estocar o carvão e reduzir os prejuízos da variação via transporte próprio.

De acordo com o levantamento realizado com os entrevistados, o carvão produzido por este campesinato direciona-se desde guseiras à grandes siderúrgicas, como a Guerdau¹⁰¹. Assim, a partir dos nomes das compradoras identificou-se que a produção é direcionada aos municípios de Nova Serrana, Pará de Minas, Sete Lagoas e Divinópolis. Estes dois últimos são, respectivamente, a primeira e segunda cidade em concentração de guseiras¹⁰² em Minas Gerais (SINDIFER, 2014).

Apesar da fragilidade dos pequenos produtores ante à um setor inserido numa cadeia global (caracterizada pela concentração produtiva), dentro dos limites desta cadeia, há uma possibilidade de manobra em decorrência da relativa concorrência entre as indústrias, o que acaba por permitir que se negocie com a indústria compradora que oferece o maior valor, como explicitado na seguinte fala:

[...] Mas leva pra, Sete Lagoas, antigamente era CalSete, a Pará de Minas, agora até fechou, mas ela tá abrindo agora. Leva pra Cisam, Guerdal leva também. De conforme não tá muito bom aquel preço, a outra tá oferecendo mais um mucadinho, a gente leva, né? (G-H, 59, C-A).

Esse fator, dentre outros que irão ficar mais ou menos explícitos até o fim deste capítulo, marca uma diferença importante entre a produção de carvão vegetal e a produção de madeira em tora para celulose. Enquanto a primeira é realizada de forma independente e, por isso, permite uma relativa autonomia frente à estrutura produtiva relativamente concentrada das guseiras e siderúrgicas em Minas Gerais, a última é processada sob relações de monopólio, reificada via contrato de compra e venda, selado entre a indústria compradora e o produtor de madeira, sob condições que passam a ser explicitadas a partir de agora.

5.5 O Fomento florestal como instrumento empresarial de subordinação e como estratégia contraditória de reprodução econômica e social

No capítulo anterior foi explorado, no âmbito das relações de subordinação da agricultura à indústria, o fomento florestal como instrumento estratégico de subordinação da agricultura camponesa à reprodução da cadeia mercantil de papel e celulose que pode ser interpretado a partir de suas dimensões econômicas/produtivas e políticas/ideológicas. Ademais, mesmo com as contradições inerentes, conforme já aludido, o fomento florestal pode ser compreendido como parte das estratégias de reprodução social do campesinato e, dessa forma, em contraposição às relações de dominação expressas pelas citadas interpretações de caráter imperativo, como um instrumento ou mecanismo que compõe a resistência das classes subordinadas do campo.

¹⁰¹ Além desta indústria que tem unidades guseiras em Sete Lagoas, foram citadas a Calsete (Sete Lagoas), Garfanhoto (Nova Serrana), Cisam (Pará de Minas) e Ferdil (Divinópolis)

¹⁰² De acordo com o Sindifer (2014) Sete Lagoas abriga 21 indústrias e Divinópolis 11.

Na interpretação imperativa, em sua dimensão econômico/produzida, conforme assinalado pelos autores e seus respectivos trabalhos recorridos, o fomento florestal prevalece como mecanismo de suprimento alternativo de matéria-prima (DIESEL ET AL, 2006; FISCHER, 2007, BARCELLOS, S/D), que se justifica via transferência de custos e riscos da produção (DIESEL ET AL, 2006; FISCHER, 2007, BARCELLOS, S/D) e pela formação de territórios especializados (Barcellos, s/d) potencialmente capazes de fornecer matéria prima lenhosa (DIESEL, 2006; FISCHER, 2007).

Já em sua dimensão político/ideológico, os trabalhos trazem o fomento como um mecanismo de relacionamento com a população rural que gravita em torno das extensas plantações homogêneas das indústrias e firmas consumidoras de biomassa lenhosa (DIESEL ET AL, 2006; FISCHER, 2007, BARCELLOS, S/D), objetivando uma mediação em contextos de conflitualidade (DIESEL ET AL, 2006; BARCELLOS, s/d), através de discursos, a exemplo dos que propagam a geração de renda e redução do êxodo rural (DIESEL et al, 2006), na tentativa de valorização institucional (FISCHER, 2007) e legitimação da atuação empresarial no território (DIESEL, et al, 2006), que têm implicações desarticuladoras na relação sociedade/natureza tradicionalmente produzida e reproduzida em territórios de agricultura camponesa, pela introdução e atualização de práticas e classificações que remontam ao produtivismo típico da Revolução Verde, elaborados a partir da experiência sociohistórica dos países centrais do sistema mundial (BARCELLOS, s/d).

No entanto, como insistentemente aqui pontuado, esses aspectos transversais às interpretações imperativas podem ser complementados por outros elementos acionáveis no campo da resistência e do exercício de poder dos subordinados, que podem ser expressos, do ponto de vista sociológico, como parte das estratégias de reprodução econômica e social.

Para além destes aspectos constituintes da relação econômica em torno do Fomento Florestal, ora específicos, ora não, podem-se pontuar duas características gerais da subordinação da agricultura camponesa e familiar pelas agroindústrias, concernente, numa dimensão genérica e estrutural, à questão agrária brasileira, exploradas em termos teóricos e metodológicos no capítulo anterior a partir das contribuições de José Vicente Tavares dos Santos, quando o mesmo, partindo de um estudo de caso, identifica que a sujeição da unidade familiar se realiza através da expropriação do seu trabalho excedente e da renda da terra. Tais configurações e os mecanismos que as sustentam são passíveis de identificação na dinâmica de integração explorada por esta dissertação, quando verificados nas explicações dos entrevistados sobre os aspectos contratuais e os cálculos econômicos, que passam a ser discutido a seguir.

5.5.1 Aspectos contratuais

Para início de exposição, cabe pontuar, mesmo que brevemente, os aspectos formais que permeiam as relações entre a Cenibra e o campesinato local que aderiu ao Programa Fomento Florestal, materializado pelo contrato de compra e venda.

Este contrato, no qual a parte compradora é a Cenibra e a parte vendedora o produtor fomentado, estabelece as condições de produção e circulação do produto “madeira em tora” de eucalipto, com os seus correspondes compromissos. No território estudado, não se teve acesso aos contratos vigentes. Mas, pode se, através de contratos consultados de outros contextos¹⁰³ e dos relatos proporcionados pelas entrevistas, encontrar semelhanças

¹⁰³ Se teve acesso a dois contratos. O primeiro, no contexto da pesquisa no município de Virgíópolis (2011), pertencia à modalidade comercial. Este foi objeto de consulta e anotação de pontos centrais, pois não foi

“estruturais” entre o conjunto de aspectos contratuais. Essas semelhanças foram identificadas com base no pressuposto de que há no Programa Fomento Florestal duas modalidades de contrato, que não se encontram especificados em nenhum documento público da empresa em que se teve acesso, mas são identificáveis em trabalhos como o de Silva (2007) e Siman (2011).

Como explicitados nas citadas pesquisas, o Programa Fomento Florestal da Cenibra atua via dois tipos de contrato: o *convencional* e o *comercial*. Os fatores diferenciadores dos contratos encontram-se no âmbito da implantação dos cultivos, isto é, as atividades que precedem e são constituintes ao plantio, bem como aos tratos iniciais. Assim, no contrato convencional, a indústria disponibiliza ao produtor fomentado os insumos de produção básicos, que consistem em mudas, adubos (químico e mineral), e agrotóxicos, a chamada assistência técnica e, em alguns casos, financiamento para custeio da limpeza do terreno no período pré-plantio. Como contraponto contratual, o produtor tem a obrigação de realizar todas as etapas do processo produtivo, ou seja, preparo do terreno, plantio (adubação e aplicação de venenos), primeiros cuidados, manutenção, corte, transporte e, por certo, vender à empresa quase totalidade¹⁰⁴ da produção aos preços estipulados pela mesma.

Já no contrato *comercial*, as atividades iniciais, onde estão inclusos o preparo da área, o plantio, os cuidados e manutenção até as plantações completarem dois anos, são de responsabilidade da empresa. Os custos destas atividades, especialmente com insumos e força de trabalho, são repassados aos produtores via empréstimos que serão amortizados nos atos das entregas do produto “madeira em tora”. Os produtores, a partir do segundo ano do plantio, passam a ter o compromisso da manutenção das plantações até o momento de seu corte e transporte, que também estão ao seu encargo. Como no contrato convencional, o produtor tem a obrigação de vender quase totalidade¹⁰⁵ da produção para a Cenibra, nos preços por ela praticados. Essas são as características básicas dos contratos, que também preveem, como de praxis, penalidades para o descumprimento das obrigações.

Um fato importante de ressaltar é que há indicações de que a existência de modalidades diferentes de fomento praticados pela mesma empresa vai muito além de aspectos formais. Obviamente, se há mais de uma modalidade é que elas objetivam implicações distintas, que pode variar desde o público alvo às intenções não econômicas subjacentes ao programa. Nesse sentido, Siman (2011) percebeu em seu estudo que, para além das formalidades dos contratos, transcorriam disparidades entre o conjunto de produtores que aderiram ao programa sob contrato *convencional* e sob o contrato *comercial*, especialmente no que concerne à média da área plantada. Como destaca o autor, enquanto os agricultores que implantaram os cultivos via o primeiro contrato tinham em média 18,2 hectares plantados, os que estavam sob o segundo contrato detinham em média 38,0 hectares.

autorizado à tiragem de cópia, diferentemente do segundo, acessado e digitalizado durante o trabalho de campo em 2013 com parentes de um amigo no município de Santa Maria de Itabira, distante 190 Km de Peçanha. Porém, ao contrário do primeiro, este era um contrato firmado próximo ao início dos trabalhos de cortes, e tem o caráter substitutivo, no sentido de estar substituindo o primeiro não cumprido. Dessa forma, encontram-se ausente parcela substancial do conteúdo original, não podendo, assim, ser tratado sem a devida relativização.

¹⁰⁴ Aqui há uma divergência entre Silva (2007) e Siman (2011). O primeiro destaca que nessa modalidade de contrato o produtor deve vender à Cenibra 97,0% da produção, enquanto o segundo aponta que no grupo de agricultores pesquisados que haviam firmado o contrato *convencional* o percentual a ser obrigatoriamente vendido para a empresa era, quando sabido, de 95,0%.

¹⁰⁵ As informações sobre o percentual que deve ser vendido à Cenibra na modalidade *comercial* é encontrada somente em Siman (2011), estando ausente em Silva (2007). Neste primeiro, os agricultores que plantaram sob esta modalidade informaram que deviam vender à empresa 97,0% da produção.

Com base nessa evidência, e em outras como o próprio fato de existir duas modalidades de contrato, assim como as “facilidades” operacionais que o contrato *comercial* oferecia em relação ao *convencional*, Siman (2011) concluiu que este tipo de fomento adequava-se ao fomento para legitimação empresarial e aquele ao fomento de abastecimento de matéria prima. Esses aspectos subjacentes aos contratos e ao próprio programa ficarão mais claros ao passo que forem sendo explicitadas as relações que se estabelecem nos domínios da informalidade e das interações cotidianas.

5.5.2 Para além das formalidades contratuais: dominação e resistência na dinâmica de integração via fomento florestal

As objetivações e determinações contratuais, quando exploradas, podem ser esclarecedoras quanto às amarras e limites formais no âmbito das relações de produção e de troca estabelecidas pela parte contratante que, no caso abordado, é a Cenibra. Contudo, a análise das relações econômicas contratuais entre campesinato e agroindústria somente a partir dos termos formais acaba por reificar, por um lado, e negligenciar, por outro, determinadas articulações econômicas e sociais que se estabelecem nestes contextos. O contrato estabelece essencialmente o fim, isto é, o produto desejável, objetivado na forma de plantio, manutenção, corte e transporte. Mas, não determina, no entanto, os meios para seu alcance, isto é, a forma como se dá a articulação da força de trabalho, qual a intensidade do trabalho aplicado, até quando se efetivar as recomendações técnicas e ecológicas, enfim, os arranjos socioeconômicos e socioambientais que “fomentados” e comunidades produzem e reproduzem para que a relação contratual seja economicamente viável, socialmente tolerável e ambientalmente suportável – especialmente a curto e médio prazo.

No intuito de sintetizar essa dimensão na relação econômica estabelecida no território abordado, faz-se a exposição a partir das etapas da produção de ‘madeira em tora’ para celulose no âmbito do Fomento Florestal. Por conseguinte, tal relação é trabalhada a partir das atividades e interações sociais que se desenrolam em torno das fases do plantio, cuidado e manutenção, colheita e transporte.

Neste capítulo, já se tratou do processo produtivo arbóreo, que inclui, para além da produção de ‘madeira em tora’, a produção de carvão vegetal. Não se pretende aqui cair em redundância, mas de dar outro tratamento às aqueles dados e colocá-los em diálogos com outros que serão introduzidos, tendo como foco a produção em torno do fomento florestal.

Para início de exposição, é importante deixar claro que em todos os casos abordados neste trabalho, que de fato havia inserção no Programa Fomento Florestal, os aspectos contratuais anunciados pelos entrevistados descartam a possibilidade de vigência da modalidade de contrato *comercial*. Assim, devido às características encontradas, parte-se aqui da suposição que nas situações conhecidas por esta pesquisa, os contratos são, em totalidade, da modalidade *convencional*.

Tal como enfatizado anteriormente, a produção da ‘madeira em tora’ se inicia com o preparo da área de plantio, que é especialmente localizado nas partes altas das unidades familiares. Depois se dá o plantio, executado em períodos chuvosos, com grande exigência de força de trabalho, seja ela interna ou externa. Estas atividades iniciais são caracterizadas, pois, pela intensificação da autoexploração da família camponesa (no contexto amplo da dinâmica produtiva), pela rearticulação de formas tradicionais de combinação da força de trabalho (troca de dias) e incorporação de novas (contratação por pagamento diário).

Sob circunstâncias adversas, em condições climáticas e de relevo desfavoráveis em relação à alta intensidade do trabalho aplicado, sem uso de máquinas e equipamentos mecânicos, é a partir de ferramentas manuais que se fazem os plantios¹⁰⁶ das mudas produzidas via tecnologia de ponta (de acordo com a noção convencional produtivista de avanço técnico). O uso dos demais insumos, como fertilizantes (químicos e minerais) e agrotóxicos, complementam a contradição entre padrões tecnológicos. Aqui se encontra um ponto importante de ressaltar. Como assinalado anteriormente, é fato que o uso de agrotóxico pelo campesinato estudado se dá quase exclusivamente nas plantações de eucalipto. Essa exclusividade, nesse sentido, pode ser tomada como uma evidência de que a presença dos agrotóxicos na dinâmica produtiva deste campesinato está diretamente relacionada aos plantios de eucalipto. Por esse ângulo, mesmo considerando que alguns agricultores já possuíam plantações para a produção de carvão antes dos plantios do fomento florestal, pode-se inferir que o Programa Fomento Florestal introduziu, introduz e reforça na realidade produtiva local o uso de agrotóxicos para a resolução de inconvenientes que anteriormente eram resolvidos de outra forma – ou não eram inconvenientes – devido à diversidade biológica historicamente mantida, produzida e reproduzida.

Esta introdução dos venenos via processo produtivo da madeira em tora acaba por implicar, em determinadas ocasiões, em seu uso em outros processos ou contextos, como foi possível identificar através das colocações de um agricultor quando discorre sobre os produtos usados. Ao ser indagado sobre os venenos de eliminar plantas ele responde: *O Handap, né? [...] Usa, na Cenibra. E a gente tá usano agora por causa da braquiária, né?*(L-H, 47, C-A).

Aqui fica indicada a relação entre a introdução dos agrotóxicos via plantações do Fomento Florestal e a extensão de seu uso a outros processos produtivos ou à manutenção da unidade familiar. Neste caso, em específico, o uso do veneno se deu para matar a braquiária que “invadia” a área de cultivo de hortaliças e da pequena lagoa (água represada) ao seu lado, o que pode ter implicado em contaminação do solo onde se produz alimentos variados e da água onde se cria peixes e desagua no córrego principal da comunidade.

Mas, enquanto uns vão experimentando essas novas tecnologias e práticas de lida com a terra, outros já se mostram resistentes, até mesmo com o uso de fertilizantes químicos no processo de produção agrícola.

Não, não, não. Eu até num concordo cum aquilo, que acho que fica colocando coisa química no organismo da gente. E eu num concordo não. Se prantou uma roça, os minino vão lá e planta lá cum a máquina e vai, e se a gente vai cum enxada. Num tem a capinadera não, mas vai cum enxada. Beleza. Então se pudé usá mais só o calcário e o esterco que era bão. Num pô nem adubo no mei do milho, que nós vão passa fazê isso. Porque nós têm que preservar muito a nossa saúde, porque coisa química no mei da coisa de alimento né muito bom não. (J-H, 55, C-B)

Estas modificações na dimensão tecnológica têm como um dos instrumentos principais a chamada assistência técnica. Essa, pelo o que se pôde perceber, pode ser traduzida como um instrumento de introdução e difusão de noções típicas da relação sociedade/natureza de cunho produtivista, bem como de fiscalização e controle do processo produtivo no que concerne ao padrão da empresa. Um dos ‘fomentados’ entrevistados, expressando uma posição de uma minoria do universo pesquisado, destaca certo caráter didático da assistência técnica.

¹⁰⁶ Trata-se aqui de uma maioria que não possui máquinas agrícolas.

Assistência tecna é o tecno vem explicando como cê vai fazê, explica até como você vai tratá do eucalipto. Te ensina. Às vezes você sabe, mas eles é obrigado tá ali insistino em cima, ensinano. [...] Vem, explica de verdade mesmo. Às vezes cê ta fazendo uma coisa que o cê vai gastá mais, ele te chega. Chega a conclusão que aí você caba fazeno aquilo que eles te mandô e fica melhor pra gente. E bom pra todos. (J-H, 57, C-B)

Esta prática de ensino das técnicas e manejos pertinentes ao padrão tecnológico praticado pela Cenibra é uma das dimensões fundantes da assistência técnica, pois, no âmbito da perspectiva acima assinalada, conduz à introdução de conceito e noções produzidas e reproduzidas no domínio das grandes corporações capitalistas com base no paradigma produtivista de produção agrícola e arbórea. O suposto conhecimento “verdadeiro” portado pelo técnico da Cenibra tem como objetivo anular os conhecimentos dos agricultores, que podem “atrapalhar” ou até mesmo “impedir” o potencial desenvolvimento das plantações. Parte do conhecimento local passa a ser secundário, quando não indesejável em prol de uma suposta lucratividade ou rendimento comum entre a empresa e o agricultor. Aqui vai imperar o imediatismo, mesmo que a família camponesa conceba sua reprodução econômica e social à longo prazo. Os tempos não coincidem, mas o tecnicismo expresso na assistência técnica os toma como se assim fosse.

Quem sabe por isso, “desprezando” a prática didática da assistência técnica, muitos agricultores tomam esta como um instrumento de fiscalização e controle do processo de produção. [...] *Da Cenibra recebe. Da Cenibra, ajuda tecna que nós recebe é orientação, né? É, ês fica de cima* (A-H, 78, C-A). Outro ‘fomentado’ utiliza o termo fiscalização. *“Ela vem fazê a fiscalização se a gente tá cuidano direito, né? Vendo se a gente tá fazendo, se a gente fez aplicação de formicida, se a gente fez aplicação do remédio, do herbicida. Se a gente fez aplicação dos adubos. Né?”* (L-H, 47, C-A).

Outra evidência que reforça essa interpretação é o fato da assistência técnica concentrar-se temporalmente nos dois primeiros anos das plantações. *“Vem no início, né? No início vem, aí ensina como tem que fazê o plantio, né? E aí na hora de fazê o espalhamento do adubo, fala o jeito que tem que espalhá o adubo, a quantidade de adubo, né?”* (L-H, 47, C-A).

Eles vêm pra, ês te dá assistência pro cê arrumá a terra. Ês te dá assistência pro cê cová, pro cê prantá. Ês te dá assistência pro cê capiná. E aí cabô. Aí num tem assistência mais. Assistência é a maderá lá no pátio pra eles. [...] É. Os dois primeiros ano ês vem. E sempre quando na colheita, quando ele já tá cum seis ano. Ês vêm e mede a artura dele, a grossura, [...] pra sabe quantos metro que ela, que a área dá.” (J-H, 54, C-A).

Conforme fica indicado pelas falas acima, a chamada assistência técnica ocorre no início das plantações, no período de fragilidade das plantas em relação às pragas e à competição de outras plantas, assim como, em seu fim, quando se avalia o rendimento das árvores para realização do corte. Destarte, o que se percebe são mecanismos de controle do processo produtivo, onde se despreza os períodos que, na prática, não interferem no desenvolvimento das plantações, o que traduz uma relação utilitarista e imediatista em relação ao território, que é para a empresa terra, água e trabalho para plantio. O que se nota através da assistência técnica é que não importa a interação das plantações com os demais elementos físicos e biológicos do ambiente, somente seus níveis de crescimento, que devem atender à expectativa da empresa.

A Cenibra, nesse sentido, forja uma relação de parceria, através de uma suposta “assistência técnica” que se apresenta mais como instrumento ideológico e de controle do processo produtivo do que a pregada transferência de tecnologia e acompanhamento do produtor, até porque as atividades são relativamente simples. Tendo o processo de produção em questão como principal meio de produção a força de trabalho, a chamada assistência técnica pode se dar sob forma de cartilhas, de tão simplório que são as práticas de manejos preconizadas, como afirma um agricultor que relativiza a constância da presença dos técnicos. “*Não, desde início do contratoês dá a gente um cartilha, a gente já tá mais ou meno por dentro, né? Tem a metragem, esses trem...*” (J-H, 57, C-B).

No período que intermedia o plantio e a entrega da madeira no pátio da Cenibra, a introdução e afirmação de práticas, concepções, conceitos e preconceitos produtivistas, assim como a projeção de uma suposta relação horizontal de parceria entre indústria e produtores fomentados, são materializadas por meio de encontros e palestras promovidas pela Cenibra em seu parque produtivo e em espaços públicos, como a Câmara de Vereadores de Peçanha e a Escola Técnica Federal em São João Evangelista.

Sobre um das palestras um fomentado explica:

Tem, sempre ês comunica a gente, chama a respeito disso. [...] Às veze reuni, às veze no Peçanha. Às vez na câmara, às veze em área deles mesmo. [...] Ês fala a respeito, ensinano o pessoal como é que movimenta aquilo, como é que trabalha. Como é que cê trabalha, com tudo, né? Por exemplo, segurança do trabalho. Cê trabaia pra esses mato fora aí, cê mexe com umas herbicida, esses trem aí. Tá com equipamento, cê tem que tê tudo, né? (J-H, 53, C-B).

Outro explica sobre uma palestra ocorrida na antiga Escola Agrotécnica de São João Evangelista, atualmente Instituto Federal de Minas Gerais (campus São João Evangelista), que possui convênio/parceria com a Cenibra.

Eu participei uma vez lá no São João Evangelista. [...] Foi uma palestra lá que um rapaz, que um pessoal viero lá, né? E nos convidou [...] Isso é justamente pra falar sobre as intenções que a Cenibra tinha com referência aos novos sistemas de plantio de eucalipto, né? O novo sistema de madeira que ia ser fornecido, né? Então, aí mostrando realmente a parceria da Cenibra com o produtor. (L-H, 47, C-A).

O evento que recebe maior destaque dos ‘fomentados’ entrevistados é o Encontro do Programa Fomento Florestal. Alguns arquivos de jornais e revistas elucidam o caráter deste evento. Em uma reportagem de 2005, veiculada pela revista do Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais – IPEF tem-se referência a um encontro promovido pela a Cenibra que, contando com a participação dos agricultores integrados via fomento florestal, tem uma periodicidade anual. Em 2006, uma reportagem da coluna “Vale Ecológico” do *Jornal Vale do Aço* (2006) do município de Ipatinga anuncia a realização do 9º Encontro do Programa Fomento Florestal a ser realizado no dia 19 de outubro, a partir das 8:30, na fábrica da Cenibra no município de Belo Oriente. De acordo com a reportagem, o encontro contaria com a presença do secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do presidente da EMATER e do ambientalista Xico Graziano, que proferiria uma palestra sobre os mitos do eucalipto. No ano seguinte, o jornal institucional da Cenibra, *Fibra* (2007), traz uma reportagem intitulada “Cultivando sustentabilidade: integração entre qualidade de vida e preservação do meio ambiente marca as comemorações do 10º Encontro de Fomento Florestal” em comemoração a uma década da existência do encontro, que realizado na Associação Atlética Cenibra em Belo Oriente, contou, para além de quadros da empresa, com a presença de representantes do IEF, da Polícia Militar ambiental, entre outros convidados.

Conforme esta reportagem, e também a do Jornal Diário do Aço (2007), publicada pelo título “Cenibra realiza encontro com produtores rurais”, o evento possibilitou um ambiente propício para realização de recomendações técnicas sobre o plantio e manejo do eucalipto, certificação florestal, e uma análise das atividades executadas durante aquele ano junto aos fomentados. Após essa caracterização geral, seguem nas reportagens algumas informações e relatos que devem ser tratados com mais detalhes, dado seu conteúdo simbólico exemplar.

A reportagem da Fibra (2007) destaca a prática de premiação de produtores que atenderam prontamente as expectativas da empresa.

Durante o encontro, a empresa aproveitou para premiar produtores florestais que se destacaram no quesito melhor plantio 2006, bem como vendedores de madeira de cada região. A CENIBRA ainda homenageou [...], da cidade de Peçanha, premiado como produtor florestal pelo seu projeto ambiental e de integração com outras atividades, dentre elas, a piscicultura, apicultura, recuperação de reserva legal e manutenção das áreas de preservação permanente (FIBRA, 2007, p. 4-5).

Além da premiação e valorização individualizada das unidades produtivas que, por preencherem determinados critérios, foram escolhidas como diferenciadas e dignas de reconhecimento “público”, sucederam-se no evento a *Feira de Fornecedores*, de abrangência nacional, composta por fabricantes de materiais e produtos agrícolas utilizados no processo produtivo da madeira em tora advinda do eucalipto, uma palestra intitulada “A importância do Fomento Florestal na recuperação ambiental na Bacia do Rio Doce” ministrada pelo diretor de Desenvolvimento e Conservação do IEF, Luiz Carlos Cardoso Vale e, por fim, a apresentação do espetáculo “Conversa do pé do fogo” com a dupla teatral Leo e Leo (DIÁRIO DO AÇO, 2007; FIBRA, 2007;).

Além do conteúdo exposto, a citada reportagem da Fibra veicula declarações do então diretor geral do IEF¹⁰⁷ e do presidente da empresa, num tom de exaltação e reconhecimento dos supostos benefícios ecológicos e sociais propiciados pelo programa.

As descrições e caracterizações acima elucidam de alguma forma as estratégias de legitimação empresarial dentre os fomentados, bem como as forças políticas e sociais envolvidas.

¹⁰⁷ A seguinte fala do diretor Humberto Candeias Cavalcante é registrada: “A região do Leste de Minas, principalmente a Bacia do Rio Doce, é extremamente degradada, fruto de atividades incompatíveis com a estrutura de solo e relevo dessa região. Temos que trabalhar para desenvolver atividades que venham gerar riqueza para área, sem o risco de degradação da Bacia. Há cidades nesta região onde a cobertura vegetal não passa de 1%, a exemplo de Naque. Precisamos transformar estas áreas antropizadas (onde há ocupação do homem, exercendo atividades sociais, econômicas e culturais sobre o ambiente) em áreas ou produtivas ou de proteção e preservação. Ou seja, pegarmos as áreas de preservação permanente, voltarmos a tentar a recomposição das áreas de reserva legal das propriedades e vermos, através do zoneamento ecológico econômico, que potencial o solo dessa região tem em termos de culturas que sejam economicamente viáveis” (FIBRA, 2007). Na reportagem, a narrativa relaciona esta colocação aos supostos benefícios ecológicos - no que concerne à recuperação florestal, da flora e fauna nativa – das atividades da empresa em suas áreas de atuação. Porém, não há como confirmar o nexo entre a narrativa da reportagem e a fala do diretor, já que o mesmo não faz nenhuma referência ao programa e à Cenibra. De qualquer forma, é fato que, independentemente da intenção do citado diretor, suas colocações no contexto de comemoração do encontro do Programa Fomento Florestal serviu como material de legitimação do discurso empresarial, não obstante ser, 24,9% do território municipal da mencionada cidade do Naque, propriedade da Cenibra, coberta em 60,8% por plantações de eucalipto (CENIBRA, 2011).

A premiação, como forma de diferenciar os produtores bons dos ruins, introduz uma lógica individualizada de competição, onde o ideal de comportamento econômico passa a ser definido pela a empresa, agente legítimo e habilitado para julgar quem está dentro e quem está fora.

Quais os critérios? Não se encontrou nenhum documento que se identifica ou mesmo indicassem os critérios da premiação de melhor plantio. Durante a entrevista a um produtor premiado ficou compreendido que os critérios estão mais ligados aos chamados cuidados do plantio do que o rendimento final do mesmo. É claro que estas dimensões dos critérios não se encontram apartadas na realidade, já que, por uma lógica simples, um bom cuidado (com base nos métodos consagrados pela empresa) implica num bom rendimento. Nesse sentido, o que se pode inferir é que a premiação tem como objetivo econômico central o controle do processo produtivo a partir da valorização das práticas condizentes ao padrão produtivo da Cenibra, também afirmado via assistência técnica. Por outro lado, a premiação acaba por ser um relacionamento político com os agricultores, ao forjar uma relação horizontal de parceria.

Outro ponto importante que pode ser tratado a partir desta exposição é o papel do Estado, especialmente do IEF, nas estratégias da empresa. Enquanto em 2006 o ambientalista preferido do agronegócio discorreu sobre os mitos do eucalipto, em 2007 a palestra sobre a relevância do fomento na recuperação da bacia do rio Doce ficara a cargo de um representante público. O título da palestra é ambíguo, pois o fomento pode ser, na prática, público ou privado, tendo em vista que não se utiliza o termo programa. Independente do conteúdo da apresentação, o fato de um diretor de Desenvolvimento e Conservação do IEF participar de um evento promovido pela CENIBRA já é sintomático, mas de forma alguma uma surpresa, pois como já sabido, há um convênio, apelidado de parceria, entre esta empresa e aquele órgão público no âmbito do Programa Fomento Florestal que historicamente teve papel determinante na consolidação desta estratégia empresarial. Já que este programa, segundo o discurso da própria empresa, tem implicações ecológicas e sociais desejáveis, torna-se de interesse público, o que justifica o apoio do Estado. No entanto, como se vem evidenciando durante este trabalho, e se explorará ainda mais, tais benefícios são prontamente questionáveis. Mas esta é uma matéria para as conclusões, não cabendo grandes atenções neste momento.

O importante de se ressaltar agora é como tem sido a participação do campesinato pesquisado. Como os camponeses fomentados lidam com as estratégias de legitimação postas em prática pela Cenibra?

Primeiramente, cabe observar que, como tratado no capítulo anterior e enfatizado neste, faz-se necessário compreender o Fomento Florestal para além da dominação territorial, considerando o papel ativo dos subordinados, e localizando-os em determinados contextos no curso de um processo histórico de mudança agroambiental. Nesse sentido, quando se traspõe essa premissa metodológica para a análise das estratégias de dominação empresarial, há de se reconhecer o outro lado da história, isto é, o exercício de poder dos subordinados ante as estratégias de dominação, seja para com elas dialogar e cooperar, seja para questioná-las e negá-las.

Assim, por um lado tem-se o objetivo alcançado quando se afirma a imprescindível e necessária presença da empresa naquele território através de sua suposta importância para a sociedade como um todo, como fica patente na passagem abaixo:

É o cê i lá. A gente í lá. Chega lá, pra gente... ês vai cum a gente na fábrica mostrá o que que o eucalipto dá. Qual a produção que gera com ele, né? Antão[...] o eucalipto

[...] faz de tudo rapá! Faz de tudo. Se o cê chega lá ó. Falo ó, o eucalipto dá de tudo. Antão ês leva, a gente vai, chega lá e mostra pra gente. [...] Aí ês fala, dá palestra pra gente, como a gente pode cuidá dele aqui. Essas coisa. Antão tem dia que a gente vai pra lá, com os otro, fica lá o dia todo com ês lá. E num é só eu não. É muita gente que fica lá com ês. (A-H, 78, C-A).

E também quando se afirma o padrão tecnológico e sua necessária correspondência profissional, como indicado nesta outra passagem:

É, que aí a, por exemplo, teve um eucalipto uma época, que a Cenibra plantava. Mas depois ela mudô para esses outros plantio. Então agora vem esse fomento. Nós chamamo de clonado. Nós num sabemo certo se ele é clonado. Nós falamo o eucalipto clonado, mas... então aí esse moço, esse rapaz veio pra dá uma clareada nas coisa, né? E por muito das vezes tem dexado a gente assim, mais apertado, né? [...] Porque com a especialização que vai surgindo no trabalho da Cenibra, aí se a gente quiser mantê ligado à ela, a gente tem que também se especializá, né? Agora, se a gente não se especializá, a gente vai só escorregano assim e daí a poco tá fora, né? (L-H, 47, C-A)

Por outro lado, a participação pode ser relativizada e, conseqüentemente, a importância dos eventos.

Não, uai. Existe sim. Ela faz as suas palestra, explica assim. A gente só não é acompanhadô. Companha lá de vez em quando. Das palestras deles, quando marca. Tem vez que a gente vai, tem vez que a gente nem vai.[...] Alguma fui. Fui lá no Belo oriente. É, naquele sentido lá, como diz o caso, eu fui lá no mei daquele povão num sei nem contá nada. Só fui lá pra ganha um prêmio. Lá eu ganhei. Truce uma roçadeira de prêmio, né? (J-H, 55, C-B).

A própria dinâmica do encontro, de reuniões espetaculares e grandiosas, contribui para o desinteresse.

Uai, eu acho que é só mesmo disso. Chamô os produtô lá. A gente lá até quase não entendeu quase nada, porque tinha tanta gente, aqueles microfone muito alto, né? A gente não entendemo quase nada. Tão, premiô muita gente. Só sei que do município do Peçanha premiô acho que uns dois ou três e pronto (J-H, 55, C-B)

Em síntese, são via “assistência técnica e os eventos institucionais que a empresa introduz e reafirma seu modo de lidar com a natureza através de conceitos como florestas plantadas e manejo florestal, utilizando-os para se contrapor às críticas às monoculturas de eucalipto, já impossíveis de ignorar. Porém, se, por um lado, tais esforços servem para afirmar a “ótica” da empresa sobre os problemas ambientais, por outro, acabam por reforçar a ótica que sustenta as críticas ambientais sobre as monoculturas de eucalipto ao reconhecer que elas existem. Assim, surgem críticas que desqualificam as posições da empresa e relativizam suas verdades, como afirma este agricultor ‘fomentado’.

Esses encontro é assim. Chega lá eles vai passano pra gente, explicano pra gente o que que é, a vantagem que tem a Cenibra e a desvantage que ela tem. Só que eles conta pra gente, a gente vê a desvantage, mas eles num conta pra gente as desvantage, eles conta só as vantage que ela tem. Ês é veiacô, ês vai conta desvantage pra gente? Não. Ês conta é só a vantage que ela tem. [...] Só que aí ês conta a gente as vantage que tem a Cenibra. Mas a gente que manja assim as desvantage, que é alguma desvantage que a gente acha naqueles encontro que não dá certo [...] (J-H, 54, C-A)

Tais críticas evidenciam o discurso oculto que se encontram subjacente da aparente subordinação do campesinato local à indústria. A Cenibra nem sempre é a mãe que parece ser.

Não, não. A Cenibra é muito boa pra trata a gente, pra convivê, pro cê trabalha com ela é muito boa. Atende a gente muito bem. A única coisa que atrapalha com a Cenibra, que aperta nós um pouco, é pro cê fazê um contrato com ela a burocracia de papel é demais. É papel demais, documento demais, é documento demais, demais. Demais! Ela num precisava pedi aquilo tudo, não. Ah, eu achava que num precisava, não. [...] Ela pede documento que quem faz carvão num precisava da metade. Num precisava da metade. Cê vai fazê uma licença pro cê cortá uma maderá pro cê fazê carvão, o cê num gasta a metade. E ela pede. [...] Agora, sobre o contrato que ela, que a gente assina, é muita assinatura, nós num lê aquilo, não. Infelizmente. Falá verdade. Nós nem sabe qué que tem no contrato. Tem coisa no contrato aí que nós num sabe não. Nós só assinamo só. A gente confia demais nela, fica preguiçoso de assinar, porque aquilo que você for corrigi, achá que nem tá certo, também cê num pranta com ela. Que nós vão fazê. E aí nós vão só assinano, prantano, pronto. Na época de colhê, várias colheita que nós já fez com ela nós num viu nada de errado. Então a gente acha que ela é uma mãe, né? Que quer bem pro filho, mas às veze até num é não. A gente divia até corrigi alguma coisa e lê, né? Mas nós num corrige não. Nós somo muito preguiçoso pra lê. (G-H, 59, C-C)

Conforme pode ser percebido no relato acima, apesar da aprovação do comportamento cotidiano da Cenibra em relação aos fomentados, fica explícita uma insatisfação no que se refere à complexidade burocrática das relações contratuais, que acaba por exigir um esforço não habitual do campesinato local, em sua maior parte de baixa escolaridade, fato que implica na não compreensão do contrato em sua totalidade, dado que, como enfatizado, este nem sequer é lido em sua plenitude. A profunda confiança na Cenibra, num contexto de extrema assimetria de poder, permite esta relação. Mas, como fica claro, esta confiança não é inquestionável. Isso porque, recorrendo à Scott, a apropriação material de determinado grupo por outro, configurando uma relação de exploração, mesmo que não seja questionado explicitamente, o será de outra forma, mais solitária, oculta e anônima.

Identificar essas formas cotidianas de resistências, logo numa primeira pesquisa em determinado território, é uma tarefa arduosa, já que o pesquisador neste contexto (mais especificamente no contexto desta pesquisa) é um sujeito completamente estranho àquela realidade, não tendo sido construído entre ele e as pessoas do lugar uma relação de confiança que se expresse em pistas ou indicações mais claras deste tipo de oposição. Mas, a clara ciência que este campesinato tem do que representa a integração via fomento florestal em termos de intensidade de trabalho pode ser avaliado como um indício de compreensão da exploração. Vale reproduzir alguns relatos.

Penoso. É muito trabalho. Penoso. Cê tem que vigiar formiga demais, que se furmiga cortô, cabô. E pra o tratamento dele, pra limpá, tem que montá em cima, num pode deixa sujá. Porque se não num tem saída. Então é um trabalho sofrido. É sofrido. (E-H, 58, C-D).

Aí dá muito trabalho, que ocê tem que prantá, oiá furmiga, batê o remédio, limpá, cê tem que reprantá, né? Que morre muita muda. Repranta, né? De novo. O cê tem que batê os três adubo. Cum pouco vem o calcário, né? E põe denovo. [...] É muito trabalho. (G-H, 59, C-C).

Exige muito. Exige muito. Cê tem cuidá. Que o eucalipto é muito pirsiguído pur praga. Praga que a gente fala é a furmiga. Outra praga num mexe cum ele não. Mas o furmiga cê tem que olhá mesmo. Cê tem que... Cê num tem hora, cê num tem dia santo, cê num tem dumingo, cê num tem feriado, cê num tem nada. Cê prantou ele, até dois ano o cê num tem hora [...] É de noite, é de dia, é de manhã cedo, é no mei

do dia. Cê tem que mora nele. Cê tem que oiá, que elas come e corta mesmo. (J-H, 54, C-A)

Os relatos acima indicam tanto a plena ciência da penosidade do trabalho aplicado às plantações de eucalipto, quando a importância que as atividades de manutenção têm nesta compreensão. Isso pode estar relacionado ao fato de serem estas atividades essencialmente realizadas pela força de trabalho familiar, isto é, pelo casal e, de forma menos intensa, seus filhos e filhas. Mas, não obstante este destaque, as atividades que exigem um maior esforço físico, sendo composta somente por homens¹⁰⁸, são executadas no contexto do corte das árvores e carregamento dos caminhões. Relacionado a estas atividades foi explicitado, em um caso, remetendo-se diretamente à Cenibra, a insatisfação no que se refere à penosidade do trabalho.

Não, é um trabalho pesado. É um trabalho pesado. Como diz o caso. Difícil. Ele fica fácil quando você tá pegano o dinheiro. Que o cê num pode gastá ele atoa. Mas que é um trabalho pesado ele é. Sufrido. Esse trabalho precisava até da Cenibra ajuda mais o produto numa parte de colheita, ao meno pra carrega os caminhão. Ao meno pra isso. Ao meno uma máquina pra fornecer pra todos os produtô. Um mês, um produtô vai intregá, outro mês vai [outro], porque essa maquina aí pra ajudaá. Porque é difícil. Uma aloção dum caminhão num é brincadera. É pesado. A única dificuldade é essa. (J-H, 55, C-B. Grifo do autor)

Aqui se adentra no plano do corte e comercialização da madeira em tora e no fim de um ciclo, ou melhor, de uma rotação¹⁰⁹. Esta etapa do processo produtivo é, como dito por um ‘fomentado’ citado por Siman (2011), a “hora do fritar dos ovos”. Este é o momento no qual os fomentados avaliam o resultado da adesão ao Programa Fomento Florestal.

Desde a análise desta relação econômica contratual, é a partir das descrições desta etapa que se é possível compreender a racionalidade econômica do campesinato estudado, incluindo seus cálculos de custos e rendimento. Por assim ser, incluem-se aqui análises que vão além da etapa final de uma rotação, visto que os custos de produção da madeira em tora têm de ser pensados, dum ponto de vista mercantil, levando-se em conta todo o processo de produção.

Como visto anteriormente, essa etapa final é marcada pela intensidade do trabalho, expressividade da participação de força de trabalho externa à unidade familiar - especialmente via troca de dias - e contratação de meios de transporte. Como será visto adiante, é essencialmente em torno dela que se incorporam os custos de produção ao cálculo de rendimento. Nas etapas anteriores, os custos, praticamente sua totalidade, não são considerados, como bem afirma um dos entrevistados que ainda encontra-se na etapa inicial (até dois anos).

Pur enquanto a gente num sabe nem o qué que a gente já fez. Pur enquanto a gente num sabe nem o qué que a gente já fez até agora, o qué que a gente gastô. [...] Só que a gente trabalho muito, né? E continua trabalhando muito ainda. Mas só que a gente não tem nada no caderno. Pra fala assim: “até agora eu já gastei, pur exemplo, já coloquei aqui quatrocentos e setenta dias. Quatrocentos de serviço. Da limpeza da área até agora”. A gente já num fez isso no papel. [...] O quanto que vale. O que de dispesa que gastô, né? O que mais que foi concluído aí. Num fez. (L-H, 47, C-A)

¹⁰⁸ As mulheres aqui tem grande importância no preparo da alimentação aos demais trabalhadores.

¹⁰⁹ Esta lógica linear tem o objetivo exclusivamente ilustrativo e simplificador. Sem dúvida, a dinâmica de produção de árvores em que se processa está lógica pode ser prontamente relativizada, já que em muitos casos os fomentados entrevistados mantinham mais de um contrato ao mesmo tempo, isto é, possuíam plantações que não coincidiam temporalmente e espacialmente, tendo idades e localização geográficas distintas.

Tendencialmente, se considerado o comportamento econômico dos demais entrevistados - que já aderiram ao programa há mais tempo e, dessa forma, chegaram à etapa final do processo produtivo - este produtor não contabilizará nada até que chegue o momento de cortar e comercializar a madeira em tora, como expresso nas palavras de outros entrevistados.

Não, o negócio é o seguinte: o que rendeu pra mim é ná coiêita, uai. Foi imborra pra lá e eu ricibí os trinta e cinco mil reais e pôs aqui na casa. Esse aí entrô pra mim na época. De todo eucalipto que eu plantei com ela. Eu plantei com ela quatorze hectare de eucalipto (A-H, 78, C-A).

É mesma coisa cê planta maderá cum ela. Quanda chega lá no final lá cê apura tudo. Cê apura ali, pagô os cumpanhero que te ajudô [...] Tirô o des e tiro o da Cenibra, o que sobra ali [...] Porque a gente não faz a conta que ganho. A gente num faz o calculo. Antão o negócio da gente é esse. A gente trabaia é no iscuro. Sem sabe o que que tá fazeno, cê entendeu? (E-H, 58, C-D).

Fica em evidência, em semelhança ao que é encontrado em outras falas, que os custos de produção nos cálculos realizados pelo campesinato estudado, em relação à produção da “madeira em tora”, fica restrito aos gastos relativos à força de trabalho extra-familiar e ao transporte, já na etapa final do processo, não se incluindo as demais etapas, conforme detalhado no seguinte relato de um entrevistado.

Ó, é o seguinte: Nois somo muito descaprichoso. Pra começa, dêis da pranta nós não fazemo essa conta. [...] Não, nós não fazemo essas conta, não. Nós temo aquilo como uma obrigação. Que o cê tá trabalhano pro cê mesmo, né? Mas só que a gente devia fazer, né? Agora, quando nós fô colhê, nós só faz as conta quando colhê. [...] Até colhê nós num faz nada. [...] Não, não faz nada. Nós só faz as conta das coisa o dia em que a maderá tivé madura, nós sabe fazê as conta. Do dia em que ela tivé madura, nós vão contá, até entregá a Cenibra nós faz. Só isso. O resto nós não faz nada, nada, nada. Eh, num dá nada, nada! E quem fala que faz, no mei de cem, se tiver, um. Eu acho que num tem mais não. Né? Porque vão supô, porque eu falo assim, ó. [...] Vão supô: eu lá vou plantá hoje aí é uma área de dez hectare com a Cenibra. Eu vô limpá, fazê as conta como é que ficô a limpeza. Já vou cová, vou maicá, vou cová, faz a conta. Vou prantá, faz as conta. Vô batê uma herbicida, ou vou adubá. Quando chega na hora de, quando tivé maduro, que a gente fala assim... Que tivé na hora de colhê, já tá pur tanto. Eu não faço isso, não! Pode até ter alguém que faz, mas eu num faço isso, não. Eu só faz as conta, faz as conta mais ou meno quando a gente fô colhê. Já tá com sete anô, agora já vou começá. Aí eu faço (G-H, 59, C-A).

Este relato é ilustrativo em vários aspectos. Primeiro, ele é bem explicativo em relação às atividades cumpridas e seus respectivos custos não contabilizados. Ele indica que a maior parte das atividades exercidas em torno da produção não está inclusa nos cálculos de rendimento. Somente em relação às atividades executadas em torno do corte e transporte são, na prática, considerados enquanto custos de produção – possivelmente porque exigem força de trabalho externa à unidade familiar.

No caso do transporte, não se tem como ignorar seus custos, pois este é realizado por terceiros, e corresponde a parte substancial do custo, cerca de 25,0%¹¹⁰ do valor do

¹¹⁰ “Ah, no transporte é tudo que nós paga muito caro. Paga muito caro. Tudo de transporte. Tudo o que o cê pensar é caro demais. Tem muita dificuldade porque as mão de obra é muito cara. Mão de obra pra transportar, muito caro. Porque vão supor, eu entrego uma madeira à Cenibra. A Cenibra me paga lá, sessenta e cinco reais o metro da madeira. Pra mim cortá, se eu fô impreitá [...] Impreitá eu combino com cê, procê cortar aquela madeira e me intregar em cima do caminhão. Então ali fica na base assim duns quinze reais a dezesseis pur metro. O caminhão pra levá, a Cenibra a gente tem que levá lá, o caminhão pra gente pagá a Cenibra pra levá

faturamento da produção, segundo este entrevistado. Este é o ponto de destaque em relação aos custos de produção, possivelmente porque que ali eles não podem aplicar seu próprio trabalho, uma vez que não possuem o fator de produção central daquela etapa, que é o caminhão.

Não, não. Esses cálculo eu num tenho feito não e a gente precisa de fazer esses cárcu. Purque o custo ele é significado ser grande. O custo pro cê fazê um prantio ali. O custo é grande. Mas quando o cê colhe, às veze a madeira é cinquenta reais o metro, mas na hora que o cê vai intregá, ela subiu a maderá. Então sobe mais seis pur cento, depois mais dois real, e aí vai. Quando já vai entrega aí já tá de sessenta. Então quer dizer que aquele custo que o cê gasto ali acima daquela quantidade já vai cobrindo, ajudano um poco. Agora, a manutenção é que prejudica. Purque a manutenção pior é a intrega lá. Que o cê cortá e juntá não é tão caro. Caro é o cê pagá o caminhão. Cê tá pagano aí quatorze, quinze reais, dezessete reais pur metro, pra levá. Aí que o produtor sofre um poco. Ele num tem um caminhão. (J-H, 55, C-B).

Nesta passagem, o entrevistado, ao considerar que o reajuste anual do preço da madeira¹¹¹ é repassado ao produtor fomentado, sendo sentido como compensação do trabalho não contabilizado, afirma a oneração que representa o transporte no processo de produção e circulação da mercadoria por ele produzida.

Como aludido, este calculo expressa a não consideração da força de trabalho aplicada pelo campesinato ‘fomentado’ durante as fases inicial e intermediária do processo de produção, já que os custos contabilizados são essencialmente os da etapa final que, por sua vez, é a que exige o acionamento de força de trabalho externa à unidade familiar e serviços terceirizados, os quais, quer seja por pagamento monetário, quer seja via sistema de troca de dia, têm um reflexo direto na percepção do rendimento. No caso daquele agricultor que detalha as atividades e afirma a desconsideração da maior parte delas na contabilidade de rendimento, o sistema de troca de dias permite que se incorpore o valor de seu trabalho aos custos de produção, mesmo que este seja, contabilmente pensando, confundido com o rendimento da produção.

E coloco por isso. Vão supô: seu eu fô... eu coloco pur isso. [...] Se eu mesmo for cortá a madeira e entregá a Cenibra, eu nenhum vou fazê o tanto que eu gastei até por em cima do caminhão, não. Mas eu já sei quanto é que gasta, pur que se eu for contratá uma pessoa, meu eucalipto tá maduro, eu tenho que entrega dois mil metro de maderá naquela área, eu vou contratá uma pessoa pra cortá aquela madeira e pô em cima do caminhão pra mim, eu pago quinze reais pur metro. Então eu tenho que tirar quinze reais pur metro pra ele. Então ne mil metro eu tenho que tirá 15 mil pra ele. E esses mil metro, pra mim levá. Pagá um carroto pra leva lá, é dezesseis reais pur metro. Então dá dezesseis mil metro. Então pur isso que eu já sei. É só pur isso. (G-H, 59, C-A)

A operação para mensurar o valor de sua força de trabalho nas atividades em torno do corte e empilhamento da madeira, neste caso, é comparar ao valor da força de trabalho vigente, que naquele contexto era a de R\$15,00 o m³. Esta forma de calcular iguala o valor da força de trabalho do proprietário das plantações aos do demais trabalhadores, sem levar em

lá, cobra na base de dezesseis, dezessete reais. Então já vai trinta e tantos reais. Então tá sobrano pra gente trinta e poco, a metade. Então o transporte fica muito caro. Que ês alega que tudo tá caro pra eles. Tem que fica caro! Tem que pagá, né?” (G-H, 59, C-C)

¹¹¹ É comum encontrar referência à este reajuste anual no valor a ser pago no metro cúbico da madeira em tora, no entanto, acredita-se (pois não há como ter certeza, visto que não se teve acesso ao contrato destes agricultores) que este seja um ajuste inflacionário, não correspondendo à um crescimento no valor apropriado pelo produtor no ato de comercialização da mercadoria.

contato a série de trabalhos realizados em torno do planejamento, gerência, administração do conjunto de atividades e responsabilidade jurídica. Nesse sentido, até quando se leva em conta o valor da força de trabalho aplicada pelo ‘fomentado’, esta é subestimada, pois desconsidera inúmeros dias/horas de trabalho exercido.

Talvez por isso, mesmo existindo a prática de usar como base o valor vigente da força de trabalho nas atividades ligadas ao abatimento das plantações, um dos fomentados justifica a ausência de cálculo pela existência do sistema de troca de dias.

Rapaz, é o seguinte é esse: A gente, nós a aqui na roça, nós muitas vezes, igual eu to falano cum cê, nós muita vezes nós passa. Nós num tem como fazê um cálculo direito. Purque nós trabalha de assim, de troca de dia. Então a gente num chega nem contá ele. Purque eu vô procê, cê vem pra mim, né? Então assim se torna eu trabalhando sozim. Eu trabalho junto com cê, fazeno serviço, nós dois trabalha, mas eu cabo o meu, o que é meu eu faço sozim, porque é em troca de dia. (J-H, 54, C-A).

O sistema de troca de dias quando acionado no contexto do fomento florestal, não obstante ser o que permite, em muitos casos, o acesso à força de trabalho extra-familiar sem desprendimento de recursos monetários, acaba por confundir a contabilidade dos fomentados, subestimando o valor da força de trabalho em alguns casos e, noutros, obscurecendo-o, disfarçando, em certo sentido, a superexploração do trabalho no âmbito do fomento florestal.

Se, em importante parcela dos casos, parte substancial do trabalho do genitor é sequer valorada, pode-se imaginar, pelo já relatado, como se processa a contabilidade quando aplicada à força de trabalho da esposa e dos filhos e filhas. No caso dos filhos, dependendo da situação dos mesmos em relação à força de trabalho familiar, ou seja, da disponibilidade de tempo para exercício dos trabalhos na unidade familiar, seu trabalho é valorado no sistema de trocas de dias, como acontece na situação acima trabalhada. Mas, quando se refere à força de trabalho feminina, nada é contabilizado, já que ela tem uma presença mais intensa na etapa inicial e intermediária, não participando do sistema da troca de dias, não obstante a importância fundamental na alimentação dos trabalhadores e na manutenção da unidade doméstica.

Assim, pode-se concluir que o fomento florestal é um mecanismo de singular eficiência quando se trata de apropriação do trabalho excedente do camponês via intensificação da autoexploração familiar, mas também o é em relação à subtração de parte do trabalho necessário. Os supostos rendimentos¹¹² das produções são facilmente dissolvidos quando se valora minimamente o trabalho realizado durante os sete anos que percorrem o processo produtivo, assim como, quando se leva em conta o valor da terra, isto é, a renda da terra.

Aqui se adentra numa outra dimensão fundamental da subordinação do campesinato imerso no Programa Fomento Florestal, a apropriação da renda da terra. Ao contrário da força de trabalho familiar, que em alguns casos e em determinadas etapas do processo de produção é, de alguma forma, valorada e remunerada, o valor da terra, em sua totalidade, não se encontra presente nos cálculos econômicos dos entrevistados. Dessa forma, a renda da terra é apropriada pela Cenibra em sua totalidade quando uma unidade familiar incorpora o fomento florestal à suas estratégias de reprodução (aqui refere-se à área dos plantios). Além do valor da terra, que poderia ser calculado levando-se em conta, por exemplo, o preço praticado na

¹¹² Aqui partindo da contabilidade do rendimento por um dos entrevistados, cujos custos considerados eram os relacionados às atividades de corte e transporte da madeira, que correspondiam, em conjunto, à aproximadamente 50,0% do valor total faturado. Assim, segundo esses cálculos, o rendimento seria de cerca de 50,0%.

região pelo hectare arrendado, encontra-se inexistente qualquer consideração valorativa da depredação ambiental produzida pelas monoculturas e atividades pertinentes à sua exploração, como abertura de estradas, contaminação do solo e da água por agroquímicos, e a tão destacada diminuição nos recursos hídricos.

Em suma, como base no exposto até aqui, pode-se conceber o Fomento Florestal como uma forma de contratar trabalhadores sem remunerá-los, arrendar terras sem pagamentos da renda e comprometer a reprodução dos recursos naturais sem se responsabilizar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, a partir de um processo de maturação reflexiva do autor, foi se construindo uma abordagem onde se ampliou os horizontes interpretativos, quando um estudo de caso, ou seja, uma dinâmica social local específica, que a primeira vista pode conter as respostas suficientes aos questionamentos imediatos de um jovem pesquisador, passa a ser tratada por sua conexão com um todo mais amplo. A partir de um território rural de um determinado município localizado num ambiente de mata atlântica na bacia do rio Doce chegou-se ao sistema mundial capitalista.

Este movimento de ampliação de escala de abordagem implicou em uma série de questionamentos sobre os pressupostos que inicialmente pautavam a concepção da relação econômica contratual conhecida como Fomento Florestal e, tão logo, na necessidade reformulação teórica e metodológica no tratamento do objeto de estudo. Assim, neste processo, que de forma alguma foi unilinear, propôs-se a ruptura com a noção de *integração* concebendo o fomento florestal como um processo econômico instituído que, apesar de não ser o único no território estudado, é, nos contextos pesquisados, o hegemônico, isto é, o processo econômico que, em última instância, viabiliza atualmente a reprodução social e biológica da realidade camponesa aqui tratada. A compreensão da economia substantiva que subjaz os processos econômicos permitiu pensar de forma pertinente o trabalho como a dimensão sociocultural que faz a mediação entre sociedade e natureza.

Por outro lado, o questionamento da noção de *integração* afirmou a necessidade da reprodução, em termos analíticos e políticos, da categoria camponato em detrimento da categoria agricultura familiar. Esta operação metodológica tomou o camponato como uma categoria que explicita a natureza contraditória do capitalismo, dada a sua constante destruição e recriação pelo sistema econômico, ao mesmo tempo em que mostra seu caráter antagonico ao se reinventar e reconstruir através de suas múltiplas estratégias de reprodução social.

No primeiro capítulo tratou-se da necessária ruptura com a noção de sociedades isoladas perpetuadas pelo paradigma da modernização. Trouxe, assim, como subsídio teórico que evidência a interconexão assimétrica no interior do sistema mundial, os elementos da teoria marxista da dependência, enfatizando a acumulação primitiva e a superexploração da força de trabalho (mobilizados a partir do recorte étnico/racial e de gênero) como aspectos constituintes estruturais do processo de acumulação capitalista. Tomando que estes aspectos intrínsecos ao capitalismo se apresentam de forma exemplar no período pós-segunda guerra, a partir da industrialização da agricultura e da conseqüente consolidação da subordinação da agricultura pela indústria, tratou-se que, no que concerne à relação camponato-indústria, essa subordinação se realizou e se realiza, especialmente, através da apropriação do trabalho excedente e da renda da terra daquele por esta.

No entanto, como explicitado durante o primeiro capítulo, para uma análise holística do desenvolvimento do capitalismo agrário, cabe estudá-lo não somente a partir da exploração do trabalho, isto é, das relações de classe, mas também através da relação sociedade-natureza. Este tratamento vem sendo realizado de forma mais enfática e abstrata nas últimas décadas, porém, percebe-se, especialmente no que se refere à abordagem dos conflitos ambientais ou socioambientais, um exame conjuntural e formalista das relações de conflitos que se

processam no campo. Surge, assim, uma necessidade de abordagem crítica destas noções a partir da reafirmação do caráter estrutural e substantivo dos conflitos, ao trazer o debate sobre a questão agrária através das noções de conflitualidade agroambiental e conflitos agroambientais para pensar a mudança agroambiental desde uma perspectiva processualista. Nestes termos, para se refletir tanto o processo histórico, quanto a dimensão atual da relação sociedade-natureza, se trouxe a perspectiva da adaptabilidade humana no esforço de compreensão da inter-relação de populações humanas e ambiente no processo de mudança agroambiental.

No capítulo dois apresentou-se o estudo do deslocamento de grupos de famílias da região do Serro Frio para a região da Mata do Peçanha na primeira metade do século XX. Buscou-se, dessa forma, em diálogo com a formação das Minas Gerais, apontar os elementos que evidenciam que este deslocamento foi sensivelmente motivado pela busca pela terra, que representava não somente autonomia material, mas também a possibilidade de construção de um novo modo de vida calcado em uma sociabilidade diferenciada.

Como ponto inicial do conteúdo empírico desta dissertação, o terceiro capítulo tratou do processo de formação do campesinato estudado e, dessa forma, da inter-relação das populações humanas com o ambiente. Neste capítulo, adentrou-se em fim na região da Mata do Peçanha. A partir dos relatos concebidos como memória social, construiu-se uma narrativa do processo de chegada, adaptação ao e do ambiente e a consolidação do assentamento com base em comunidades de caráter familiar. Mostrou-se, com base nesses relatos, como o ambiente foi sendo transformado e de forma dialética, a sociedade que ali estava. Apresentou-se que as comunidades que historicamente se reproduziram com base nas atividades agrícolas, por diversos fatores, iniciaram uma exploração mais sistemática da floresta, onde emergiu a produção de carvão vegetal, num primeiro momento, e a produção de madeira em tora, num segundo, enquanto atividades que possibilitaram o acesso a recursos monetários e, através deles, a bens e serviços.

No capítulo quatro, em diálogo entre as escalas macro e micro, dedicou-se à apresentação do processo de formação do complexo agroindustrial de papel e celulose, analisando-o a partir das ações institucionais do Estado, traduzidas em políticas econômicas e florestais. Destacando a rearticulação que se processou no setor a partir dos anos 1990, pontuou-se a criação de novas estratégias empresarias, onde sublinhou-se o Programa Fomento Florestal. Na análise deste, perceberam-se duas explicações de natureza imperativas: a) o fomento como forma de subordinação material e simbólica; b) o fomento como política institucional das empresas de celulose. No entanto, foi pontuada de forma crítica a ausência de elementos explicativos a partir do campesinato e do exercício de poder em contextos de relação econômica contratual, advogando-se a necessidade de se pensar a adesão ao fomento florestal como parte das estratégias de reprodução social.

No quinto e último capítulo abordou-se os aspectos atuais da configuração econômico-produtiva do campesinato imerso no Programa Fomento Florestal a partir da dialética 'dominação x resistência'. Assim, identificou-se inicialmente os fatores locais que contribuem para a explicação da mudança agroambiental no território da zona fria de Peçanha, as dimensões materiais e simbólicas que contornam a adesão ao programa, explorando, por fim, o fomento florestal, destacando, para além dos aspectos contratuais, as estratégias empresarias de dominação e aspectos que remontam às formas de resistência cotidiana do campesinato contra a superexploração de sua força de trabalho e da natureza local.

Assim, à guisa de conclusão, podem-se destacar algumas considerações. Primeiramente, este trabalho apontou evidências de que o que caracteriza a relação econômica entre campesinato com a indústria não é o contrato de compra e venda, mas o fato daquele estar imerso ao sistema mundial através da sujeição à superexploração da força trabalho e à pilhagem territorial. No caso aqui estudado, os indícios se assentam em fatos como a histórica proletarização sazonal e permanente das populações camponesas do território estudado, assim como a precedência da produção de carvão vegetal para abastecimento da cadeia mercantil de aço em relação à produção de madeira em tora para indústria de celulose. Nesse sentido, a compreensão do campesinato enquanto compondo o conjunto do proletariado ou semiproletário contribui ao entendimento de seu papel no interior do sistema mundial e instrumentaliza a análise do seu lugar no processo de acumulação capitalista.

O trabalho de investigação aqui empreendido permitiu identificar e analisar o quão determinante foi e ainda é o papel do Estado na consolidação das agroindústrias de celulose e sua territorialização. Percebeu-se ao longo desta exposição que o Estado atua por diversas frentes para viabilizar não somente a dominação territorial, mas o controle sobre a força de trabalho local. O Estado opera via políticas econômicas setoriais e políticas ambientais/florestais a nível nacional e estadual e, no âmbito local, através de repartições e órgãos sob o controle municipal. Porém, é preciso ter em vista o caráter contraditório do Estado, que se expressa, por exemplo, nas políticas sociais e específicas, tais como o Bolsa-família, Pronaf e PAA, pouco ou quase nada exploradas nesta pesquisa. Por isso mesmo, por este caráter contraditório que se faz importante compreender a natureza do Estado na dialética do sistema mundial capitalista, para que não se cair em sobrevalorização da sua face protetora, ocultando sua face opressora, perdendo-se de vista sua dimensão histórica e estrutural.

É nesse sentido que a mobilização crítica das noções de conflitos ambientais ou socioambientais pode contribuir dialeticamente para a ampliação do escopo da análise dos conflitos sociais a partir da relação sociedade-natureza. Utilizando-se do estudo da adaptação humana ao e do ambiente se pode compreender o caráter multifatorial da mudança agroambiental, evitando pensar os conflitos do ponto de vista conjuntural e formal.

Por fim, esta dissertação evidenciou que o campesinato na zona fria de Peçanha, em sua luta pela reprodução social, constrói estratégias que ora colaboram, ora negam a dominação exercida pela Cenibra. Ficaram patentes, neste sentido, a imprescindível identificação e compreensão destas contradições em contextos agrários como o estudado, rompendo com perspectivas românticas e a-históricas na análise do campesinato e apontando o caráter estrutural das práticas de acumulação primitiva e da superexploração da força de trabalho.

Este trabalho de pesquisa foi uma breve imersão num imenso universo a ser explorado...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAF. **Relatório estatístico anual 2012/2013**. [S.l]: ABRAF, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/handle/123456789/3887>> Acesso em: nov, 2013.

ACSELRAD, Henri As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: **Conflitos ambientais no Brasil**, Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, pp. 13-35, 2004.

AVEAL; MOTTA. Sesmaria. In: MOTTA, M (Org). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010, p. 427-431.

AMIN, Samir. Capitalismo e a renda fundiária: a dominação do capitalismo. In: AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986

ANDRADE, N. de A; ANDRADE, A. de A. Estudo histórico-geográfico do município de Peçanha. In: PEREIRA, S. da C. **Peçanha: sua história e sua gente**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1996.

BRASIL. **Recenseamento Geral da População do Império do Brasil a que se Procedeu no Dia Primeiro de agosto de 1872: Minas Geraes**. Directoria Geral de Estatística: Rio de Janeiro, 1872.

BRASIL. **Questionários sobre as condições da agricultura nos 176 município de Minas Gerais**. Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas: Rio de Janeiro, 1918.

BRASIL. **Recenseamento do Brazil: Agricultura**. V.3. Directoria Geral de Estatística: Rio de Janeiro, 1923.

BRASIL. **Recenseamento do Brazil: População**. V.4. Directoria Geral de Estatística: Rio de Janeiro, 1928.

BRASIL. Recenseamento do Brazil: relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados do estado de Minas Gerais. V. 4. Directoria Geral de Estatística: Rio de Janeiro: 1924.

BARCELOS, E. A. da Silva. **O setor (do fomento) florestal no brasil: (im)factos, conceitos e sujeitos**. PPGeo-UFF, s/l:s/d.

BELIK, W. **Agroindústria e política agroindustrial no Brasil**. In: RAMOS, P. Dimensões do agronegócio: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA-NEAD, 2007.

BRACELPA. **Mapa do setor**. [S.l]: BRACELPA, 2010. Disponível em: <http://www.bracelpa.org.br/bra2/>

BRITO, Fausto R. A.; OLIVEIRA, Ana Maria H. C. de e JUNQUEIRA, André C. *A ocupação do território e a devastação da Mata Atlântica*. In: PAULA, João Antônio de (coord.). **Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVS; PADCT/CIAMB, 1997

CARCANHOLO, M. O atual resgate crítico da teoria da dependência. In: **Trabalho, educação, saúde**. V.11, n. 1, p. 191-205, jan/abr, 2013.

CARNEIRO, Eder J. O GT de conflitos ambientais da ANPOCS (2004-2008): balanço crítico. In: 33º Encontro Anual da ANPOCS, **Anais...** Caxambu, 2009.

CARVALHO; FONSECA; SILVA. **Perspectivas do investimento: siderurgia**. [S.l.] BNDES, 2010.

CEDEFES (orgs). **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no séc. XXI: história e resistência**. Belo Horizonte: CEDEFES/Autêntica. 2008. 400 p.

CELULOSE NIPO BRASILEIRA. **Distribuição das vendas**. [S.l.]: CENIBRA, 2013. Disponível em: <<https://www.cenibra.com.br/>>. Acesso em: nov. 2013.

CELULOSE NIPO BRASILEIRA. **Fomento florestal – dicas e curiosidades**. [S.l.]: CENIBRA, 2013. Disponível em: <<https://www.cenibra.com.br/>>. Acesso em: nov. 2013.

CELULOSE NIPO BRASILEIRA. **Fomento florestal: plante esta idéia**. [S.l.]: CENIBRA, 2013. Disponível em: <<https://www.cenibra.com.br/>>. Acesso em: nov. 2013.

CELULOSE NIPO BRASILEIRA. **Histórico da CENIBRA**. [S.l.]: CENIBRA, 2013. Disponível em: <<https://www.cenibra.com.br/>>. Acesso em: nov. 2013.

CELULOSE NIPO BRASILEIRA. **Plano de manejo florestal: resumo público**. Belo Oriente: CENIBRA, mai. 2011. Disponível em: <<http://www.cenibra.com.br/cenibra/MeioAmbiente/MeioAmbienteFlorestal/pdf/PMANEJO.pdf>>. Acesso em: 23 de mai. 2011.

DALCOMUNI. **A implantação da Aracruz celulose no Espírito Santo: principais interesses em jogo**. 1990. 258f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, CPDA, Itaguaí.

DIESEL, Vivien et al. Os impactos sociais dos programas de fomento florestal. In: **Revista de Extensão Rural**, Santa Maria, ano XIII, p. 119-143, jan/dez 2006.

DIÁRIO DO AÇO. Cenibra faz encontro com produtores rurais. **Diário do Aço**: Ipatinga, 24 out, 2007.

ECOPLAN/LUME. **Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce e Planos de Ações para Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos no Âmbito da Bacia do Santo Antônio**. Ecoplan/Lume: s/l, 2010).

ECOPLAN/LUME. **Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão DO4 – PARH Suaçuí**. Ecoplan/Lume: s/l 2010.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru: EDUSC, 2005.

FAILLACE, S. T. **Complexo florestal-celulósico no Brasil: histórico e estratégias empresariais**. (s/l), 1996.

FANZERES, A. **Temas Conflituosos relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada de Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos Identificados** - Diagnóstico de conflitos sócio-ambientais em relação à plantação de árvores: relatório final de consultoria. MMA: Brasília, 2005.

FEDERICI, S. **Revolución en punto cero**: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Traficantes de Sueños: Villatuerta, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. In **Anais do Encontro Nacional de geógrafos**. João Pessoa: AGB, 2002. CD-ROM.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FERNANDES, Florestan. Anotações sobre o capitalismo agrário e mudança social no Brasil. In: **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5ª Ed. São Paulo: Global, 2008. Cap. VI, p. 171-189.

FERREIRA, A.C. Trabalho, etnicidade e economia mundo: o papel da ambientalização da política econômica na expropriação moral de trabalhador indígena. Versão simplificada apresentada em: **Seminário Internacional Agrarian South**, 2014, Brasília. Artigo não publicado, 2015.

FERREIRA, A. C. Trabalho e ação: o debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea. **EM DEBATE**, n.4, p.1-23. 2010.

FERREIRA, J. P.. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v.25 e v.26.

FIBRA. **Jornal da Cenibra**. N. 265, ano 22. CENIBRA: s/l, nov/2007.

FISCHER, A. **Incentivos e Programa de fomento florestal na indústria de celulose**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FISCHER, Augusto. O fomento na indústria de base florestal. In: **Informe GEPEC**, Toledo, v.13, n.2, p. 6-19, jul/dez. 2009. Disponível em: <<http://200.201.8.27/index.php/gepec/article/viewArticle/1909>>. Acesso em: 05 dez. 2010.

FRANK. André Gunder. **Acumulação mundial**: 1492-1789. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

GONÇALVES, Múcio Tosta. Grande empresa, território e sociedade rural: uma leitura sobre os impactos sociais de um grande projeto em Minas Gerais, Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL, 23, 2002, Aveiro. **Anais do XXIII Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social**, Aveiro, 2002.

GOLÇALVES, M. T. Tons do verde no Brasil: subordinação da política florestal à lógica da plantation. Paper apresentado no **Seminário sobre Reforma do Estado**, CPDA-UFRRJ, Rio de Janeiro, 19 e 20 de Agosto de 1999.

GROSGOGUEL, R. Desenvolvimentismo, modernidade e teoria da dependência na América Latina. In: **Revista de Estudos Antiutilitaristas e Pós-coloniais**, v3, n2, jul/dez 2013.

HENRIQUES, Márcio Simeone; SOUZA, João Valdir Alves de (Orgs). **Vale do Jequitinhonha**: formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, 268p.

IBGE. Censo Agrícola 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

IBGE. Censo Agrícola 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

IBGE. Censos Econômicos: agrícola, industrial, comercial e dos serviços (1940). Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

IBGE. **Censo agropecuário de 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

IBGE. **Censo agropecuário de 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE. **Censo agropecuário de 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

IBGE. **Censo agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE. **Censo demográfico de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

IBGE. **Censo demográfico de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

IBGE. **Produção da extração vegetal e da silvicultura**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IPEF. **IPEF notícias**. n. 176. IPEF: S/l, set/out, 2005.

JORNAL VALE DO AÇO. **Cenibra realiza encontro com produtores rurais**. Jornal Vale do Aço: Ipatinga, 05 nov, 2006.

JOSÉ, OILIAM. **Indígenas de Minas Gerais**: aspectos sociais, políticos e etnológicos. Belo Horizonte: Edições Movimentos-Perspectivas, 1965, 217p.

KENGEN, Sebastião. **Estudo de caso de integração vertical**: programa de fomento florestal da Aracruz Celulose S.A. Instrumentos Institucionais para o desenvolvimento dos proprietários de pequenas terras com vocação florestal. [S.l.], Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2005. 102 p.

KAGEYAMA, Angela et al. **O novo padrão agrícola brasileiro**: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa et al. (orgs.), Agricultura e políticas públicas. Brasília, IPEA, (Série IPEA, 127), 1990, p. 113-223.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRANSPADINI; STEDILE. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, Carlos Eduardo. O Pensamento Latino-Americano e o Sistema Mundial. In: CLACSO. (Org.). **Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano**. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 153-216.

MARTINS, M. do C. S; SILVA, H. C. C da; LIMA, M. A. de C. Mineiridade - a diversidade uniforme. Retrato de Minas no terceiro quartel do século XIX: população e economia. In: **Anais do III Encontro brasileiro de estudos populacionais**, Ouro Preto, 2002.

MENEZES, J. N, C. Produção de alimentos e atividade econômica na comarca do Serro Frio no século XVIII. **Anais do IX Seminário de Economia Mineira**. 2000.

MORAN, E. **Adaptabilidade humana**: uma introdução à antropologia ecológica. São Paulo: EDUSP, 1994.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: CPDA, 1999.

MOYO, S; YEROS, P; JHA, P. Imperialism and primitive accumulation: notes on the new scramble for África. In: **Agrarian South: Journal of Political Economy**, 1, 2, p. 181-203, 2012.

OLIVEIRA, A. U de. **A geografia das lutas no campo**. 13 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

OVERBEECK, W; KROGER, M; GERBER, J-F. **Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul Global** - conflitos tendências lutas de resistências: relatório EJOLT n. 3. EJOLT: s/1, jul/2012.

PEDREIRA, M. da S. **O complexo florestal e o extremo sul da Bahia**: inserção competitiva e transformações socioeconômicas na região. 2008. 164f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, CPDA, Rio de Janeiro.

PEREIRA, L. C.B. Seis interpretações sobre o Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v.25, n.3, p.269-306, 1982.

PIMENTA, D J. **A Mata do Peçanha**. Sua história e sua gente. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1966.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

RAPM. **Corographia do município de Peçanha**. v.6. Imprensa Oficial de Minas Gerais: Belo Horizonte, jan/mar 1901.

RAPM. **Serranos Ilustres**. v.1. n.2. Imprensa Oficial de Minas Gerais: Belo Horizonte, jan/jun 1905.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Campesinato**: resistência e mudança – o caso dos atingidos por barragens do vale do Jequitinhonha. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de pós-graduação, Belo Horizonte.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas anãs do Cerrado**: o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, 467p.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. Tradutor: Vivalde Moreira. 378p. 4v.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, HUCITEC, 1978. 182 p.

SANTOS, José Tavares dos. A reprodução subordinada do Campesinato. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, p. 109-117, 1981.

SANTOS, M. M D dos; SEABRA, M. C. T. C de. Motivação Toponímica da Comarca do Serro Frio: estudos dos registros setecentistas e oitocentistas em Mapas da Capitania de Minas Gerais. In: **Anais do III Simpósio Luso-brasileiro de cartografia história**, 2009.

SANTOS, T. dos. O desenvolvimento latino americano: passado, presente e futuro – uma homenagem a André Gunder Frank. In: CHEW, Sing; DENEMARK, Robert (Orgs). **The underdevelopment of development**: essays in honour of André Gunder Frank. Thousand Oaks: Sage publications, 1996.

SCOTT, J. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: **Raízes**, v.21, n 01, p. 10-31, jan/jun, 2002.

SCOTT, J. **Los dominados e el arte de la resistencia**. Cidade do México: Ediciones Era, 2004.

SILVA, F. L da. **Estudo da relação de confiança em programa de fomento florestal de indústria de celulose na visão dos produtores rurais**. 2007. 87 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-graduação em ciência florestal.

SILVA, J. J da. **Tratado de geographia descriptiva especial da província de Minas Gerais**. Juiz de Fora: G. C. Dupin, 1978.

SILVA, O. V da. **Peçanha**: breve notícia histórica da fundação de Santo Antônio do Bom Sucesso do Descoberto de Peçanha. Belo Horizonte: Traquitana, 2001.

SIMAN, F, M. Mares verdes: **um estudo sobre a agricultura familiar na zona rural de Virginópolis – MG, após a implantação da monocultura de eucalipto**. 2011. 83f. Trabalho de iniciação científica. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação científica – PROBIC – Puc Minas.

SINDIFER - MG. **Anuário estatístico do setor de ferro gusa**. S/l: SINDIFER, 2014.

SOTO, F. A. **Da indústria de Papel ao complexo florestal no Brasil**: o caminho do corporativismo tradicional ao neocorporativismo. 1992. 298f. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, Instituto de Economia, Campinas.

SHIVA, Vandana; J, Bandvopadhvay. **Inventário ecológico sobre o cultivo do eucalipto**. Título original: Ecological Audit of Eucalyptus Cultivation. Belo Horizonte: CPT-MG, 1991.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

WALLERSTEIN, I. El moderno sistema mundial : la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. Madri: Siglo XXI, 1979.

WALLERSTEIN, I. O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Afrontamento, 1974.

WOLF, E. R. **A Europa e os povos sem história**. São Paulo: EDUSP, 2005.

Sítios eletrônicos consultados

Site do SOS Mata Atlântica: <http://www.sosma.org.br/>

Site do CEDEFES: <http://www.cedefes.org.br/>

Site da Celulose Nipo Brasileira – S.A – Cenibra: <http://www.cenibra.com.br/>

Site do CEPEDES: <http://www.cepedes.org.br/>

Site da Fibria: <http://www.fibria.com.br/>

Site do Instituto Cenibra: <http://www.institutocenibra.org.br/br/p/3/home.aspx>

Site da Klabin: <https://www.klabin.com.br/pt/home/>

Site da Suzano: <http://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose.htm>